

nº 06

Revista Quadrimestral
set. – dez. 2021



FIM DO MUN DO

ciência
transformadora
discussões para
a emancipação





Revista Fim do Mundo, nº 6, set. — dez. 2021

Dossiê temático:

Imperialismo diante dos impasses do fim do mundo

unesp 

Revista Fim do Mundo. Publicação da UNESP - Marília em parceria com o IBEC – Instituto Brasileiro de Estudos Contemporâneos – nº 6, set/dez 2021. Marília-SP: Universidade Estadual Paulista, 2021.

309 p.

Quadrimestral

Inclui bibliografia

Resumo em português, inglês e espanhol

1. Capitalismo. 2. Marx. 3. Crise Estrutural. 4. Transição.
5. Crítica da Economia Política. I. Universidade Estadual Paulista (UNESP).



unesp

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília

Faculdade de Filosofia e Ciências

Av. Hygino Muzzi Filho, 737 - Mirante - Marília/SP

CEP 17.525-900

Telefone: (14) 3402-1300

Revista Fim do Mundo

ISSN: 2675-3812 | e-ISSN: 2675-3871

e-mail: revista.fimdomundo.marilia@unesp.br

<http://revistas.marilia.unesp.br/index.php/RFM>

As ideias e opiniões expressas nos artigos são de exclusiva responsabilidade das(os) autoras(es), não refletindo, necessariamente, as opiniões da revista.



Revista científica interdisciplinar, vinculada ao pensamento crítico em diálogo com Marx, sobre temas contemporâneos e questões teóricas da modernidade. Aberta aos temas brasileiros e latino-americanos, sobre as profundas transformações mundiais promovidas pelo surgimento do novo capital financeiro, especialmente as políticas, econômicas, ecológicas, científico-tecnológicas e geopolíticas. Atenta a todas as formas da produção intelectual humana.

A **Revista Fim do Mundo** nasce seguindo o que Marx ensinara há mais de 150 anos: "os filósofos apenas *interpretaram* o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo". Assim, a preocupação desta revista é não apenas debater teoricamente as questões fundamentais de nosso tempo, mas acima de tudo servir como uma ferramenta aos que pretendem intervir diretamente na realidade com o objetivo último da *emancipação humana*.

A **Revista Fim do Mundo** surge por iniciativa do Instituto Brasileiro de Estudos Contemporâneos-IBEC, que reúne intelectuais militantes das mais diversas áreas do conhecimento que por mais de 3 décadas vêm pensando criticamente e enfrentando os temas centrais em busca da superação do capital.

A **Revista Fim do Mundo** reverbera, pois, os aprofundamentos teóricos destes intelectuais, principalmente como fruto de suas dissertações, teses e do curso "Movimentos Sociais e Crises Contemporâneas", espaço criado pelo IBEC e o Grupo de Pesquisa Organizações & Democracia - GPOD, em parceria com a Universidade Estadual Paulista - UNESP, visando a formação da classe trabalhadora.

A **Revista Fim do Mundo** é um espaço de socialização de artigos científicos que se apoiam em Marx e no marxismo, para compreender temas históricos e contemporâneos. As publicações terão periodicidade quadrimestral e o acesso aos trabalhos é aberto, pois acreditamos que o acesso livre e universal ao conhecimento é fundamental para o avanço da ciência comprometida com as lutas sociais, com a socialização do conhecimento e a desmercantilização completa da sociedade.

Editores:

Henrique Tahan Novaes | UNESP - IBEC
Paulo Alves de Lima Filho | IBEC
Fabio S.M. de Castro | Doutorando UFABC - IBEC

Conselho Editorial:

Adilson Marques Gennari | UNESP
Aleksandr V. Buzgalin | Universidade de Moscou -
Lomonossov - Rússia
Carmen Junqueira | PUC-SP — Instituto Maira
Henrique Tahan Novaes | UNESP-IBEC
Maria A.N. Moraes Silva | UFSCAR
Maria Orlanda Pinassi | UNESP
Modesto Emilio Guerrero | Venezuela
Paulo Alves de Lima Filho | IBEC
Sinclair Mallet Guy Guerra | UFABC

Conselho Científico:

Adilson Marques Gennari | UNESP
Aleksandr V. Buzgalin | Universidade de Moscou -
Lomonossov - Rússia
Aline Marcondes Miglioli | Doutoranda UNICAMP
André Moisés Gaio | UFJF
Andrés Ruggeri | UBA - Argentina
Carlos A. Cordovano Vieira | UNICAMP
Carlos Maciel Sanchez | México
Carmem Junqueira | PUC-SP — Instituto Maira
Daniel Lopes Faggiano | Instituto Maira - IBEC
Diego Barrios | UDELAR - Uruguay
Douglas Rodrigues | Doutorando UNESP - IBEC
Fabiana de Cássia Rodrigues | UNICAMP - IBEC
Fábio Campos | UNICAMP - IBEC
Fabio S.M. de Castro | Doutorando UFABC - IBEC
Henrique Tahan Novaes | UNESP - IBEC
Ivan Lucon Jacob | Doutorando UNICAMP - IBEC
Ivanor Nunes de Oliveira | *In Memoriam*
Juan Carlos Pinto Quintanilla | *In Memoriam*
Lalo Minto | UNICAMP — IBEC
Layza Rocha Soares | Doutoranda UFF

Liev C. Maciel Sanchez | UNP - ESE - ECH -
Rússia

Lucien Sève | *In Memoriam*
Manuela Lowenthal Ferreira | Mestre pela UNESP
Marcelo Micke Doti | FATEC
Márcio Farias | Doutorando PUC-SP
Márcio H. M. Baroni | IBEC
Marcos del Roio | UNESP
Maria Aparecida de Moraes Silva | UFSCAR
Maria Orlanda Pinassi | UNESP
Marieta A. Barros Magaldi | IBEC
Modesto Emilio Guerrero | Venezuela
Natalia G. Iakovleva | Universidade de Moscou -
Lomonossov - Rússia
Neusa Maria Dal Ri | UNESP
Newton Ferreira da Silva | IFSP-IBEC
Paulo Alves de Lima Filho | IBEC
Plínio de Arruda Sampaio Jr | UNICAMP
Rogério Fernandes Macedo | UFVJM - IBEC
Sergio Bacchi | IBEC - Chile
Sinclair Mallet Guy Guerra | UFABC
Zuleica M. Vicente | Doutoranda UNICAMP - IBEC

Designer:

Tiago Stracci | Cultivare Design

Tradução e Revisão (espanhol):

Hector Ilich Meleán Durán | IBEC

Editoração:

Gláucio Rogério de Moraes | UNESP

Equipe de produção:

Angelita A. Gonçalves | Mestranda USP - IBEC
Naylla Manenti | IBEC
Maria E.L. Pessoa | IBEC
Wellington Silva | IBEC

Imagens da Capa:

Bruno Trochmann | artista plástico

SUMÁRIO



10 Artista Convidado: Bruno Trochmann

13 Editorial: Imperialismo diante dos impasses do fim do mundo

Debate do Fim do Mundo

21 O capital financeiro na origem do imperialismo: uma leitura sobre seu uso categorial no debate clássico

Maurício de S. Sabadini | Fábio A. de Campos

Artigos

54 A atualidade do imperialismo e a contribuição de Johan Galtung, 50 anos depois

Marcelo Milan

73 O Imperialismo Tardio: notas sobre seu debate recente

Luís Eduardo Fernandes

105 Imperialismo e classes médias: sociedade civil e poder político nas margens do capitalismo

Fernando Savella

126 Crise sistêmica e a consolidação do poder global estadunidense: determinantes e características do estrutural estadunidense pós-década de 1970

Leandro Ramos Pereira

147 A morte lhe cai bem: capitalismo em crises e imperialismo

Hugo Corrêa | Eduardo Sá Barreto | Leonardo Leite

181 Imperialismo na América Latina: o papel das burguesias e as consequências para o Brasil

Bernardo Schirmer Muratt

Texto para discussão

207 Por que a onda progressista não abriu caminho para um mundo melhor?

Fábio Luis Barbosa dos Santos | Daniel Augusto Feldmann

Ensaio Crítico

231 Lenin e a fase monopolista/imperialista do capitalismo

Paulo de Tarso Presgrave Leite Soares

255 As redes sociais a serviço do imperialismo do capital e dos Estados Unidos

Mauro Donato

Resenha

266 O céu que cai sobre a Terra: flechas para adiar o fim do mundo

Luciana Mizutani

Entrevista

271 Osvaldo Coggiola | entrevistadores: IBEC

Bruno Trochmann¹

10

O artista convidado desta sexta edição da **Revista Fim do Mundo** é Bruno Trochmann. Natural de Campinas-SP, onde vive e trabalha como professor adjunto de artes na rede municipal de educação, formou-se em Artes Visuais pela Unicamp em 2012 e se especializou em gravura e escultura contemporânea. Em 2018 defendeu a tese de mestrado “Drone, Rock, Revolução: teoria crítica e prática crítica a partir de Henry Flynt” pela PUC-Campinas em Linguagem, Mídia e Artes, sobre a curiosa trajetória do artista norte americano Henry Flynt da vanguarda nova-iorquina dos anos 60 ao marxismo-leninismo e uma interpretação revolucionária da música negra americana. Em 2021 ingressou no programa de doutorado Estudos Contemporâneos das Artes na Universidade Federal Fluminense.

Enveredou por um percurso em direção à prática musical, em especial a música experimental e suas aproximações e contradições com a cultura popular. Seu primeiro projeto solo nessa nova área, chamado “Leila”, propôs olhar para a cultura musical do levante (Síria, Libano, Palestina) sob uma ótica experimental e aberta, se valendo do improviso, colagem e uso de ruído². Pela necessidade de evitar o olhar viciado eurocêntrico e orientalista, essa pesquisa levou a um aprofundamento cada vez maior nas lutas



Imagem da Capa

Internacional Geográfica [2020]

Caderno de colagem
Fragmento 1 | 14 x 23,6 cm
Campinas – SP [Brasil]

¹ Contato: bruno.trochmann@gmail.com | instagram: @trchmnn

² Ver: <https://leilaleila.bandcamp.com/>



Artista Convidado

anticoloniais e pela autonomia dos povos³. Estes assuntos são centrais no desenvolvimento de seus trabalhos futuros: a expressão cultural dos povos, a luta anticolonial e a perspectiva da revolução.

Hoje também desenvolve trabalhos em seu próprio nome e sem um referencial tão direto, mas ainda desenvolvendo estes temas centrais em proposições exploratórias⁴. Também é metade do duo Cama Rosa, uma experiência abstrata dentro da linguagem do punk⁵. O autor se dedica à pesquisa e produção teórica sobre esta prática sonora e suas intersecções/contradições políticas, como no texto escrito com o músico, filósofo e militante J-P Caron “Gato Tosco Contra Os Tigres de Papel”⁶, em que os autores questionam sobre os potenciais políticos dos artistas que não vivem de arte e perguntam: quem são os artistas-trabalhadores, e como podem cerrar fileiras na luta por um novo mundo? Que formas de organização podem estes artistas-trabalhadores propor, se movendo fora do mercado e sistema da arte?

Essa perspectiva do “artista-trabalhador”, cujo tempo livre para o trabalho artístico está sendo constantemente consumido pelos compromissos do trabalho e do dia-a-dia, atravessa também as colagens apresentadas aqui. Produzidas durante o (quase permanente) período pandêmico, essas colagens foram a forma de lidar com a impossibilidade de espaço para o trabalho artístico: não havia espaço para fazer música, nem grandes projetos. O espaço de trabalho deveria caber em uma mochila, para armar e desarmar acampamento a cada novo dia que começava e a mesa da sala precisava estar livre para as refeições, reuniões e aulas.



Imagem de abertura

Internacional Geográfica [2020]

Caderno de colagem

Fragmento 2 | 14 x 23,6 cm

Campinas – SP [Brasil]

³ O nome “Leila” em uma referência direta a Leila Khaled, da Frente Popular pela Libertação da Palestina.

⁴ Ver: <https://brunotrchmnn.bandcamp.com/>

⁵ Ver: <https://camarosa.bandcamp.com/>

⁶ Ver: <https://lavrapalavra.com/2020/06/04/gato-tosco-contra-tigres-de-papel/>



As imagens fazem parte de um caderno produzido durante o ano de 2020 e 2021. O material usado foi basicamente uma coleção de velhas revistas *National Geographic*, acumuladas de sebos e bazares a partir dos anos. São edições do final dos anos 1970 até o final dos 1990, e hoje podem ser vistas claramente como documentos da guerra fria: são carregadas da ideologia da guerra fria, anticomunismo e apologia imperialista. Talvez por isso mesmo, as imagens são tão bonitas e a impressão tão bem feita, com fotos do mundo todo, ricas em cores e texturas muito vivas. São colagens produzidas de forma cotidiana e banal, mas que de alguma forma tentam celebrar o material original para além do seu veículo ideológico: existe vida na periferia do sistema!



Imagem de encerramento



Contra-capa 1



Contra-capa 2

Internacional Geográfica [2020]

Caderno de colagem
Fragmento 2 | 14 x 23,6 cm
Campinas – SP [Brasil]

Editorial nº 6: Imperialismo diante dos impasses do fim do mundo

Em sintonia com as questões candentes de nosso tempo, a **Revista Fim do Mundo** traz à luz sua edição número 6, cuja temática aborda o **“Imperialismo diante dos impasses do fim do mundo”**. Desde sua etapa monopolista no fim do século XIX, o movimento de expansão do capital sempre foi debatido como tema do imperialismo, principalmente por autores de corrente marxista. Hoje, diante da concentração e centralização do capital levadas a um patamar inédito, capazes de provocar uma desumanização e depredação da natureza em um nível impensável no debate clássico, o imperialismo como forma histórica de reprodução do capital em sua autovalorização continua a ser central como objeto de reflexão política.

São muitas as contradições contemporâneas que justificam reflexões sobre o tema. A escalada do confronto entre EUA e China, em ponto cada vez mais alto no plano retórico, tem em sua superfície a aparência de uma guerra comercial pelo posto de maior economia do mundo, mas traz em sua essência uma disputa tecnológica em diversas frentes – biotecnologia, capacidade de armazenamento e processamento de dados, tecnologia 5G etc. – cujo domínio abrirá as perspectivas de controle hegemônico sobre a próxima etapa de acumulação do capital.

Em meio a esta disputa entre as duas potências do capital pelo polo hegemônico, reconfigura-se a questão do complexo industrial-militar. Sua hipertrofia na contemporaneidade se baseia principalmente em sua centralidade adquirida para o processo de reprodução do capital. Ao se colocar como líder incontestado do complexo industrial-militar, o poder bélico estadunidense, bem como seu caráter internacionalizado, permite que um conjunto de países aliados, direta ou indiretamente, também possa se beneficiar para expansão de suas economias. Isto faz com que, do ponto de vista sistêmico, alguns setores importantes do capital – principalmente as tecnologias de informação e comunicação – possam ser conduzidos e obtenham alta lucratividade nas encomendas feitas pelos Estados para seus respectivos complexos de inteligência e segurança – na essência, tal



fenômeno imperialista está muito próximo do que previu Rosa Luxemburgo no limiar do século XX. Naquela quadra histórica, tal como esta atual, também se anunciava o fim do mundo, visto que tal poder bélico, independente de estar em guerra ou em paz, movera as engrenagens para o aumento da destruição e, no limite, o colapso da civilização. Quando a Era nuclear no término da Segunda Guerra Mundial se iniciou, tal imperativo se colocaria de forma contínua, nos assombrando neste século XXI.

No que tange a dimensão conjuntural, a pandemia da Covid-19 escancarou a proeminência dos países ricos no acesso aos itens elementares para o combate dos problemas sanitários em detrimento dos países mais pobres, radicalizando desta forma as contradições imperialistas. No primeiro momento, a preferência (forçada) na compra de respiradores artificiais e itens básicos como agulhas e seringas; posteriormente, a prevalência na aquisição e entrega das vacinas mesmo quando o momento apresentava índices maiores de contaminação e mortalidade nas regiões mais pobres do globo; o resultado disso tudo é mais uma variante do vírus a circular pelo mundo atualmente, cuja origem na África explicita as contradições na condução da pandemia. Ademais, uma outra dimensão do mesmo problema, a pandemia explicitou o predomínio dos grandes conglomerados privados, em que o monopólio dos grandes laboratórios expôs sem disfarces o controle sobre o conhecimento da biotecnologia, assim como da capacidade de produção destes insumos tão vitais ao fim das mortes pelo novo coronavírus.

Em síntese, as contradições movidas pelo capital que recolocam as máquinas de destruição da vida por meios militares e pela depredação ambiental, ou a aparição de novas e pretéritas maneiras para ampliar a exploração da força de trabalho, e até uma pandemia que arrastou milhares para as sepulturas, apenas reforçam uma superestrutura de dominação que se vertebra pelo imperialismo. Ao aprofundar a produtividade internacional do trabalho e ao mesmo tempo expropriar qualquer modo de vida que se oponha à lógica mercantil, a economia política da morte torna a maioria dos seres humanos servos de 0,01% que vampiriza a existência planetária, submetendo a reprodução social às necessidades cada vez maiores de valorização do capital financeiro internacional. Tal putrefação que exala do fim do mundo já fora anunciada por autores como Lenin, também no século passado, servindo de alerta e igualmente um chamado para a revolução contra o capital. Se na antessala das guerras mundiais era a barbárie, hoje



precisamos reclassificar radicalmente nosso tempo, se quisermos colocá-lo a favor da humanidade.

A edição número 6 se apresenta com a curadoria do artista plástico, músico, professor e pesquisador Bruno Trochmann. Centrados nos temas da expressão cultural dos povos, da luta anticolonial e das perspectivas para a revolução, suas colagens aqui apresentadas são compostas por imagens de velhas revistas "National Geographic", repletas do olhar imperialista da Guerra Fria sobre o Terceiro Mundo, mas que ao mesmo tempo traem o discurso imperialista desumanizador ao provar que existe vida na periferia do sistema. As colagens, com seus recortes e fragmentos, representam o fenômeno imperialista em sua expressão política, povos recortados e fragmentados, que apesar de tão diferentes entre si, tornam-se uma coisa só ao olho do capital: uma nova fronteira de dominação e acumulação.

Abrindo os trabalhos teóricos a seção "Debate do Fim do Mundo" traz o artigo "O capital financeiro na origem do imperialismo: uma leitura sobre seu uso categorial no debate clássico", de autoria de Maurício Sabadini e Fabio Campos. Revisitando autores centrais da interpretação fundante do debate sobre o imperialismo, como Hilferding, Hobson, Bukharin, Rosa Luxemburgo, Kautsky e Lenin, o artigo discute a categoria capital financeiro, além de apontar os limites e as possibilidades de utilização desta categoria na apreensão de fenômenos específicos do capitalismo. Ao mesmo tempo, o texto procura também indicar a importância da mediação teórica para uma adequada compreensão das relações concretas do capital financeiro, de modo a historicizar a categoria dentro do contexto socioeconômico da época.

A seção "Artigos" da edição número 6 conta com um conjunto de trabalhos que visam dar suporte à apreensão do fenômeno do imperialismo na contemporaneidade. O primeiro deles, de autoria de Marcelo Milan, defende a atualidade do imperialismo enquanto categoria analítica para se pensar o capitalismo contemporâneo. Neste sentido, "A atualidade do imperialismo e a contribuição de Johan Galtung, 50 anos depois" visa retomar a contribuição indevidamente negligenciada pela literatura: a teoria estrutural do imperialismo; esta teoria remete ao papel da violência e aborda as dimensões fundamentais do fenômeno (econômico, militar, comunicação, político e cultural), seus mecanismos e suas fases.

Já Luís Eduardo Fernandes traz seu "Imperialismo Tardio: notas sobre seu debate recente", apresentando o debate entre economistas e cientistas sociais marxistas na revista *Monthly Review* acerca de suas formulações do



tardo-imperialismo, isto é, a fase madura e de ápice da dominação imperialista na economia mundial. Esses autores propõem atualizar a teoria do imperialismo por meio de novas pesquisas e categorias teóricas com níveis de abstração distintos, como a arbitragem global do trabalho, mundialização da lei do valor, deflação da renda nos países periféricos, cadeias globais de valor-trabalho, etc.

Em “Imperialismo e classes médias: sociedade civil e poder político nas margens do capitalismo” Fernando Savella aborda o problema geral da relação entre as classes e o poder político nas formações sociais capitalistas na periferia do imperialismo. Partindo da teoria de Lenin sobre o imperialismo, o autor argumenta que as superestruturas do modo de produção capitalista nessas regiões se desenvolvem de maneira distinta de suas contrapartes no capitalismo central, criando um espaço social restrito que, embora pautado na exclusão radical das massas, se desenvolve sobre a base ativa da classe média.

A crise sistêmica da década de 1970 é o ponto de partida de Leandro Ramos Pereira em “Crise sistêmica e a consolidação do poder global estadunidense: determinantes e características do poder estrutural estadunidense pós-década de 1970”. O trabalho gira em torno de duas ideias centrais: primeiro, argumenta que a crise da década de 1970 não se deve à suposta crise de hegemonia estadunidense, mas ao antagonismo latente entre a autonomia relativa dos Estados Nacionais e a transnacionalização econômica; depois, defende que o encaminhamento da crise sistêmica consolidou os parâmetros estruturantes do seu poder interestatal e inaugurou a era da crise estrutural do capital.

“A morte lhe cai bem: capitalismo em crises e imperialismo”, trabalho do trio Hugo Corrêa, Eduardo Sá Barreto e Leonardo Leite, apresenta uma interpretação sobre a relação entre as crises, o imperialismo e a crítica social conectando dois períodos históricos distintos: o da formulação da teoria clássica do imperialismo e o período atual. A proposta dos autores é entender como o marxismo respondeu à crise que levou à Primeira Guerra e como essa resposta poderia servir para o enfrentamento dos impasses atuais, destacando que a pandemia de Covid-19, a emergência climática e as tensões imperialistas são dimensões entrelaçadas da crise contemporânea do capital, cujo paralelo com o processo histórico vivenciado pelo marxismo do começo do século passado deve ser encontrado na iminência da barbárie e na necessidade da crítica radical.



Por fim, "Imperialismo na América Latina: o papel das burguesias e as consequências para o Brasil", de Bernardo Murratt analisa historicamente o capitalismo e sua inserção no subcontinente latino-americano e no Brasil dos anos 1970 até a atualidade. A ideia do artigo é mostrar como funcionam as relações das classes burguesas locais com o centro capitalista em cada padrão de acumulação no subcontinente e defender uma visão do sistema capitalista como totalidade única, em que a reprodução do sistema no Norte Global tem influência significativa nos Estados do Sul.

A edição número 6 também conta com o "Texto para discussão" de Fabio Luis Barbosa e Daniel Feldmann intitulado "Por que a onda progressista não abriu caminho para um mundo melhor?" no qual, diante do agravamento de problemas econômicos e sociais no contexto da pandemia que ensejaram um "revival" keynesiano nos países industrializados, o autor questiona se faz sentido reviver o progressismo como uma alternativa civilizatória na América Latina. Problematizando a ideologia do progresso e explorando a situação de diferentes países latino-americanos no contexto que antecedeu a pandemia do coronavírus, o trabalho explora a hipótese de esgotamento do progressismo, elencando para isso as noções de "contenção aceleracionista", "progressivismo regressivo" e "neoliberalismo inclusivo". Ao invés de explicar o momento político atual como uma reação a avanços precedentes, sugere-se que a tentativa de conter o processo histórico de dessocialização nos marcos da crise estrutural do capitalismo implicou em práticas, dispositivos e políticas que terminaram acelerando este mesmo processo, como é detalhado no caso brasileiro. O texto se encerra com um paralelo entre as expectativas de um retorno keynesiano no contexto da pandemia e os limites do horizonte civilizatório progressista para enfrentar os problemas estruturais agravados por esta situação inédita.

A seção "Ensaio Crítico" conta com duas contribuições. A primeira, de Paulo de Tarso Soares, intitulada "Lenin e a fase monopolista/imperialista do capitalismo" faz um exame rigoroso da obra clássica de Lênin sobre o Imperialismo, tratando de seus traços fundamentais, da concentração e centralização do capital que conduz à monopolização, à constituição do capital financeiro e da oligarquia financeira, à divisão do mundo entre os grandes monopólios capitalistas e entre as grandes potências. Aqui, o Imperialismo é tratado como uma fase específica do capitalismo, sua fase monopólica – fase em que, segundo ao autor, deve ser situado o capitalismo contemporâneo –, em que se afirmam tendências à decomposição e ao parasitismo, ao mesmo tempo em que, em virtude da socialização da



produção, se criam condições para uma transição ao socialismo. Nesse exame, subjaz uma proposição, exposta ao final, sobre o estatuto da luta de classes no pensamento de Lênin, bem como uma problematização do tratamento dado por Lenin à dialética.

Já o segundo ensaio, de Mauro Donato, “As redes sociais a serviço do imperialismo do capital e dos Estados Unidos”, traz um debate sobre as redes sociais como instrumentos a serviço do capital. O autor argumenta que no mundo moderno o poder se encontra na desinformação, a qual tem corroído as democracias. As chamadas *fake news* são o recurso mais eficaz para polarizar uma sociedade de modo a perturbá-la em variados níveis, em diversas esferas, predispondo-a a conflitos. Para o autor, a ascensão da extrema direita mundo afora é fruto do adensamento desses grupos nas redes sociais, visando ratificar seus objetivos elementares: preservar a concentração de renda, a exploração da força de trabalho e o extrativismo irresponsável de recursos naturais.

Por fim, a Luciana Mizutani traz uma resenha sobre o podcast “O céu que cai sobre a terra – flechas para adiar o fim do mundo” do canal o Bordo Podcast. A história retratada neste episódio é inspirada no livro “A queda do céu: palavras de uma xamã yanomami” e no conto “O céu ameaça a terra”, uma lenda do povo ikolen-gavião. O áudio-drama retrata a situação de uma aldeia que está na fricção entre dois mundos, o mundo tradicional do seu povo e o mundo (in)civilizado onde vivemos. Neste contexto, Kamori e Muni, os personagens desta história, são deixados para trás para resolver os problemas da aldeia. Neste processo, em alusão às recentes queimadas das nossas florestas, explora-se as feridas que o imperialismo deixa nos povos originários, queimando e destruindo a todo custo seu território, sua cultura e sua existência, abrindo caminhos para o fim do mundo.

Encerra a edição uma entrevista com o Professor Osvaldo Coggiola. Os coordenadores deste número conversaram com o marxista argentino sobre o imperialismo. Relembramos a trajetória do acadêmico, seu exílio da argentina durante a ditadura, vida em Paris e vinda para o Brasil. Conversamos sobre o debate clássico do imperialismo, sobre as mutações que o imperialismo sofreu no pós guerra, sobre o imperialismo de longa duração na América Latina e a necessidade de atualização do conceito de crise para compreensão do fenômeno imperialista. Terminamos este debate com uma apreciação do autor sobre a relação entre a conjuntura brasileira – a eleição de Bolsonaro e a volta dos militares no poder – com o imperialismo em sua fase atual.



Assim, através dos artigos, textos para discussão, colagens, resenha, ensaios e entrevista, esta edição da **Revista Fim do Mundo** buscou apresentar alguns debates sobre a atualidade do imperialismo. Fica evidente na multiplicidade de temas, interpretações e períodos históricos analisados que é candente a recuperação do debate acadêmico clássico e crítico sobre o tema, assim como a reincorporação da categoria do imperialismo para compreensão dos fenômenos em curso na América Latina e no Brasil. Com estas discussões, pretendemos avançar na recuperação do imperialismo enquanto uma categoria de análise e reflexão, pautando a perspectiva anti-imperialista como determinante para se evitar o desígnio do Fim do Mundo.

19

Dezembro de 2021.

Coordenação do Dossiê Temático

Fábio A. de Campos | Carlos Alberto Cordovano Vieira | Aline Miglioli |
Ivan Lucon Jacob

E os Editores.



Debate do Fim do Mundo

20



O capital financeiro na origem do imperialismo: uma leitura sobre seu uso categorial no debate clássico

Maurício de S. Sabadini¹
Fábio Antonio de Campos²

21

Resumo

O objetivo deste artigo é discutir a categoria capital financeiro, tendo como referência sua utilização no debate clássico do imperialismo. Para isso, revisitaremos autores centrais da interpretação fundante do imperialismo, como Hilferding, Hobson, Bukharin, Rosa Luxemburgo, Kautsky e Lenin, procurando apontar as possibilidades e os limites da utilização desta categoria na apreensão de fenômenos específicos do capitalismo. Ao mesmo tempo, procuraremos também indicar a importância da mediação teórica para uma adequada compreensão das relações concretas do capital financeiro, de modo a historicizar a categoria dentro do contexto socioeconômico da época.

Palavras-chaves: capital financeiro; imperialismo; Hilferding; Hobson; Bukharin; Rosa Luxemburgo; Kautsky e Lenin.

¹ Doutor em Economia pela Universidade Paris 1 Panthéon-Sorbonne, pesquisador do CNPq, professor do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).| sabadini.mauricio@gmail.com

² Doutor em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da UNICAMP, professor e pesquisador do Núcleo Institucional de História Econômica (NIHE), do Centro de Estudos do Desenvolvimento Econômico (CEDE) da mesma instituição. Membro do Instinto Brasileiro Estudos Contemporâneo (IBEC).| fcampos@unicamp.br



Resumen

El propósito de este artículo es discutir la categoría de capital financiero, teniendo como referencia su uso en el debate clásico sobre el imperialismo. Para ello, revisaremos a autores centrales de la interpretación fundacional del imperialismo, como Hilferding, Hobson, Bujarin, Rosa Luxemburg, Kautsky y Lenin, tratando de señalar las posibilidades y límites del uso de esta categoría en la aprehensión de fenómenos específicos del capitalismo. Al mismo tiempo, también buscaremos señalar la importancia de la mediación teórica para una adecuada comprensión de las relaciones concretas del capital financiero, con el fin de historizar la categoría dentro del contexto socioeconómico de la época.

Palabras clave: capital financiero; imperialismo; Hilferding; Hobson; Bukharin; Rosa Luxemburgo; Kautsky y Lenin.

Abstract

The purpose of this article is to discuss the category of finance capital, having as a reference its use in the classic debate on imperialism. For this, we will revisit central authors of the founding interpretation of imperialism, such as Hilferding, Hobson, Bukharin, Rosa Luxemburg, Kautsky and Lenin, trying to point out the possibilities and limits of the use of this category in the apprehension of specific phenomena of capitalism. At the same time, we will also seek to indicate the importance of theoretical mediation for an adequate understanding of the concrete relations of finance capital, in order to historicize the category within the socioeconomic context of the time.

Keywords: financial capital; imperialism; Hilferding; Hobson; Bukharin; Rosa Luxemburgo; Kautsky and Lenin.

Introdução

O objetivo deste artigo é o de apontar algumas interpretações sobre a categoria capital financeiro em autores clássicos, estes que tinham como um dos eixos centrais de análise a compreensão do imperialismo, num determinado contexto histórico de avanço do modo de produção capitalista na busca por novas formas de acumulação. Para isso, apresentaremos o seu surgimento e sua disseminação na literatura marxista, particularmente destacando as obras de Rudolf Hilferding, Rosa Luxemburgo, Karl Johann Kautsky, Nikolai Ivanovich Bukharin e Vladimir Ilyich Ulianov (Lenin). Adicionalmente, devido à sua importância, exporemos também um autor não-marxista, John Atkinson Hobson, e sua influência nas obras que trataram das teorias do imperialismo a partir do século XX. Ao mesmo tempo, complementaremos com outros autores que serão apresentados ao longo



da exposição para que tenhamos noção do uso desta categoria e do avançar das discussões.

Levando em consideração este propósito, alguns questionamentos podem aparecer neste momento inicial de leitura: por que é importante entender de forma apropriada uma categoria como esta, dentre inúmeras outras existentes na literatura científica? Por que também entendê-la em diversos autores, observando suas semelhanças e diferenças, estes que se debruçaram na tentativa de compreender a dinâmica e transformação do modo de produção capitalista em seu tempo histórico? Por que um termo adquire relevância tão grande na compreensão do próprio funcionamento da sociedade capitalista? Por que ela, além de ter sido usada por autores clássicos ao longo do século XX, também nos serve como ferramenta, mesmo que parcial, para desvendar fenômenos que se manifestam intensamente no capitalismo contemporâneo e, portanto, em nosso cotidiano marcado pelo 'fim do mundo'? E, finalmente, por que não apreendê-la de forma adequada pode provocar interpretações insuficientes da configuração do capitalismo em nossa atualidade?

Responder estas e outras perguntas não é algo tão simples de se fazer. De fato, estes questionamentos perpassam, em maior ou menor proporção, por outras categorias que, por questão de escopo deste artigo, não serão aqui discutidas, como o capital a juros (D-D-M-D'-D') e o capital fictício (D-D'), apresentadas por Marx no Livro III de *O capital*, e que guardam, ou podem guardar, relações imbricadas com o capital financeiro. Ou seja, denominações categoriais diversas que nos permitem fazer reflexões sobre a maneira que o capitalismo se organiza e reorganiza na busca de produção e apropriação de excedente sob a forma de mais-valia. Por isso, e é importante que se frise, não pretendemos dar respostas definitivas e acabadas para cada uma das perguntas feitas anteriormente, mas sinalizar para possíveis caminhos e interpretações, indicando e instigando a reflexão crítica que estas temáticas exigem.

Por mais que a discussão perpassasse mais de um século de existência, a compreensão do capital financeiro se reconfigura e ganha contornos importantes e decisivos no século XXI, em que a relação entre o capital financeiro e o imperialismo continua no centro da própria constituição do capitalismo atual, associado a um crescimento desmesurado da especulação financeira, representativa do capital fictício. Daí a importância de se recuperar e melhor compreender determinados fenômenos que, em sua



essência, continuam a ditar rumos e caminhos dos países e de seus povos na economia mundial.

Naturalmente, cada período histórico, com suas particularidades, nos aponta para mudanças e transformações profundas que interferem tanto nas etapas da produção quanto na circulação das mercadorias, no contexto da exportação de capitais. E este é um dos desafios que temos para que, a partir da apropriação teórica de autores clássicos, possamos jogar luzes e pistas sobre a configuração do capitalismo, tanto em seu espaço de acumulação mais avançado, como nos países desenvolvidos, quanto em suas formas mais atrofiadas, como nos países subdesenvolvidos; ou mesmo no jogo das relações internacionais e geopolíticas que eles fazem parte.

A própria discussão envolvendo o imperialismo, como apontaremos ao longo do artigo, como resultado da concentração e centralização do capital que gestaram o capital financeiro, em meio à necessária expansão dos mercados para dar vazão, não só ao excedente de mercadorias, mas também ao acúmulo de capitais, foi um caminho adotado por diversos autores para entender os movimentos do capital em busca de valorização. E, como disse Dobb (1983), se, por um lado, tratamos o modo de produção capitalista a partir de um conjunto homogêneo de elementos, que tem sua base fundada na criação de valor e mais-valia, por outro, não podemos esquecer que este sistema não necessariamente se encontrará em forma pura nos diversos espaços de acumulação e em seus distintos momentos históricos, o que nos exige compreender ainda mais como as categorias se manifestam em suas dinâmicas particulares de acumulação.

Estas sinalizações nos apontam para a manifestação de uma essência central, que é a forma como o modo de produção capitalista vai produzindo e se apropriando da riqueza em um contexto de expansão imperialista mundial, e como seus espaços rurais e urbanos flertam com a dinâmica da acumulação ampliada de riqueza. Categorias como a do capital financeiro podem nos dar pistas para uma melhor compreensão desta inserção historicamente subordinada dos diferentes países no mercado mundial, como a América Latina e, particularmente, o Brasil, numa complexa relação entre o capital produtivo, cada vez mais internacionalizado, e as etapas da circulação de mercadorias e de dinheiro, envolvendo o comércio de mercadorias, o comércio de dinheiro e o sistema de crédito.

Espera-se, portanto, que o conteúdo deste trabalho contribua para mostrar a importância da compreensão da categoria capital financeiro, assim como para esclarecer seus pontos centrais para que possamos utilizá-la de



maneira rigorosa. Sugerimos isso, porque é de se destacar que, tanto na literatura acadêmica quanto na de maior circulação, este termo normalmente é utilizado sem muita precisão teórica, dando margem a muitas interpretações, se não equivocadas, ao menos insuficientes do objeto em análise, podendo comprometer a análise feita em questão.

E não há como tratar da temática do capital financeiro sem dar destaque, mesmo que brevemente, a Rudolf Hilferding, proposta feita já nos dois próximos itens do texto que apontam tanto para o surgimento da categoria, quanto para as possíveis interpretações existentes em sua obra principal. Em seguida, apresentaremos o capital financeiro nas obras de alguns autores clássicos, apontados anteriormente, procurando sempre que possível indicar outros autores contemporâneos que igualmente deram luz às formas do capital financeiro e suas relações imperialistas. E, por fim, algumas considerações finais.

1. O surgimento da categoria e suas controvérsias

Começemos por uma afirmação que pode parecer equivocada para muitos: a categoria capital financeiro foi originalmente construída por Hilferding em seu livro *O capital financeiro*, não se tratando, portanto, de uma construção de Marx em sua obra principal, *O capital*. Mas, quem foi Hilferding? Rudolf Hilferding era médico de formação e viveu entre 1877 e 1941. Intelectual orgânico do Partido Social-Democrata Alemão, foi ministro das finanças na Alemanha durante dois períodos, 1923 e 1929, e com a ascensão de Hitler ao poder ficou exilado em alguns países europeus sendo o último deles a França, onde foi entregue aos nazistas em 1941 pelo governo francês, capitulado aos alemães, sendo este o ano de sua morte (BOTTOMORE, 1985)³.

A importância deste autor, pouco estudado na Economia e nas outras Ciências Sociais, pode estar atrelada ao desenvolvimento de temáticas em sua obra *O capital financeiro*, terminada em 1908 e publicada em 1910, ou seja, poucos anos depois da publicação dos Livros II e III de *O capital*. Se sua obra não recebeu a devida e necessária atenção no meio acadêmico, sua influência sobre autores clássicos não foi pequena. Lenin, Böehm-Bawerk,

³ Adicionalmente, Smaldone (1988) faz uma interessante síntese da trajetória política e intelectual de Hilferding, relacionando-a ao referido Partido Social-Democrata Alemão.



Schumpeter, Sweezy, Marshall, Bukharin e Kautsky são alguns que se pautaram em Hilferding para discutir o que estava acontecendo no capitalismo do século XX, no contexto da expansão imperialista mundial. E após mais de 100 anos de sua publicação, suas ideias permanecem vivas, muitas vezes sem serem percebidas, na literatura acadêmica e fora dela.

Hilferding apresenta em sua obra temáticas variadas como o tratamento do dinheiro e do crédito, sobre as Sociedades Anônimas, sobre a bolsa de valores e os dividendos, lucros de fundador e diferenciais, as crises e o imperialismo, o capital financeiro, dentre outros⁴. Para nos adequarmos ao objetivo principal aqui proposto, trataremos somente da categoria capital financeiro⁵.

Antes de tudo, é preciso qualificar a afirmação anterior de que o termo capital financeiro não existe em Marx, ou seja, ele é originário de Hilferding, termo que, inclusive, dá nome à sua obra. Do ponto de vista semântico, Klagsbrunn (1992, p. 603) nos explica que

[...] na edição de *O capital* da Editora Civilização Brasileira, essa função específica foi traduzida como “capital financeiro”, expressão que pouco tem a ver com a original *Geldhandlungskapital*, tanto em termos literais quanto em conteúdo e que, apresenta o agravante de avançar desenvolvimentos teóricos de outro autor - Hilferding -, que se referem a aspectos mais específicos. A edição brasileira posterior de *O capital*, da Editora Abril Cultural, foi, nesse particular, bem mais precisa e correta. Ao que tudo indica, a origem do erro está na tradução francesa da Editions Sociales, Paris, 1976, (tradução de Mm Cohen-Solal e M. Gilbert Badia), na qual o título do cap. 19 p. 301 aparece como *Le Capital Financier* (Capital Marchant).

De fato, toda a diferença se encontra na tradução do título do capítulo XIX do Livro III de *O capital*, livro este que sabemos não ter sido

⁴ Sobre o lucro de fundador e diferencial, bem como semelhanças e diferenças com os lucros fictícios, ver Sabadini (2015a, 2021).

⁵ Uma discussão desta categoria em Hilferding, associado às temáticas da exportação de capitais e do imperialismo, pode ser encontrada em Campos e Sabadini (2021). Neste, discutimos o nexa imperialista que articula, em um movimento simbiótico, o desenvolvimento do capital financeiro com a exportação de capital, sinalizando que a relação entre o capital financeiro e o imperialismo está no âmago da dinâmica de acumulação do capitalismo contemporâneo.



finalizado pelo próprio autor, mas sim organizado e publicado por Engels em 1894, 27 anos depois do Livro I, este último ainda com Marx vivo. Neste referido capítulo, encontramos traduções distintas feitas em diversas línguas⁶. A nosso ver, e seguindo a indicação acima, a melhor tradução do capítulo XIX do Livro III de *O Capital* trata-se de “O capital de comércio de dinheiro”, capítulo este onde Marx apresenta um novo conjunto de capitalistas, os comerciantes de dinheiro, com funções específicas no ciclo global do capital, funções estas que se reportam a realização de pagamentos bancários, organização de atividades envolvendo os balanços contábeis dos bancos, a guarda do dinheiro, as operações de câmbio, o controle das operações em contas bancárias, dentre outras, que se desenvolvem com a própria expansão do comércio internacional.

Se no Livro I, em que se buscava descobrir a essência da produção de riqueza no modo de produção capitalista, a relação capital-trabalho se dava de forma direta entre capitalista e trabalhador, em um hipotético indivíduo representativo de cada lado, no Livro III os diferentes tipos de capitalistas (industriais, comerciantes de mercadorias, comerciantes de dinheiro, proprietários de terra), executando distintas funções no ciclo geral do capital (D – M – D’), sinalizarão para o surgimento de funções autonomizadas; adicionalmente, a concorrência entre eles se estabelecerá com o intuito de se apropriar da maior fração possível da mais-valia, seja via forma de lucros, juros, renda da terra. Este é o caso, portanto, do referido capítulo XIX, com os capitalistas intermediários de dinheiro, os chamados negociantes de dinheiro, e o surgimento dos bancos.

⁶ Nas publicações em língua francesa da Éditions Sociales (França) e da Nouvelle Frontière (Canadá), traduzidas pelas mesmas pessoas, o referido capítulo foi intitulado como “Le capital financier” (O capital financeiro); em português, as edições da Abril Cultural e da Boitempo constam como “O Capital de comércio de dinheiro”, já a edição Civilização Brasileira, como indicado no texto, sugere “O capital financeiro”. Em espanhol, encontramos traduções diferenciadas: na Siglo Veintiuno Editores foi publicado o título “El capital dedicado ao tráfico de dinero” e em outras edições como “El capital financiero”. Em inglês, notamos uma maior homogeneidade: tanto na International Publishers quanto na Collected Works, a nomenclatura dada foi a de “Money-Dealing Capital”, a nosso ver próximo ao de capital de comércio de dinheiro. Finalmente, a recente publicação dos manuscritos do Livro III, intitulada “Marx’s Economic Manuscript of 1864-1865”, da editora Brill, de 2016, que representa os rascunhos do Livro III que foram organizados e publicados por Engels sob o formato que temos na atualidade, também foi traduzido para o inglês com o título “Money-Dealing Capital”.



Desta forma, se no Livro I de *O capital*, Marx buscou descobrir, em um determinado nível de abstração, categorias centrais para desvendar a natureza da lei geral da acumulação capitalista, como, por exemplo, a mercadoria, o valor, o dinheiro, o capital e a mais-valia, analisando, portanto, o processo de produção, no Livro III, após a indicação, no Livro II, das formas funcionais do capital, estas formas aparecem autonomizadas, num contexto onde, segundo o próprio autor, e agora em outro plano de exposição, “trata-se muito mais de encontrar e expor as formas concretas que surgem *do processo de movimento do capital considerado como um todo*” (MARX, 1984, p. 23). Produção e circulação se encontram agora em uma só unidade, e categorias anteriores se concretizam agora sob formas visíveis, se revelando na aparência: o valor se manifesta sob a forma preço; a mais-valia sob o lucro; a taxa de mais-valia sob a taxa de lucro; a concorrência é exteriorizada; aparecem os juros, cuja origem vem da mais-valia; o crédito é apresentado de forma mais sistemática, apesar de, sob o dinheiro de crédito, já ter sido indicado no capítulo III do Livro I; surge também a renda da terra.

Não é demais reafirmar, que neste contexto de autonomização das formas funcionais do capital, onde cada fração do capital assume funções particulares nas etapas de produção e circulação do capital, aparecerão então capitalistas atuando na produção de mercadorias, no ciclo do capital produtivo, bem como na circulação via comércio de mercadorias (comerciantes) e comércio de dinheiro (comerciantes de dinheiro), além dos proprietários de terra. É de se destacar também que em nenhum momento encontramos neste capítulo XIX alguma definição geral, ou mesmo indicação que sinalize para supostas características conceituais e particulares tal como aparece posteriormente na obra de Hilferding, como veremos logo em seguida.

Ou seja, o capítulo XIX do Livro III, além de apresentar as funções dos comerciantes de dinheiro muito sucintamente indicadas acima, termina com as sinalizações de que as intermediações bancárias realizadas por eles são formadas pelo capital dinheiro depositado pelos capitalistas comerciantes de mercadorias e pelos industriais, sendo que, principalmente, as operações técnicas realizadas pelos bancos são remuneradas sob a forma de lucros advindos da mais-valia, sendo, portanto, um capital que não gera valor e mais-valia. Marx é muito transparente quanto a tal ideia: “É igualmente claro que seu lucro é apenas uma dedução da mais-valia, uma vez que só tem a ver com valores já realizados (mesmo que realizados apenas em forma de títulos de crédito)” (MARX, 1984, p. 242).



Mesmo que na atualidade uma fração do lucro também venha da cobrança de taxas bancárias, fica claro que esta é uma forma autonomizada de capital que desempenha funções primordiais para o ciclo geral, mas que não gera riqueza do ponto de vista da totalidade; ademais, aproveitamos a ocasião para frisar, ao contrário do que possa parecer para muitos, que as categorias mais-valia e lucro, apesar de interdependentes, são distintas. Ou seja, como sugerido anteriormente, em que pese o vínculo entre elas, o nível de abstração encontra-se em estágios distintos, onde a mais-valia aparece sob a forma dissimulada do lucro, ela “recebe a forma transmutada de *lucro*” (MARX, 1984, p. 29).

Portanto, reside aí, na tradução do título do capítulo XIX, o início de todo o imbróglio categorial que se desdobra em possibilidades interpretativas diferenciadas, como veremos logo a seguir. Mas, para além da semântica e das traduções, o mais importante é que existem implicações teóricas distintas na utilização do termo capital financeiro. E é justamente aí que queremos melhor qualificar o debate.

2. Diferentes interpretações sobre o capital financeiro em Hilferding⁷

Um aspecto muito importante quando tratamos do capital financeiro, é que existe uma ambiguidade conceitual na obra de Hilferding, quiçá uma contradição. Identificamos três leituras diferenciadas que dão interpretações díspares para o mesmo termo. Uma delas, que chamamos de “visão tradicional”, e que é a adotada pela ampla maioria dos autores clássicos e contemporâneos, resgata o sentido do termo exatamente como está descrito no próprio livro do autor, qual seja:

A dependência da indústria com relação aos bancos é, portanto, consequência das relações de propriedade. Uma porção cada vez maior do capital da indústria não pertence aos industriais que o aplicam. Dispõem do capital somente mediante o banco, que perante eles representa o proprietário. Por outro lado, o banco deve imobilizar uma parte cada vez maior de seus capitais. Torna-se, assim, em proporções cada vez maiores, um capitalista industrial. Chamo de capital financeiro o capital bancário, portanto o capital em forma de

⁷ Este item foi baseado em Sabadini (2015b). Encontramos também em Lupatini (2017) uma ampla abordagem sobre interpretações do capital financeiro.



dinheiro que, desse modo, é na realidade transformado em capital industrial. Mantém sempre a forma de dinheiro ante os proprietários, é aplicado por eles em forma de capital monetário – de capital rendoso [portador de juros] – e sempre pode ser retirado por eles em forma de dinheiro. Mas, na verdade, a maior parte do capital investido dessa forma nos bancos é transformado em capital industrial, produtivo (meios de produção e força de trabalho) e imobilizado no processo de produção. Uma parte cada vez maior do capital empregado na indústria é capital financeiro, capital à disposição dos bancos e, [empregado] pelos industriais (HILFERDING, 1985, p. 129).

Nos chama a atenção pelo menos dois aspectos centrais nesta citação: um, o caráter de dependência do capital produtivo para com o bancário, ou seja, a indústria torna-se subordinada aos bancos; segundo, a transformação do capital bancário em produtivo, que se associa ao financiamento da produção pelo capital dinheiro depositado nos bancos, seguida do controle monetário pelas instituições bancárias. O contexto deste processo está relacionado a uma mudança na forma de propriedade, já que as Sociedades Anônimas (SA's), caracterizadas pela venda de seus títulos de propriedade, as ações, começam a aparecer mais claramente como forma de organização capitalista, ao lado das tradicionais empresas familiares. Desta forma, este termo, o mais conhecido de Hilferding, indica que “os setores do capital industrial⁸, comercial e bancário, antes separados, encontram-se agora sob a direção comum das altas finanças, na qual estão reunidos, em estreita união pessoal, os senhores da indústria e dos bancos” (*ibid*, p. 283).

Ao mesmo tempo, alguns autores, como Sweezy (1983), por exemplo, adotam uma “visão intermediária” ao considerar esta perspectiva inicial de Hilferding, da fusão dos bancos com a indústria, porém recusando a tese de dominação do capital bancário, admitindo que esta pode se manifestar apenas de forma transitória. Na mesma linha, Lenin (1979), ao tratar do imperialismo, adota os princípios gerais do termo anterior de capital

⁸ Devemos destacar que o termo capital industrial em Marx não é sinônimo de capital produtivo, como parece ser a tradução feita acima, e como costumeiramente, e de forma equivocada, encontramos na literatura especializada. Para Marx, o capital industrial é usado “no sentido de que abarca todo ramo da produção conduzido de modo capitalista” (MARX, 1984, p. 41), ou seja, inclui as duas fases da circulação e a da produção. Nas traduções inglesa e francesa, também constatamos a utilização do termo capital industrial.



financeiro de Hilferding, sugerindo que na fase monopolista do capitalismo, uma das características do imperialismo é a “(...) fusão do capital bancário e do capital industrial, e criação, com base nesse ‘capital financeiro’, de uma oligarquia financeira” (p. 88), que Marx apontou no Livro III como uma nova aristocracia financeira. Lenin, como Sweezy, faz acréscimo ao termo capital financeiro dizendo que “(...) esta definição é incompleta, na medida em que silencia um fato da mais alta importância, a saber, a concentração da produção e do capital, a tal ponto desenvolvida que ela dá e já deu origem ao monopólio” (*ibid*, p. 46).

Num outro extremo, encontramos uma “visão alternativa”, pouco utilizada, mas de leitura mais abrangente da obra de Hilferding. Resumidamente, os autores acreditam que o capital financeiro foi utilizado de maneira superficial, como nas leituras acima, e procuraram associar a concepção de capital financeiro com a transição vivida pelo capitalismo no final do século XIX para um momento posterior onde o predomínio financeiro passou a se verificar. A lógica financeira rompe as barreiras da acumulação, racionalizando a prática gerencial e impondo novos parâmetros na dinâmica da acumulação privada, associado a transformação da forma da riqueza do controle direto da propriedade para os títulos de propriedade via ações, permitindo acesso aos direitos de gestão sobre a produção. Mais importante, e talvez aqui esteja a diferença central, é “(...) a análise do seu movimento principal: a liquefação dos haveres capitalistas – da riqueza privada. Não se trata (...) de uma fusão entre banco e indústria, mas antes de uma combinação dos atributos dos capitais bancário (liquidez) e industrial (valorização)” (PINTO, 1994, p. 75). Dito isso, o enfoque principal do capital financeiro recai sobre a mudança da riqueza da forma produtiva para os títulos negociáveis, incidindo no comumente chamado mercado financeiro o poder de decisões sobre a acumulação capitalista.

Esta leitura também é compartilhada por Guillén que acrescenta, a nosso ver, uma categoria importante em sua análise, o capital fictício, este presente em Marx. Segundo ele, “o capital financeiro é um novo segmento do capital, não o velho capital bancário a serviço da indústria” (GUILLÉN, 2011, p. 4); por isso, insere um significado mais profundo na análise que reflete o fato de que o capital financeiro é o resultado da concentração e centralização de capitais e do surgimento das SA’s e, mais importante, “(...) o controle por parte do capital financeiro da emissão e propriedade do capital fictício, quer dizer aquele capital em forma de ações, debêntures e qualquer



tipo de títulos financeiros que como brilhantemente havia intuído Marx duplica o capital real investido na produção” (*ibid*, p. 49).

Do que vimos até então, dá para intuir que, apesar da definição tradicional ser a mais usada, ser a mais convencional na interpretação do capital financeiro, outras leituras retiraram do trabalho de Hilferding compreensões não tão canônicas, sugerindo leituras mais totalizantes da obra. Independente disso, podemos perceber então que a compreensão do capital financeiro, sem um critério rigoroso de seu conhecimento, pode provocar interpretações diferenciadas e por vezes insuficientes para se entender determinados fenômenos, principalmente ao observarmos as mudanças recentes no capitalismo contemporâneo. Ora podemos associá-los a uma forma de relacionamento estreito entre indústria e bancos, importante em alguns períodos históricos da formação capitalista, que caracteriza boa parte da industrialização dos países periféricos, ora podemos entendê-lo numa concepção mais atrelada aos movimentos financeiros, notadamente via compra e venda de papéis. Dito isso, seu uso, sem a devida qualificação, pode levar a interpretações superficiais, inclusive quanto ao papel político e econômico das estruturas de poder capitalista.

De todas as formas, foi a categoria tradicional, em que se associa a indústria aos bancos, e por eles financiados, é que acabou se consolidando na literatura, tanto nos autores clássicos, quanto nos contemporâneos, como veremos a seguir. Só que existe um lapso histórico importante entre Hilferding, no seu tempo de fim do século XIX ao início do século XX, num contexto de expansão da industrialização na economia mundial, para o tempo atual, cuja dinâmica fictícia do capital adquire no século XXI proporções no mínimo diferenciadas, em que pese que as formas de capital ligadas ao circuito financeiro continuam a movimentar e influenciar diretamente o capital produtivo.

3. O capital financeiro no debate clássico do imperialismo

Talvez uma das aplicações mais conhecidas de capital financeiro de Hilferding (1985) seja a de Lenin (1979), sucintamente apontada anteriormente, que julga ser fundamental para a explicação histórica do imperialismo na fase madura do capitalismo. Mesmo admitindo, para a compreensão do processo de produção e de apropriação do valor no capitalismo, que o nível de abstração seja menor em relação a categorias como o capital a juros e o capital fictício de Marx (Livro III *d'O Capital*, 2017),



o uso em 1916 por Lenin (1979) do termo, bem como sua ampliação na análise do monopólio e do caráter “parasitário” das finanças imperialistas, constitui uma de suas principais bases de sustentação analítica. A categoria se mostrou também para o autor russo como um elemento essencial de persuasão política na construção da Revolução de 1917, em meio a uma guerra mundial em curso⁹.

A apropriação de Lenin (1979) de capital financeiro diz respeito à definição clássica de Hilferding (1985), a visão tradicional sinalizada anteriormente, que seria a combinação entre capital bancário e capital produtivo, cuja dinâmica monopolizadora da concentração da produção impunha o imperialismo como a superestrutura de dominação capitalista na “fase superior”. Nesse sentido, Lenin não apresenta uma teoria nova do capital financeiro, nem mesmo do imperialismo em si. Sua contribuição está, todavia, em fazer uma síntese de formulações anteriores do imperialismo e utilizá-las como um diagnóstico preciso que influenciaria na organização revolucionária contra o capitalismo na Rússia em 1917. Daí esta experiência de articulação entre teoria e prática (*práxis*), a serviço da Revolução Bolchevique, o colocar como um dos mais importantes intérpretes do debate do imperialismo, como apontou o próprio Lukács (2012).

Mesmo antes de surgir a ideia de capital financeiro de Hilferding (1985) em 1910, o livro do inglês Hobson (1981) – *O Estudo do Imperialismo* – de 1902 também subsidiou a obra de Lenin (1979). Embora fosse um autor liberal, defensor do livre-comércio e da suposta “missão democrática” do capitalismo, Hobson trazia estudos pioneiros sobre a combinação entre finanças e indústria que gestaram a categoria de capital monopolista, e que vários autores do século XX, como Baran (1984), Sweezy (1983), Baran e Sweezy (1984) e Magdoff (1972), utilizariam.

Na obra de Hobson (1981), de 1902, ficava evidente sua concepção das finanças no contexto do capitalismo vitoriano inglês, em que identificava a *City* de Londres como o espaço no qual a especulação “parasitária” instrumentalizava o Estado e os negócios industriais para promover investimentos estéreis do ponto de vista do consumo. Essa especulação financeira inviabilizaria o “crescimento saudável” do mercado interno, se projetando ao exterior na forma de recolonização de áreas periféricas, enquadradas militarmente por meio de políticas imperialistas. Hobson (1981)

⁹ Sobre a importância da teoria do imperialismo para a Revolução de 1917 ver Sampaio Jr (2001) e Campos (2019).



entendia, assim, o imperialismo como algo que se conectava com o passado aristocrático inglês, sobretudo o da classe de rentistas agrários, comprometidos a formas autoritárias de condução do poder¹⁰. A natureza “parasitária” das finanças que engendravam politicamente o imperialismo anulava tanto as potencialidades de livre-comércio, quanto o caráter democrático, progressista do capitalismo. Portanto, em síntese, o imperialismo seria exógeno à lógica de reprodução capitalista, em uma chave argumentativa oposta aos autores marxistas, como se fosse originado de maneira independente do próprio modo de produção em consolidação naquele momento histórico.

Mas, mesmo estando ideologicamente numa posição contrária, Lenin (1979) reconhecia na obra de Hobson elementos imprescindíveis para a compreensão do capital financeiro e de seu caráter monopolista, supostamente “silenciados”, segundo ele, por Hilferding (1985). No que tange a questão monopolista, Hobson (1981) advogava que a Revolução Industrial, movida pela expansão tecnológica e creditícia, criava uma estrutura produtiva de grande escala, trustificada, maior que as necessidades internas de consumo, cuja saída econômica para defesa da rentabilidade seria a exportação de capitais. Essa trustificação da economia forçava a reinvenção de formas imperiais de dominação – oriundas desde pelo menos o Império Romano, de modo a garantir uma rentabilidade que comprometia os “avanços civilizatórios”. Ao passo que o “parasitismo” das finanças se definia para o autor pela união de capitalistas industriais e banqueiros em torno de uma política imperialista para mobilizar gastos do Estado, e com isso manter uma fonte direta de lucratividade¹¹. Neste ponto de união entre Estado, industriais e banqueiros no âmbito da realidade britânica, Hobson (1981) mostrou o poder das finanças para articular interesses dispersos em torno de um objetivo único de valorização financeira. Questão essa, que o

¹⁰ Para uma contextualização histórica da obra de Hobson, ver Mariutti (2016).

¹¹ Mariutti (2021, p.18) sublinhou tal ponto na obra de Hobson (1981) da seguinte forma: “o foco no papel conspiratório e nefasto da Elite financeira é um inteligente aprimoramento da antiga crítica dos liberais radicais contra a aristocracia fundiária que, como se sabe, afirmavam que o mercado não pode funcionar adequadamente enquanto poucos concentrarem a propriedade da terra. Hobson percebeu que o desenvolvimento da finança recria esta aristocracia em novas bases: lhe dá mais poder – pois aglutina diversos interesses monopolistas até então desconexos – e, simultaneamente, torna menos visível o seu papel à percepção do público”.



próprio Hilferding, futuramente em sua categoria de capital financeiro, iria explorar sobre a cartelização das economias nacionais, a qual

[...] unifica o poder econômico e eleva assim diretamente sua eficácia política. Ela uniformiza simultaneamente os interesses políticos do capital e faz com que todo o peso da força econômica atue diretamente sobre o poder estatal. Ela une os interesses de todo o capital e se apresenta assim, perante o poder do Estado, de forma muito mais coesa do que o capital industrial disperso da época da livre-concorrência. Ao mesmo tempo, o capital encontra ainda em outras classes da população uma disposição de apoio muito maior (HILFERDING, 1985, p. 318).

Hilferding entendeu igualmente essa noção de unidade do poder financeiro, identificada por Hobson, como uma nova configuração da riqueza acumulada:

[...] pela separação entre a função da propriedade e a direção da produção, como a supõe o sistema de ações, surge a possibilidade e – com a intensificação da renda, por um lado, e o aumento do lucro industrial extra, por outro – a concretização de uma solidarização dos interesses de propriedade. A “riqueza” não é mais diferenciada segundo suas fontes de rendimento e segundo sua origem do lucro ou do rendimento, mas afluí agora da participação em todas as porções em que se divide a mais-valia produzida pela classe operária (*Idem*, 1985, p. 321).

Segundo Hobson (1981), era exatamente esta unidade de interesses das finanças que se aproveitava do protecionismo para criar uma rede de prestamistas, fazendo com que seus investimentos se sobrepusessem aos ganhos com o livre-comércio. A dívida pública se tornava um excelente meio de direcionar poupanças ociosas para áreas lucrativas, tendo o Estado como fiador que, na verdade, significava um instrumento privilegiado de financiar o imperialismo.

Nesse sentido, Hobson (1981) sintetizou a essência do imperialismo como aquela que

[...] está no desejo de poderosos e círculos industriais e financeiros bem organizados de assegurar e potencializar, a expensas dos fundos públicos e usando das forças armadas do



país, mercados privados para seus excedentes de bens e de capitais. A guerra, o militarismo e uma “política exterior enérgica” são os meios que se precisam para conseguir este resultado (HOBSON, 1981, p. 116, *tradução livre*).

A organização de um governo democrático e imbuído de verdadeiros “interesses públicos”, capazes de controlar as finanças, distribuir renda e alavancar o consumo produtivo, seria então, a única saída, segundo o inglês, para extirpar o imperialismo e fortalecer a essência liberal do capitalismo. De forte crítica moral ao imperialismo, e até mesmo com fundo cristão, observamos, dessa maneira – à revelia ideológica do Hilferding de 1910 e de Lenin, o reformismo de Hobson como precursor da socialdemocracia e do keynesianismo, amplamente defendidos no século XX em oposição ao socialismo.

Ao mesmo tempo, antes do livro de 1902, na obra: *A Evolução do capitalismo moderno* de 1894, Hobson (1983) trazia uma importante contribuição para entender como que nas grandes corporações estadunidenses se utilizavam do domínio monopolista para internalizar uma gestão estratégica entre lucros industriais de bens tangíveis e lucros especulativos de intangíveis, antecipando, até certo ponto, algumas noções que seriam associadas à categoria de capital financeiro de Hilferding:

Nas empresas honestas de capital acionário, embora a forma de capitalização seja atribuir um valor separado aos ativos tangíveis — terra, edifícios, maquinaria, estoques etc. — e aos ativos intangíveis, como direitos de patentes e reputação, a avaliação real dos ativos fundamenta-se na capacidade de lucro. Se, como acontece frequentemente, os ativos tangíveis são avaliados pelo custo de produção ou de substituição, os ativos intangíveis só podem ser avaliados por sua produtividade líquida, que, por sua vez, só pode ser estimada atribuindo-se a eles todo o valor do capital dos ganhos estimados futuros, além daquele que é designado como custo ou substituição dos ativos tangíveis. A reputação no mercado é, de fato, o ativo elástico comumente usado para estender a capitalização até o limite da capacidade de lucro capitalizada ou além deste (HOBSON, 1983, p. 181).

Como vimos anteriormente, autores da “visão alternativa” de Hilferding, como Pinto (1994) e Guillén (2011), reconheceram nesse tipo de



gestão financeira uma característica atual para explicar a “financeirização”¹². Mas Hobson, diferente de Hilferding, identificou nas finanças um caráter mais independente e autônomo internacionalmente, que antecipava momentos contemporâneos do capitalismo, como aqueles que se viu após a Segunda Guerra Mundial¹³:

Os trustes e outras empresas manufatureiras que destinam sua produção exclusivamente ao mercado interno não só exigem com mais premência mercados estrangeiros, como também se mostram mais ansiosos de assegurar mercados protegidos, objetivo que só podem alcançar com a expansão de sua área de dominação política (HOBSON, 1983, p. 193). [...] Essa cosmopolitização das finanças é um resultado, natural e normal, da comunicação material e moral aperfeiçoada entre os vários países do globo. Mas, em larga medida, ela provém de uma restrição de mercados internos, que deve ser qualificada de artificial, no sentido de que os trustes, os *pools* e outras combinações industriais e financeiras, ao retirar do produto agregado uma quantidade maior de “lucro” do que podem empregar, para a obtenção de lucros posteriores nesses ou em outros investimentos internos, são levados a olhar sempre para mais longe e a utilizar toda sua influência financeira e política para desenvolver mercados estrangeiros por meios, pacíficos ou violentos, que melhor sirvam a seus objetivos. Em cada caso, o financista é o instrumento ou veículo dessa pressão: uma torrente cada vez mais volumosa de poupanças de investidores transfere-se continuamente para o sistema bancário e financeiro que ele controla; para manter seu fluxo, com o máximo de ganho, o financista deve achar ou engendrar novos investimentos (HOBSON, 1983, p. 194).

Dessa forma, Lenin (1979) encontrava em Hobson seu ponto de apoio para analisar o capitalismo monopolista, e em vários momentos enfatizara

¹² Pensada para o capitalismo contemporâneo, outros autores como Tavares e Belluzzo (2009) e Chesnais (1996) também utilizaram desta reflexão para entender a “financeirização” e/ou a “mundialização” das grandes corporações.

¹³ Essa noção internacionalizante das finanças está também na obra de 1902 de Hobson (1981), o que levou a alguns intérpretes de Lenin, como: Brewer (2000), Callinicos (2009), Harvey (2013) e Kemp (1972), a defenderem que a sua teoria do imperialismo está mais alinhada com o autor inglês que com Hilferding, que analisou o capital financeiro a partir de uma base nacional, notadamente alemã.



sua vantagem em relação a Hilferding. Nos *Cadernos do Imperialismo* de 1915, por exemplo, Lenin (1986) apontava vários problemas de Hilferding, tais como: i) o erro teórico sobre o dinheiro; ii) a negligência com a divisão do mundo pelo imperialismo; iii) além de ignorar o caráter “parasitário” e o “oportunismo” do capital financeiro. Embora de fato Hilferding não tenha dado a semelhante ênfase a estes pontos, especialmente à temática do monopólio, a verdade é que ele teorizava sobre o mesmo repertório de questões que o do Lenin. No capítulo 11 de *O Capital Financeiro: “Os monopólios capitalistas e os bancos”*¹⁴, por exemplo, Hilferding (1985, p. 217) dedicou-se a analisar o cartel ou truste como sendo “uma empresa de grande poder de capital. Nas relações mútuas de dependência entre empresas capitalistas, é sobretudo a força do capital que decide qual empresa cai na dependência de outra”. Com isso, o autor austríaco deixou explícita a relação dos bancos com os monopólios, e o poder que emanava de sua associação com a indústria, forjando o capital financeiro na famosa citação que vimos anteriormente (também no capítulo 11 de sua obra).

Entre Hilferding em 1910 e Lenin em 1916, existem mais duas obras fundamentais para o debate clássico do imperialismo. Em *A Economia mundial e o Imperialismo*, escrita em 1915, por Bukharin (1984), o capital financeiro é central; ao passo que para Rosa Luxemburgo (1985), em *A Acumulação do Capital* de 1913, o termo não aparece. Ao identificar diversas limitações teóricas no modo como Rosa Luxemburgo se apropriou e criticou Marx, o próprio Bukharin, defendendo a contribuição de Hilferding, iria escrever uma obra em 1924 – *Imperialismo e Acumulação de Capital* – para criticar a teoria de imperialismo da autora polonesa. Uma das hipóteses de Bukharin (1972), sobre as inúmeras limitações teóricas que ele identificou em Rosa, estava justamente a de não apresentar o termo de capital financeiro e sua relação com os monopólios, prescindindo das contribuições de Hilferding e Hobson, respectivamente.

Ao preferir construir sua teoria com base na necessidade de realização externa da mais-valia, em regiões não capitalistas, para Bukharin (1972), Rosa simplesmente ignorou a dinâmica expansiva dos cartéis e trustes, inclusive, a internacional, pela exportação de capital, que se daria no acirramento da concorrência intercapitalista pela busca do “lucro extra”¹⁵.

¹⁴ Questão enfatizada por Lupatini (2015).

¹⁵ A mais-valia extra foi apresentada, brevemente, no capítulo X do Livro I de *O capital*, sendo que no capítulo X do Livro III, “Equalização da taxa geral de lucro por



Com isso, ela definiria “equivocadamente” imperialismo como “expressão política da acumulação de capital na sua luta concorrencial por aquilo que resta ainda do meio não capitalista” (LUXEMBURGO In: BUKHARIN, 1972, p. 312). Em sua crítica, Bukharin argumentou:

Primeiro, o capital lutou sempre por “aquilo que ainda resta” (aliás uma expressão mais do que imprecisa). Segundo, infere-se desta definição que uma luta por territórios que já se tornaram capitalistas não é imperialismo, conclusão totalmente incorreta. Terceiro, infere-se desta mesma definição que uma luta por territórios já “ocupados” também não é imperialismo. Mais uma vez, este fator da definição está totalmente incorreto. Toda a definição enferma do erro fundamental de, ao analisar o problema, não ter minimamente em conta a necessidade de uma caracterização específica do capital como o *capital financeiro* (BUKHARIN, 1972, p.312; grifos do autor).

Outra crítica de Bukharin (1972) foi que exatamente por não utilizar a categoria de capital financeiro – que teria na relação dos bancos com as condições de produção monopolista uma dimensão imprescindível, Rosa não conseguiu delimitar a especificidade histórica do imperialismo, ficando presa à fase colonialista de acumulação primitiva de capital, principalmente à experiência ibérica do século XVI, ou abstratamente, ao “capitalismo enquanto tal”. E, assim, o autor russo concluiu que “a moderna expansão capitalista difere da anterior pelo fato de *reproduzir o novo tipo histórico das condições de produção a um nível alargado* [ampliado], *i.e., o tipo das condições do capitalismo financeiro*. É nisto que reside a característica essa de que Rosa Luxemburgo se não apercebeu minimamente” (BUKHARIN, 1972, p. 317; grifos do autor)¹⁶.

meio da concorrência. Preços de mercado e valores de mercado. Lucro extra”, Marx (2017) aponta para o lucro extra como forma de manifestação mais concreta. Para maiores detalhes, consultar: Carcanholo (2013), capítulo 5.

¹⁶ No entanto, contradizendo Bukharin (1972), uma contribuição importante de Rosa Luxemburgo (1985) foi o papel que o militarismo, por meio de uma economia de guerra inédita, assumiu no capitalismo plenamente constituído. Ao mostrar como essencial para reprodução no centro do sistema, o controle de reservas de força de trabalho, natureza e matéria-prima, Rosa revelou como o militarismo e sua articulação estatal, poderia ser ao mesmo tempo um meio para a valorização capitalista, e um fim em si mesmo, ao mover negócios extremamente lucrativos em momento de guerra e de paz via corrida armamentista. Tal característica, que revela a



Ainda que seja pertinente essa crítica de Bukharin, a ausência de capital financeiro e de monopólio na obra de Rosa Luxemburgo não significa que a sua teoria de imperialismo seja descartável. Pelo contrário, pois, distante do espaço extremamente economicista de disputa no limiar do século XX, principalmente em torno da “II Internacional”, em que a obsessão pelos “esquemas de reprodução” para explicar a realidade consumiu muita energia, inclusive dela própria, é possível constatar a relevância do seu legado. Sem o intuito de fugir do tema deste artigo, é necessário afirmar, contudo, que o entendimento do modo de produção capitalista como uma totalidade, cujo caráter expansivo tem como objetivo abarcar, dominar e expropriar, de forma imperialista, qualquer órbita de existência que não seja a sua própria, e, ao mesmo tempo, converter violentamente seres humanos e natureza em um eixo mercantil de exploração e destruição, é um atributo atual que tem na explicação de Rosa Luxemburgo (1985) uma enorme relevância¹⁷.

Outra ponderação a se fazer neste debate entre Bukharin e Rosa, sobre a utilização do capital financeiro na teoria do imperialismo, são as condições sociopolíticas extremamente assimétricas entre eles¹⁸. Quando as questões do imperialismo lhe tornaram inquietantes em 1912, Rosa estava nas trincheiras de luta contra o revisionismo e a necessidade de alertar para o perigo crescente do capitalismo vindo da Segunda Revolução Industrial. A publicação em 1913 de *Acumulação do Capital* gerou um grande alvoroço no Partido Social-Democrata da Alemanha (SPD), que em 1914 votou os créditos de guerra. O *Anticrítica* de 1915, que já era uma resposta aos ataques do livro de 1913, mas que Bukharin (1972) também vai criticar em 1924, foi escrito na prisão por Rosa e só publicado em 1921, lembrando que ela foi assassinada em 1919. Muito dos críticos do livro de 1913, eram, portanto, os mesmos apoiadores dos créditos de guerra, o que permitia a Rosa reafirmar suas convicções teóricas e práticas sobre o imperialismo. Bukharin, por sua vez, estava no apogeu de porta-voz teórico do bolchevismo, em que suas palavras – quando escreveu *Imperialismo e*

natureza anti-civilizatória do capitalismo em sua violência intrínseca, não constituiu, como mostrou Mariutti (2016), um atavismo da acumulação primitiva de capital, mas, particularmente, um elemento endogenamente desenvolvido somente na “fase superior” do imperialismo.

¹⁷ Esse enfoque à obra de Rosa Luxemburgo pode ser constatado em Lukács (2003; 2012) e em Mariutti (2016).

¹⁸ Tal reflexão é possível encontrar em Tarbuck (1972).



Acumulação de Capital em 1924 para criticar a autora polonesa – tinham um enorme peso no movimento comunista internacional. Havia naquele contexto um clima de oposição ao “luxemburguismo” no KPD (Partido Comunista Alemão), que era considerado pelos dirigentes como um “desvio à direita”. Mas é bom frisar também que Bukharin, mesmo chancelando esta posição dominante do KPD, não atacava a integridade de Rosa, tampouco relativizava sua importância no debate do imperialismo.

Além de Luxemburgo, outro importante autor a ser criticado por Bukharin e Lenin seria o Kautsky, cuja disputa do termo capital financeiro também estava na arena dos embates. Kautsky (2021a) já em 1911 escreveu um artigo – *Capital Financeiro e Crises* – em que teceu inúmeros elogios à obra de Hilferding, na mesma linha de “a continuação” do livro *O Capital* de Marx. Com isso, destacava a descoberta inovadora do autor austríaco do conceito de “lucro do fundador” e as formas de socialização da produção e da apropriação da mais-valia que levavam ao capital financeiro. No entanto, o autor tcheco-austríaco deixava de sublinhar a outra importante contribuição de Hilferding que se dava exatamente pelas implicações do capital financeiro para o desenvolvimento do imperialismo, preferindo destacar mais a teoria de crises sobre as desproporcionalidades departamentais da reprodução capitalista. Em 1914, no artigo: *Imperialismo e a Guerra*, Kautsky (2008) derivou sua teoria não do capital financeiro, mas da relação entre a indústria e a agricultura. Que em linhas gerais, significava que a indústria crescia, acumulava e se desenvolvia mais que a agricultura, poupando trabalho em termos relativos (aumento de progresso técnico)¹⁹. O

¹⁹ Ao exprimir o pensamento de Kautsky, Pereira (2017, p. 69) mostrou nesta questão que “a produtividade do trabalhador da indústria cresce muito mais rapidamente que a do trabalhador agrícola, o que provoca fortes oscilações nos preços relativos dos dois setores. Torna-se então essencial à continuidade do processo de acumulação capitalista que a indústria continue garantindo empregos a uma população crescente, o que só seria possível a partir do momento em que prossiga encontrando novos mercados agrícolas para além das fronteiras distritais, expandindo assim, extensivamente, tanto o consumo dos produtos industriais quanto a oferta de produtos primários, ambos garantidos pelas zonas rurais. É nesse raciocínio que se enquadra a onda imperialista e, por extensão, a divisão do mundo entre áreas industriais e agrárias, ou, produtoras de bens de produção e de bens de consumo. Se a desproporção setorial é marca registrada da produção em bases capitalistas, as nações industrializadas precisariam expandir constantemente as áreas agrícolas com o intuito de garantirem certa compensação contra a perda da proporcionalidade produtiva e populacional setoriais. A sobrevivência do capitalismo estaria



imperialismo seria uma resposta, segundo o autor, a tal diferença de níveis de acumulação entre a indústria e a agricultura. Isso porque a ruptura da condição de monopólio industrial inglês em seu livre-comércio diante da industrialização pesada de economias anteriormente agrárias – aliás, impulsionadas pela própria exportação de capital britânico via ferrovias e utilidades públicas –, fomentaram a consolidação de concorrentes com economias industriais semelhantes, tal como a Alemanha e os EUA. Esses capitalismo tardios, por outro lado, teriam que colonizar novas periferias agrícolas, para o suprimento de alimentos e matérias-primas na reprodução industrial, ampliando a dominação imperialista em curso.

A Primeira Guerra Mundial seria esta relação levada ao paroxismo, em que Kautsky identificava o imperialismo como algo ruim para os negócios capitalistas, tal como Hobson: “se o aumento da produção armamentícia continuar a fazer suas demandas no mercado financeiro, essa tendência deve piorar – e não melhorar – depois da guerra. O imperialismo está cavando sua própria cova, pois ao invés de desenvolver o capitalismo, vem se tornando um meio de obstaculizá-lo” (KAUTSKY, 2008, p. 77). A tese do superimperialismo de Kautsky (2008), que também está em outro artigo de 1914: *Ultraimperialismo* (KAUTSKY, 2021b), decorria deste diagnóstico, visto que a cooperação entre nações imperialistas poderia levar a um fim da corrida armamentista: “a violenta competição entre as grandes empresas leva à formação de trustes e à destruição das pequenas empresas. Analogamente, pode-se desenvolver na presente guerra uma combinação entre as nações mais poderosas que porá um fim à produção competitiva de armamentos” (KAUTSKY, 2008, p. 77). E, concluiu que a transição econômica da economia trustificada, belicosa, poderia originar uma política internacional pacifista que garantiria a acumulação capitalista por meio do superimperialismo.

Ao criticar Kautsky, Bukharin (1972)²⁰ o igualou no mesmo “equivoco” de Rosa Luxemburgo, ou seja, o de não assumir as consequências imperialistas do capital financeiro em sua radicalidade²¹:

condicionada à expansão extensiva e crescente do capital por sobre novas zonas agrárias”.

²⁰ O debate entre Bukharin e Kautsky, sobre as teorias do imperialismo, também pode ser visto em Pereira (2017).

²¹ Essa diferenciação também pode ser observada, como Fontes (2008, p. 81-2) apontou, nas distintas concepções entre Kautsky e Lenin para o imperialismo: “A diferença mais expressiva entre Lenin e Kautsky reside no fato de que este último



Segundo Kautsky, o imperialismo é a luta por territórios agrícolas adicionais (apesar de Kautsky encarar os territórios agrícolas quase exclusivamente como fornecedores de matérias-primas). Kautsky, tal como Rosa, é incapaz de se aperceber de que a luta das grandes organizações capitalistas *monopolistas* não se pode limitar apenas a este objetivo. O efeito destrutivo das operações imperialistas não se estende apenas às “terceiras pessoas” servis, estende-se também aos territórios capitalistas e até aos territórios estrangeiros sob o domínio do capital financeiro. A luta transformou-se, de uma mera luta pela distribuição de países agrícolas, numa luta pela *divisão do mundo* (BUKHARIN, 1972, p. 314; grifos do autor).

Uma interessante contribuição de Bukharin (1984) que partiu da rivalidade imperialista – contra a ideia de “superimperialismo” – foi a “nacionalização do imperialismo”. Para ele, historicamente os bancos começaram uma internacionalização primitiva pela troca mercantil, mas, só na fase imperialista, assumiram uma forma avançada, que se deu pelo truste, permitindo a um só tempo a internacionalização bancária e sua interpenetração industrial por meio do financiamento. Dessa relação, nasceram consórcios bancários internacionais que constituíram uma plataforma para o surgimento do capital financeiro, promovendo o financiamento de vasta rede de negócios internacionais, além de exportar capitais para outros continentes, construir estradas de ferro, ofertar empréstimos governamentais, desenvolver transportes urbanos e fábrica de armas, minas de ouro e plantações de borracha. Em síntese:

analisa a expansão capitalista de um ponto de vista estritamente econômico, considerando existir uma permanente escassez de terras e de bens agrários para o capital industrial. O imperialismo, para ele, seria sobretudo o impulso industrial a ocupar terras. Por essa razão, aborda o imperialismo como uma forma política, recoberta eventualmente de cunho militar, que poderia ser transitório. Lastreado numa segmentação entre economia (acumulação do capital) e política (incluindo a ocupação militar de territórios), considerava que o imperialismo prejudicaria, a curto e médio prazos, a acumulação de capital. A concepção de Lenin é distinta. Para ele, o imperialismo não poderia ser reduzido a um único aspecto, econômico ou político, mas remetia ao conjunto da vida social, uma vez que expressava uma nova dimensão na própria dinâmica capitalista. O nível de concentração atingido, expresso na monopolização e no capital financeiro (fusão entre capitais de procedência industrial e de procedência bancária), configurava um novo patamar histórico, uma mudança qualitativa no capitalismo até então existente”.



Essa concentração e centralização verticais da produção, contrariamente à concentração e centralização horizontais realizadas em certos ramos da produção, significam, de um lado, redução da divisão social do trabalho (pois fundem, em uma única empresa, o trabalho antes repartido entre várias), e de outro, estimulam a divisão social do trabalho no contexto da nova unidade de produção. Considerado na escala nacional em uma única empresa combinada, por meio de um vínculo de organização que entrelaça a totalidade dos ramos da produção. O mesmo processo opera-se ainda em larga medida, pela penetração do capital bancário na indústria e pela transformação do capital em capital financeiro (BUKHARIN, 1984, pp. 63-4).

Ademais, Bukharin (1984) mostrou como as empresas estatais eram manipuladas e dependentes dos “magnatas das finanças”, tornando-se parte de uma “gigantesca empresa combinada”, cuja escala nacional, o Estado capitalista, seria subsumido pelo capital monopolista. Em suma, a “internacionalização” do capital financeiro dependia da “nacionalização” dos blocos de interesses monopolistas, que refletiam a guerra imperialista na forma de rivalidades nacionais incontrolláveis politicamente, as quais Kautsky, mesmo de origem marxista, não entendeu, segundo o autor russo. Não por outra razão, que no prefácio de Lenin para a obra de Bukharin (1984), escrito em dezembro de 1915 (apenas publicado em 1927, depois de sua morte), a centralidade do capital financeiro também foi destacada nesses termos:

Ora, a certo grau de desenvolvimento das trocas e a certo nível de crescimento da grande produção – alcançados, aproximadamente, no limiar do século XX –, o movimento comercial determina a internacionalização das relações econômicas e certa internacionalização do capital; a grande produção assume proporções tais que a conduzem a substituir a livre concorrência pelos monopólios. O típico dessa época já não são empresas que se entregam a uma “livre” concorrência, no interior de cada país e também entre diferentes países: são sindicatos de empresários, trustes detentores de monopólios. O “soberano” de hoje já é o capital financeiro, particularmente móvel e flexível, cujos fios se emaranham tanto no interior de cada país como no plano internacional, que é anônimo e não tem vínculo direto com a produção, que se concentra com uma



facilidade extraordinária – e que já é extremamente concentrado, visto que algumas centenas de multimilionários e de milionários detêm positivamente, em suas mãos, a sorte atual do mundo inteiro (LENIN In: BUKHARIN, 1984, pp. 10-1).

Será justamente desse argumento, apropriado do capital financeiro, que tanto Bukharin quanto Lenin se inseriram no debate clássico do imperialismo criticando qualquer crença política ou pacifista de domesticar o ímpeto imperialista que levava à barbárie. Por isso também, seria usada por Lenin (1979) a noção de “putrefação” das bases civilizacionais do capitalismo, em que o horizonte nesta “fase superior” só poderia ser sua superação pela revolução. O curioso é que o próprio Hilferding, que chegou a esta conclusão²², antes mesmo de Bukharin e Lenin, politicamente se converteria em 1914 à ala centrista do SPD ao lado de Kautsky, defendendo o primado do desenvolvimento das forças produtivas, das conquistas democráticas e da utopia de uma transição pacífica para o socialismo, a partir do “capitalismo organizado”²³. Chegando ao ponto, inclusive, de tornar-se ministro das finanças na “República de Weimar” nos anos 1920, como vimos no início deste artigo (BOTTOMORE, 1985).

Como líder do partido bolchevique, Lenin estava no campo oposto de Hilferding, de forma a conseguir em 1917 um retrato verossímil do imperialismo, capaz de penetrar intensamente nas políticas vanguardistas que levariam à dissolução do capitalismo russo. Com certeza, parte da construção de sua teoria revolucionária se deve também à apropriação da categoria de capital financeiro. Os monopólios, segundo o autor russo, nasceram da concentração da produção em função do livre-comércio inglês, mas, igualmente do protecionismo alemão e estadunidense. Desenvolveram-

²² Hilferding era enfático sobre esta questão política, visto que finalizou sua obra da seguinte forma: “o capital financeiro na sua perfeição significa o mais alto grau de poder econômico nas mãos da oligarquia capitalista. Ele leva à perfeição a ditadura dos magnatas capitalistas. Simultaneamente, a ditadura dos donos nacionais do capital de um país torna-se cada vez mais incompatível com os interesses capitalistas de outro, e a dominação do capital dentro do país é cada vez mais inconciliável com os interesses dos explorados pelo capital financeiro – mas também com as massas populares chamadas para a luta. No choque violento dos interesses opostos, a ditadura dos magnatas do capital transforma-se finalmente na ditadura do proletariado” (Hilferding, 1985, p. 346).

²³ Sobre o “capitalismo organizado”, ver Hilferding (2002a e 2002b) e Smaldone (1988). Para uma contextualização do debate sobre o capitalismo organizado, ver Altvater (1987).



se por meio do crédito, gestando a oligarquia financeira, responsável pela junção de bancos e indústrias na forma de capital financeiro que resultou em crescente cartelização das economias nacionais. Também criaram, segundo Lenin (1979), uma política colonial com o objetivo de controle de matéria-prima e de delimitação de áreas de influências para a exportação de mercadorias e de capitais. A consequência foi, por um lado, a criação de uma “burguesia parasitária” que utilizava do Estado como máquina rentista de “corte de cupões” via reciclagem da dívida pública. Por outro lado, o capital financeiro e a monopolização da economia também foram responsáveis por “aburguesar a classe trabalhadora”, lhe confinando a um nacionalismo que colocou proletários matando uns contra os outros numa guerra imperialista. A conclusão do autor russo seria que o capitalismo se encontrava, dessa maneira, num “estágio agonizante”, propício a ser eliminado.

Finalmente, a seguinte citação revela como a partir de uma determinada apreensão do capital financeiro, Lenin delimitou uma política objetiva contra o imperialismo em nome da revolução:

Que significa então a palavra “entrelaçamento”? Exprime unicamente o traço que mais salta aos olhos do processo [...]. Mostra que o observador conta as árvores e não vê a floresta. Que copia servilmente o que é exterior, o aparente, o acidental, o caótico; indica que o observador é um homem esmagado pelos materiais em bruto e que não compreende nada do seu sentido e significação. “Entrelaçam-se acidentalmente” a posse de ações, as relações entre os proprietários particulares. Mas o que constitui o fundo desse entrelaçamento, o que se encontra por detrás dele, são as relações sociais de produção que mudam continuamente. Quando uma grande empresa se transforma em empresa gigante e organiza sistematicamente, apoiando-se num cálculo exato numa grande massa de dados, o abastecimento de 2/3 ou 3/4 das matérias-primas necessárias a uma população de várias dezenas de milhões; quando se organiza sistematicamente o transporte dessas matérias-primas para os pontos de produção mais cômodos, que se encontram por vezes separados por centenas e milhares de quilômetros; quando, a partir de um centro, se dirige a transformação sucessiva do material, em todas as suas diversas fases, até obter as numerosas espécies de produtos manufaturados; quando a distribuição desses produtos se efetua segundo um plano único a dezenas e centenas de



milhões de consumidores (venda de petróleo na América e na Alemanha pelo truste do petróleo americano), então percebe-se com evidência que nos encontramos face uma socialização da produção, e não perante um simples “entrelaçamento”, percebe-se que as relações de economia e de propriedade privadas constituem um invólucro que já não corresponde ao conteúdo, que esse invólucro deve inevitavelmente decompor-se e, se a sua supressão for adiada artificialmente, que pode permanecer em estado de decomposição durante um período relativamente longo (no pior dos casos, se a cura do tumor oportunista se prolongar demasiado), mas que, de qualquer modo, será inelutavelmente suprimida (LENIN, 1979, p. 126).

Considerações finais

Tendo por pressuposto todas as indicações feitas anteriormente, e acreditando ser desnecessário repeti-las neste espaço final, uma primeira indicação que devemos ter em mente é a compreensão da importância da mediação histórica e teórica que a categoria capital financeiro exige, o que torna nossa tarefa de entendê-la, identificá-la e contextualizá-la em nosso tempo, algo ainda mais difícil. Hilferding e os demais autores clássicos construíram o capital financeiro observando uma lógica da acumulação capitalista que se projetava nas transformações da grande indústria em fins do século XIX e início do século XX, em pleno processo tardio de industrialização pesada de economias como a dos Estados Unidos, da França e da Alemanha. Daí, a participação direta e efetiva, por exemplo, de bancos de investimento na concessão de crédito de capital para o financiamento industrial em alguns países e a relação umbilical entre estas formas de capital num contexto de expansão industrial. Eram os fornos, os trilhos, as chaminés, a dor e o suor se exalando no mundo.

Se, nesse período, o capitalismo já expressava amadurecimento de suas forças produtivas e de suas relações de produção nos países desenvolvidos da Europa Ocidental, nos países subdesenvolvidos, particularmente na América Latina e, em especial, o Brasil, o capitalismo iria se manifestar em sua forma mais amadurecida, via grande indústria e a reprodução ampliada do capital, somente no desenrolar do século XX. Não é demais lembrar que em nosso país tínhamos oficialmente, até fins do século XIX, escravos na produção nacional. Estas particularidades já nos sugerem



especificidades, estruturas capitalistas ou pré-capitalistas em estágios de maturação diferentes entre si, e que nos alertam para o uso que o termo capital financeiro deve ser empregado em cada dinâmica econômica e social de um país.

Em segundo lugar, face às possíveis interpretações existentes sobre o capital financeiro demonstradas ao longo do artigo, sugerimos que o seu uso deve ser definido *a priori* antes de ser utilizado, levando em consideração suas diversas definições, suas inúmeras características, lembrando que ele surge em meio a formação do modo de produção capitalista e que pode ou não ser reproduzido totalmente na atualidade. Daí, utilizá-lo em nosso tempo requer esta compreensão geral de seus limites e potencialidades, mas podendo servir, a nosso ver, como uma espécie de elo entre o pensamento de Marx e a realidade concreta do limiar do século XX em diante. E não é demais repetir: tudo isso fazendo as devidas e necessárias mediações históricas e teóricas.

Neste sentido, sua utilização para a compreensão da realidade do capitalismo atual nos sugere desafios e intermediações que, dependendo da forma e das definições estabelecidas anteriormente, podem, ou não, limitar seu uso para o entendimento das transformações recentes. Afinal, como sabemos, se uma característica marcante do capitalismo é revolucionar constantemente suas forças produtivas, inovando, transformando, modificando intensamente todo o seu entorno, quer seja ele produtivo, de gestão, de organização, de comercialização, ele só faz isso porque busca produzir incessantemente riqueza sob a forma de mais-valia.

Finalmente, procuramos aqui indicar algumas concepções teóricas acerca do capital financeiro que podem contribuir para as discussões envolvendo a temática do imperialismo ao longo do século XX e que se propaga no século XXI. Percebemos como esta categoria adquire centralidade na interpretação das transformações anteriores e recentes do modo de produção capitalista, sendo importante apreendê-la em suas possíveis leituras para que, com isso, não se faça análises insuficientes e/ou preliminares de fenômenos a serem investigados, bem como para que possamos compreendê-lo em sua totalidade a fim de superá-lo.

Daí, a necessidade e a estratégia de apontarmos algumas diferenças entre os autores, que perfazem não só o debate acadêmico, conceitual, mas, sobretudo, com o intuito de servir de ferramenta para a compreensão da dinâmica capitalista atual, em seu processo recente de formação histórica, cuja acumulação vai assumindo formas, e quiçá conteúdos, que intensificam



as contradições entre a produção e a apropriação da riqueza. A partir de fins do século XX e ao longo do século XXI, percebemos a ampliação da dinâmica especulativa do capital, em sua forma exponencial via crescimento do capital fictício, a partir do aumento das diversas transações financeiras, permeadas, ao mesmo tempo, pela interferência direta nos processos de trabalho das unidades produtivas, intensificando-os, e expressando a sua contradição imanente nas crises financeiras ao longo das últimas décadas, que são, de fato, manifestações das crises estruturais do capital.

Esperamos assim que as ideias apresentadas neste texto tenham apontado para as questões expostas em sua introdução e, mais importante, possibilite a reflexão crítica sobre a forma de funcionamento de nossa sociedade em que o capital financeiro assume um lugar importante.

Referências

- ALTVATER, Elmar. "O Capitalismo se organiza: o debate marxista desde a guerra mundial até a crise de 1929" In: HOBBSAWM, Eric. (Org.) **História do marxismo**. O marxismo na época da Terceira Internacional: o novo capitalismo, o imperialismo, o terceiro mundo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v.8, 1987.
- BARAN, Paul A. **A Economia política do desenvolvimento**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- BARAN, Paul A.; SWEEZY, Paul M. **Capitalismo Monopolista**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
- BOTTOMORE, Tom. "Introdução à Edição Inglesa". In: HILFERDING, Rudolf. **O capital financeiro**. São Paulo: Nova Cultural, p. 09-24, 1985.
- BREWER, Anthony. **Marxist theories of imperialism: a critical survey**. 2. ed. Routledge, 2000.
- BUKHARIN, Nikolai I. **A Economia mundial e o imperialismo: esboço econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- BUKHARIN, Nikolai I. "Imperialismo e acumulação de capital" In: LUXEMBURG, Rosa; BUKAHRIN, Nikolai. **Imperialismo e acumulação de capital**. Lisboa: Edições 70, 1972.
- CALLINICOS, Alex. **Imperialism and global political economy**. Cambridge: Polity, 2009.
- CAMPOS, Fábio A. de "Imperialismo, formação econômica russa e Revolução de 1917", **Novos Rumos**, v.56, n.1, 2-19.
- CAMPOS, Fábio A. de.; SABADINI, Mauricio de S. "Hilferding e o Nexo Imperialista entre Capital Financeiro e Exportação de Capital" In:



- FUCIDJI, José Ricardo (Org.) **As Narrativas de Clio**: ensaios de interpretação histórica e metodológica. Curitiba: CRV / Campinas-SP: IE/Unicamp (Coleção Centros e Núcleos), 2021.
- CARCANHOLO, Reinado A. **Capital**: essência e aparência. São Paulo: Expressão Popular, cap. 5, 2013.
- CHESNAIS, François. **A Mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.
- DOBB, Maurice. **A Evolução do capitalismo**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- FONTES, Virgínia "Comentário: Kautsky e o imperialismo", **História & Luta de Classes**, n.6, 2008.
- GUILLÉN, Arturo. Claves para el análisis del capitalismo contemporâneo. **Revista Ola Financiera**, vol. 4, n. 8, p. 46-54, enero-abril 2011.
- HARVEY, David. **Os Limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- HILFERDING, Rudolf. **O capital financeiro**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- HILFERDING, Rudolf. "A democracia e a classe trabalhadora" In: TEIXEIRA, Aloísio (Org.) **Utópicos, heréticos e malditos**: os percussores do pensamento social de nossa época. Rio de Janeiro: Record, 2002a.
- HILFERDING, Rudolf. "A Economia organizada" In: TEIXEIRA, Aloísio (Org.). **Utópicos, heréticos e malditos**: os percussores do pensamento social de nossa época. Rio de Janeiro: Record, 2002b.
- HOBSON, John A. **A Evolução do capitalismo moderno**: um estudo da produção mecanizada. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- HOBSON, John A. **Estudio del imperialismo**. Madrid: Alianza Editorial, 1981.
- KAUTSKY, Karl. "Finance-Capital and Crises", **Social Democrat**, London, XIV, July, August, September, October, November and December 1911.< <https://www.marxists.org/archive/kautsky/1911/xx/finance.htm>>.
Acesso em 14/08/2021.
- KAUTSKY, Karl. "O Imperialismo e a guerra", **História & Luta de Classes**, n.6, 2008.
- KAUTSKY, Karl. "Ultra-imperialism", **Die Neue Zeit**, September 1914. <https://www.marxists.org/archive/kautsky/1914/09/ultra-imp.htm>.
Acesso em 14/08/2021.
- KEMP, Tom. **Teorier om imperialismen**. Stockholm: Rabén & Sjögren, 1972.
- KLAGSBRUNN, Vitor H. Considerações sobre a categoria dinheiro de crédito. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 592-615, 1992.
- LENIN, Vladimir I. **O Imperialismo**: fase superior do capitalismo. São Paulo: Global, 1979.
- LENIN, Vladimir I. **Obras completas**: cuadernos sobre el imperialismo. Moscú, Editorial Progreso, tomo 28, 1986.
- LUKÁCS, György. **História e consciência de classe**: estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003.



- LUKÁCS, György. **Lenin**: um estudo sobre a unidade de seu pensamento. São Paulo: Boitempo, 2012.
- LUPATINI, Márcio P. **O Capital em sua plenitude**: alguns dos traços principais do período contemporâneo. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015.
- LUPATINI, Márcio P. Sobre o “capital financeiro” e algumas interpretações. In: **Anais do XII Congresso Brasileiro de História Econômica e 13ª Conferência Internacional de História de Empresas**. Niterói (RJ), UFF/ABHPE, 2017.
- LUXEMBURG, Rosa **A Acumulação do capital**: contribuição ao estudo econômico do imperialismo. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MAGDOFF, Harry. **A Era do imperialismo**: a economia norte-americana. Lisboa: Portucalense, 1972.
- MARIUTTI, Eduardo B. **Violência e Imperialismo**: as interpretações de Rosa Luxemburgo e John Hobson e suas implicações para o debate contemporâneo sobre o imperialismo. 2016. Tese (Livre-Docência) – Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas.
- MARIUTTI, Eduardo B. “John Hobson: liberalismo, imperialismo e reforma social”, **Texto para Discussão** (IE-Unicamp), n. 408, 2021.
- MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, Livro II, 1984.
- MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política: Livro III: o processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017.
- PEREIRA, Vinícius V. **“As primeiras preocupações com a periferia do sistema capitalista nas teses do imperialismo de Kautsky e Bukharin”**, Nova Economia, v.27 n.2, 2017.
- PINTO, Nelson Prado A. **O capital financeiro na economia contemporânea**: uma revisão teórica e histórica de seu papel no desenvolvimento recente dos Estados Unidos. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas (SP), 1994.
- SABADINI, Mauricio de S. O capital fictício e suas formas: lucros de fundador, diferencial e fictício. In: GOMES, Helder (Org.). **Especulação e lucros fictícios**: formas parasitárias da acumulação contemporânea. São Paulo: Outras Expressões, p. 161-204, 2015a.
- SABADINI, Mauricio de S. Sobre o conceito de capital financeiro. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 15, n. 30, pp. 71-92, jul./dez. 2015b.
- SABADINI, Mauricio de S. A (crítica) da economia política, o capital fictício e os lucros fictícios. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política** (SEP), no 59, edição especial, p. 175-202, mai-jun 2021.



- SAMPAIO Jr., Plínio S. de A. "Por que voltar a Lênin? Imperialismo, barbárie e revolução. – Apresentação" In: LENIN, Vladimir I. **O Imperialismo: etapa superior do capitalismo**. Campinas-SP, FE-Unicamp (Navegando publicações), 2011.
- SMALDONE, William. **Rudolf Hilferding and the theoretical foundations of German Social Democracy (1902-1933)**. Central European History, vol. 21, no 3, p. 267-299, sep. 1988.
- SWEEZY, Paul. **Teoria do desenvolvimento capitalista: princípios de economia política marxista**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- TARBUCK, Kenneth J. "Notas biográficas" In: LUXEMBURG, Rosa; BUKAHRIN Nicolai I. **Imperialismo e acumulação de capital**. Lisboa: Edições 70, 1972.
- TAVARES, Maria da C.; BELLUZZO, Luiz G. de M. "Capital financeiro e empresa multinacional" In: BELLUZZO, Luiz G. de M. **Os Antecedentes da tormenta: origens da crise global**. São Paulo: UNESP; Campinas-SP: FACAMP, 2009.

Recebido em 23 set. 2021 | aceite em 08 dez. 2021.



Artigos



A atualidade do imperialismo e a contribuição de Johan Galtung, 50 anos depois

54

Marcelo Milan ¹

Resumo

Este artigo defende a atualidade do imperialismo enquanto categoria analítica para se pensar o capitalismo contemporâneo e, neste sentido, a necessidade de se retomar uma contribuição indevidamente negligenciada pela literatura: a teoria estrutural do imperialismo de Johan Galtung, elaborada há cinquenta anos. Esta teoria remete ao papel da violência como a diferença entre capacidade potencial e realizada, e aborda as dimensões fundamentais do fenômeno (econômico, militar, comunicação, político e cultural), seus mecanismos e suas fases. Assim, para identificar possíveis lacunas que poderiam ser preenchidas pelo trabalho de Galtung, as abordagens clássicas e os estudos recentes do imperialismo são revisados de forma não exaustiva. Ao mesmo tempo, a teoria estrutural do imperialismo apresenta fragilidades epistemológicas e ontológicas que precisam ser sanadas, de forma que ela possa proporcionar instrumentos interpretativos mas também de ação política para enfrentar o capitalismo imperialista contemporâneo.

Palavras-chaves: Imperialismo, Johan Galtung, Violência.

¹ Professor Associado do Departamento de Economia e Relações Internacionais e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da UFRGS.
| marcelo.milan@ufrgs.br.



Resumen

Este artículo defiende la relevancia del imperialismo como categoría analítica para pensar el capitalismo contemporáneo y, en este sentido, la necesidad de revisar un aporte indebidamente descuidado por la literatura: la teoría estructural del imperialismo de Johan Galtung, elaborada desde hace cincuenta años. Esta teoría hace referencia al papel de la violencia como diferencia entre capacidad potencial y capacidad realizada, y aborda las dimensiones fundamentales del fenómeno (económico, militar, comunicativo, político y cultural), sus mecanismos y fases. Así, para identificar posibles vacíos que podrían ser llenados por el trabajo de Galtung, se revisan los enfoques clásicos y los estudios recientes del imperialismo de manera no exhaustiva. Al mismo tiempo, la teoría estructural del imperialismo presenta debilidades epistemológicas y ontológicas que necesitan ser remediadas, para que pueda ofrecer instrumentos interpretativos pero también de acción política para enfrentar al capitalismo imperialista contemporáneo.

Palabras clave: Imperialismo, Johan Galtung, Violencia.

Abstract

This article defends the relevance of imperialism as an analytical category to think about contemporary capitalism and, in this sense, the need to revisit a contribution unduly neglected by the literature: Johan Galtung's structural theory of imperialism, elaborated fifty years ago. This theory refers to the role of violence as the difference between potential and realized capacity, and addresses the fundamental dimensions of the phenomenon (economic, military, communicating, political, and cultural), its mechanisms, and phases. Thus, to identify possible shortcomings that could be solved by Galtung's work, classical approaches and recent studies of imperialism are reviewed in a non-exhaustive way. At the same time, the structural theory of imperialism presents epistemological and ontological weaknesses that need to be remedied, so that it can provide interpretive instruments but also tools of political action to confront contemporary imperialist capitalism.

Keywords: Imperialism, Johan Galtung, Violence.

"The protection of a country's existing foreign interests, the capture of new markets, the progress of economic imperialism—these are a scarcely avoidable part of a scheme of things which aims at the maximum of international specialization and at the maximum geographical diffusion of capital wherever its seat of ownership" (Keynes, 1933, p. 180).

"(...)Trump insisted he wanted military options for Venezuela and then keep it because 'it's really part of the United States'" (Bolton, 2020, p. 226).



Introdução

56

A citação de Keynes na epígrafe sugere corretamente que o imperialismo é inevitável. O que o grande economista britânico não aprofunda, em um texto que defende teses pacifistas, são os igualmente necessários meios violentos empregados para se proteger os interesses internacionais criados com a difusão geográfica do capital e a captura de novos mercados para sustentar a especialização produtiva e comercial. A citação de Bolton deixa claro que a opção militar é sempre uma prerrogativa do império, não importando os regimes e as instituições internacionais. O idealismo Keynesiano não permite, porém, ver este militarismo como corolário de seu postulado. Inclusive os gastos militares têm desempenhado historicamente um importante papel no impulsionamento da demanda efetiva, isto é, da realização do valor. Além disso, a confissão do conselheiro para assuntos de segurança nacional de Donald Trump mostra que os principais países imperialistas do último século, Inglaterra, seguindo a tradição de Cecil Rhodes na Zâmbia e no Zimbábue, e depois Estados Unidos, consideram os países subdesenvolvidos como territórios e populações a serem anexados conforme a necessidade.

Ao mesmo tempo, a afirmação de Trump deixa claro que o imperialismo, como Keynes argumentou há quase um século, continua sendo inevitável, dado que o capitalismo exige uma estrutura e um espaço mundial para funcionar. Esta faceta se torna mais intensa nos marcos da crise do neoliberalismo, em que a expropriação se torna um instrumento necessário de apropriação de mercadorias, capitais, ativos e excedentes (Patnaik e Patnaik, 2021). Quem melhor identificou essa característica foram os pensadores marxistas que têm desenvolvido elaborações teóricas sobre o imperialismo. Em particular, Rosa Luxemburgo antecipou Keynes na identificação da importância dos gastos militares para enfrentar as crises. E o economista britânico conhecia as ideias de Lenin, mas enfatizou apenas a avaliação Leninista do papel que a erosão do valor da moeda pode desempenhar na fragilização das economias capitalistas. Talvez fosse necessário estudar o trabalho clássico de Lenin sobre o imperialismo, e reconhecer que o revolucionário russo estava certo também em muitas outras questões sobre o modo de produção e reprodução do capital.

O que é importante questionar, porém, dado que o imperialismo enquanto fenômeno segue sendo uma característica inseparável do capitalismo, é se no âmbito epistemológico a teorização marxista sobre o



mesmo, as contribuições de Lenin e Luxemburgo inclusas, em sua multiplicidade de abordagens, segue sendo válida. É possível afirmar sem grande chance de erro que sim. Contudo, essa avaliação preliminar precisa ser qualificada, posto que a visão marxista, embora seja a de maior fôlego em termos tanto de escopo temático como de profundidade analítica, não exaure, e nem mesmo se postula a tanto, a interpretação do imperialismo. Argumenta-se neste artigo que uma contribuição importante, publicada em 1971, tem sido negligenciada pelos cientistas sociais. O trabalho do sociólogo e matemático norueguês Johan Galtung sobre o imperialismo não parece ter sido devidamente apreciado em termos de sua contribuição para a literatura sobre o tema. No Brasil, referências ao seu trabalho são praticamente inexistentes. Portanto, este artigo resgata a teoria estrutural do imperialismo de Galtung, articulando-a com as principais teorias marxistas e identificando suas vantagens e insuficiências para entender o capitalismo contemporâneo.

O artigo está organizado em cinco seções, incluindo esta introdução. A próxima seção aborda, por meio de uma concisa revisão, a produção intelectual marxista sobre o imperialismo, principalmente a produção em língua inglesa. A terceira seção resgata de forma resumida a teoria estrutural do imperialismo do Galtung, identificando suas principais características. A quarta seção propõe uma revisão igualmente breve da abordagem de Galtung para atualizar sua teoria frente a desenvolvimentos importantes que ocorreram no capitalismo desde os anos 1970 e 1980. A seção final apresenta as considerações finais.

1. O Imperialismo na Teoria Marxista: O Período Clássico, o Interregno Vazio e a Retomada no Período Recente

O pensamento marxista clássico sobre o imperialismo se desenvolve a partir de dois elementos planejados mas não completados por Marx e Engels, mas que, todavia, encontram-se no cerne do fenômeno que se pretende entender. Estes elementos são as teorias do Estado e do mercado mundial. Portanto, a teorização é feita sem um fundamento na literatura marxiana, tendo de partir da obra de John Hobson, o primeiro autor a tratar do imperialismo de forma sistemática, mas não marxista.

A abordagem marxista clássica do imperialismo começa com Hilferding (1985[1910]). Ele considera o papel do capital financeiro, a fusão entre capital bancário e capital industrial, como ponto de partida para



entender a formação dos monopólios. Estes monopólios perseguem uma expansão territorial mundial, com as colônias sendo mantidas de forma violenta, mas com barreiras protecionistas contra a concorrência estrangeira, sendo as duas últimas tarefas funções do Estado. Já Luxemburgo (1984[1913]) parte dos esquemas marxistas de reprodução, enfatizando a necessidade de formações pré-capitalista como complementos dos mercados consumidores domésticos, de forma que as mercadorias produzidas nos países capitalistas sejam exportadas, e assim realizem seu valor, mesmo que de maneira forçada. A expansão territorial por meios militares, isto é, do Estado capitalista, para abrir os mercados externos nos países menos desenvolvidos e, no processo, proporcionar involuntariamente parte de demanda efetiva necessária é, portanto, inevitável. O trabalho de Bukharin (1984[1915]) sobre o imperialismo enfatiza a internacionalização do capital simultaneamente à nacionalização do capital, com o surgimento de blocos nacionais de poder entre os capitais, ou monopólios, amalgamados pelo capital financeiro e também pelo Estado, que concorrem com outros blocos na economia mundial. Os monopólios portanto dominam os mercados nacionais mas competem de forma agressiva no plano mundial por meio de políticas imperialistas dos Estados nacionais, possivelmente contribuindo para o surgimento de um segmento diferenciado minoritário da classe trabalhadora, beneficiária destas políticas.

O curto trabalho de Lenin (20 [1916]) representa talvez o ápice da teorização marxista clássica sobre o imperialismo, embora seja uma síntese de Hilferding e Bukharin (além de John Hobson). Lenin defende que o imperialismo é uma nova fase histórica do capitalismo, a dos monopólios. O texto de Lenin qualifica a contribuição de Luxemburgo, dado que exportação de capitais passa a ser um elemento tão importante, talvez até mais, que as vendas externas de mercadorias para auxiliar na realização do valor. A exportação de capitais, para Lenin, é uma necessidade quando não há alternativas lucrativas para a acumulação doméstica de capital. Mas esta é uma das cinco características da época imperialista. As outras quatro incluem a concentração da produção e do capital na forma de monopólios, a fusão do capital bancário com o capital industrial, promovendo o surgimento do capital financeiro, a formação de combinações de capitais monopolistas internacionais e a divisão territorial do mundo entre as potências capitalistas.

O que se seguiu ao período clássico? Aparentemente houve um hiato, um interregno vazio. Contudo, Xu (2021) mostra a evolução da frequência do termo 'imperialismo', em inglês, nos livros acessados pelo Google. Após um



pico local no início do século XX, o termo apresenta rápido crescimento da primeira década daquele século até meados dos anos 1950, com a guerra imperialista na Coreia. Não há o desaparecimento do termo como poderia parecer pela avaliação da publicação de trabalhos importantes sobre o tema. E segundo os dados coletados por Xu, o período de crescimento mais rápido na frequência do termo se deu, na verdade, entre o final dos anos 1950 e a primeira metade da década de 1970, quando então perdeu participação no total de citações até meados dos anos 1990.

A partir de então, mesmo com oscilações, apresenta uma trajetória de gradual crescimento. Portanto, entre a publicação do livro seminal de Lenin, que parece marcar o fim do período clássico dos estudos marxistas sobre o imperialismo², e os trabalhos de sistematização e revisão e também de novos aportes dos anos 1960 em diante, aconteceu provavelmente uma interrupção no fluxo de novos estudos marxistas de destaque sobre o imperialismo. A historiografia marxista precisa investigar o ocorrido durante este período ou interregno vazio, em que a frequência aumenta mas não se identificam trabalhos fundamentais sobre o tema. De qualquer forma, o declínio no período de predominância neoliberal e diminuição da teorização sobre o imperialismo levou Patnaik (1990) a se questionar o que havia acontecido com o conceito.

A literatura de síntese ou sistematização não se detém sobre o interregno vazio e remete de Lenin aos trabalhos da escola da Monthly Review (MR) e dos teóricos da dependência nos anos 1950, principalmente Paul Sweezy e Paul Baran, mas também Andre Gunder Frank, Samir Amin e outros. Contudo, o esforço explícito de engajamento com o imperialismo, na escola da MR, foi retomado principalmente pelos trabalhos de Harry Magdoff (Magdoff, 1969 e 1978). Na atualidade o periódico Nova Iorque é, talvez, o principal promotor dos trabalhos sobre o imperialismo em língua inglesa, tanto nas páginas da própria revista como pela editora Monthly Review Press. Assim, contribuições renovadas e de maior ambição em termos de teorização foi retomado a partir dos anos 1990 com apoio desta editora.

² Com a possível exceção do trabalho de 1929 de Henryk Grossman sobre a lei da acumulação e o colapso do sistema capitalista, que identifica o imperialismo, assim como Luxemburgo, como uma resposta às crises do capitalismo, neste caso não como crise de realização, mas de queda na taxa de lucro. Grossman faz referência a outros trabalhos sobre o imperialismo da segunda metade dos anos 1920, desenvolvidos por Fritz Sternberg.



Ainda no período clássico começou um movimento, aparentemente inevitável nas ciências humanas e sociais, caracterizado pela proliferação de prefixos adicionados ao imperialismo: após, hiper, neo, novo, pós, sub, super, ultra. Em 1914, ano de eclosão da I Guerra Mundial, o renegado Karl Kautsky defendia a tese do ultraimperialismo, conceito empregado de forma similar por Hudson (2003[1972]), não para qualificar a natureza do mesmo como no primeiro, a partir da formação de cartéis e da coordenação das potências imperialistas (Kautsky, 1970[1914]), mas para qualificar a dominação mundial pelos Estados Unidos, a partir do seu elevado endividamento. O após (Brown, 1970) ou pós-imperialismo (Becker et al. 1987) se tornou um indicativo de qualificação ou rejeição das abordagens clássicas. A teoria do sub-imperialismo é de lavra latino-americana associada à teoria da dependência de Rui Mauro Marini (Valencia, 2019). O fenômeno de prefixação continua (Harvey, 2003; Enfu e Baolin, 2021).

Na verdade, o trabalho de Kautsky sugere que há duas conclusões distintas com relação ao imperialismo: aquelas que o interpretam em termos de resultados obtidos por meio de coerção e violência, enfatizando a rivalidade, e aquelas que identificam tendências pacifistas e colaborativas (e logo a necessidade de qualificar com prefixos) na consecução dos mesmos, remetendo a uma unidade (Rowthorn, 1971; Mandel, 1970). Do ponto de vista temático, duas questões fundamentais têm sido perseguidas pela primeira vertente: a concorrência intercapitalista e a guerra por um lado e a relação hierárquica entre os países imperialistas e os demais por outro. A segunda abordagem enfatiza o papel do imperialismo na superação dos modos de produção arcaicos e da diplomacia como forma de resolução dos conflitos, enfatizando os efeitos nos países dominados. Por exemplo, seguindo a escola inaugurada por Kautsky, Warren (1973; 1980) argumenta que o imperialismo é progressista na periferia, proporcionando o desenvolvimento das forças produtivas via industrialização. Considerando apenas a experiência do imperialismo na América Latina, o trabalho de Galeano (1970) já apresentava fatos contrários à tese de Warren. Mais recentemente, Borón (2012) e Valencia (2019) proporcionam argumentos e dados que permitem rejeitar a interpretação de Warren para a região. E Petras e Veltmeyer (2015) mostram que a exportação de capitais para a região pode nem mesmo ser a característica mais relevante do imperialismo contemporâneo. O extrativismo que marcou a região por séculos volta a ser um mecanismo importante de redirecionamento de mercadorias para o centro. E na linha do pensamento clássico, muitos estudos de caso retratam



o imperialismo da perspectiva das potências, com trabalhos sobre os diferentes imperialismos, principalmente o norte-americano (Duménil e Lévy, 2004), mas também britânico, francês (Serfati, 2015) e até mesmo japonês (Halliday e McCormack, 1973).

A linhagem de Kautsky encontra elementos de continuidade na literatura não marxista, principalmente os trabalhos de John Dunning, que assume a existência de quatro tipos de investimento direto estrangeiro: busca por mercados, busca por recursos, busca por ativos estratégicos e busca de eficiência. Embora o último tipo trate de um resultado e não de um processo, não se constituindo em tema que neste caso seja de interesse dos marxistas, a exploração de economias de escala pela ampliação do mercado se confunde com o primeiro tipo. Se a questão da eficiência diz respeito a outros custos, como força de trabalho ou energia, converge para o segundo. E na medida em que a maior eficiência se reflete em maiores lucros, não é muito diferente do terceiro. E todos estes tipos estão contemplados pelas teorias clássicas do imperialismo, com a vantagem de abordarem a exportação de capital em termos de relações de poder, violência e exploração.

Ainda nos anos 1960 foi lançado o primeiro trabalho em língua inglesa de sistematização das teorias do imperialismo (Kemp, 1967). Novos trabalhos de revisão foram feitos nas décadas de 1970 (Brown, 1976; Owen e Sutcliffe, 1972) e principalmente 1980 (Brewer, 1980; Mommsen, 1982; Etherington, 1984; Barone, 1985). Essa tendência continuou nos anos 2000, com obras proporcionando excertos dos trabalhos clássicos (Gaido; Day, 2012), levantamentos classificatórios (Noonan, 2017) e problematizações (Chilcote, 2000; Corrêa, 2012). O esforço de teorização mais recente proporciona avanços, com os trabalhos de Smith (2016) Patnaik e Patnaik (2016, 2021). Smith (2016) defende a hipótese da arbitragem laboral por meio do deslocamento internacional do capital para lucrar com os diferenciais internacionais de salário como característica da globalização do capital. O autor deixa o militarismo em um segundo plano e enfatiza, por meio de estudos empíricos, a exploração do trabalho no Sul Global. Neste sentido, Petras e Veltmeyer (2001) argumentam que a globalização nada mais é que a manifestação do imperialismo. Patnaik e Patnaik (2016) abordam a divisão internacional do trabalho e sua manutenção devido ao imperialismo dos grandes países industrializados. Patnaik e Patnaik (2021) enfatizam a natureza expropriadora do imperialismo e as tendências especulativas surgidas com o neoliberalismo.



Talvez o principal aprofundamento recente efetuado em relação ao pensamento clássico esteja associado à exportação de capital produtivo e o advento das multinacionais ou transnacionais e seus impactos nos países pobres (Radice, 1975). Becker et al. (1987), também engajados em exercício de prefixação por seguirem a vertente Kautskyana, abordam o papel das multinacionais e as relações com os Estados dos países subdesenvolvidos (chamados de menos desenvolvidos). A simbiose de interesses faz com que as empresas se ajustem às políticas dos países, o que parece despropositado, já que os países buscam atrair as mesmas. A burguesia gerencial como classe social transnacional se forma no processo, incluindo capitalistas, executivos e burocratas. O pós-imperialismo ou internacionalismo corporativo é caracterizado pela cooperação mais que pelo conflito, com democracia e crescimento nos países pobres.

Autores não marxistas como Nowell (2002-03) e Hauner et al. (2017) argumentam que o imperialismo, na linha de Bukharin, Lenin e Luxemburgo, é uma resposta a problemas econômicos, sejam, no primeiro caso, seguindo Keynes, deflação por falta de demanda efetiva ou, no segundo, a existência de diferenciais de lucros entre os países e a necessidade de monopolizar os lucros maiores no exterior por meio da ação do Estado capitalista, em linha com o pensamento marxista clássico. Hauner et al. (2017) fazem um trabalho de histórica econômica, levantando informações relativas ao período clássico do imperialismo. Para o período recente, Duménil e Lévy (2004) encontram resultados similares, mostrando a atualidade do imperialismo para entender o funcionamento do capitalismo estadunidense.

O que falta a todos estes estudos tomados em conjunto é uma síntese. Há uma ênfase na questão econômica (Albo, 2004; Brown; 1976; Chilcote, 2000) e no papel da agressão militar dos países subdesenvolvidos. Contudo, a exportação de capitais e principalmente a exportação de mercadorias precisam de redes de comunicação e transporte que são estruturadas e controladas pelas potências imperialistas. As ideias, a ciência e o conhecimento, que afetam o tecido produtivo dos países, também não são fornecidos de forma benevolente pelos países ou por instituições, mas são produzidos e difundidos na forma de cultura pelo imperialismo. E é justamente esta síntese que é proposta pela teoria estrutural do imperialismo aventada por Galtung.



2. A Contribuição de Johan Galtung: Um Resumo da Teoria Estrutural do Imperialismo³

As pesquisas de Galtung estão direcionadas para a questão da paz e da resolução de conflitos, sendo o fundador desta linha de investigação e uma das principais referências sobre o assunto. Neste aspecto, assim como Lenin e Luxemburgo, foi mais longe que Keynes no entendimento das origens da violência e das condições estruturais para sua superação. Em particular, permite entender porque o imperialismo está intrinsecamente articulado com o militarismo e a guerra, e que, desta forma, o 'progresso' do imperialismo é incompatível com a paz. Do ponto de vista da pesquisa, Galtung fundou o Instituto Oslo de Pesquisa sobre a Paz e o *Journal of Peace Research*, possibilitando a disseminação das investigações sobre estes temas.

Os trabalhos Galtung sobre o imperialismo estão articulados com sua pesquisa sobre a paz, definida como ausência de violência. Galtung considera que a violência é a forma típica de resolução de conflitos, mas que ela não se materializa apenas de forma direta, como as guerras no caso dos países, isto é, com uma intenção explícita ou um agente perpetrador identificável e bem definido. A violência indireta ou estrutural neste caso é ainda mais efetiva, tendo a característica de se perpetuar de forma gradual e contínua pela sua confluência com a própria estrutura social. Em outro trabalho, Galtung elaborou o conceito de violência cultural ou simbólica, incluindo aqui manifestações como religião, ideologia, arte, linguagem, ciência que reforçam as situações de violência direta ou estrutural. Cabe notar que a questão cultural é fundamental, mas foi ignorada pelos pensadores marxistas clássicos. Galtung define assim a violência como se manifestando em condições em que se forma uma diferença entre realização e potencial. A paz seria alcançada na medida em que o potencial fosse plenamente realizado, sendo que, no caso dos países, não haveria grandes diferenças de potencial nas dimensões relevantes e, obviamente, comparáveis. Portanto, o conceito é amplo, flexível e maleável para representar diferentes situações, mas sem perder poder explicativo no período histórico em que foi proposto.

Portanto, Galtung não aborda o imperialismo apenas no plano das relações entre Estados e capitais externos e domésticos (abordagem relacional), como ele considera uma forma primitiva, mas como característica

³ Esta seção se baseia em Milan (2021).



estrutural que restringe as possibilidades de liberdade plena para Estados periféricos (autodeterminação e soberania) e capitais destas regiões (restrição à operação da lei do valor para os capitais dos países periféricos). Ou seja, o imperialismo moderno entendido por Galtung é interpretado como uma forma de violência se impõe mesmo quando não há uma coerção sendo exercida diretamente pelo Estado imperialista e seus capitais de forma explícita. E esta interpretação afasta a possibilidade de um imperialismo progressista *a la* Warren. E essa articulação entre imperialismo e desigualdade já havia sido enfatizada por Galeano (Galeano, 1970).

O imperialismo estrutural promove um arranjo institucional desigual entre os países, isto é, um mecanismo persistente, mesmo que não totalmente impermeável à mudança, e que se autorreforça, mantendo os países subdesenvolvidos abaixo do seu potencial em termos de desenvolvimento, tanto do próprio capitalismo enquanto modo de produção como do potencial do desenvolvimento das forças produtivas mesmo para os países plenamente capitalistas em suas diferentes formações sociais. Ou seja, o imperialismo deriva de uma situação desigual e opera no sentido de reforçar e manter esta desigualdade, entre países e dentro dos países, sem que haja a necessidade de associar a consequência (subdesenvolvimento crônico) ao exercício da agência de uma potência imperialista.

Galtung assume um sistema mundial dividido entre centro (imperialista) e periferia (dependente e explorada), divisão esta que também caracteriza os países. O elemento que fornece potência analítica para a teoria estrutural do imperialismo é que os países podem estar no centro de acordo com um tipo de imperialismo e simultaneamente na periferia com relação a outro tipo. Há portanto elementos de harmonia entre os países do centro, e entre os centros do sistema mundial (incluindo o centro burguês da periferia) mas potencial para divergências e conflitos. A exploração da periferia pelo centro pode ocorrer por meio de coalizões entre os centros, mas sem uma articulação similar entre as periferias, pois a periferia proletária do centro pode se beneficiar do imperialismo, nos moldes da aristocracia operária proposta por Bukharin.

Um importante diferencial a favor da teoria estrutural de Galtung é a proposição de cinco tipos de ou dimensões do imperialismo: econômico, político, militar, da comunicação e cultural como uma espécie de síntese do fenômeno. Além disso, flexibilidade da sua teoria do imperialismo permite explicar também variações, como imperialismo social da ex-URSS em relação à China e aos países do antigo bloco soviético, no sentido de legitimar uma



estrutural social, ou o sub-imperialismo ou imperialismo por delegação, absorvendo um elemento importante das teorizações latino-americanas (Galtung, 1976). Além disso, a teoria considera dois mecanismos e três fases imperialistas. Galtung defende que o imperialismo estrutural não é hierárquico, mas caracterizado por efeitos múltiplos, com desdobramentos e derivações de cada tipo, mecanismo ou fase. Desta forma, um tipo pode se converter em outro, a partir dos diferentes graus de cooperação ou conflito entre os centros e as periferias.

Os mecanismos são a interação vertical entre centro e periferia, tanto no sistema mundial como internamente aos países, e a estrutura feudal de interação entre os centros e as periferias no âmbito mundial. O primeiro mecanismo é explicado por um hiato tecnológico entre os polos, que se reflete no padrão de trocas internacionais e explica os imperialismos econômico e cultural, este último na medida em que inclui o conhecimento e a ciência. Há assim uma interação cumulativa assimétrica que aumenta a desigualdade e logo a violência estrutural. Um resultado é a manutenção de elevados índices de pobreza na periferia dos países periféricos, aspecto abordado por Patnaik e Patnaik (2016). O segundo mecanismo explica a manutenção política da desigualdade, ao impedir interações entre as periferias e entre uma periferia dominada por um centro com outros centros. Aqui atuam o imperialismo militar e de comunicação, que inclui também o transporte. Trata-se de um mecanismo que atua no sentido de manter a divisão para manter a conquista.

Por fim, As fases do imperialismo são o colonialismo, quando as comunicações e os transportes são pouco desenvolvidos, exigindo maior presença militar nas colônias, o neo-colonialismo, a partir de melhorias nos sistemas de transporte e comunicação proporcionando a presença de organizações internacionais, principalmente as multinacionais, e o neo-neo-colonialismo⁴, com sistemas avançados de comunicação e transporte tornando desnecessária a presença física e facilitando a coordenação das interações vertical e feudal a partir do próprio centro. Na segunda fase há o esforço de criação de identidades entre os centros nos países periféricos e os centros do sistema mundial. Galtung propõe a existência de cinco sub-fases do neo-colonialismo.

Em resumo, a teoria estrutural de Galtung avança em identificar, sintetizar e logo unificar em uma única abordagem ou arcabouço as

⁴ Galtung também se rendeu à prefixação.



características essenciais do imperialismo. Os elementos gerais abordados pelos pensadores marxistas clássicos, assim como muitas contribuições mais recentes, podem ser facilmente incorporadas na teoria estrutural de Galtung, pois os tipos de imperialismo são genéricos o bastante. Contudo, e não poderia ser diferente, a abordagem apresenta insuficiências que precisam ser sanadas, principalmente em vista das mudanças ocorridas no capitalismo no último meio século.

3. A Teoria Estrutural do Imperialismo: Um Esboço de Revisão

Dez anos após propor a sua teoria estrutural, Galtung avaliou se seria pertinente (Galtung, 1980). Ele argumentou que sim. Neste mesmo sentido, pode-se questionar se a avaliação se mantém, não dez anos depois, mas cinquenta. E esta avaliação pode tratar tanto do método como do fenômeno, ou ambos. Por uma questão de espaço, possíveis problemas metodológicos com a abordagem de Galtung não podem ser aqui aprofundados. Cabe apenas notar que, do ponto de vista epistemológico, o estruturalismo, com ou sem razão, perdeu espaço na teoria crítica. Principalmente aquele de verniz mais Althusseriano. A abordagem foi muito criticada por enfatizar a permanência estática das estruturas e não permitir contradição e mudança. Essa crítica foi feita a Galtung (Milan, 2021). Embora de fato a teoria estruturalista seja pouco dialética, a história parece dar mais razão aos estruturalistas, inclusive pela própria atualidade do imperialismo e pela falta de perspectiva de agência revolucionária nas últimas décadas. Pelo contrário, o capital segue dando as cartas. Ou seja, faltou Lampedusa aos críticos, pois a mudança, ainda que seja uma característica estrutural do capitalismo, não deve ser um fim em si. A direção e o sentido importam mais que o próprio movimento, pois retrocesso também é mudança. Mas esta polêmica vai além do escopo deste artigo.

Ainda do ponto de vista epistemológico, cabe ressaltar que a estrutura feudal de interação não parece ser uma característica da fase atual do imperialismo e que, portanto, o período neo-neo-colonial parece ter sido superado, exigindo nova qualificação. O próprio desenvolvimento dos transportes e das comunicações sugere maior facilidade de interações entre as periferias e as periferias e os vários centros, como sugerem as parcerias Sul-Sul. Da mesma forma, centro e periferia como uma estrutura típica do sistema mundial parece uma divisão muito rígida. A presença de uma semiperiferia, como teorizada por Wallerstein e Arrighi, proporciona mais



flexibilidade, pois permite incorporar as teses do imperialismo progressista e mostrar seus limites em termos de redução da violência estrutural que caracteriza a economia mundial capitalista. A ascensão da China desde que Galtung propôs sua abordagem sugere que é possível superar a desigualdade imposta pelo imperialismo, ainda que recoloca a questão do imperialismo político, com possíveis repercussões militares, como uma conversão importante a partir do imperialismo econômico estadunidense. Mas isso já remete à questão ontológica.

E é nesta dimensão que mudanças na abordagem de Galtung são necessárias, ainda que seja difícil desmembrá-la do instrumento analítico. O imperialismo econômico indiferenciado de Galtung, ou no limite focado no elemento tecnológico, produtivo e comercial, não permite identificar os diferentes papéis desempenhados pelas diferentes formas de capital e logo das diferentes práticas imperialistas. A exportação de capital hoje, principalmente com a internacionalização do capital produtivo, cria uma fragmentação na forma de cadeias de valor (Suwandi, 2019; Suwandi et al., 2019) que atua indiretamente também no aumento da concorrência entre os países periféricos para absorver elos desta cadeia e logo do acirramento das rivalidades políticas. Esse fenômeno não pode ser avaliado politicamente, dentro da teoria de Galtung, pelas estruturas feudais ou isoladas. E na dimensão econômica reforçam a divisão do trabalho que mantém os países subdesenvolvidos especializados naquelas etapas das cadeias produtivas que não permitem reduzir as diferenças produtivas e tecnológicas, revalidando a teoria por outras razões, já que a brecha tecnológica parece ter de fato aumentado.

A violência estrutural postulada por Galtung se mostra presente na atuação das instituições multilaterais, por desenho institucional. É reconhecido que estas organizações, em particular o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Grupo Banco Mundial (BM) e a Organização Mundial do Comércio (OMC) atuam para favorecer os interesses dos países capitalistas desenvolvidos, embora nem todos sejam imperialistas em termos dos outros tipos de imperialismo. Mas há uma assimetria considerável em termos da promoção dos interesses particulares dos Estados Unidos, sem que este tenha de explicitar seu imperialismo por meio de relações bilaterais. Mais importante, a ascensão e queda do neoliberalismo (Patnaik e Patnaik, 2021), em um primeiro momento difundido pela ação destas instituições tem repercussão do ponto de vista da financeirização do capital, que não é captada pelo conceito de imperialismo econômico de Galtung.



Do ponto de vista político, Galtung não enfatiza de forma suficiente o papel da violência direta, como os golpes de estado patrocinados pelas potências imperialistas e de capitalistas mais sinceros. Existe um certo cinismo por parte do império e do capital, como na admissão de Elon Musk de que participou do golpe de Estado na Bolívia para facilitar o acesso ao lítio. Este aspecto foi captado de forma mais precisa pelas teorias clássicas do imperialismo e que sugerem uma insuficiência fundamental nas teorias do investimento estrangeiro direto que busca por recursos apenas com base em arranjos 'livres' entre os países.

Estes são apenas alguns poucos elementos preliminares que apontam no sentido de uma revisão mais ampla da teoria de Galtung. Contudo, não se trata de transformação radical, mas de inserção de características do capitalismo e logo do imperialismo contemporâneo que necessitam ser incorporadas em qualquer abordagem teórica que represente uma arma potente da crítica, bem como uma crítica bem fundamentada para a ação social.

Considerações Finais

Apesar de insuficiências importantes e inevitáveis, a teoria de Galtung merece ser melhor estudada. Não apenas porque o imperialismo é uma manifestação inerente ao desenvolvimento e à evolução do capitalismo, mas porque enfatiza o pilar fundamental do fenômeno, viz., as diferenças entre os países. Nas teorias burguesas do comércio internacional de origem Ricardiana, as diferenças de produtividade levam à especialização e logo ao comércio internacional, que proporciona ganhos para todos os países envolvidos. Ainda que haja abordagens que consideram a possibilidade de perdas setoriais, pela dificuldade de movimentação do trabalho ou do capital, ou ainda que considerem as diferenças em termos da composição técnica do capital em geral (relação entre capital acumulado e força de trabalho), o poder está ausente nestas abordagens. E deve estar, dada sua natureza social. Mas a confissão de Bolton sobre o ímpeto para anexar territorialmente países politicamente livres desmonta a falácia dos países sem poder. A proliferação de bases militares estadunidenses pelo mundo, e agora também em Alcântara, no Maranhão, reforça a tese de que a força militar é uma característica intrínseca do imperialismo. Contudo, é preciso ir além e reconhecer que este atributo deriva da diferença de poder, não apenas militar, mas econômico, político, de controle das redes de



comunicação e transporte e cultural. E justamente isto que a teoria estrutural do imperialismo de Galtung propõe.

A diferença ou desigualdade entre os países reflete o diferencial de poder, que não é herdado ou uma dádiva, mas construído social e historicamente. O poder acumulado e distribuído de forma assimétrica reflete uma combinação de desenvolvimento desigual e uso do Estado para manter este diferencial. Essa é a essência do imperialismo. Este poder envolve também a utilização do excedente econômico para o desenvolvimento do complexo militar-industrial. Rosa Luxemburgo estava certa, pois, ao contrário de Keynes, não se pode pensar o imperialismo sem o militarismo. Mas Galtung consegue desenvolver uma abordagem que busca unificar todas as dimensões do fenômeno imperialista. Incorporando as mudanças que se tornaram mais pronunciadas desde seu trabalho seminal em 1971, incluindo a ascensão da China, a financeirização ou o capital monopolista financeiro (Amin, 2018) e o papel das instituições multilaterais, este último atributo principalmente na aparência, proporcionaria uma importante renovação em uma abordagem que tem sido indevidamente negligenciada nos estudos do imperialismo. A ação anti-imperialista e logo pacifista de fato, inevitavelmente deve remeter ao fim deste mundo e assim para uma sociedade pós-capitalista. Mas para isso precisa estar ancorada em uma abordagem sólida e atual, tanto quanto o fenômeno histórico que busca entender.

Referências

- Albo, Gregory. The Old and New Economics of Imperialism. In: Leo Panitch and Collin Leys (eds.) **Socialist Register: The New Imperial Challenge**, New York: Monthly Review Press, 2004.
- Amin, Samir. **Modern Imperialism: Monopoly Finance Capital, and Marx's Law of Value**. New York: Monthly Review Press, 2018.
- Barone, Charles. **Marxist Thought on Imperialism**, Armonk: M.E. Sharpe, 1985.
- Becker, David G.; Frieden, Jeff; Schatz, Sayre P.; Sklar, Richard L. **Postimperialism: International Capitalism and Development in the Late Twentieth Century**, Boulder: Rienner Publishers, 1987.
- Bolton, John. **In The Room Where It Happened: A White House Memoir**. New York: Simon & Schuster, 2020.
- Borón, Atilio. **América Latina en la Geopolítica del Imperialismo**. Buenos



- Aires: Ediciones Luxemburg, 2012.
- Brewer, Anthony. **Marxist Theories of Imperialism: A Critical Survey.** London and New York, Routledge & Kegan Paul, 1980.
- Brown, Michael B. **The Economics of imperialism.** London: Penguin Books, 1976.
- Brown, Michael B. **Essays on Imperialism,** London: Spokesman Books, 1972.
- Brown, Michael B. **After Imperialism.** London: Humanities Pres, 1970.
- Bukharin, Nikolai. **A Economia Mundial e o Imperialismo.** São Paulo, Abril Cultural, 1984[1915].
- Chilcote, Ronald H. (ed.) **The Political Economy of Imperialism: Critical Appraisals.** New York: Rowman & Littlefield Publishers, 2000.
- Corrêa, Hugo Figueira de Souza. **Teorias do Imperialismo no Século XXI: (In)Adequações do debate no Marxismo.** Tese. Programa de pós-graduação em economia do Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.
- Day, Richard B.; Gaido, Daniel (eds., trad.). **Discovering Imperialism: Social Democracy to World War I.** Leiden: Brill, 2012.
- Duménil, Gérard; Lévy, Dominique. The Economics of US Imperialism at the Turn of the 21st Century, **Review of International Political Economy,** Vol. 11, No. 4,, pp. 657-676, 2004.
- Enfu, Cheng; Baolin, Lu. Five Characteristics of Neoimperialism: Building on Lenin's Theory of Imperialism in the Twenty-First Century, **Monthly Review,** 73(1), 22-58, 2021.
- Etherington, Norman. **Theories of Imperialism: War, Conquest and Capital.** New Jersey: Barnes & Noble Books, 1984.
- Galeano, Eduardo. Latin America and the Theory of Imperialism. **Monthly Review,** Vol. 21, No 11, p.8-25, 1970.
- Galtung, Johan. A Structural Theory of Imperialism- Ten Years Later. **Millennium: Journal of International Studies,** Vol. 9(3): 181-196, 1980.
- Galtung, J. Conflict on a Global Scale: Social Imperialism and Sub-imperialism – Continuities in the Structural Theory of Imperialism. **World Development,** 4(3), 153–165, 1976.
- Galtung, Johan. A Structural Theory of Imperialism. **Journal of Peace Research.** 8, 81–117, 1971.
- Halliday, John; McCormack, Gavan. **Japanese Imperialism Today.** New York: Monthly Review Press, 1973.
- Harvey, David. **The New Imperialism.** New York: Oxford University Press, 2003.
- Hauer, Thomas; Milanovic, Branko; Naidu, Suresh. Inequality, Foreign Investment, and Imperialism, **MPRA Paper No. 83068,** 2017.



Disponível em: <https://mp.ra.ub.uni-muenchen.de/83068/>. Acesso em 11/10/2021.

- Hilferding, Rudolf. **O Capital Financeiro**. São Paulo, Abril Cultural, 1985[1910].
- Hudson, Michael. **Super Imperialism: The Origin and Fundamentals of US World Dominance**, London: Pluto, 2003 [1972].
- Lenin, Vladimir I. **O Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo**. Campinas. FE/UNICAMP/NAVEGANDO, 2011[1916].
- Luxemburgo, Rosa. **A acumulação de Capital: Contribuição ao Estudo Econômico do Imperialismo**. São Paulo: Abril Cultural, 1984 [1913].
- Kamp, Tom. **Theories of Imperialism**, London: Dennis Dobson, 1967.
- Kautsky, Karl. **Ultra-Imperialism**, *New Left Review*, 59, 1970 [1914].
- Keynes, John M. National Self-Sufficiency. **Studies: An Irish Quarterly Review**, Vol. 22, No. 86 pp. 177-193, 1933.
- Magdoff, Harry. **Imperialism: From the Colonial Age to the Present**, New York: Monthly Review Press, 1978.
- Magdoff, Harry. **The Age of Imperialism**, New York: Monthly Review Press, 1969.
- Mandel, Ernest. **Europe versus America: Contradictions of Imperialism**, New York: Monthly Review Press, 1970.
- Milan, Marcelo. Structural Violence and Imperialism. In: Immanuel Ness and Zak Cope (eds.) **The Palgrave Encyclopedia of Imperialism and Anti-Imperialism**. 2nd ed., pp. 2538-2548, Cham, Springer International, 2021.
- Mommsen, Wolfgang J. **Theories of Imperialism**, Chicago: University of Chicago Press, 1982.
- Noonan, Murray. **Marxist Theories of Imperialism: A History**. London: I. B. Tauris, 2017.
- Nowell, Gregory P. Imperialism and the Era of Falling Prices. **Journal of Post Keynesian Economics** Vol. 25, No. 2, pp. 309-329, 2002-2003.
- Owen, Roger; Sutcliffe, Robert B. **Studies in the Theory of Imperialism**. London: Longman Publishing Group, 1972.
- Patnaik, Utsa; Patnaik, Prabhat. **Capital and Imperialism: Theory, History, and the Present**. New York: Monthly Review Press, 2021.
- Patnaik, Utsa; Patnaik, Prabhat. **A Theory of Imperialism**. New York: Columbia University Press, 2016.
- Patnaik, Prabhat. Whatever Happened to Imperialism? **Monthly Review**, Vol. 42(6), p.1-7, 1990.
- Petras, James; Veltmeyer, Henry (eds). **Extractive Imperialism in the Americas: Capitalism's New Frontier**. Chicago: Haymarket Books,



2015.

Petras, James; Veltmeyer, Henry. **Globalization Unmasked: Imperialism in the 21st Century**. London: Zed Books, 2001.

Radice, Hugo (ed.) International Firms and Modern Imperialism, New York: Penguin, 1975.

Rowthorn, Robert. Imperialism in the 1970s – Unity or Rivalry? **New Left Review**, 69, 1971.

Serfati, Claude. Imperialism in Context: The Case of France. **Historical Materialism** 23(2): 52 – 93, 2015.

Smith, John. **Imperialism in the Twenty-First Century: Globalization, Super-Exploitation, and Capitalism's Final Crisis**. New York: Monthly Review Press, 2016.

Suwandi, Intan. **Value Chains: The New Economic Imperialism**. New York: Monthly Review Press, 2019.

Suwandi, Intan; Jonna, R. Jamil; Foster, John B. Global Commodity Chain and the New Imperialism. **Monthly Review**, Vol. 70 (10), p. 1-24, 2019.

Valencia, Adrián S. **Subimperialismo e Dependência na América Latina – o Pensamento de Ruy Mauro Marini**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2019.

Warren, Bill; Sender, John (ed.). **Imperialism, Pioneer of Capitalism**. London: Verso, 1980.

Warren, Bill. Imperialism and Capitalist Industrialization, **New Left Review** 81, 1973.

Xu, Zhun. The Ideology of Late Imperialism: Return of Second International Geopolitics. **Monthly Review**, Vol. 72 (10): 1-20, 2021.

Recebido em 11 nov. 2021 | aceite em 11 dez. 2021



Imperialismo Tardio: notas sobre o seu debate recente

Luis Eduardo Fernandes¹

73

Resumo

O presente artigo versa por apresentar parte do debate, durante a década de 2010, entre economistas e cientistas sociais marxistas sobre o imperialismo contemporâneo. Concentramos-nos nas contribuições de intelectuais colaboradores da revista *Monthly Review*, como Samir Amin, Prabhat Patnaik, Utsa Patnaik, John Smith e Intan Suwandi e suas formulações acerca do tardo-imperialismo, isto é, a fase madura e o ápice da dominação imperialista na economia mundial. Esses autores se propõem a atualizar a teoria do imperialismo através de novas pesquisas e categorias teóricas com níveis de abstração distintos como a arbitragem global do trabalho, mundialização da lei do valor, deflação da renda nos países periféricos, cadeias globais de valor-trabalho, etc. Ao fim, apresentamos, em linhas gerais, as polêmicas desses autores com o geógrafo David Harvey a cerca da atualidade do imperialismo como categoria teórica.

Palavras-chave: Imperialismo; Lei do Valor; Arbitragem Global do Trabalho.

¹ Professor de História e doutorando em Serviço Social pela UFRJ. Tem como temas pesquisa o imperialismo contemporâneo, formações sociais periféricas, economia política marxista e políticas públicas anticorrupção no Brasil. Organizador do livro "Introdução ao Imperialismo Tardio" (2021). | luisedumfernandes@gmail.com



Resumen

Este artículo tiene como objetivo presentar parte del debate, durante la década de 2010, entre economistas y científicos sociales marxistas sobre el imperialismo contemporáneo. Nos centramos en las contribuciones de los intelectuales colaboradores de la revista *Monthly Review*, como Samir Amin, Prabhat Patnaik, Utsa Patnaik, John Smith e Intan Suwandi y sus formulaciones sobre el imperialismo tardío, es decir, la fase de madurez y cúspide de la dominación imperialista en la economía mundial. Estos autores proponen actualizar la teoría del imperialismo a través de nuevas investigaciones y categorías teóricas con diferentes niveles de abstracción como el arbitraje laboral global, la globalización de la ley del valor, la deflación de ingresos en países periféricos, cadenas de valor laborales globales, etc. Al final presentamos, em líneas generales, las controversias de estos autores con el geógrafo David Harvey sobre la actualidad del imperialismo como categoría teórica.

Palabras clave: Imperialismo; Ley del Valor; Arbitraje Laboral Global.

Abstract

This article aims to present part of the debate, during the 2010s, between economists and Marxist social scientists about contemporary imperialism. We focus on contributions from collaborating intellectuals of the *Monthly Review* journal, such as Samir Amin, Prabhat Patnaik, Utsa Patnaik, John Smith, and Intan Suwandi, and their formulations about late-imperialism, that is, the mature phase and apex of imperialist domination in the world economy. These authors propose to update the theory of imperialism through new research and theoretical categories with different levels of abstraction such as global labor arbitrage, globalization of the law of value, income deflation in peripheral countries, global labor value chains, etc. In the end, we present, in general lines, the controversies of these authors with the geographer David Harvey about the actuality of imperialism as a theoretical category.

Keywords: Imperialism; Law of Value; Global Labor Arbitrage.

Introdução

A categoria de imperialismo, apesar do extenso debate e múltiplas contribuições, muitas vezes antagônicas, entre marxistas e não marxistas, sempre esteve muito ligada às formulações do líder da revolução russa, V. I. Lênin. O revolucionário sintetizou o principal debate econômico e político de sua época e, como poucos, conseguiu articular as múltiplas determinações do fenômeno, em especial a relação entre economia, política e Estado.

Mesmo para uma sintética brochura, em “Imperialismo, fase superior do Capitalismo” há uma complexa análise sobre as mudanças recentes no modo de produção capitalista (capitalismo monopolista e o surgimento do capital financeiro) e seus rebatimentos no seio do Estado e nas disputas interestatais (a política imperialista, a partilha do mundo em áreas de



influência, divisão centro-periferia, etc.) e na dinâmica das classes sociais (oligarquia financeira e a aristocracia operária).

Ou seja, o imperialismo é um fenômeno mundial que articula ao menos algumas tendências no campo econômico, político e militar. No campo econômico, o imperialismo tem seus germes na própria formação (desigual) do mercado mundial capitalista, assim como na tendência à estagnação econômica na era monopólica. No plano político, o imperialismo se relaciona com novas formas de dominação de classe e mudanças no aparelho de Estado, ou seja, o que Lênin identificou como a intensificação da *reação* em detrimento das liberdades democráticas.

Conforme Harry Magdoff (1978) definiu, “o imperialismo não é uma matéria de escolha para a sociedade capitalista, ele é o meio de vida dessa sociedade”. Nesse sentido, na presente época do capitalismo contemporâneo, sob a domínio da globalização produtiva e financeira, podemos afirmar que alguns elementos indicados pelos autores do imperialismo clássico ao invés de se extinguirem, potencializaram-se como jamais visto na história.

O primeiro elemento de continuidade é, conforme enfatizamos, a expansão do poder dos monopólios e dos grandes conglomerados econômicos na economia mundial (AMIN, 2005)². A exportação, a concentração e a centralização de capitais ainda são a tônica num capitalismo realmente “globalizado”. O segundo se refere ao capital financeiro e o fenômeno da financeirização, cuja expansão e domínio na atualidade vão além do predomínio das instituições bancárias. Sendo assim, a aceleração da mundialização financeira nas últimas décadas do século XX, ao invés de diminuir as assimetrias entre os países centrais e periféricos, só as fez aumentar. O terceiro elemento é o papel hegemônico da oligarquia financeira através dos detentores de capitais portadores de juros e fictícios como a fração dirigente da classe capitalista internacional.

O quarto, não menos importante, é a tendência identificada por Lênin de que, no plano político, o imperialismo representa a reação política contra os próprios avanços democráticos e civilizatórios historicamente conquistados (LÊNIN, 1986). As atuais ações imperialistas de desestabilização

² Segundo o pensador egípcio, o poder dos monopólios se expande a partir do domínio da ciência e tecnologia, do controle dos fluxos financeiros de envergadura mundial, do acesso aos recursos naturais do planeta, do controle dos meios de comunicação e mídia e, finalmente, das armas de destruição em massa (AMIN, 2005, p. 12).



de regimes políticos consolidados e o financiamento de grupos neofascistas, como na Ucrânia, e fundamentalistas, como no Egito e na Síria, são alguns exemplo de como, no campo geopolítico, o imperialismo fortalece forças reacionárias e antidemocráticas.

Todavia, também existem mudanças significativas. Afinal, o imperialismo também é um fenômeno histórico. Lênin, num contexto de onda revolucionária, chegou a escrever que o imperialismo seria a fase de decomposição do capitalismo.

Para o revolucionário russo, o monopólio capitalista gera inegavelmente a tendência à estagnação econômica. Ademais, corroborando Lênin e Bukhárin, a ascensão do capitalismo monopolista não significa o fim da concorrência intercapitalista; pelo contrário, trata-se da intensificação da concorrência intermonopólica, ou seja, uma mudança de qualidade das contradições interburguesas nessa etapa, que se concentram, ao menos no plano interno, muito mais entre setores monopolísticos e não monopolísticos do que na clássica divisão por setores econômicos da burguesia.

Dediquemo-nos aqui às mudanças na forma e no conteúdo do sistema imperialista e, principalmente, aos novos debates que surgiram em torno da revitalização da sua utilização política e teórica. A expansão do capitalismo monopolista e todo o seu complexo autocontraditório, conforme Baran e Sweezy já haviam identificado, geraram uma reconfiguração do sistema imperialista, em especial após a Segunda Guerra Mundial.

Essas mudanças, aliás, retroalimentam-se e articulam-se. A emergência da dominância financeira e da mundialização da lei do valor se deram centralmente por mudanças políticas e reorganização do aparelho de Estado no centro imperialista e na periferia. Essas mudanças fortaleceram uma nova contradição do desenvolvimento capitalista de nosso tempo: se por um lado há uma total liberdade para os capitais no mundo devido à “globalização produtiva e financeira”, os mercados de trabalho são gestados e limitados pela ação estatal.

Fenômeno, bem estudado por John Smith (2010, 2015), que o chamou de uma “arbitragem laboral global” (“global labour arbitrage”) que regula e nivela (por baixo) a exploração da força de trabalho por meio de taxas de exploração diferentes. A “arbitragem laboral global” seria a base sócio-econômica do tardo imperialismo. Sumariamente, para autores como Smith, Suwandi ou Amin, a globalização das cadeias produtivas se efetiva através da “desigualdade” na exploração da força de trabalho no mundo.



Essa desigualdade na exploração do trabalho é fundamental para se efetivar maiores extrações de mais-valor, assim como, no campo político, impôr uma nova correlação de forças desfavorável aos trabalhadores no “norte” e no “sul global”.

Por isso, denominamos como **imperialismo tardio ou contemporâneo** (FOSTER, 2019) a atual configuração do sistema imperialista desde fins da década de 1970, isto é, o imperialismo na época madura do capitalismo sob dominância financeira e internacionalização produtiva. Na última década de 2010, principalmente após a crise de 2008, o interesse de pesquisadores, intelectuais e militantes progressistas com relação às novas formas de imperialismo cresceu no ocidente em termos teóricos e políticos. A nova onda de golpes de Estado na América Latina, a ascensão chinesa e, em menor grau, da Rússia no cenário internacional, a primavera árabe e a guerra da Síria, as bárbaras sanções e bloqueios econômicos impostos pelos EUA contra os povos de Cuba, Irã e Coreia Popular, dentre outros fatos, acabaram por impulsionar importantes debates.

No seio do pensamento crítico, há dois níveis de disputa teórica e política: a primeira seria sobre a validade ou não da categoria de imperialismo para a melhor compreensão das desigualdades econômicas e de poder entre nações no capitalismo contemporâneo; a outra, mais complexa e muitas vezes complementar, é o esforço entre diferentes tradições para atualizar a teoria do imperialismo para o século XXI.

O objetivo destas notas é apresentar, em linhas gerais, uma parte desse debate mais recente sobre o imperialismo contemporâneo entre pensadores marxistas oriundos dos países centrais e do “sul global”. Nomes como John Bellamy Foster, Fred Magdoff, Samir Amin, Prabhat Patnaik, Intan Suwandi, John Smith e Michael Roberts são exemplos desse esforço notável nas páginas da *Monthly Review* ou através de lançamentos da editora da mesma. Grande parte desses autores fazem ou fizeram parte da IIPPE, iniciativa internacional para a promoção da economia política heterodoxa, em especial marxista. Ao fim, também visitaremos um debate entre esse campo heterogêneo “anti-imperialista” e as apreensões negacionistas recentes de David Harvey sobre o tema³.

³ Na América Latina, cabe destacar o fortalecimento de duas tradições críticas importantes. A “Teoria Marxista da Dependência” (TMD) propõe uma “legalidade específica” da dependência latino-americana e um predomínio de uma “terceira forma” de extração de mais-valia: a predominância da superexploração do trabalho seria uma lei específica do capitalismo dependente. Fundada por Ruy Mauro Marini,



O Imperialismo Tardio: atualidade e polêmicas

78

Nos países do “norte”, a escola da *Monthly Review* possui grande notoriedade e tradição nos debates acerca da economia política marxista e a questão do imperialismo sempre foi um dos principais temas entre os seus pesquisadores e colaboradores. A revista, inicialmente comandada por Paul Baran, Paul Sweezy e Leo Huberman, notabilizava-se por ser crítica à experiência socialista soviética, assim como também travava importantes debates com a “nova esquerda europeia”. Além disso, a revista sempre manteve entre os seus colaboradores intelectuais do chamado “terceiro mundo”⁴.

Harry Magdoff (1978) foi um dos primeiros a identificar as novas morfologias do imperialismo pós-Segunda Guerra Mundial. Para o autor, a nova ordem imperialista liderada pelos EUA caracterizou-se pela contínua extensão dos interesses dos Estados Unidos em petróleo, mineração e manufaturas estrangeiras; extensão das bases militares, a penetração das áreas pela ajuda militar e econômica incluindo o ingresso em antigas colônias que haviam sido reserva exclusiva das metrópoles e, principalmente, a internacionalização de uma complexa rede de bancos no exterior.

Para Magdoff (1978), a relação de dominação entre os países imperialistas e dependentes estaria, principalmente, em três aspectos:

Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos, a TMD enfrenta importantes debates sobre a sua renovação nessa década e, conseqüentemente, sobre a nova morfologia imperialista nesse século.

Uma outra escola teórica de análise sobre o imperialismo, também muito influente na América Latina, é a escola que nós chamamos de “geopolítica do imperialismo”. Essa tradição tem como maior expoente o cientista político argentino, Atilio Borón. Borón incorpora as análises econômicas sobre a hegemonia financeira do capitalismo contemporâneo. No entanto, relaciona-as com um processo de decadência do imperialismo norte-americano, seu papel desestabilizador e mais agressivo neste século. Se as duas primeiras escolas, em sua maioria, focam em questões mais econômicas, Borón traz importantes contribuições através de análises da política, ideologia e ciência militar do imperialismo tardio. No entanto, nessas notas apresentaremos um breve balanço do debate fora da América Latina, ainda pouco conhecido e difundido nos meios progressistas do Brasil.

⁴ Curiosamente, a escola estadunidense é sumariamente ignorada por Perry Anderson em seu ensaio sobre o marxismo ocidental, talvez pela predominância de assuntos vinculados a economia política nas páginas da revista.



estrutura industrial, relações comerciais mundiais e grau de força financeira (ou independência). Enquanto os países centrais teriam menos problemas com a sua balança de pagamentos, os periféricos seriam mais vulneráveis e instáveis. Não obstante, Magdoff identifica a importância do dólar como principal reserva internacional e meio de pagamento para garantir a liderança dos EUA no sistema imperialista ao viabilizar o financiamento do seu déficit na balança de pagamentos a partir dos excedentes dos países periféricos e outros países centrais.

O autor também aponta alguns desdobramentos e mudanças com relação ao imperialismo clássico, para além do processo de descolonização, então em curso, e a ascensão dos EUA. A primeira mudança estrutural seria o surgimento do complexo militar-industrial; a segunda, o surgimento de empresas multinacionais (incluindo bancos multinacionais) e sua crescente penetração na periferia; e, por fim, “a prioridade dos interesses da indústria multinacional militar nos assuntos do Estado”. Essa descrição, observou ele, aplicava-se antes de tudo aos próprios Estados Unidos, mas refletia relações que também se materializavam entre potências imperiais rivais.

Atualizando as reflexões sobre o imperialismo, em especial estadunidense, de Baran, Sweezy e Harry Magdoff, Foster e Fred Magdoff (2009) afirmam que a base econômica do imperialismo tardio seria o capitalismo monopolista-financeiro, para estes o capitalismo monopolista-financeiro seria uma simbiose entre estagnação econômica e financeirização. Essa nova etapa do capitalismo seria a base econômica do imperialismo tardio.

O argumento dos atuais editores da *Monthly Review* é aprofundado, em especial, por diversos intelectuais que publicaram na revista sobre as novas morfologias do imperialismo após a crise de 2008⁵, em especial o britânico John Smith (2010, 2015). Smith é um pesquisador inglês e sua tese de doutorado intitulada “*Imperialism and Globalization of Production*” (2010) virou um livro “*Imperialism in the Twenty-First Century: Globalization, Super-Exploitation and Capitalism’s Final Crisis*” (2015), que foi agraciado com o prêmio Paul Baran e Paul Sweezy nos EUA por sua originalidade ao desenvolver a economia política do imperialismo.

⁵ Ver a edição da revista dedicada ao “Imperialismo Tardio” contendo artigos de Samir Amin, Firoze Manji, João Pedro Stédile, John Bellamy Foster, Hannah Holleman, Brett Clark, Ricardo Antunes, Intan Swandi, Usta Patnaik e Prabhat Patnaik



Smith (2010, 2015), em sua obra, tem como objetivo unificar a crítica da economia política marxiana e a teoria do imperialismo de Lênin⁶ para compreender os atuais processos em curso de liberalização de capitais e internacionalização da produção. O pesquisador britânico une empiria e reflexão teórica num notável esforço para desenvolver a teoria do imperialismo para o século XXI. O cerne de sua linha explicativa é o que chama de “arbitragem global do trabalho” e a mundialização da superexploração do trabalho para os “países do sul”.

Para o pesquisador britânico, a chamada globalização seria o último estágio imperialista. Como resultado, este último estágio do desenvolvimento capitalista tem gerado um *apartheid global*, no qual as “nações do sul” tornaram-se reservas de trabalho para superexploração pelos capitalistas do “norte”. A supressão do livre movimento internacional do trabalho é a base de um vasto sistema de racismo, opressão nacional, humilhação cultural, militarismo e violência estatal que o imperialismo impõe aos povos proletarizados do mundo.

Segundo Smith, corroborando o argumento de Wood (2014), ao contrário do que acontecia na época dos clássicos do imperialismo⁷, o

⁶ Nesse sentido, Smith segue diretrizes de outro professor e intelectual marxista inglês, Andy Higginbottom. Higginbottom sustenta que a superexploração seria uma terceira forma de extração de mais-valia, para além daquelas descobertas por Marx em sua teoria da exploração. Além disso, Higginbottom aponta que há um déficit na teoria do imperialismo lenineana no campo da crítica da economia política, em especial relacionar a questão da queda tendencial da taxa de lucro com o imperialismo. Esse déficit, para o autor, não seria encontrado como em outras obras econômicas de Lenin, como a sobre o desenvolvimento do capitalismo na Rússia. Em nossa opinião, ao sustentarmos uma concepção ampliada de imperialismo em Lênin, embora o autor russo não explicitasse essa relação entre taxa de lucro e imperialismo, o mesmo desenvolve uma economia política do imperialismo de seu tempo, tendo como base a lei de subordinação de outros modos de produção ao capitalismo e a tendência à estagnação econômica na era monopólica.

⁷ Ao contrário de Rosa Luxemburgo, Lênin, ao identificar o imperialismo como uma nova etapa do desenvolvimento capitalista, associou, por meio da centralidade da exportação de capitais, os mecanismos de transferência/apropriação dos lucros e riquezas produzidas nos países periféricos às leis gerais da acumulação capitalista. No entanto, parte significativa desses mecanismos se efetivava através de instrumentos extra-econômicos neocoloniais. A diferenciação de Wood e Smith se caracteriza por identificar o avanço das tendências apontadas por Lênin, nesse sentido, para esses autores, o imperialismo contemporâneo opera os mecanismos de



imperialismo atual se fundamenta em bases inteiramente capitalistas. O capitalismo e sua lei do valor suprimiram totalmente a velha divisão colonial do mundo, que descartou tudo o que era hostil a ele, preservando e fazendo seu tudo o que é útil para seu domínio continuado. A tarefa seria, portanto, analisar a massa de dados empíricos relativos a essa transformação, submetendo os fatos à crítica de conceitos e os conceitos à crítica de fatos, a fim de aprender como, em sua fase imperialista de desenvolvimento, a natureza essencial do capitalismo sofreu uma evolução qualitativa. Em outras palavras, para o autor "a tarefa é desenvolver uma teoria da forma imperialista da relação de valor" (SMITH, 2010, p. 22).

Diferentemente do exposto por Marx e pela teoria marxista da dependência - embora cite a obra de Ruy Mauro Marini⁸ -, Smith cria o que ele chama de uma dimensão concreta da superexploração que residiria nas diferentes taxas de exploração ou mais-valia entre os países imperialistas e periféricos/dependentes:

Desenvolver um conceito mais concreto de 'superexploração' é uma tarefa central que permeia toda esta tese. A definição do esboço é apresentada na próxima seção deste capítulo. Para os presentes fins, a exploração pode ser simplesmente definida. Se a jornada de trabalho compreende duas partes, o tempo de trabalho necessário (o tempo que um trabalhador leva para criar valor igual ao que ele / ela consome) e tempo de trabalho excedente (o tempo gasto na produção de valor excedente para o capitalista), a taxa de exploração é a razão entre eles, e a superexploração significa uma taxa mais alta de exploração do que a taxa interna média de exploração prevalecente nas economias imperialistas. Esta tese argumenta que as diferenças salariais internacionais fornecem um reflexo distorcido das diferenças internacionais na taxa de exploração; e que os capitalistas do norte, de maneiras a explorar essas diferenças, podem aumentar seus lucros ao realocarem a produção para

transferência/apropriação de riquezas, hegemonicamente, através de instrumentos de "mercado".

⁸ Em resenha do livro de Smith, o intelectual trotskista Walter Daum estabelece que há uma categoria de superexploração absoluta originada nos escritos marxianos, que consiste na remuneração da força de trabalho abaixo do seu valor mínimo de subsistência e outra de superexploração relativa baseada nas diferentes taxas de exploração entre as nações no capitalismo globalizado (DAUM, 2016).



nações onde a taxa de exploração é maior do que a média, ou seja, onde a mão de obra viva pode ser superexplorada. Toda esta tese, portanto, pode ser considerada uma tentativa de responder a duas questões: O que entendemos concretamente por superexploração? O que entendemos concretamente por imperialismo? Conceitos concretos dessas relações sociais realmente existentes não podem ser obtidos exclusivamente por dedução de princípios teóricos ou por indução da análise de dados. Para responder a essas perguntas, é necessário realizar os dois processos em conjunto (SMITH, 2010, p. 29, tradução livre).

O foco da crítica smithiana é a perspectiva dos economistas neoclássicos, os quais sustentam que as diferenças salariais entre países “desenvolvidos” e “subdesenvolvidos” seriam devido aos diferentes graus de produtividade entre os trabalhadores. Polemizando com Martin Wolf (2005), editor do *Financial Times*, Smith afirma que a chave dos lucros do imperialismo nos últimos quarenta anos está na emergência de um enorme proletariado dos “países do sul”.

O pesquisador britânico também critica os “marxistas do norte” porque, ao debaterem a queda tendencial da taxa de lucro, não a relacionam com as diferentes taxas de exploração. Para refutar a máxima de que os trabalhadores do norte seriam mais explorados devido à maior produtividade de seus trabalhos⁹, Smith questiona a confusão gerada por dados como o “PIB” e “valor agregado”. Segundo o mesmo esta confusão surge nos economistas dominantes e é aceita sem questionamento pelos economistas marxistas. O produto interno bruto (PIB) esconde o fato de que muito do valor, por exemplo, do PIB dos EUA, não é o valor criado pelos trabalhadores norte-americanos, mas é capturado, através da exploração multinacional e preços de transferência, dos lucros criados a partir da exploração dos trabalhadores do Sul. Segundo o autor, o PIB confunde criação de valor com captura de valor e assim não expõe a exploração do Sul pelo Norte imperialista: “PIB como medida da parte do produto global que é capturado ou apropriado por uma nação, não uma medida do que ela possui produzidos internamente. (SMITH, 2010, p. 278).

⁹ Tal argumento tradicional entre alguns intelectuais marxistas reside que, diante do maior desenvolvimento das forças produtivas nos países centrais, os trabalhadores desses países produziram relativamente e proporcionalmente uma escala maior de valores apropriados pelos capitalistas.



Além do PIB e do “valor agregado”, Smith também problematiza a questão dos Investimentos Estrangeiros Direitos (IED) e a tese de que o capital estaria evitando os países subdesenvolvidos. Segundo o autor, há que se observar a qualidade dos investimentos estrangeiros: enquanto nos países imperialistas há a prevalência dos investimentos não produtivos (financeiros), na periferia predominam os investimentos industriais e/ou de curto prazo em busca de rápida valorização. Além disso, o IED camufla os casos de terceirização¹⁰ que são uma das tônicas do processo de globalização produtiva:

O maior problema de perscrutar através de uma lente de IED é que a terceirização à distância se torna invisível. Mas mesmo antes de trazermos a terceirização para o cenário, pode-se ver o suficiente para minar seriamente as conclusões propostas por Schaub, Held et al. Mesmo um exame superficial dos dados relevantes da UNCTAD sobre os fluxos de IDE é suficiente para refutar a conclusão de que o capital está 'evitando' o Sul global. Na verdade, quanto mais perto olhamos, mais claro se torna que, longe de "evitar" o Sul global, a capital do norte está se tornando cada vez mais dependente da exploração de trabalho de baixa remuneração.

[...] O investimento direto e os lucros fluem em ambas as direções entre os EUA, Europa e Japão; já entre estas nações e o Sul global, o fluxo é de mão única. À medida que o estoque acumulado de IED no Sul aumentou, assim, o fluxo de lucros repatriados cresceu em uma torrente poderosa, ao ponto em que a repatriação de lucros SN agora se aproxima, se não ultrapassa, novos fluxos de IED INS. Como observa o Relatório de Investimento Mundial de 2008 da UNCTAD, os lucros das multinacionais "são gerados cada vez mais nos países em

¹⁰ John Smith ao estudar os processos de globalização produtiva constata dois tipos de internacionalização da produção: o primeiro por meios da expansão de investimentos através de filiais das empresas multinacionais e outro por meio de contratação de empresas de terceirização. O caso mais famoso e emblemático é da relação entre a Apple e a Foxcoon. A empresa sediada em Taiwan é responsável por produzir grande parte dos aparelhos eletrônicos, chips e outros produtos sofisticados enquanto a Apple cuida do design e possui a propriedade intelectual. As condições de trabalho na empresa asiática são subumanas, inclusive com altos índices de suicídios entre os trabalhadores.



desenvolvimento do que nos países desenvolvidos (SMITH, 2010, p. 73).

A pesquisa e as críticas de Smith tiveram impacto em alguns círculos progressistas e marxistas dos EUA, Europa e em alguns países periféricos. A socióloga marxista indonésia e professora da Universidade de Illinois Intan Suwandi desenvolve parte dos apontamentos de Smith a partir de sua pesquisa empírica e teórica sobre as chamadas cadeias globais de valor.

84

Suwandi, em seu livro "*Value Chains: the new economic imperialism*" (2019), aponta como o fenômeno da deslocalização da produção industrial (*offshoring*) representa a intensificação da lógica de transferências de valor, lucros e maiores taxas de exploração na relação entre países imperialistas e periféricos. Seu argumento reside na afirmação de que a economia mundial não pode ser analisada como um conjunto de economias nacionais agregadas, mas como uma complexa totalidade formada por múltiplas cadeias produtivas transnacionais. Dados trazidos pela autora demonstram que mais de 80% do comércio mundial é controlado por multinacionais, cujas vendas anuais equivalem a cerca de metade do PIB global. Essas cadeias de *commodities* podem ser vistas como presas ao centro da economia mundial, conectando a produção, localizada principalmente no "sul global".

A autora analisa o fenômeno das cadeias globais de *commodities* dando centralidade à questão do trabalho. Nesse sentido, Suwandi investiga o que chama de as "cadeias globais de valor-trabalho": trata-se de um dispositivo teórico e empírico para compreender parte da base econômica do imperialismo contemporâneo, além de ser um meio de incorporar a exploração global contemporânea à estrutura da teoria do valor trabalho:

Ao contrário das teorias convencionais sobre este assunto, esta estrutura leva em consideração as questões de poder, classe e controle - questões que devem ser abordadas se quisermos trazer a exploração / expropriação que ocorre nas cadeias globais de *commodities* a público. É crucial que a análise teórica e metodológica das cadeias de valor do trabalho aqui desenvolvida incorpore um cálculo da variação entre os países nos custos unitários do trabalho na manufatura. A medição dos custos unitários do trabalho - normalmente apresentado como o custo médio do trabalho por unidade de produção real, ou a relação entre a remuneração horária total e a produção por



hora trabalhada - combina a produtividade do trabalho com os custos salariais (o preço do trabalho), de certa forma intimamente relacionado à teoria da exploração de Marx. Custos unitários de trabalho mais baixos apontam para uma maior taxa de exploração na produção, e vice versa (SUWANDI, 2019, tradução livre).

O arcabouço para mensurar a lógica da produção de mais-valia nas cadeias de valor trabalho, segundo a pesquisadora, seria o custo unitário do trabalho (CUT)¹¹, um instrumento utilizado por economistas convencionais para mensurar a relação entre o preço local da força de trabalho e a sua produtividade. Os dados sobre os custos unitários do trabalho mostram que os países com a maior participação nas cadeias de valor do trabalho (China, Índia e Indonésia) também têm custos unitários do trabalho muito baixos. Isso significa que não apenas os salários são baixos nesses países, mas a produtividade é relativamente alta, portanto, organização global das cadeias de valor do trabalho é um meio de extrair mais-valia da exploração dos trabalhadores no “sul global”.

O imperialismo seria uma engrenagem orgânica de sustentação da atual lógica de acumulação capitalista em sentido macro e micro, segundo a autora. Além da subordinação dos países periféricos/dependentes através da extração de mais-valia e riquezas também há uma relação hierárquica entre as multinacionais, sediadas nos países imperialistas, suas filiais e prestadoras de serviços:

No final, essas observações sugerem que as cadeias de valor do trabalho, como parte da reestruturação da economia mundial impulsionada pelo imperativo da acumulação de capital, são imperialistas em suas características: a própria realidade capturada pelo conceito de *arbitragem global do trabalho*, dentro das finanças globais. Cadeias de valor de trabalho envolvem uma forma de troca desigual baseada em uma hierarquia mundial de salários, na qual o capital global (empresas sediadas no Norte global) captura valor do Sul por meio da sobre-exploração ou superexploração da mão de obra

¹¹ O CUT pode ser definido como nível salarial médio ponderado pela produtividade do trabalho de algum país (estado, região, setor). Dessa forma, quanto maior o CUT, menor a “competitividade” de uma determinada região, setor ou país. O CUT aumenta se o salário cresce acima da produtividade, ao passo que irá cair se esta superar o crescimento do salário.



dos trabalhadores que fabricam os bens. Em essência, mais trabalho é obtido por menos custos. Multinacionais oligopolistas gigantes tiram vantagem dos custos unitários de trabalho diferenciados dentro de um sistema imperialista de “valor mundial”; elas controlam grande parte do mercado mundial por meio de suas operações internacionais, e o fato de que o capital pode se mover com muito mais liberdade do que o trabalho (seu movimento é restrito por fatores como políticas de imigração) permite que as multinacionais tirem proveito das imensas diferenças de preços de trabalho em nível global (SUWANDI, 2019, tradução livre).

Suwandi também critica a noção de transnacionalização produtiva deslocada dos centros de poder dos países imperialistas. Segundo a autora, as estruturas de governança e de inovação tecnológica ainda permanecem nos países centrais, no entanto o grande desafio para a compreensão das bases econômicas do imperialismo contemporâneo seria alinhar a questão das cadeias de valor trabalho, a arbitragem global do trabalho e o crescente poder monopólico financeiro.

A mensuração desse processo e das transferências de valor do “sul global” para o “norte” é um desafio, segundo a autora. Se, por um lado, desde a década de 1980, os Investimentos Diretos Estrangeiros (IDE) cresceram em países periféricos, em especial nos emergentes exportadores de manufaturas, por outro, o processo de deslocalização produtiva nem sempre envolve investimentos estrangeiros diretos. Terceirizações, contratos temporários e outros mecanismos flexíveis formam verdadeiras “redes” tendo como centro a captação de recursos pelos grandes monopólios.

As empresas líderes gerenciam essas redes interfirmas dentro de várias estruturas de governança. Longe de representar a descentralização do controle sobre a produção (e valorização), como às vezes é assumido, as redes “dispersas” associadas aos novos modos de produção não-equitativos são, em última análise, governadas pelas sedes financeiras centralizadas das corporações gigantes, que mantêm monopólios sobre tecnologia da informação e mercados, e apropriam-se da maior parte do valor adicionado.

Em sua pesquisa, Suwandi faz uma série de estudos de caso com empresas de manufaturas exportadoras da Indonésia, buscando compreender a intervenção governamental para fomentar a queda do custo unitário do trabalho e as consequências sociais desse processo. O arcabouço das cadeias de valor do trabalho é uma tentativa da autora para fornecer



uma interpretação sobre a “globalização produtiva” como uma nova forma de imperialismo econômico, representado pela prática da arbitragem do trabalho global. Não pretende ser em si uma teoria completa do imperialismo, mas ajuda a examinar as características imperiais das cadeias de valor do trabalho, conforme reveladas pela teoria do valor de Marx¹².

As formulações de Smith e Suwandi impulsionam um debate, dentro e fora da tradição marxista, ainda longe de ser consensual. Michael Roberts (2018) é outro intelectual que intervém nesse debate. Coerente com a sua interpretação sobre a longa depressão da economia capitalista atual, o economista inglês relaciona o fenômeno do imperialismo com a queda da taxa de lucro nos países imperialistas.

Para ele, sempre que ocorreu queda nas margens de lucro dos grandes conglomerados sediados nos países centrais, a agressividade econômico-política do imperialismo aumentou. Diante do declínio dos sistemas coloniais, a base econômica do imperialismo contemporâneo estaria ainda na equalização das taxas de lucros¹³ e na troca desigual no comércio mundial. Segundo Roberts, a composição orgânica e produtividade dos capitais do “norte” seriam mais elevadas que os do “sul”, ou seja,

¹² Em resenhas e comentários sobre os livros de Suwandi e Smith, John Bellamy Foster afirma que a obra lançada por Tony Norfield *The City: London & the Global Power of Finance* faz parte de uma “trilogia” da década de 2010 sobre o imperialismo. O livro de Norfield é resultado de sua pesquisa acadêmica de mais de duas décadas trabalhando como executivo no mercado financeiro. Nele o autor analisa a transformação do imperialismo colonial britânico em um imperialismo financeiro. Sumariamente, a Grã Bretanha, após o desmonte de seu império colonial e a abertura econômica promovida pelo governo Thatcher, se especializou em expropriar parte dos lucros e mais-valia produzida no mundo através de sua praça financeira, venda de diversos produtos e portfólios. Nortfield argumenta que o imperialismo no estágio atual de desenvolvimento capitalista tem sua base primária na realidade inescapável de que algumas grandes corporações de um pequeno número de países dominam o mercado mundial, as finanças mundiais e a estrutura global de produção.

¹³ Cabe sublinhar que sobre a equalização das taxas de lucro, há uma lacuna na argumentação de Roberts. Entre parte dos pensadores clássicos do imperialismo, em especial Hilferding, com o advento do capitalismo monopolista, o crescimento das sociedades anônimas e a maior composição do capital fixo se transformaram em empecilhos para a equalização e a compensação das taxas de lucro por meio da competição intercapitalista. Nesse sentido, o imperialismo seria um fenômeno resultante para efetivar a busca por superlucros e lucros extraordinários para os monopólios.



levariam vantagem na equalização dos lucros e sugariam parte da mais-valia produzida na periferia¹⁴.

Nesse sentido, segundo o autor, há diversos mecanismos de transferências de valor para os países imperialistas. Como por exemplo, a transferência de valor por meio de *troca desigual* no comércio internacional; por meio de *fluxos* globais da *cadeia de valor* (preços de transferência) dentro de multinacionais; *fluxos de receitas de fatores* (juros de dívidas, lucros de capital e aluguéis de propriedades); o *seignorage* (ou seja, controle da oferta de moeda) ou através de *fluxos capitais* (entradas de investimento estrangeiro direto e fluxos de portfólio, ou seja, compra e venda de ativos financeiros). No que tange a apropriação de (mais-)valor da periferia, o autor traz dados convincentes como o pagamento de mais de 4,2 trilhões de dólares em juros de dívida a bancos estadunidenses e ingleses e os levantamentos contidos nos relatórios da Global Financial Integrity (GFI), em que se calcula que países em desenvolvimento perderam mais de 16 trilhões de dólares em fugas de capital não registradas:

No entanto, o imperialismo continua sugando o lucro das economias periféricas da maneira que Marx delineou em sua

¹⁴ O autor segue as diretrizes apontadas por Marx sobre a formação dos preços e a transformação do lucro em lucro médio, na seção II do livro III de *O Capital*. Segundo Marx, com a dominância do modo de produção capitalista, os diversos capitalistas se comportam como acionistas de uma sociedade por ações, na qual os dividendos se repartem igualmente por 100, de modo que se distinguem entre si apenas pela grandeza do capital investido por cada um no empreendimento total, pelo número de ações que cada um possui. Por conseguinte, enquanto a parte desse preço das mercadorias que repõe as parcelas de valor do capital consumidas em sua produção e com as quais, portanto, esses valores consumidos do capital devem ser readquiridos; enquanto essa parte, ou seja, o preço de custo, depende inteiramente do desembolso realizado no interior das respectivas esferas de produção, o outro componente do preço da mercadoria, o lucro agregado a esse preço de custo, não depende da massa de lucro produzida por esse capital determinado, mas da massa de lucro que corresponde a cada capital empregado, como alíquota do capital social total empregado na produção total, em média, durante certo intervalo de tempo. Assim, em Marx, a taxa geral de lucro é determinada por dois fatores:

1. Pela composição orgânica dos capitais nas diferentes esferas de produção, ou seja, pelas diversas taxas de lucro nas distintas esferas.
2. Pela distribuição do capital social total nessas diferentes esferas, quer dizer, pela grandeza relativa do capital investido em cada esfera e, por conseguinte, investido a uma taxa particular de lucro, isto é, pela parcela proporcional do capital social total que é absorvida em cada esfera da produção (MARX, 2017, p. 197).



teoria de equalização de lucro e troca desigual. A Global Financial Integrity (GFI), com sede nos Estados Unidos, e o Center for Applied Research da Norwegian School of Economics contabilizaram todos os recursos financeiros que são transferidos entre países ricos e pobres a cada ano: não apenas ajuda, investimento estrangeiro e fluxos de comércio mas também transferências não financeiras, como cancelamento de dívidas, transferências não correspondidas, como remessas de trabalhadores, e fuga de capital não registrada (mais sobre isso adiante). O que eles descobriram é que o fluxo de dinheiro dos países ricos para os países pobres empalidece em comparação com o fluxo que corre na outra direção.

Em 2012, o último ano de dados registrados, os países em desenvolvimento receberam um total de US \$ 1,3 trilhão, incluindo toda a ajuda, investimento e receita do exterior. Mas, naquele mesmo ano, cerca de US \$ 3,3 trilhões saíram deles. Em outras palavras, os países em desenvolvimento enviaram US \$ 2 trilhões a mais para o resto do mundo do que receberam. Se olharmos para todos os anos desde 1980, essas saídas líquidas somam US \$ 16,3 trilhões - é quanto dinheiro foi drenado do sul global nas últimas décadas (ROBERTS, 2018).

Diante da baixa/média composição orgânica de capital¹⁵, da menor produtividade e da estrutura de drenagem de recursos e (mais-) valor, os capitalistas, na periferia, são empurrados a aumentarem a taxa de exploração em seus países. No entanto, apesar de reconhecer em Smith uma contribuição original de atualização da teoria do imperialismo na contemporaneidade, Roberts questiona a centralidade da superexploração do trabalho como traço socioeconômico fundante do imperialismo contemporâneo:

¹⁵ “[...] Assim, chamamos de capitais de alta composição aqueles que contêm percentualmente mais capital constante, ou seja, menos capital variável que o capital social médio. Inversamente, chamamos de capitais de baixa composição aqueles em que o capital constante ocupa um espaço relativamente menor e o capital variável um espaço relativamente maior que no capital social médio. Por último, denominamos capitais de composição média aqueles cuja composição coincide com a do capital social médio [...]” (MARX, 2017, p. 198).



Aliás, a superexploração também é visível nas economias imperialistas. Os contratos de 'hora zero', em que os trabalhadores estão à disposição dos empregadores o tempo todo por um pagamento mínimo, afetam agora dois milhões de trabalhadores na Grã-Bretanha. Em todo o sul da Europa, onde as taxas de desemprego juvenil estão em torno de 40-50%, os jovens são forçados a viver com seus pais e ganhar quantias miseráveis em empregos de lazer e varejo de baixos salários. E os dados mostram que a pobreza aumentou para os 10% mais pobres das famílias desde a década de 1980 no Norte (incluindo os EUA).

E o outro lado da moeda é que, ao lado da superexploração, existe também a exploração do proletariado do Sul por meio da mais-valia absoluta e da mais recente tecnologia para economizar trabalho (mais-valia relativa), assim como houve no desenvolvimento de capitalismo industrial a partir do século XIX. A Foxconn pode superexplorar sua força de trabalho, mas também emprega a tecnologia mais recente. Essa é uma característica do que Trotsky gostava de chamar de desenvolvimento combinado e desigual do capitalismo na época imperialista (ROBERTS, 2019, tradução livre).

Ou seja, se, em Smith e Suwandi, o fundamento econômico do imperialismo está na necessidade dos capitais em aumentarem a intensidade/volume das taxas de exploração através de complexas cadeias globais de valor-trabalho, o argumento de Roberts centra-se na relação entre a queda tendencial da taxa de lucro e a necessidade imperialista por ampliar os mecanismos de transferência de renda e mais-valia para os países centrais. Embora apresente dados interessantes sobre as transferências de valor via fluxos financeiros e a queda das taxas de lucro, Roberts acaba por apenas reafirmar argumentos marxianos já citados. O papel dos monopólios e da reconfiguração dos Estados capitalistas para servirem como potencializadores dessas formas de apropriação de (mais-)valor são questões secundarizadas e até negligenciadas pelo autor.

Cabe salientar que a categoria de "superexploração concreta" de Smith e Suwandi possui um nível de abstração mediatizado que se propõe ser uma nova síntese sobre as atuais tendências de exploração do trabalho impostas pela globalização produtiva nos países periféricos/dependentes. Por conseguinte, a "superexploração concreta" se relaciona também com o



aumento da produtividade, intensidade e a arbitragem global do trabalho. Se o termo “superexploração” não é o melhor, pois incorreria em uma imprecisão teórica como muitos apontam, isso não quer dizer que os elementos teórico-empíricos de Smith e Suwandi devam ser negligenciados.

No entanto, apesar de fornecerem importantes contribuições gerais, há que se identificar alguns limites nas reflexões até então debatidas, em especial para localizar as particularidades da relação dos países latino-americanos com o imperialismo contemporâneo. É notório que o eixo euro-asiático é o grande espaço de produção de valor no capitalismo contemporâneo, até mesmo por concentrar grande parte da produção industrial. Cabe sublinhar, contudo, a ausência de apontamentos sobre outra área estratégica para um novo ciclo de acumulação de capital e inovações tecnológicas: a América Latina.

Além de ser uma região de grandes riquezas naturais como água potável, reservas de petróleo, biodiversidade, hidrocarbonetos, dentre outros, trata-se de um espaço de grande reserva de força de trabalho (população de quase 600 milhões de pessoas) e potencial produtivo. O fenômeno da ofensiva imperialista, através da “globalização”, redesenhou o papel desse continente na divisão social da trabalho internacional. Países, até então, com grandes aparatos produtivos industriais, como Brasil e Argentina, sofrem com o processo de reprimarização econômica, com grande parte da força de trabalho “empurrada” para a informalidade, a fuga de capitais e grande vulnerabilidade externa convertendo esses países em grandes plataformas de valorização financeira de capitais fictícios de curto prazo.

Ademais, parece-nos que há diferenças importantes entre o fenômeno da desindustrialização nos países que estão na “vanguarda do desenvolvimento tecnológico” e que exportam suas plantas industriais e a desestruturação de aparatos produtivos mais complexos em países periféricos/dependentes. Nos países imperialistas, a chamada desindustrialização se relaciona com o domínio tecnológico nas cadeias globais de valor-trabalho e dos mercados financeiros por parte dos capitais sediados nesses países. Enquanto, no “sul global”, especialmente na América Latina, a “desindustrialização” se remete ao processo de intensificação da inserção subordinada desses países na divisão internacional do trabalho, a partir da especialização de suas pautas exportadoras através do extrativismo, mineração e commodities.

Se a “superexploração concreta” pode ser a grande face econômica do imperialismo contemporâneo na Ásia, na América Latina a extração de



taxas mais altas de exploração se alinha à intensificação de outros mecanismos de transferência de renda/mais-valia que mais se assemelham a uma forma contemporânea de pilhagem dos recursos naturais e dependência tecnológica.

Outro ponto que podemos apontar é a ausência de reflexões mais aprofundadas sobre as relações econômicas basilares do imperialismo com as estruturas políticas e estatais. Ora, as leis de tendências, apontadas por Marx e Lênin, se relacionam diretamente com as relações e lutas entre classes e grupos sociais. As variantes sociais, políticas e o papel dos aparelhos estatais devem ser melhor analisadas para a reatualização de uma teoria do imperialismo. Nesse sentido, as contribuições do casal de economistas indianos Utsa e Prabhat Patnaik e de Samir Amin ajudam numa compreensão mais ampla sobre os fundamentos contemporâneos do imperialismo.

Utsa e Prabhat Patnaik são colaboradores da *Monthly Review* e da IIPPE e professores eméritos do Centro de Estudos Econômicos e Planejamento da Escola de Ciências Sociais da Universidade Jawaaharlal Nehru, na Índia. Os livros de Utsa incluem *"The Agrarian Question in the Neoliberal Era"* (2011) e *"The Republic of Hunger and Other Essays"* (2007). Prabhat é o autor mais recente de *"The Value of Money"* (2009) e *"Re-envisioning Socialism"* (2011). A obra dos Patnaik tem grande ressonância nos círculos progressistas, em especial marxistas, na Ásia, Europa e nos EUA. No entanto, lamentavelmente, esses autores ainda são pouco conhecidos e difundidos no Brasil. Além de notáveis intelectuais, os Patnaik possuem vínculos históricos com o movimento comunista indiano, com Prabhat sendo inclusive colunista do jornal do Partido Comunista da Índia (Marxista), o *Peoples' Democracy*.

Em *"A Theory of Imperialism"*, lançado em 2017 pela editora da Universidade de Columbia nos Estados Unidos e ainda não publicado no Brasil, os Patnaik sintetizam reflexões sobre os principais temas que perpassam por suas extensas obras: o capitalismo contemporâneo, as relações entre centro-periferia, o problema da fome no terceiro mundo e a questão agrária. Para os autores, não existe capitalismo sem imperialismo. O imperialismo, no entanto, reconfigura-se em sua forma e intensidade. Os autores tentam reatualizar a teoria do dreno imperialista tendo como núcleo central o desenvolvimento de três categorias ao longo da obra supracitada: o aumento do preço da oferta de produtos agrícolas e matérias primas, o valor do dinheiro e a deflação da renda nos países periféricos.



Segundo os Patnaik, os “países metropolitanos” dependem de uma série de produtos tropicais, não produzidos a contento nos países centrais, para a cesta básica dos seus trabalhadores. Esses produtos tropicais sofreriam um aumento crescente da oferta e, nesse sentido, o imperialismo atuaria, principalmente, através da deflação da renda para reduzir a demanda agregada na periferia e a manutenção do valor do dinheiro em prol dos países imperialistas.

Sumariamente, os Patnaik buscam relacionar o imperialismo contemporâneo com o processo de expropriação contínua de pequenos agricultores, a geopolítica da fome nos países periféricos/dependentes e a austeridade como política econômica nos Estados periféricos. A deflação na renda garante os baixos preços dos produtos tropicais, a tendência ao subconsumo nas ex-colônias e a estagnação econômica. Os autores, gozando, em especial, de dados empíricos da realidade indiana, apontam uma série de mecanismos e consequências da deflação da renda para os países periféricos.

Destacamos alguns exemplos que aparecem com maior destaque ao longo do livro. O primeiro deles se refere ao mundo do trabalho: os trabalhadores e camponeses dos países periféricos representariam uma reserva mundial de trabalho. Segundo os Patnaik, há uma diferença qualitativa entre os dois exércitos de reserva. O localizado na metrópole pode ser estritamente chamado exército de reserva, enquanto o localizado na periferia possui o papel de disciplinar os trabalhadores diretamente empregados pelo capital na metrópole, nivelar por baixo os salários e ainda regular os preços dos produtos tropicais.

Outro mecanismo estrutural de deflação da renda são as políticas de austeridade e a conversão dos Estados nacionais em protetorados do grande capital financeiro. A deflação da renda e a formação de uma reserva mundial de trabalho para os países metropolitanos acabam por ocasionar a explosão de verdadeiros bolsões de fome e miséria nos países periféricos. Apesar de reconhecerem melhorias no padrão de vida das pessoas devido à grande disponibilidade de novos medicamentos que salvam vidas e uma maior conscientização sobre questões de higiene e saúde que reduziram as taxas de mortalidade e aumentaram a expectativa de vida, os autores sustentam que houve uma redução na disponibilidade *per capita* de alimentos e constroem uma crítica da economia política da fome.

A manutenção do *valor do dinheiro* é vital para a estabilidade da acumulação ampliada de capital nos países imperialistas, segundo os



autores. O valor do dinheiro se relaciona com a própria ascensão da hegemonia do dólar desvinculado do padrão-ouro depois de 1971. O dólar, para se tornar soberano no sistema monetário internacional, depende de uma série de pré-condições a fim de gozar de estabilidade e segurança junto às classes capitalistas. Uma delas é que o valor da força de trabalho estadunidense, em termos da sua divisa, tem que ser relativamente estável (o que exclui uma inflação significativa, quanto mais uma inflação acelerada no seu próprio território); e, relacionado com isso, o valor das importações cruciais que entram no custo de salários e no custo dos materiais também tem que ser relativamente estável.

O domínio do dólar veio a substituir os mecanismos de deflação utilizados pelo colonialismo, como a imposição a uma inserção complementar na divisão internacional do trabalho e o sistema de tributos nas colônias em benefícios das metrópoles. Além de apresentarem argumentos de que a hegemonia do dólar permite aos EUA terem do déficits na balança de pagamentos a fim de sustentarem o seu enorme aparato militar, os Patnaik apontam a relação entre a hierarquização monetária e as classes dominantes da periferia. Segundo os autores, uma das principais formas de acúmulo de riquezas das elites periféricas é através de moeda estrangeira, em especial o dólar, por sua estabilidade. O caráter complementar das economias ex-coloniais e as instabilidades financeiras acabam também por intensificar a deflação na renda das massas populares nesses países (PATNAIK, 2017, p. 136).

Já Samir Amin possui uma extensa obra – o economista egípcio radicado na França foi uma das grandes referências intelectuais do movimento terceiro-mundista na década de 1960 e 1970, militante dos Partidos Comunistas Egípcio e Francês, posteriormente próximo ao maoísmo, e responsável por parte das formulações sobre intercâmbio desigual no comércio internacional de Arghiri Emmanuel e Charles Bettelheim¹⁶.

¹⁶ Samir Amin interveio ativamente no debate sobre trocas desiguais que teve seu auge entre economistas e cientistas sociais franceses nas décadas de 1960 e 1970. Ao lado de Charles Bettelheim, Amin incorporou criticamente as formulações de Arghiri Emmanuel. Emmanuel sustentava que a “equalização das taxas de lucro” se manifestava não somente em termos nacionais, mas também no mercado mundial. A grande questão, para o autor, era que, no mundo do trabalho, essa equalização dos lucros dos capitais não se manifestava nos salários. Sendo assim, os lucros e os salários mais altos eram retidos nos países imperialistas. Para Amin e Bettelheim, a



Amin buscou desenvolver uma teoria sobre a acumulação capitalista em escala global, que se expressa no mercado mundial (AMIN, 1976). Para ele, as formulações de Marx e Engels sobre o tema teriam limites históricos e teóricos. Além da incompletude das reflexões marxianas sobre o tema do mercado mundial, a formação histórica do mercado mundial estruturou-se assimetricamente, incorporando outras formações sociais pouco estudadas pelos fundadores do marxismo.

Mais do que reproduzir os debates sobre intercâmbio desigual, tão comuns na década de 1960, Amin identificou mudanças qualitativas nas relações centro-periferia durante a década de 1970. Segundo ele, haveria uma transição da tendência de apropriação imperialista das trocas desiguais para um outro tipo, hegemônico pelo capital transnacional e tendo como principal mecanismo de transferência de valor a desigualdade nas taxas de exploração do trabalho.

Politicamente, em especial após o fim da URSS, Amin defendia uma longa transição para o socialismo, a partir de uma fase intermediária de lutas nacionais populares com protagonismo dos povos do “sul global” em aliança com setores progressistas do “norte”. Longe de nos propormos a realizar um resgate e síntese de tão extensa obra, cabe destacarmos algumas das últimas reflexões desse intelectual.

Amin tentou alinhar uma reflexão sobre o imperialismo como um mecanismo contínuo da acumulação capitalista que perpetua as desigualdades entre os países do “norte” e “sul” global¹⁷. O núcleo de seu argumento sobre as assimetrias globais reside na afirmação de que o processo de globalização universaliza a mobilidade de capitais e de

interpretação de Emmanuel sobre a formação da taxa de lucro e dos preços mais o aproximava de David Ricardo do que de Marx. O preço de produção, em Emmanuel, não era visto como uma forma transfigurada do valor, mas como um somatório dos fatores de produção. Logo, para Amin e Bettelheim, os menores salários dos países periféricos não se explicariam pela “ausência de equalização”, mas pela própria composição orgânica dos capitais, desenvolvimento das forças produtivas e sua relação com as relações de produção nos países.

¹⁷ Segundo Aijaz Ahmad, há duas linhas de pesquisa sobre o imperialismo ao longo do pensamento de Amim. A primeira, seria a relação desse fenômeno com a acumulação capitalista e a mundialização da lei do valor. Já a segunda, se remete mais a uma tentativa de contextualizar uma história política do imperialismo, debatendo temas como classes sociais e nação, eurocentrismo, lutas de libertação nacional, etc. (AHMAD, 2020).



mercadorias, mas não do trabalho. Nesse sentido, uma das grandes ousadias intelectuais de Amin foi propor-se a formular a mundialização da lei do valor.

A proposição de transformação do valor em lei do valor mundializada, para o intelectual egípcio, perpassa centralmente pelo caráter desigual na relação entre acumulação capitalista e mercado mundial principalmente através da “exploração desigual do trabalho” e do acesso desigual aos recursos naturais do planeta. Para o autor, a acumulação capitalista “acomoda-se” numa dada correlação de forças entre classes e grupos sociais (AMIN, 2012).

Sendo assim, para o egípcio, mais do que uma reprodução econômica “pura”, o imperialismo/dependência é resultante do desenvolvimento de uma “hierarquização dos preços e da força de trabalho” condicionada pela correlação de forças mundial das lutas de classe e o papel dos Estados. Ao contrário dos países do “norte”, onde existiria estabilidade e democracias liberais, na periferia a ação imperialista gera instabilidades e pactos sociais frágeis e explosivos, a fim de resguardar a desigualdade da exploração que se expressa no intercâmbio desigual de mercadorias na economia mundial.

Essa hierarquização dos preços e da exploração, somada ao acesso desigual aos recursos naturais do planeta, forma, segundo Amin, a renda imperialista extraída dos países dependentes pelos países centrais, uma espécie de renda monopolista extraída dos países periféricos. Um dos diferenciais de Amin em relação a outras reflexões até então apresentadas é a tentativa de captar as múltiplas determinações do imperialismo, através de categorias com graus variados de abstração e concretude.

Segundo o autor, a lei do valor mundializada, a renda imperialista e a relação entre centro-periferia na globalização expressar-se-iam não através de uma classe dominante mundial, nem a construção de um Estado global, mas por meio da implementação de mecanismos e estruturas para gerenciar empresas e mercados planetários. O conjunto desses dispositivos, o autor chamou de *imperialismo coletivo*¹⁸. Sem negar a importância do âmbito estatal-nacional, em especial para garantir as condições mínimas de acumulação, reprodução e exploração desigual da força de trabalho, o conjunto desses mecanismos serve para explicar a relação da nova

¹⁸ Cláudio Katz chama a atenção que essa tese de Amin, já difundida na década de 1970, se diferenciava das teorias que projetavam uma transição/declínio da hegemonia estadunidense no cenário internacional.



geopolítica, liderada pelos EUA, e os novos padrões de acumulação internacionalizados e flexíveis.

Contudo, o esforço de Amin de renovar a teoria das trocas desiguais através da mundialização da lei do valor também deixou lacunas que não foram preenchidas¹⁹. Sumariamente, o debate aqui apresentado contribui para a identificação da essência e a forma imperialista como expressão da mundialização da lei do valor. Os autores supracitados concordam em relacionar tal fenômeno com a acumulação de capital, compreender o imperialismo como um dos fundamentos para o estabelecimento do mercado mundial e o seu caráter desigual. Divergem sobre a centralidade da superexploração ou, até mesmo, o entendimento sobre essa categoria. Smith e Suwandi contribuem para uma percepção teórica e empírica sobre as cadeias globais de valor-trabalho, Roberts recupera parcialmente a relação entre a agressividade imperialista através das transferências de valor no comércio internacional e a queda tendencial da taxa de lucro. Sustentamos que Patnaik e, principalmente, Samir Amin apresentam uma concepção mais ampla sobre a essência e os fundamentos do imperialismo contemporâneo/tardio.

O casal Patnaik reatualiza o debate sobre o “dreno imperialista”, de modo que o imperialismo seria uma relação de longa duração que atua na drenagem de lucros e riquezas da periferia: a deflação da renda e a manutenção do valor do dinheiro, através da hierarquização das moedas, são alguns dos principais mecanismos do imperialismo contemporâneo. Tendo como pano de fundo a realidade indiana, os Patnaik também relacionam o dreno imperialista com a estrutura de Estado, classes e dominação política nos países do “sul”. Por sua vez, Samir Amin, ao longo de sua longínqua trajetória intelectual, apresenta a mundialização da lei do valor, a desigualdade de acesso aos recursos naturais do planeta e o

¹⁹ Uma das lacunas de Amin se refere a sua interpretação do imperialismo como um fenômeno intrínseco ao mercado mundial, mas, seguindo as diretrizes de Baran e Sweezy, pouco se atenta à relação entre a queda tendencial da taxa de lucro e “agressividade” concorrencial e dos mecanismos econômicos, políticos e ideológicos do imperialismo contemporâneo.

Como ressaltamos em outros pontos, a conformação da taxa de lucro, para Marx, não se limitava apenas à chamada composição orgânica do capital, mas também ao tempo de rotação dos capitais, logo, à capacidade de realização destes. Nesse sentido, a dicotomia entre estagnação e queda tendencial da taxa de lucro muitas vezes pode soar como uma tautologia.



“imperialismo coletivo” como parte dos fundamentos da economia política do imperialismo tardio.

David Harvey e a negação da teoria do imperialismo

98

Cabe destacar que, nos últimos anos, ocorreram importantes debates entre o campo supracitado que busca renovar a teoria do imperialismo e o geógrafo David Harvey. Harvey é um dos intelectuais críticos mais conhecidos e difundidos no ocidente. No Brasil, conta com diversos livros traduzidos e possui importantes contribuições teóricas sobre o capitalismo contemporâneo, as mudanças socioespaciais, assim como a difusão da obra de Marx. Curiosamente, no Brasil, o autor britânico radicado nos EUA é uma das principais referências nos debates sobre o imperialismo contemporâneo. Seu livro “O Novo Imperialismo” (2003), principalmente sua reflexão sobre a “acumulação por espoliação”, é bastante conhecido e apropriado por intelectuais críticos brasileiros. No entanto, na última década, Harvey têm questionado a validade e atualidade do imperialismo enquanto categoria teórica.

Defendendo a categoria de “capital global, desterritorializado, desenraizado e despersonalizado”, Harvey escreve uma resposta ao livro dos Patnaiks. A resposta, que foi publicada no próprio livro dos intelectuais indianos, sustentava que o conceito de imperialismo seria algo demasiadamente rígido e ultrapassado para se compreender as desigualdades geográficas contemporâneas. Segundo Harvey, a relação entre ocidente e oriente na produção e na drenagem dos fluxos de riquezas se inverteu nos últimos 30 anos:

Aqueles como nós que pensam que as velhas categorias do imperialismo não funcionam muito bem nesses tempos não negam todos os fluxos complexos de valor que expandem o acúmulo de riqueza e poder em uma parte do mundo em detrimento de outra. Simplesmente pensamos que os fluxos são mais complicados e mudam constantemente de direção. A drenagem histórica da riqueza de leste a oeste por mais de dois séculos, por exemplo, foi amplamente revertida nos últimos trinta anos (HARVEY, *apud* PATNAIK, 2017, p. 169, tradução livre).

Para fundamentar sua crítica aos economistas indianos, Harvey aponta as transformações da agricultura capitalista nos Estados Unidos e na



Europa, marcada por altos níveis de produtividade e fortemente subsidiada pelos governos. O geógrafo cita o caso do agronegócio na Califórnia, onde se produzem 80% das amêndoas no mundo, além de exportar frutas, legumes e nozes. Outro exemplo seria o da região do mediterrâneo da Europa, grande produtora e exportadora de vinho, azeite e nozes. Harvey reconhece que há uma política, por parte dos países centrais, de redução dos preços de produtos primários, mas isso não afetaria exclusivamente os países tropicais.

Segundo Harvey, desde fins da década de 1970, há uma maior complexidade nas transferências de valor na economia mundial. Empresas chinesas e indianas, por exemplo, exploram cobre na Zâmbia e produtores brasileiros de soja invadem terras paraguaias para expandir sua produção. Em suma, o geógrafo cita uma série de exemplos para respaldar sua duvidosa afirmação de que a drenagem histórica de valores do leste para o oeste foi revertida nas últimas décadas. Sendo assim, a utilização da categoria de imperialismo seria um grande simplismo diante da nova geografia econômica do capitalismo.

Intan Suwandi, Michael Roberts, intelectuais terceiro mundistas ligados ao Instituto Tricontinental e, principalmente, John Smith, refutam por completo a conclusão de Harvey sobre a invalidez do imperialismo como categoria teórica. Em um artigo publicado no blog da *Monthly Review* intitulado "Realidades Imperialistas versus mitos de David Harvey" (2018)²⁰, Smith questiona empiricamente a afirmação de Harvey sobre a inversão das transferências de valor, citemos essa longa passagem:

Em 2015, pesquisadores do Brasil, Índia, Nigéria, Noruega e Estados Unidos publicaram o trabalho 'Fluxos financeiros e paraísos fiscais: cooperando para limitar as vidas de bilhões de pessoas', que os autores dizem ser, justamente, 'a análise mais compreensível realizada até hoje do impacto dos fluxos financeiros sobre os países em desenvolvimento'. O relatório calcula 'transferências líquidas de recursos' [net resource transfers (NRT)] entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, combinando entradas e saídas lícitas e ilícitas - em auxílio ao desenvolvimento, remessas de salários para receitas comerciais líquidas, serviço da dívida, novos

²⁰ Recentemente os artigos originais referentes a essa polêmica foram publicados pelo portal Lavrapalavra, traduzidos pelo economista Gabriel Oliveira.



empréstimos, investimento direto estrangeiro (FDI), investimento de portfólio e lucros repatriados, junto da fuga de capitais e outras formas de trapaça financeira ou roubo explícito. Eles descobriram que em 2012, o ano mais recente de que puderam obter dados, o que eles chamam de 'países emergentes e em desenvolvimento' (que incluem a China) perderam 2 trilhões de dólares em transferências líquidas para países ricos, o equivalente a 8% do PIB dos países emergentes naquele ano - quatro vezes maior do que a média de 504 bilhões de dólares transferidos anualmente de países pobres a países ricos durante a primeira metade dos anos 2000. Se incluirmos nas estimativas o subfaturamento e outras formas de roubo que não deixam traços estatísticos, a transferência líquida de recursos de países pobres para países imperialistas em 2012 excedeu os 3 trilhões de dólares, por volta de 12% do PIB das nações pobres (SMITH, 2018).

Por sua vez, Harvey respondeu a Smith num artigo intitulado "Realidades no terreno: David Harvey responde à John Smith", reafirmando que a rigidez da categoria de imperialismo inviabiliza um maior entendimento das novas dinâmicas de acumulação, expropriação e "destruição criadora" do capitalismo contemporâneo. Harvey também assinala que é no oriente que se encontra grande parte das maiores economias do mundo como a China, Japão e Índia, assim como sustenta que as classes trabalhadoras do "norte" também vivem um processo de intensificação da superexploração e não se beneficiam de possíveis transferências de valor:

Portanto, com base no que está acontecendo no terreno, prefiro trabalhar com uma teoria do desenvolvimento geográfico desigual, proliferando e diferenciando as divisões de trabalho, uma compreensão das cadeias globais de mercadorias e fixações espaciais, da produção de lugares (urbanização em particular - um tópico vital do qual John Smith está esquecido) e a construção e destruição de economias regionais dentro das quais uma certa 'coerência estrutural' (ou 'regime de valor regional') pode se formar por um tempo, até poderosas forças de desvalorização e de acumulação por expropriação porem em movimento as forças da destruição criativa. Essas forças afetam não apenas o que



está acontecendo no Sul global, mas também no Norte desindustrializado (HARVEY, 2018).

Diante das recentes polêmicas e polarizações, o próprio Harvey faz um *mea culpa* sobre ter utilizado a categoria de imperialismo em um dos seus mais famosos livros de análise do capitalismo contemporâneo. Segundo o geógrafo, em *O Novo Imperialismo*, publicado em 2003, seu foco era rebater os argumentos de intelectuais neoconservadores sobre a invasão estadunidense ao Iraque, conforme relata em entrevista para a pesquisadora Adriane de Souza Camargo (2018, p.473).

A nosso ver, a teoria do desenvolvimento geográfico desigual de Harvey, em detrimento da do imperialismo, embora tente realçar novas complexidades e fenômenos no processo (desigual) de expansão do mercado mundial capitalista incorre no equívoco de analisar a reprodução dessas desigualdades deslocadas dos centros econômicos, financeiros e militares. A mundialização do capital redesenhou as dinâmicas de produção, reprodução e apropriação do (mais-)valor. Harvey, por exemplo, menospreza o monopólio tecnológico de patentes, marcas e propriedade intelectual de que as grandes multinacionais sediadas em países imperialistas ainda possuem pleno domínio.

Conforme já apontamos, o processo de desindustrialização em países que estão na vanguarda tecnológica para um novo ciclo de acumulação, apesar de gerar piores condições de vida e desemprego para a população desses países, é totalmente distinto do movimento de reprimarização de economias periféricas latino-americanas, por exemplo. Nesse sentido, opinamos que as críticas de Smith possuem coerência e razão.

No entanto, ainda é um desafio para o campo supracitado ocidental construir análises mais convincentes e sofisticadas sobre o desenvolvimento social e econômico chinês. Está claro que, até então, o desenvolvimento chinês foi calcado pelo aumento do seu mercado interno, produtividade do trabalho e transferência de tecnologia dos países centrais para a China. Seria difícil imaginar um país burlando a reprodução estrutural da dependência seguindo o roteiro neoliberal-capitalista. Não é o objetivo deste artigo se propor a realizar esse debate, mas avaliamos como pouco convincentes os argumentos de um dito “imperialismo chinês” ou uma caracterização superficial de um “capitalismo de Estado”. Tanto Harvey quanto Smith recaem nesse equívoco e, curiosamente, Amin, os Patnaik e outros pensadores do terceiro mundo produziram críticas mais sofisticadas.



Sem embargo, cabe destacar a riqueza das pesquisas e polêmicas aqui trazidas sobre a atualização da teoria do imperialismo após a crise de 2008. A relação entre a crise e o (re)aparecimento dos debates sobre o imperialismo não é uma mera coincidência epistemológica. Conforme já sublinhamos, *o imperialismo é um fenômeno econômico, político, cultural e militar que atua dialeticamente como uma tendência na formação (desigual) do mercado mundial capitalista, assim como uma contratendência a suas crises, em especial à queda tendencial da taxa de lucro. Se sua essência está nas dinâmicas de transferências de (mais-)valor, sua forma se expressa através de diversos dispositivos econômicos e extraeconômicos, principalmente mediatizados pelos Estados imperialistas.*

O Anti-imperialismo e a atualização do marxismo no século XXI

A bibliografia supracitada e analisada ao longo do artigo nos ajuda a compreender a essência do imperialismo contemporâneo, isto é, um fenômeno intrínseco à expansão (desigual) do mercado mundial e contratendência às crises capitalistas. Num contexto de consolidação do mercado mundial e hegemonia dos capitais monetários e fictícios, podemos afirmar que há uma *forma imperialista da lei do valor mundializada*. No entanto, a forma imperialista da lei do valor se expressa numa complexa relação dialética entre a estrutura econômica e a superestrutura.

Nesse segundo aspecto, ainda é um desafio avançarmos numa perspectiva que se evite desvios economicistas ou politicistas para a construção de uma teoria marxista do imperialismo contemporâneo. A bibliografia divulgada, em sua maioria, a partir dos países centrais ocidentais é extremamente bem vinda e importante. No entanto, esse movimento teórico deve se associar a outros debates críticos que ocorrem em outras partes do mundo, como, por exemplo, as contribuições da teoria marxista da dependência (TMD) na América Latina, as análises sobre a “geopolítica do imperialismo em crise” do pensador marxista argentino Atilio Borón ou as contribuições do “marxismo do sul global” evidenciadas nas teses de Samir Amin e do casal Patnaik.

Ademais, nenhum movimento teórico de revigoração revolucionária se desenvolve como um mero exercício de epistemologia, ou seja, essa renovação deve estar concatenada, como diria Lukács, às pequenas lutas em curso e suas articulações organizativas. A reflexão e associação desse amplo movimento teórico com entidades e organizações populares que foram/são



protagonistas de experiências como o ciclo heterogêno de governos populares na América Latina, as experiências revolucionárias na África e Ásia, as resistências de camponeses e trabalhadores rurais em países como Índia e o Brasil, as lutas antiracistas, feministas e dos imigrantes nos países imperialistas são parte fundamental dessa articulação e renovação revolucionária do marxismo para além de pequenos grupos acadêmicos ou políticos sem influência nas lutas de classes.

Referências

- AMIN, Samir. **La Ley del Valor Mundializada**. Madrid: El Viejo Topo, 2011.
- _____. **Eurocentrismo**. São Paulo: Lavrapalavra, 2021.
- _____. **O Imperialismo, passado e presente**. Tempo, Niterói, vol. 9, n.º 18, Jan/Jun, 2005.
- _____. **O desenvolvimento desigual**: ensaios sobre as formações sociais do capitalismo periférico. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1976.
- CAMARGO, A. S. Capitalismo e sua Geografia: uma entrevista com David Harvey. **Geosp – Espaço e Tempo (Online)**, v. 22, n.º 2, p. 469-475, 2018.
- FOSTER, John Bellamy. Late Imperialism. **Monthly Review**, New York, vol. 71, n.º 3, July/August, 2019.
- HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.
- _____. A commentary on A Theory of Imperialism. In: PATNAIK, Prabhat; PATNAIK, Utsa. **A Theory of Imperialism**. New York: Columbia Press, 2017.
- _____. Realities on the ground: David Harvey replies to John Smith. **Review African Political Economy**. 2018.
- LENIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo**: fase superior do capitalismo. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- _____. Sobre a tendência nascente do Economismo Imperialista. setembro de 1916. **Marxists.org**.
- MAGDOFF, Harry. **A era do Imperialismo**. São Paulo: Editora Hucitec, 1978.
- PATNAIK, Prabhat; PATNAIK, Utsa. **A Theory of Imperialism**. New York: Columbia Press, 2017.
- _____. Whatever Happened to Imperialism? **Monthly Review**, New York, vol. 42, n.º 6, nov. 1990.
- ROBERTS, Michael. **La Larga Depresión**. Madrid: El Viejo Topo, 2016.
- _____. The economics of modern imperialism. **Michael Roberts Blog**. 2019.



- _____. Imperialism and Super Exploitation. **Michael Roberts Blog**, 2016.
- SMITH, John. **Imperialism in the Twenty-First Century**: globalization, super-exploitation and capi-talism's final crisis. New York: Monthly Review Press, 2016.
- _____. **Imperialism and the Globalization of Production**. University of Sheffield, 2010.
- _____. A critique of David Harvey's analysis of imperialism. **Monthly Review Online**. 2017.
- SUWANDI, Intan. **Value Chains**: The New Economic Imperialism. New York: Monthly Review Press, 2019.
- _____. Labor-Value Commodity Chains. **Monthly Review**, New York, vol. 71, n.º 3, July/August, 2019.
- WOOD, Ellen. **O império do capital**. São Paulo: Boitempo, 2014.

Recebido em: 14 out. 2021 | aceite em 23 nov. 2021



Imperialismo e classes médias: sociedade civil e poder político nas margens do capitalismo

Fernando Savella¹

105

Resumo

Este artigo aborda o problema geral da relação entre as classes e o poder político nas formações sociais capitalistas na periferia do imperialismo. Tomando como base a teoria leninista acerca do imperialismo, argumentamos que as superestruturas do modo de produção capitalista nessas regiões também se desenvolvem de maneira distinta de suas contrapartes no capitalismo central, criando um espaço social restrito que, ainda que pautado na exclusão radical das massas, se desenvolve sobre a base ativa da classe média. Para isso mobilizamos autores como Agustín Cueva, Florestan Fernandes, Nicos Poulantzas e outros para apontar a anatomia desse espaço e sua função na economia política capitalista.

Palavras-chave: desenvolvimento; teorias decoloniais; América Latina.

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Estuda movimentos sociais e reprodução social da classe média no Brasil. | fsavella7@gmail.com



Resumen

Este artículo aborda el problema general de la relación entre clases y poder político en las formaciones sociales capitalistas en la periferia del imperialismo. Con base en la teoría leninista del imperialismo, sostenemos que las superestructuras del modo de producción capitalista en estas regiones también se desarrollan de manera diferente a sus contrapartes en el capitalismo central, creando un espacio social restringido que, aunque basado en la exclusión radical de las masas, se desarrolla sobre una base activa de clase media. Para eso, movilizamos a autores como Agustín Cueva, Florestan Fernandes, Nicos Poulantzas y otros para señalar la anatomía de este espacio y su función en la economía política capitalista.

Palabras-clave: desarrollo, teorías decoloniales; América Latina.

Abstract

This article addresses the general issue of the relationship between classes and political power in capitalist social formations on the periphery of imperialism. Based on the Leninist theory of imperialism, we argue that the superstructures of the capitalist mode of production in these regions also develop differently from their counterparts in central capitalism, creating a restricted social space that, although based on the radical exclusion of the masses, develops itself on the active base of the middle class. For this purpose, we mobilize authors such as Agustín Cueva, Florestan Fernandes, Nicos Poulantzas, and others to unveil the anatomy of this space and its function to the capitalist political economy.

Keywords: development; decolonial theories; Latin America.

Introdução

Na décima seção da mais clássica obra sobre o tema do imperialismo, *Imperialismo, Estágio Superior do Capitalismo*, Lênin aponta que o problema do imperialismo não é apenas um problema de relação entre nações e povos, mas também um problema da organização da luta política no interior de cada território. Com efeito, os “elevados lucros monopolistas” sediados nas potências imperialistas “oferecem-lhes a possibilidade econômica de subornar certos setores operários” (Lênin, 2011, p. 267), sendo o principal nexo do oportunismo no movimento operário. É nesta tese de Lênin que o sociólogo equatoriano Agustín Cueva encontra a razão de sua crítica à concepção política da sociedade civil nos territórios dominados do imperialismo: na tese leninista,

[...] está claro, igualmente, que a obtenção de superlucros nas regiões coloniais, semicoloniais e dependentes permite que a oligarquia financeira levante certas ‘trincheiras e fortificações’ no interior de sua sociedade nacional, por meio do robustecimento da aristocracia operária [*apoió social da*



burguesia, como disse Lênin] (Cueva, 2004, p. 174, tradução livre).

Aqui há uma clara referência e diálogo com o arcabouço gramsciano² acerca do desenvolvimento da sociedade civil como espaço essencial para a dominação burguesa, onde se desenvolve o *consenso* ou a *direção* da classe hegemônica sobre as demais, a “trama ‘privada’” (Gramsci, 2000, p. 119) composta pelos indivíduos e associações não vinculadas ao aparelho estatal, ainda que sob o efeito permanente do monopólio da violência por parte do Estado em sentido estrito. No entanto, essa anatomia da dominação não pode ser unívoca entre todas as formações sociais envolvidas (por baixo ou por cima) na estrutura imperialista uma vez que se trata de um resultado da concentração da acumulação em seu centro. O que chamamos de sociedade civil deve adquirir contornos distintos no centro e na periferia do capitalismo.

De fato, existe uma sociedade civil nessas formações sociais como forma necessária de existência e sustentação do Estado capitalista. É necessário sustentar o mito de que tal Estado é um representante do interesse geral e não do interesse de uma elite em particular, tornando os negócios públicos um assunto do consenso, da síntese, da expressão da razão; ao mesmo tempo em que é necessário sustentar a exclusão radical das massas de trabalhadores do poder *real* sobre os negócios públicos. Para Florestan Fernandes, “A ‘opinião pública’ e a ‘vontade coletiva’ existem, mas o consenso que as fundamenta e converte em história procede da minoria de privilegiados que manipula ativamente o complexo institucional Estado-Nação” (Fernandes, 2015, p. 65).

Em outras palavras, o espaço político que conforma os circuitos efetivos de poder aparece como um espaço aberto, reconhecido como uma sociedade civil à qual o Estado deve satisfações, mas que na realidade é apenas um *locus* social parcial, incluindo apenas alguns grupos sociais e excluindo muitos outros. Para aqueles que vivem fora do espaço do consenso, cabe a violência: “O ‘método de conciliação’ possui uma longa tradição na América Latina; no entanto, essa tradição significa que os arranjos políticos sempre operam em benefício da violência ‘vinda de cima’, organizada e imposta através do Estado...” (Fernandes, 2015, p. 61). A crítica elaborada pelo pioneiro da sociologia brasileira opõe-se àquelas leituras

² Ver os cadernos 1 e 6 presentes na coletânea *Cadernos do Cárcere (Volume 3)* (Gramsci, 2000).



“europeizadas” que, ao reconhecer superestruturas políticas plenamente integradas à chamada civilização ocidental na América Latina, transpõem a análise e os valores correspondentes de um continente a outro, em especial vinculados à ideia de democracia.

Cueva, por sua vez, situa o debate no interior da querela da recepção e aprofundamento do pensamento de Gramsci em nosso continente. A anatomia da dominação típica do Ocidente, descrita pelo italiano, apontaria para a superação da violência como principal nexos da dominação, suplantada pela necessidade de desenvolver o consenso entre as classes e a hegemonia da classe dominante sobre tal consenso. Em primeiro lugar, há uma ruptura empírica: a história da América Latina no século XX trata-se de uma sucessão de golpes e de intervenções imperialistas focadas no combate à ascensão de movimentos políticos populares (Cueva, 2012), ao que poderíamos acrescentar, também da perseguição policial permanente contra as massas de trabalhadores e desempregados com claro recorte racial. Ou seja, a violência permaneceu uma relevante (senão principal) ferramenta da dominação imperialista, mesmo com a conformação de majestosas instituições democráticas. Em segundo, um problema teórico: não é possível pensar na anatomia da sociedade civil como fenômeno homogêneo em qualquer formação social inserida numa estrutura desigual como a estrutura imperialista. Os “elevados lucros monopolistas” de que fala Lênin apresentam sua contraparte, ou sua razão de ser, na volumosa acumulação primitiva, entre diversas formas de expropriação e exploração do trabalho, no lado dominado do imperialismo.

A combinação da coerção e do consenso nas formas de dominação, e na definição dos fenômenos que aparecem como “Estado” e “sociedade civil”, deve ser analisada a partir das formas concretas como aparece a violência nas lutas de classe e a função e extensão dos aparelhos típicos da sociedade civil, desvinculados do terreno “público” do Estado, os aparelhos privados de hegemonia, nos termos gramscianos (Gramsci, 2000). Na realidade, a definição - e distinção - desses dois terrenos constitui uma profunda polêmica, com efeitos não apenas teóricos, mas também estratégicos sobre as lutas de classe: há de fato uma distinção entre Estado e sociedade civil? Ou tal separação constitui apenas uma ilusão ideológica de justificação da dominação burguesa?

Para Gramsci (2000), as funções de dominação próprias da sociedade civil constituem também o Estado em seu sentido *ampliado*, distinguindo apenas um Estado em sentido *estrito*, a forma tradicional do monopólio da



violência (Coutinho, 1989; Osorio, 2014). Este último seria apenas um ponto avançado das “trincheiras e casamatas” (Gramsci, 2000, p. 262) que constituem o processo de dominação burguesa. Althusser (1999) parte de uma concepção similar, diretamente inspirada em Gramsci, e diferencia os aparelhos *repressivos* de Estado e os aparelhos *ideológicos* de Estado, como parte do mesmo Estado compreendido além da classificação jurídica de “público e privado” que normalmente regula a distinção entre Estado e sociedade civil na sociologia burguesa. Ou seja, uma diversidade de aparelhos de caráter aparentemente independente e auto-determinado, mas que constituem, para Althusser, uma unidade no processo de dominação: a igreja, a família, os sindicatos, partidos políticos, imprensa, etc.

Partindo do problema dos golpes militares na América Latina, Marini (1976) descreve essas formas de dominação na sociedade civil como um “sistema de dominação”, cuja apropriação pelo Estado varia e dá origem a diferentes regimes, desde suas formas democráticas até as autoritárias (nas quais o sistema de dominação encontra-se plenamente apropriado pelo Estado). Ainda que para Gramsci e Althusser o problema da conquista do poder pela classe trabalhadora permaneça referenciado na conquista da função repressiva do Estado, a crítica de Marini à concepção “borrada” dos limites do Estado está precisamente na definição do objeto das lutas de classe, que não poderiam fixar seu horizonte na disputa ambígua de diversas “fontes de poder”, mas sim ao mesmo tempo na “(...) expressão institucional desse poder, o Estado, tomado como o cume do sistema de dominação” (Marini, 1976, p. 92) e nos instrumentos pelos quais essa expressão institucional é validada e efetivada nas formas de consenso, entendidos como momentos qualitativamente diferentes das lutas.

A substância dessa discussão, no entanto, é a sociedade burguesa. Ou melhor, a superestrutura desenvolvida pela dominação do modo de produção capitalista, correspondente às tarefas históricas colocadas pelo avanço das relações propriamente capitalistas às forças sociais envolvidas em sua expansão. O grau de generalização das relações capitalistas, sobre outros modos de produção existentes numa dada formação social, está diretamente relacionado à anatomia de suas formas superestruturais de dominação, devendo mediar ou reprimir a relação entre as massas de trabalhadores - que produzem a riqueza expropriada de diversas maneiras pela classe burguesa - e os circuitos políticos, o Estado e seus aparelhos, ou o “sistema de dominação”.



Entre as formas derivadas do modo de produção capitalista e as formas concretas de dominação existentes em uma dada formação social há uma defasagem³ que deve ser plenamente reconhecida e incorporada na problemática do estatuto social da sociedade civil, em especial nas formações sociais situadas na periferia da estrutura imperialista. Ou seja, reconhecer que a forma como se desenvolve a sociedade civil nas economias centrais como expressão do desenvolvimento da dominância do modo de produção capitalista não pode ser considerada sua forma universal independentemente das particularidades de cada formação social.

Não se trata de uma sociedade burguesa estendida às massas de trabalhadores, mas de um espaço social mais estrito: são apenas alguns estratos sociais que participam ativa e efetivamente da disputa direta do Estado, da produção de discurso e, no limite, do que entendemos como *cidadania*, pertencimento pleno à comunidade política. Seguindo o desenvolvimento das teses de Florestan Fernandes e de Agustín Cueva acerca do desenvolvimento do modo de produção capitalista e suas superestruturas na América Latina e, portanto, do problema da democracia e da hegemonia na teoria marxista, iremos argumentar que os estratos sociais propriamente integrados aos circuitos políticos, à *sociedade civil*, ou à *civilização* burguesa se constituem em forças sociais cujos movimentos políticos e ideologia orgânica são diretamente funcionais para a dominação imperialista sobre os territórios periféricos.

1. Sociedade burguesa, civilização e dominação

A defasagem entre a conformação social entendida como *civilizada*, como superestrutura típica das sociedades capitalistas avançadas, e a realidade das formações sociais da periferia do capitalismo, em especial das ex-colônias, é um dos temas centrais do marxismo e dos movimentos populares em geral nessas regiões do globo. Tratando da Argélia ainda sob

³ Falamos em defasagem no sentido de que uma formação social onde domina o modo de produção capitalista não necessariamente apresenta o modo de produção e suas formas derivadas de maneira pura enquanto fenômeno concreto. Diversos autores marxistas que trabalham com a ideia de defasagem, tais como os já citados Poulantzas (2020), Althusser (2015) e Cueva (2003) retornam à formulação de Marx acerca do método, em que o concreto é a "síntese de múltiplas determinações" (Marx, 2008, p. 258), entre as quais o modo de produção e suas formas correspondentes.



o jugo francês, Fanon (1961) descreve uma sociedade radicalmente cindida, opondo uma comunidade branca integrada à França, com instituições políticas “modernas” tais como o sistema pluripartidário, a uma comunidade negra completamente excluída dessas mesmas instituições, cuja única relação com o poder instituído é a imposição da violência. Há um discurso de universalidade dos efeitos dessa superestrutura, que justificam sua existência em um contexto de generalização de uma ideologia “democrática” de sustentação do Estado na Europa. No entanto, como assevera Fanon,

A linha divisória, a fronteira, está indicada pelos quartéis e pelos postos da polícia. (...) Nos países capitalistas, entre o explorado e o poder interpõe-se uma multidão de professores de moral, de conselheiros, de ‘desorientadores’. Nas regiões coloniais, ao contrário, a polícia e o soldado, pelas suas intervenções diretas e frequentes, mantêm o contato com o colonizado e aconselham-no, com golpes de coronha ou incendiando as suas palhotas, que não faça qualquer movimento (Fanon, 1961, p. 33).

Essa universalidade aparece, para se fazer eficaz, como um dualismo entre civilização e barbárie, ou moderno e primitivo (Quijano, 2005), justificando as diferentes modalidades de imposição do modo de produção capitalista, e de suas economias mais avançadas, ao redor do globo. Tal ideologia se reproduz sobre uma base material bem demarcada nas ex-colônias, onde se pode facilmente identificar entre os brancos e proprietários os representantes da *civilização* e entre os não-brancos e despossuídos a *barbárie*. De fato, o estabelecimento de repúblicas nacionais após os processos de independência, via de regra, significaram o estabelecimento de uma comunidade política exclusiva, excluindo mesmo as massas de trabalhadores e camponeses que lutaram contra as forças das metrópoles pela sua criação (Mariátegui, 2006; Linera, 2010), e cuja inclusão dependeu e continua a depender de intensas lutas populares.

No entanto, não podemos compreender totalmente esse fenômeno tomando apenas seus aspectos político-ideológicos. Para Cueva (1983), a base essencial de explicação de tais oposições e exclusões radicais está no terreno da economia política e, mais precisamente, da articulação de diferentes modos de produção em uma formação social, posição teórica que implicará também em uma leitura particular da estrutura e das lutas de classe na periferia do capitalismo. A integração da América Latina no sistema



capitalista mundial se deu, em um primeiro período, paradoxalmente pelo desenvolvimento de outros modos de produção regionalmente, na medida em que sua relação com as economias centrais do capitalismo era precisamente a de uma fonte de acumulação primitiva para a realização do capital metropolitano. Mesmo para além da relação propriamente colonial, após a independência das novas nações latino-americanas, "(...) a primeira fase de nossa vida independente, longe de impulsionar a imediata dissolução dessa matriz pré-capitalista, registrou um movimento em sentido inverso" (Cueva, 1983, p. 27). Nesse processo, o modo de produção capitalista se desenvolveu de maneira muito localizada, culminando apenas no século XX em um processo franco de generalização das relações capitalistas por toda a extensão das formações sociais, mesclando-se às próprias relações de trabalho reproduzidas ou criadas (relações servis, de escravidão e similares) em favor da necessária acumulação primitiva, ou a *expropriação*.

Essa matriz de diferentes modos de produção e de relações de trabalho - bem como sua relação com a acumulação predatória por parte das potências imperialistas, em especial o Reino Unido e os Estados Unidos após os processos de independência - gera efeitos fundamentais sobre o estabelecimento e reprodução dos Estados nacionais: vinculam-se a

[...] uma estrutura econômico-social historicamente dada e dentro de um contexto internacional concreto, fatores que não só determinam as modalidades históricas de cada entidade estatal, mas também a maior ou menor tortuosidade do caminho que conduz à sua organização. Construir um Estado sobre cimento relativamente firme do modo de produção capitalista implantado em toda a extensão de um corpo social não é o mesmo que edificá-lo sobre a sinuosa topografia de estruturas pré-capitalistas que, por sua própria natureza, são incapazes de proporcionar o fundamento objetivo de qualquer unidade nacional, isto é, um mercado interno de amplas proporções (Cueva, 1983, p. 42).

Este argumento permite ao equatoriano identificar algumas diferenças entre os Estados latino-americanos construídos sobre um modo de produção capitalista predominante numa formação social - e o desenvolvimento de uma burguesia latifundiária coesa nacionalmente - e os constituídos sobre matrizes muito heterogêneas, em que se preserva uma instabilidade ligada às diferentes frações de classe conformadas por



diferentes modos de produção e relações entre modos de produção. Os conflitos entre as províncias e os governos centrais, por exemplo, não podem ser lidos como meros conflitos regionalistas, mas como disputas por privilégios diferenciais de interesses econômicos distribuídos entre as diferentes frações da classe dominante, não constituída homoganeamente apenas por capitalistas.

Com o estágio imperialista do capitalismo e a expansão do capital monopolista a partir das grandes potências, entra na ordem do dia a generalização das relações capitalistas na periferia do sistema. No caso da América Latina, era necessário estabelecer “[...] uma economia primário-exportadora ‘complementar’ para o capitalismo industrial das metrópoles” (Cueva, 1983, p. 71). Esse processo encontraria ainda uma nova relação com as potências imperialistas na segunda metade do século XX, em que os golpes militares permitiriam diretamente a integração aos circuitos financeiros, sob os interesses diretos do capital financeiro internacional, desnacionalizando e *financeirizando* a economia, desfazendo as estruturas de bem-estar social, monopolizando as atividades produtivas do campo, etc. (Cueva, 1977).

Porém, essa generalização recente (e ainda diferencial entre regiões) das relações capitalistas não significa a realização pura do modo de produção capitalista, e muito menos de superestruturas totalmente coerentes. Pelo contrário, o argumento de Cueva é precisamente que a história do desenvolvimento do capitalismo no continente estruturou de maneira permanente, através das lutas sociais empreendidas pelas classes no processo, todo o conjunto das relações sociais que determinam a maneira como o modo de produção capitalista existe enquanto modo de produção dominante. O regime de exploração do trabalho organizado desde o início pela ideologia colonial das diferenças raciais, além de manter por séculos relações servis e de escravidão, gera

[...] complexos sistemas de diferenciações étnico-culturais capazes de conferir à estrutura classista uma dimensão de “castas”, fato que por seu turno repercute sobre a luta de classes mediante a frequente “deformação ou o deslocamento das frentes reais de combate” (Cueva, 1983, p. 59).

Esse sistema de diferenciações aparece como sistema eficaz da heterogeneidade da formação social sobre a estrutura de classes típica do modo de produção capitalista. Cueva (2004) busca em Marx e Lênin seu



repertório para a análise das classes e suas lutas: toma do russo as frações de classe e classes de transição criadas pela intersecção entre modos de produção com diferentes trajetórias (as frações da burguesia ligadas ao regime de servidão, a pequena-burguesia decadente, os semi-proletários que constituem a massa funcional, mas ainda não plenamente integrada ao modo de produção capitalista); e do alemão (a) as classes geradas pelos modos de exploração secundários do capital e (b) a separação entre a classe em si (efeito das relações de exploração) e a classe para si (efeito das lutas políticas). Enquanto as relações de produção definem a estrutura das classes propriamente ditas, um sistema de contradições secundárias entre os próprios modos de produção coexistentes na formação social e suas superestruturas conforma diferentes frações de classe e camadas sociais que, no esquema de Cueva, não se inserem em classes definidas: é o caso daqueles intelectuais e burocratas que são integrados ao modo de produção capitalista apenas enquanto mediações de sua superestrutura, ou funções do Estado e da ideologia⁴.

A expressão dessas classes, frações de classe e camadas sociais enquanto agentes propriamente ditos, ou *forças sociais*, é explicada em um primeiro momento da análise pela sua origem de classe, mas nunca de maneira completamente idêntica. Entre a estrutura de classes e as lutas de classe existe uma defasagem, onde interferem elementos que não podem ser deduzidos apenas de uma aceção pura do modo de produção dominante. A pequena-burguesia, na leitura do equatoriano, apesar de ser uma classe de transição, remanescente da forma de produção mercantil simples e em declínio, é mantida enquanto funcionalidade política de apaziguamento da luta de classes (2004, p. 42). Vamos nos deter neste ponto.

Na transição dos anos 1940 aos 50, o Equador passou por uma transformação importante em sua demografia e estrutura de classes: o crescimento das cidades e das camadas urbanas, sob um governo de

⁴ É importante destacar que, ainda que estejamos nos referindo diretamente ao trabalho intelectual que surge e se reproduz como função da superestrutura, essa modalidade de trabalho já existe como função direta da produção, enquanto gestão e concepção de processos e relações produtivas. É útil, ainda assim, pontuar que a categoria *intelectual* assume um significado distinto de todo trabalho *não-manual*. Décio Saes destaca que os trabalhadores não-manuais posicionam-se na hierarquia do trabalho pelo efeito do prestígio do trabalho intelectual “na aceção estrita da palavra” (Saes, 2005, p. 100), aquela atividade capaz de produzir ideologia.



orientação liberal ligado à burguesia ascendente que desafiava o poder oligárquico, aos moldes da maioria das formações sociais latino-americanas na primeira metade do século XX. Cueva (2019) inclui no objeto indistinto “classes médias” aquela força social que, antes marginal tanto em relação ao regime colonial quanto em relação à produção capitalista emergente, se integra plenamente à sociedade oficial, incluindo pequenos e médios proprietários e comerciantes (a pequena-burguesia), as camadas médias “propriamente ditas” (empregados da gestão e administração privada) e os funcionários públicos (constituintes da burocracia). Anteriormente, essa mesma massa aderiu à classe trabalhadora em seu movimento político; e ao se tornar um cliente do governo liberal, participando mais plenamente da renda nacional e dos espaços políticos, converteu-se em braço político da burguesia. Essa transição constitui-se também, com efeitos profundos para nosso argumento, na transformação de classes de transição, deslocadas dos circuitos do modo de produção dominante e sujeitos ao crescimento dos monopólios capitalistas, em classes plenamente integradas e funcionais em sua estrutura, com novas perspectivas estratégicas quanto aos seus interesses de classe.

O antigo elemento “perturbador” se tornou assim um fator de estabilidade momentânea do sistema: convertida em clientela liberal, a “classe média” permitiu que a grande burguesia resolvesse o paradoxo consistente em que, embora fosse economicamente a classe mais poderosa do país, durante longo tempo não dispôs de tanto poder ideológico como os latifundiários tradicionais. Desde os anos 1950, porém, os liberais triunfam, sem recorrer à fraude, na maioria das capitais das províncias e inclusive em Quito, ou seja, nas cidades que, sem contar com um subproletariado numeroso que votasse pelos candidatos populistas, possuem uma classe média quantitativamente importante, capaz de “arrastar” politicamente outros setores, através desse tecido de adesões, lealdades e ambições que costuma se formar nas fronteiras das diversas classes sociais (Cueva, 2019, p. 84).

Ainda que, no esquema de Cueva, esses agentes não constituam uma classe específica⁵, compartilham de uma situação estrutural em comum na

⁵ Enquanto em seu livro *Teoria Marxista* Cueva (2003) nega a existência de uma *classe média* propriamente dita, enquanto categoria válida no marxismo (colocando as



conformação de um Estado propriamente burguês. Neste sentido, compõem junto da burguesia o bloco de alianças que, através do poder político, tem como efeito a *desorganização* da classe trabalhadora e da massa marginal, e a alteração da correlação de forças entre as classes dominantes; ou seja, integram a superestrutura com conteúdo de inspiração europeia, a sociedade oficial. Como aponta Fernandes, o estabelecimento dos Estados nacionais na América Latina não se tratou de um processo de ampla integração das massas à comunidade política:

A independência que se criava era a dos estamentos privilegiados e o Estado nacional independente nascia antes da Nação, como expressão da vontade coletiva e dos interesses de dominação econômica, social e política da *gente válida*, ou seja, como uma maneira de organizar a voz política dos donos de fato do poder e de dar continuidade às estruturas de produção e de exportação montadas previamente (Fernandes, 2015, p. 103).

Mesmo que a dominância do modo de produção capitalista torne progressivamente mais generalizada a condição do trabalhador “livre” e do

camadas sociais que normalmente aparecem sob essa insígnia no interior da pequena-burguesia, da classe trabalhadora e de categorias sociais que não constituem ou pertencem a nenhuma classe), no livro citado *O Processo de Dominação Política* (2019) o equatoriano utiliza o termo algumas vezes para designar essas distintas camadas que passam por uma trajetória histórica similar frente à disputa pelo aparelho e pelos sentidos do Estado. Ainda que não trabalhe de maneira detida tal uso prático do conceito, é uma forma similar àquela assumida por Poulantzas (1975) e Saes (1977) acerca da unidade da nova pequena burguesia ou classe média estar precisamente no nível político-ideológico.

Podemos adicionar que essa unidade não é completamente homogênea. Mesmo no caso equatoriano, determinadas categorias envolvidas nessa tendência política como as próprias burocracias e os militares já estavam integradas às superestruturas do Estado antes e durante o desenvolvimento do capitalismo em suas formações sociais. No entanto, somam-se às nascentes camadas sociais urbanas nos movimentos políticos baseados na ideologia orgânica de classe média, clamando pela modernização do Estado, pela sua autonomia de classe, o cosmopolitismo e, enfim, pelo fortalecimento e institucionalização de seus instrumentos de reprodução de classe. Podemos afirmar essa tendência também em outros casos, como o brasileiro (Saes, 1985). Assim, mesmo que algumas categorias típicas da classe média já estivessem integradas ao Estado, esse foi um movimento necessário para sua integração à sociedade de classes propriamente capitalista que “se irradia historicamente como força social” (Fernandes, 1977, p. 178).



sujeito enquanto indivíduo genérico interpelado pelo Estado, a tendência é de animalização e exclusão radical das massas de trabalhadores, impedindo que o "(...) inconformismo do povo" se converta em "força política" (Fernandes, 2015, p. 108), ao contrário do que é permitido às classes integradas.

2. Classe média e sociedade política

O principal problema colocado para a relação entre a classe média e o sistema político na periferia do capitalismo, ou para a posição e movimentos da classe média na luta de classes, como apontado por Williams (1976), é que os circuitos de poder estritos das ex-colônias regulam diretamente a oferta de meios de vida e privilégios dessa classe, tornando um interesse próprio desta classe a própria promoção do Estado enquanto entidade exclusiva. Enquanto as massas proletarizadas existem majoritariamente à margem e de maneira desorganizada, sem relação positiva com o Estado, a classe média é não apenas substancialmente empregada nos órgãos do Estado como também deve sua posição diferencial ao reconhecimento oficial de títulos e bens simbólicos eficazes em uma hierarquia que estende seus efeitos para além das hierarquias internas da administração pública e privada. Cabe aqui colocar uma questão: afinal, por meio de quais processos esse interesse sobre o Estado se efetiva nas lutas sociais? Para tratar disso, levantamos algumas contribuições sobre a relação entre a classe média, o Estado e sua ideologia.

Para Poulantzas (1975), a posição ambígua dessa classe, já plenamente integrada e ao não se vincular diretamente a nenhum dos interesses antagônicos típicos do modo de produção capitalista, tende a conceber o próprio Estado como seu representante político de classe, uma vez que é um aparelho que incorpora ideologicamente o "interesse geral". Trata-se de um subconjunto ideológico, subordinado à ideologia dominante de fabricação burguesa que mascara o Estado (um instrumento de classe) com um verniz democrático, supraclassista. Tal ideologia atinge, em diversas medidas, a todas as classes, mas no caso do proletariado, o atinge apenas como negação de sua ideologia orgânica, o que seria uma ideologia propriamente proletária, tradução do seu antagonismo de classe em relação à burguesia. A classe média, ainda que não compartilhe necessariamente de todos os interesses de classe da burguesia, incorpora tais elementos como



seus próprios, em sua própria constituição e em suas práticas de classe típicas, por sua situação de trabalho (Saes, 1977).

A ideia de neutralidade e racionalidade que reveste o Estado é promovida historicamente por uma série de características que podem ser sintetizadas na ideologia do “burocratismo” e incorporadas pela própria burocracia estatal (Poulantzas, 2020) bem como por todo o discurso reinante no campo político (Bourdieu, 2011; 2015). O tema da burocracia é de especial interesse:

118

[...] a burocracia parece, no âmbito dessa legitimidade, representar a unidade política do povo-nação; ela se apresenta, e pode apresentar-se, como um ‘corpo neutro’ que encarna o interesse geral e cujo funcionamento político no tocante às classes é, assim, sistematicamente mascarado (Poulantzas, 2020, p. 354).

Mesmo sendo um fenômeno relativamente autônomo, a burocracia e o burocratismo apresentam, nos termos de Poulantzas, uma homologia com a organização do trabalho no modo de produção capitalista. Para além de uma hierarquia administrativa própria da produção, a burocracia pauta-se nos mesmos princípios da hierarquia do trabalho que torna superior o trabalho não-manual em relação ao manual pelo efeito do monopólio do saber e, podemos adicionar, pelo efeito do aparelho escolar e sua construção de uma escala naturalizada de “dons e méritos” com referência no trabalho não-manual intelectual (Saes, 2005). A burocracia, no entanto, ainda que recrute a grande maioria de seus membros entre as classes altas e médias, não pode ser considerada simplesmente “parte” de qualquer classe. Trata-se de uma categoria social que se relaciona de maneiras distintas com as classes, a depender do curso de suas lutas econômicas, políticas e ideológicas. No entanto, pela forma como funciona e se apresenta através do burocratismo, a burocracia possui uma relação particular com a classe média.

A posição da classe média na hierarquia do trabalho e as formas socialmente determinadas de alcançar e manter tal posição geram para essa classe uma ideologia própria pautada na valorização do trabalho não-manual e na ideia de “mérito” como chave para as narrativas da trajetória social. Assim, além da ambiguidade da representação política de classe derivada da ambiguidade de sua posição entre as classes antagônicas, há uma forte comunhão entre a ideologia orgânica da classe média e a forma



da burocracia estatal, como representantes ideais de comprovação do mérito na habilidade com o trabalho não-manual, passando por um processo de recrutamento para as fileiras da burocracia que envolve desde a formação no ensino superior até a passagem por concursos públicos e internos. Em diversas conjunturas, a depender da capacidade dos organismos políticos próprios das classes dominantes, a burocracia move-se enquanto força social para realizar a arbitragem dos conflitos sociais, levando como sua base ativa a classe média e outras classes desorganizadas⁶.

Para além da comunhão ideológica, há também uma comunhão no próprio processo de estabelecimento das condições para a reprodução social da classe por meio das formas historicamente dadas do Estado. Na leitura de classe proposta por Poulantzas (2020), que caracteriza aquilo que aqui estamos chamando de “classe média” como *nova pequena-burguesia*, é apontada uma dupla determinação sobre essa classe: ela é ao mesmo tempo subordinada à burguesia ao lhe dispor sobretrabalho, e superior aos trabalhadores manuais dentro da hierarquia do trabalho, organizando e administrando a extração de mais-valor. Mas para além da complexificação do processo produtivo, essa condição, em especial no nível das superestruturas política e ideológica, deve ser construída: segundo Saes (2001), a classe média foi protagonista dos processos de construção do Estado, definidores de sua ideologia de sustentação e de sua permeabilidade pelas diversas classes sociais. No caso do Brasil, o republicanismo teve como principal base efetiva os movimentos *pelo alto* das categorias de militares, juristas e burocracias já estabelecidas; bem como a chamada Revolução de 1930, marco da consolidação do Estado propriamente capitalista, teve como base expressiva também os próprios militares e a classe média urbana, ainda que suas camadas superiores tenham se mantido leais às suas relações com a elite oligárquica (Saes, 1985). Ou seja, a forma e a ideologia próprias do Estado foram construídas ativamente por categorias pertencentes à classe média, refletindo ali seus interesses de classe, sua ideologia orgânica e seus anseios políticos no processo de desenvolvimento do capitalismo no país.

A construção do Estado envolveu a construção simbólica da autonomia em relação aos interesses das classes antagônicas. O princípio da

⁶ Em leitura recente sobre a crise política no Brasil, Boito Jr (2018) aponta que a ação da burocracia estatal através da Operação Lava-Jato funcionou como uma espécie de “partido da alta classe média”, reafirmando sua ideologia de classe e mobilizando-a em sua defesa nas ruas através da pauta da corrupção.



impessoalidade, elemento necessário para a forma moderna da burocracia, permite a criação de um instrumento do poder político a princípio não regulado nem pelas relações pessoais com as classes dominantes (as relações preponderantes nos Estados oligárquicos) e nem pela força numérica das classes trabalhadoras (Poulantzas, 2020); um espaço onde é possível a reprodução social de uma classe que conta apenas com o *capital cultural e escolar* para negociar sua posição social (Bourdieu, 2008). A criação de instâncias para legitimar e ordenar a circulação desses capitais é central para que a própria classe tenha condições estáveis de reprodução, tornando o Estado e seu sentido objetos de intensa disputa das lutas sociais empreendidas pelos agentes da classe média. Em outras palavras, a classe média agiu como ponta de lança da modernização capitalista na medida em que lutou para a dinamização do mercado de trabalho e de bens simbólicos necessários para sua ampliação e reprodução social, e movida também por um universo ideal que cresce na medida em que crescem as cidades e o cosmopolitismo que coloca em comunhão as comunidades intelectuais periféricas e europeias para importar as ideologias do centro metropolitano no seio de camadas sociais mais numerosas (Saes, 1985).

Mas não são lutas solitárias. Como aponta Wacquant (1991), a formação de uma classe média em geral aparece também como uma vantagem para as classes dominantes na medida em que se movimenta pela conservação e promoção da ordem concentrada nos aparelhos de Estado, em última instância responsável pela estabilização das relações capitalistas de exploração. É necessário construir o exército de burocratas para gerir o Estado e também a base social numerosa que dará sustentação direta a esses aparelhos, agindo em sua defesa e generalizando, através de suas lutas particulares, a sua ideologia. Enquanto no âmbito da produção os agentes de classe média em seus postos de gerência e administração servem à organização da extração de mais-valor, no âmbito das superestruturas, os numerosos agentes de classe média em seus postos de gerência e administração pública, de produção intelectual, no interior de aparelhos privados de hegemonia e através da própria concepção de uma posição "média" que aparece como fluida entre as classes antagônicas, servem à organização da colaboração de classes mesmo sob regimes econômicos e políticos altamente excludentes.



Considerações Finais

Tudo isto posto, fica claro que a forma de existência da classe média não é apenas uma conformação das forças produtivas e relações de produção, mas um processo enérgico de lutas pela criação de um espaço social exclusivo onde circulem apenas determinados agentes, com determinados atributos apreciáveis socialmente (Poulantzas, 2020; Bourdieu, 2008). Podemos realizar alguns apontamentos sobre as posições já expostas, para os efeitos do debate acerca da classe média e para as lutas sociais sob o jugo do imperialismo.

Retornando ao trabalho teórico de Agustín Cueva, *A Teoria Marxista*, o equatoriano tece uma crítica à análise de classes de Poulantzas: "(...) se seguíssemos conseqüentemente o critério de Poulantzas, diríamos que o proletariado, por exemplo, compreende tantas 'frações de classe' quanto houverem formações políticas e ideológicas em seu seio" (Cueva, 2004, p. 38). Uma vez que, tanto em Poulantzas como neste trabalho, os condicionantes políticos não são apenas discursos ou posições discursivas, mas sim posições reais em relação aos aparelhos de exercício do poder, a crítica de Cueva não procede e devemos ir além dela. Ao mesmo tempo, o esquema poulantziano não dá conta de todos os condicionantes das lutas de classe pelo poder político nas formações sociais na periferia do capitalismo, em que a sociedade civil e seus aparelhos de hegemonia se desenvolvem de maneira restrita. Podemos tomar muitos de seus princípios que descrevem a forma típica do Estado capitalista, tanto por conta da dominância do modo de produção capitalista quanto pela sua formação altamente influenciada pelas correntes ideológicas europeias, inclusive na conformação da própria força política proletária dentro das "verdades nacionais", nos termos de Zavaleta (2009). No entanto, a capacidade das economias periféricas em integrar as classes trabalhadoras em seu sistema político de maneira mais ou menos estável é muito menor do que a das economias capitalistas centrais, e torna-se um imperativo sua exclusão pela força.

Tal exclusão não se dá apenas por efeito de golpes e intervenções armadas, a grande regra da América Latina no século XX. Se dá por outras vias de continuidade da sociedade colonial através da segregação continuada de largas populações, sob critérios raciais e sociais, mediada essencialmente não apenas pela violência direta, mas também pelo ordenamento urbano (Harvey, 2012; Maricato, 2015). O espaço social que diferencia as massas de classe média das classes subalternas coincide,



finalmente, com o espaço da própria sociedade civil. Mesmo que formalmente toda uma população esteja filiada ao Estado nacional, após terem sido derrubados obstáculos históricos e estabelecido o sufrágio universal na grande maioria dos países, as massas de trabalhadores permanecem incapazes de se organizar enquanto força política unívoca, e seus interesses aparecem difusos e distantes da arena pública que configura uma das faces da sociedade civil em sua relação com o Estado. Esta é dominada pelos quadros da classe média que compõem os meios de mídia e aparelhos políticos como os órgãos do Estado, partidos políticos e organizações adjacentes.

Reconhecemos aqui que o modo de produção capitalista se desenvolve e se torna dominante nas formações sociais periféricas do imperialismo, não se tratando de regiões externas a um sistema capitalista existente apenas nas economias mais avançadas. No entanto, já assevera Cueva (1983), esse desenvolvimento se dá num movimento dialético com as formas anteriores e remanescentes de outros modos de produção e de estágios anteriores de desenvolvimento do próprio capitalismo. Tal como o modo de produção capitalista e a sociedade burguesa existiram por muito tempo como enclaves nas formações sociais latino-americanas, sua superestrutura se desenvolveu tal como um enclave daquelas massas permitidas dentro da conformação *civilizada e burguesa*, como oposta ao mundo das massas desqualificadas, identificadas à negritude, à periferia urbana, ao campo, ao mundo doméstico ou ao baixo volume de capitais cultural e escolar, em suma, à *barbárie*, espaço *primitivo* oposto à *civilização* e *modernidade* que não configuram um empecilho ao desenvolvimento do capitalismo, mas uma condição da própria exploração e expropriação que dão base a esse sistema econômico (Fernandes, 1977). Como um espaço social restrito, desenvolve suas próprias regras de funcionamento, de maneira que o simples ingresso pontual de agentes das classes trabalhadoras não significa qualquer alteração estrutural da função e posição de classe desse espaço.

É significativo, nos marcos de nosso argumento, que os grandes movimentos de reação ao chamado ciclo progressista latino-americano tenham se dado com base na classe média contra as massas vistas como incompetentes para o fazer político. Novamente no caso brasileiro, as manifestações favoráveis ao *impeachment* de Dilma Rousseff, entre 2014 e 2016, compostas majoritariamente pelas camadas superiores da classe média (Cavalcante, 2018; Cardoso, 2020), construíram todo seu horizonte discursivo



sobre a tese de que os governos petistas subsistiram apenas sobre a base de um clientelismo desqualificado que interpelou as classes populares, reivindicando a razão e o interesse geral como atributo próprio das classes médias e altas, capazes de lidar com a vida pública. Já no caso boliviano, as movimentações pelo golpe contra Evo Morales também se concentraram nos enclaves de classe média e camadas urbanas, em oposição à população indígena que deu base, sentido e substância às políticas do MAS em uma formação social historicamente marcada pela marginalização dessa mesma população (Linerá, 2010). Frente aos processos de democratização, acesso ao consumo e mesmo a integração das massas à sociedade oficial, a tendência das classes médias, já estabelecidas e plenamente integradas, é a reação conservadora, buscando conservar a sua posição diferencial.

É necessário caracterizar, assim, as tendências dessa classe segundo suas relações concretas com o poder político, e a comunhão de seus interesses de classe com a ordem social reproduzida pelo imperialismo em nossa região. Adentramos aqui no mesmo registro estratégico do movimento comunista que motivou Marini (1976) a realizar a crítica ao conceito de Estado ampliado, afinal, onde está a diferença qualitativa entre a disputa do Estado enquanto aparelho de dominação, monopólio da violência, e os seus sustentáculos na sociedade civil? No entanto, chegamos a uma conclusão um tanto distinta: se o nosso horizonte político é a superação das desigualdades de classe, e a tomada do poder político pelo povo, fazer a história com nossas mãos, é toda a sociedade burguesa que deve ser tomada de assalto. A própria sociedade civil se configura, nas margens do capitalismo, como um instrumento de violência do Estado.

Referências

- ALTHUSSER, Louis. **Sobre a Reprodução**. Petrópolis, Vozes. 1999.
- __. **Por Marx**. Campinas, Editora Unicamp. 2015.
- BOITO JR., Armando. **Reforma e Crise Política no Brasil**. Campinas, Editora Unicamp. 2018.
- BOURDIEU, Pierre. **A Distinção**. São Paulo, Zouk. 2008.
- __. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**. Brasília, nº5 Jan./July 2011.
- __. **Sobre o Estado**. São Paulo, Companhia das Letras. 2015.
- CARDOSO, Adalberto. **Classes Médias e Política no Brasil (1922-2016)**. Rio de Janeiro, Editora FGV. 2020.



- CAVALCANTE, Sávio Machado. Classe Média, Meritocracia e Corrupção. **Crítica Marxista**. Campinas, nº46, 2018. pp. 103-125.
- COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci. **Um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro, Campus. 1989.
- CUEVA, Agustín. Fascismo y economía en América Latina. **Controvérsias**. Guadalajara, ano 1, nº2. Fev-Abr 1977.
- ___ **O Desenvolvimento do Capitalismo na América Latina**. São Paulo, Global Editora. 1983.
- ___ **Teoría Marxista. Categorías de base y problemas actuales**. Quito, Ediciones de la Revolución Ecuatoriana. 2004.
- ___ La democracia latinoamericana: ¿forma vacía de todo contenido? *in* CUEVA, A. **Ensayos Sociológicos y Políticos**. Quito, Ministerio de Coordinación de la Política y Gobiernos Autónomos Descentralizados. 2012.
- ___ **O Processo de Dominação Política no Equador**. Florianópolis, Insular. 2019.
- FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Lisboa, Ulisseia. 1961.
- FERNANDES, Florestan. Problemas de Conceituação das Classes Sociais na América Latina. *in* ZENTENO, R. (org) **As Classes Sociais na América Latina**. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1977.
- ___ **Poder e Contrapoder na América Latina**. São Paulo, Expressão Popular. 2015.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere (Volume 3)**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 2000.
- HARVEY, David. **Rebel Cities. From the right to the city to the urban revolution**. Londres, Verso. 2012.
- LENIN, Vladimir Ilich. **O Imperialismo, Etapa Superior do Capitalismo**. Campinas, Navegando Publicações. 2011.
- LINERA, Álvaro García. **A Potência Plebeia**. São Paulo, Boitempo Editorial. 2010.
- MARIÁTEGUI, José Carlos. **Ideología y Política**. Caracas, Ministério de Comunicação e Informação da Venezuela. 2006.
- MARICATO, Erminia. **Para Entender a Crise Urbana**. São Paulo, Expressão Popular. 2015.
- MARINI, Ruy Mauro. **El Reformismo y la Contrarrevolución (Estudios sobre el Chile)**. Cidade do México, Ediciones Era. 1976.
- MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo, Expressão Popular. 2008.
- OSORIO, Jaime. **O Estado no Centro da Mundialização**. São Paulo, Outras Expressões. 2014.



- POULANTZAS, Nicos. **As Classes Sociais no Capitalismo de Hoje**. Rio de Janeiro, Zahar. 1975.
- ___. **Poder Político e Classes Sociais**. Campinas, Editora Unicamp. 2020.
- QUIJANO, Aníbal. A colonialidade do poder, eurocentrismo na América Latina. in LANDER, E. (org) **A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires, CLACSO. 2005.
- SAES, Décio. Classe Média e Políticas de Classe (uma nota teórica). **Revista Contraponto**. Niterói, nº 2. Nov 1977.
- ___. **Classe Média e Sistema Político no Brasil**. São Paulo, T. A. Queiroz Editor. 1985.
- ___. **A República do Capital**. São Paulo, Boitempo. 2001.
- ___. Classe média e escola capitalista. **Crítica Marxista**, São Paulo, Ed. Revan, v.1, nº 21, 2005, p.97-112.
- WACQUANT, Loïc. Making class: The middle class(es) in social theory and social structure. in MCNALL, S. et al. (org) **Bringing Class Back In**. Londres, Routledge. 1991. pp. 39-65.
- WILLIAMS, Gavin. There is no theory of petit-bourgeois politics. **Review of African Political Economy**, v.3, nº6, Maio 1976. pp. 84-89.
- ZAVALETA, René. **La Autodeterminación de las Masas**. Buenos Aires, CLACSO.

Recebido em 15 out. 2021 | aceite em 23 nov. 2021



Crise sistêmica e a consolidação do poder global estadunidense: determinantes e características do poder estrutural estadunidense pós-década de 1970

126

Leandro Ramos Pereira ¹

Resumo

Este artigo relaciona a crise sistêmica da década de 1970 à consolidação do poder global estadunidense. Primeiramente, argumentaremos que a crise da década não se deve à suposta crise de hegemonia estadunidense, mas ao antagonismo latente entre a autonomia relativa dos Estados Nacionais e a transnacionalização econômica – subproduto do padrão de organização da economia mundial liderado pelos Estados Unidos no pós-guerra. Adicionalmente, defenderemos que o encaminhamento da crise sistêmica consolidou os parâmetros estruturantes do seu poder interestatal – segurança/violência, moeda/finanças, produção/tecnologia – e inaugurou a era da crise estrutural do capital.

Palavras-Chave: Estados Unidos; hegemonia; poder global.

¹ Professor da Universidade Anhembi-Morumbi (UAM) e Doutor em Economia pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. | le_eco@yahoo.com.br



Resumen

Este artículo vincula la crisis sistémica de la década de 1970 con la consolidación del poder global estadounidense. Primero, argumentaremos que la crisis de la década no se debe a la supuesta crisis de la hegemonía estadounidense, sino al antagonismo latente entre la autonomía relativa de los Estados Nacionales y la transnacionalización económica, un subproducto del patrón de organización de la economía mundial liderada por Estados Unidos en la posguerra. Adicionalmente, defenderemos que el manejo de la crisis sistémica consolidó los parámetros estructurales de su poder interestatal - seguridad/violencia, moneda/finanzas, producción/tecnología - e inauguró la era de la crisis estructural del capital.

Palabras clave: Estados Unidos; hegemonía; poder global.

Abstract

This article links the systemic crisis of the 1970s to the consolidation of US global power. First, we will argue that the crisis of the decade is not due to the supposed crisis of US hegemony, but to the latent antagonism between the relative autonomy of the National States and economic transnationalization — a by-product of the pattern of organization of the world economy led by the United States in the postwar period. Additionally, we will defend that the forwarding of the systemic crisis consolidated the structuring parameters of its interstate power — security/violence, currency/finance, production/technology — and inaugurated the era of the structural crisis of capital.

Keywords: United States; hegemony; global power.

Introdução

A crise da década de 1970 é, em geral, interpretada como um dos momentos mais marcantes da formação do capitalismo global. Sua solução projetou as bases das relações econômicas e geopolíticas que formataram o mundo entre o final da década e 2009.

Consolidaram-se, ao longo do tempo, diversas interpretações sobre os determinantes da crise da década de 1970, assim como as diversas características do capitalismo contemporâneo. Boa parte dos intérpretes, economistas e historiadores econômicos do período considera a crise de hegemonia estadunidense a causa primária da própria crise da década – cuja resolução teria impulsionado a ordem transnacional/neoliberal².

Este artigo se propõe a questionar estas visões e apresentar um outro viés analítico. Argumentaremos que as teses dominantes esbarram em

² Ver, por exemplo, Glyn et al. (1990), Epstein & Schor (1990), Boltho et al. (1982), Hobsbawn (1995), Tavares (1985), Mazzuchelli (2011), Armstrong et al (1990), Van Der Wee (1986).



problemas interpretativos relacionados ao uso do conceito de hegemonia e em problemas de temporalidade e hierarquização das relações de causalidade ao compreender o processo de transnacionalização como uma espécie de reviravolta do mundo criado no pós-guerra – e não como o resultado deste modelo organizativo.

Defenderemos, em seguida a tese de que a crise do período não se relacionou à uma suposta crise de hegemonia, mas à crise sistêmica apoiada na contradição latente entre a autonomia relativa dos Estados Nacionais³ e a transnacionalização econômica⁴. Argumentaremos que a transnacionalização foi o resultado da construção do projeto de poder global estadunidense desenhado e realizado já na etapa final da Segunda Guerra Mundial.

Por fim, alegaremos que a transnacionalização, a crise estrutural do capital e a consolidação do poder global estadunidense – mediante o fortalecimento dos parâmetros formatadores das relações interestatais –, foram elos de um mesmo momento histórico compreendido entre o final da

³ Apoiados em Furtado (1987), entendemos autonomia relativa dos Estados Nacionais (no plano econômico) em termos da capacidade dos Estados, dotados de instrumentos de política econômica e centros internos de decisão, de mediar e direcionar o processo de acumulação de capital em prol de designios sociais e coletivos – mediação entre meios e fins. A racionalidade global das empresas transnacionais, a internacionalização produtiva e a integração comercial e financeira solaparam os centros de decisão e reduziram a eficácia dos instrumentos de política econômica mobilizadores da acumulação. Daí o enfraquecimento dos Estados Nacionais nos marcos da transnacionalização econômica.

⁴ Apoiados em Meszáros (2002), entendemos por transnacionalização econômica o padrão de acumulação, mobilização e gestão do capital realizado em escala global – para além dos parâmetros geográficos, culturais e institucionais dos Estados Nacionais. Ela tanto realça a face incontrolável da dinâmica do capital quanto reforça o seu caráter totalizador e irresistível (p. 22). Tal como Furtado (1987) reconhecemos a constituição da ordem econômica internacional no pós-guerra como a causa primária do processo de transnacionalização econômica que emerge na década 1970, uma vez que irá recompor as condições de reprodução ampliada do capital mediante a integração comercial entre o Ocidente, a internacionalização das corporações multinacionais, a imposição do dólar como moeda internacional e a difusão do padrão tecnológico e de consumo irradiado pelos países centrais. Dentre as características do processo transnacionalização destacam-se o controle, pelas corporações transnacionais, das decisões de alocação e distribuição dos recursos produtivos e do padrão de consumo ao redor do mundo; a internacionalização produtiva e a constituição de cadeias globais de valor; a proeminência do comércio internacional sobre as condições de reprodução das economias nacionais; e a intensificação e relevância dos fluxos financeiros globais sobre as condições monetárias macroeconômicas dos países.



década de 1970 e 2009. Se por um lado a transnacionalização econômica acentuou as características centrífugas da lógica totalizadora, autoexpansiva e incontrolável do capital, por outro, as características centrípetas do poder estrutural estadunidense impediu que a crise estrutural do capital se manifestasse de forma imediatamente catastrófica⁵.

Crise de hegemonia ou crise sistêmica?

As interpretações dominantes no plano econômico e historiográfico sobre a crise da década de 1970 e suas consequências têm, em comum e em geral, duas características marcantes: primeiramente relacionam esta crise à uma suposta crise de hegemonia estadunidense, fator primordial das instabilidades macroeconômicas e financeiras do período – superadas por sua reafirmação mediante o aumento significativo das taxas de juros; em seguida, veem na transnacionalização econômica a reviravolta final da transição, quase que instantânea, da Era Dourada ao capitalismo global. Em ambos os casos, tais construções analíticas os impediram de compreender a crise do período como uma crise sistêmica, determinada, em grande parte, pelo processo de formação do poder global estadunidense desde o pós-guerra.

A base analítica de boa parte destas interpretações repousa sobre a teoria do estabilizador hegemônico – herdada de construções teóricas de autores como Kindleberger (1973), Arrighi (1995) e Gilpin (1987). A hipótese de que a existência de um estabilizador hegemônico seria a condição necessária à estabilidade e crescimento sincrônico entre países serviu de parâmetro para o entendimento, não apenas do crescimento econômico da Era Dourada, mas também de sua crise na década de 1970.

Para autores como Glyn *et al.* (1990), Epstein & Schor (1990), Boltho *et al.* (1982), Hobsbawn (1995), Tavares (1985), Mazzuchelli (2011), Armstrong

⁵ Apoiados em Panitch & Gindin (2012), entendemos poder global como a capacidade de um país dar a direção e o sentido das transformações socioeconômicas mundiais, assim como ditar o ritmo e a intensidade da dinâmica econômica internacional nos marcos de uma economia transnacionalizada. Escorados em Strange, 1987, compreendemos poder estrutural como a capacidade de um país exercer este poder global mediante os parâmetros militares, tecnológicos, produtivos, culturais, monetários e financeiros. Nos termos de Meszários (2002), a crise estrutural do capital refere-se às consequências catastróficas da lógica totalizadora, irresistível e autoexpansiva do capital global – crise do trabalho, crise ambiental e incontrolabilidade da lógica de valorização e acumulação – que coloca em xeque as condições de reprodução da vida na terra.



et al (1990), Van Der Wee (1986), Gilpin (1975) a hegemonia complacente/condescendente estadunidense no pós-guerra – decorrente do fardo da Guerra Fria – teria fortalecido os países capitalistas avançados e acentuado a concorrência intercapitalista. Esta abordagem é reforçada por economistas marxistas como Kidron (1971), Mandel (1982) e Mattick (2009) que realçaram o clímax das rivalidades interimperialistas na década de 1970 – ainda que não usando a teoria do *hegemon*. Consequentemente, a crise de Bretton Woods, as especulações cambiais, as saídas de capitais dos Estados Unidos, a aceleração inflacionária, o movimento diacrônico da economia mundial e a fuga do dólar seriam as manifestações da crise hegemônica estadunidense – subproduto do fortalecimento dos países capitalista avançados⁶.

A primeira fragilidade dos argumentos supracitados se manifesta na forma como, para a maior dos autores, a crise de hegemonia foi superada. A adoção de uma política monetária significativamente contracionista pelos Estados Unidos teria sido suficiente para colocar o mundo de joelhos e realinhá-lo aos seus interesses – ainda que a custo de baixas taxas de crescimento. No entanto, caso o poder estadunidense estivesse de fato ameaçado, esperar-se-ia medidas geopolíticas mais agressivas sobre seus rivais. Não se observaram, entretanto, ameaças militares, embargos econômicos, retaliações comerciais e financeiras e nem desinvestimentos arbitrários.

No plano mais intrínseco, a superestimação da teoria do estabilizador hegemônico impediu que a bibliografia incorporasse como elemento explicativo central da crise da década de 1970, as transformações mais imanentes do modo de produção capitalista. Ao subordinar os mecanismos de expansão e retração do ritmo de atividade econômica internacional à existência do *hegemon*, os autores consideraram vagamente o impacto das transformações quantitativas e qualitativas das forças produtivas e do padrão de acumulação sobre o ritmo de atividade econômica. A integração comercial, as economias transnacionais de escala e a mundialização financeira colocaram a autonomia relativa dos Estados Nacionais em xeque e consternaram os parâmetros monetários, cambiais e financeiros estabelecidos desde Bretton Woods.

O entendimento dos motivos pelos quais o aumento a política monetária contracionista no período foi suficiente para realinhar os países e a economia global a seus desígnios repousa sobre a forma como os Estados

⁶ Para uma análise mais detalhada sobre a crítica ao debate sobre a crise da década de 1970 e as interpretações sobre o poder estadunidense, ver Pereira (2018).



Unidos formataram a economia mundial antes mesmo do fim da Segunda Guerra Mundial. Distantes de estabelecerem uma hegemonia complacente/condescendente, os meandros de sua política externa revelaram uma estratégia de construção de uma ordem paulatinamente integrada, multilateral e seletivamente liberal ao redor de sua moeda, do seu capital e do seu poder bélico⁷. Nestes termos, o impacto dissuasivo do aumento da taxa de juros sobre as economias nacionais no final da década de 1970 comprovou, não a retomada de uma hegemonia supostamente perdida, mas que seu poder estrutural se fortalecera (PANITCH & GINDIN, 2012; STRANGE, 1987; PEREIRA, 2018).

A segunda limitação das interpretações tradicionais se relaciona ao entendimento da transnacionalização não como o resultado do padrão de integração construído desde o pós-guerra – e arquitetado pelos Estados Unidos –, mas como uma reviravolta decorrente do próprio sucesso da Era Dourada. Consequentemente, constroem uma visão binária da segunda metade do século XX. A ordem econômica internacional estável que permitiu aos países capitalistas avançados adotarem políticas econômicas relativamente autônomas foi substituída, de forma súbita, pelo processo econômico de transnacionalização.

Se por um lado autores como Glyn *et al.* (1990), Epstein & Schor (1990), Boltho *et al.* (1982) realçaram de modo mais explícito este viés interpretativo, autores como Hobsbawn (1995), Mazzuchelli (2011) e Mazier (1982) o revelam mediante a tese de que a Era Dourada sucumbira pelo seu próprio sucesso. Para Hobsbawm (1995), a internacionalização e reestruturação produtiva foi a consequência da incomum combinação keyesiana “de crescimento econômico numa economia capitalista baseada

⁷ Entendemos por integração econômica a intensificação e interdependência dos fluxos comerciais e financeiros no processo de acumulação e reprodução do capital nas economias nacionais. Por ordem econômica multilateral, entendemos a constituição de parâmetros econômicos, legais e institucionais comuns no plano das relações internacionais que definem os padrões gerais das relações econômicas entre os países e empresas de diversas nacionalidades. Dentro os principais acordos econômicos multilaterais destacam-se o sistema de pagamentos internacionais – padrão cambial e mobilidade dos fluxos de capitais – e os acordos comerciais. Por ordem econômica seletivamente liberal, entendemos um padrão de integração comercial e financeira liderada pelo capital privado, mas cujo grau de abertura e qualidade da interação se subordinam às estratégias comerciais dos Estados capitalistas avançados. A diferença no grau de protecionismo entre produtos industriais e agrícolas dos países economicamente avançados exemplifica a seletividade do liberalismo econômico adotado pelas potências capitalistas.



no consumo de massa de uma força de trabalho plenamente empregada e cada vez mais bem paga” (p. 276). Para Mazzucchelli (2011) intromissão “‘indevida e excessiva’ do Estado nas relações econômicas foi prontamente responsabilizada pelos percalços que o mundo capitalista atravessava. As dificuldades dos anos 1970 foram o combustível que alimentou a explosão liberal dos anos 1980” (p. 88).

Os autores supracitados não consideraram a tendência da ordem internacional, do padrão de acumulação e do modelo de desenvolvimento civilizacional estabelecidos sobre o mundo capitalista desde pós-guerra como elementos determinantes da crise da década de 1970 e do próprio processo de transnacionalização. Também não relacionaram estes movimentos ao processo de construção e consolidação do poder global estadunidense. Ao superestimar o próprio Estado Nacional no pós-guerra, os autores não perceberam que tanto a intervenção estatal quanto as políticas de bem-estar estiveram, desde o início, subordinadas à pulsão expansiva e internacionalista do capital sob liderança estadunidense.

Eis o ponto nevrálgico. Os esforços de construção do poder global estadunidense desde o pós-guerra criaram as condições para o desenvolvimento de políticas econômicas relativamente autônomas pelos países aliados – em especial pelos países capitalistas economicamente avançados. Mas à medida que o mundo se integrava segundo os parâmetros monopolizados pelos Estados Unidos, esta autonomia relativa ia se enfraquecendo na mesma proporção do fortalecimento do poder estrutural estadunidense (PEREIRA, 2018).

A década de 1970 representou uma crise sistêmica porque manifestou o clímax desta contradição: o esfacelamento dos parâmetros necessários ao funcionamento dos sistemas econômicos nacionais relativamente autônomos e a emersão do mundo transnacional. Nos termos de Meszáros (2002), é como se a nova infraestrutura do capital global – irresistível e totalizador – não suportasse mais a superestrutura de comando pretérita, comprometendo a capacidade de reprodução sociometabólica do capital – base da incontrolabilidade. Mas como veremos, se as consequências da crise limitaram os Estados Unidos enquanto Estado Nacional, o encaminhamento da crise os fortaleceram enquanto Estado capitalista no plano das relações interestatais⁸.

⁸ Compreendemos Estados Nacionais, no plano econômico, nos mesmos moldes levantados por Furtado (1987): sistemas econômicos nacionais com autonomia relativa, dotados de centros internos de decisão, capazes de mediar meios – acumulação e capital – e fins – satisfação das necessidades de sua coletividade.



A origem da crise sistêmica: a construção do poder global estadunidense no pós-guerra

A crise sistêmica da década de 1970 repousa sobre a forma como os Estados Unidos formataram a ordem econômica e geopolítica internacional desde o pós-guerra. Suas ações revelaram uma estratégia de construção, ainda que gradual, de uma ordem econômica internacional integrada, multilateral e seletivamente liberal ao redor de sua moeda, seu capital e sua estrutura de segurança. O relativo sucesso econômico deste período já continha em si os germes da crise posterior.

O protagonismo estadunidense nas relações internacionais se sustentou na defesa de um mundo capitalista apoiado em bases liberais – no que se refere ao protagonismo do capital privado na alocação dos recursos produtivos pelo mundo – mediante os parâmetros multilaterais estabelecidos pelos Estados Unidos. A influência desta estratégia é revelada não apenas pela adoção do dólar como a moeda reserva de valor mundial – ao lado do ouro –, mas por sua suprema influência nas instâncias decisórias das principais instituições multilaterais: como o FMI e o Banco Mundial. Os Estados Unidos também conseguiram contornar os problemas decisórios da OIC ao criarem o GATT e iniciarem o movimento gradual e seletivo de abertura comercial. O apoio ao regionalismo comercial europeu era visto como o primeiro passo em direção à uma abertura comercial mais robusta pelos países capitalistas avançados⁹ (HUDSON, 2003, P. 27; BLOCK, 1980, P.88-91; MOFFIT, 1985, P. 23-4).

Ainda que os germes de seu poder global estejam revelados nas medidas econômicas adotadas acima, foram as estratégias de política externa e de segurança nacional que permitiram o seu desenvolvimento. Elas foram realçadas no famoso documento que circulou entre o *staff* estadunidense na década de 1950 – depois da crise do enfrentamento direto ao comunismo realizado entre a Doutrina Truman e a Guerra da Coreia –, o NSC-68. A proximidade entre as estratégias levantadas no documento e o que se observou em termos de política externa é estreita:

Apoiados em Marx (1987) pensamos Estado Capitalista enquanto instituição organizativa da vida política e social de uma coletividade, estruturada para garantir os interesses da classe dominante, criando condições para a valorização do capital e apropriação do excedente econômico pela burguesia.

⁹ Pelas limitações correspondentes ao número de páginas deste artigo e pelos possíveis problemas de coesão daí decorrentes, sugerimos, para maiores detalhes sobre as características da política de contenção estadunidense, ver Pereira (2018).



cordão de isolamento militar e econômico ao redor do perímetro geográfico soviético; fortalecimento moral e econômico estadunidense; expansão significativa dos gastos militares; refortalecimento e integração econômica entre os países capitalistas avançados via acordos comerciais preferenciais e transferência de pacote tecnológico; estímulos à internacionalização do capital estadunidense; política de ajuda monetária e militar aos países pobres e diplomacia geopolítica – via dólar, acordos ou “porrete” – para garantir a disponibilidade de recursos naturais e matérias primas estratégicas aos Estados Unidos e ao mundo capitalista (PEREIRA, 2018, p. 1149-153; NSC-68, 1950).

Ainda que os empréstimos de reconstrução e o Plano Marshall tenham sido importantes para a reestruturação das economias europeias e japonesa destruídas pela guerra, a economia mundial voltou a crescer apenas no início da década de 1950, movimentada, primeiramente, pela acentuada expansão do gasto bélico estadunidense devido à Guerra da Coreia e, em seguida, pela execução da política de contenção, descrita no NSC-68.

No plano econômico, sua política externa teve duas direções. Primeiramente, a desvalorização de sua moeda, os gastos bélicos, as ajudas externas, as transferências tecnológicas e os acordos comerciais favoráveis aos aliados tornaram os Estados Unidos os gastadores de última instância, gerando demanda efetiva global em escala suficientemente acentuada para reativar os circuitos comerciais internacionais necessários à reprodução ampliada do capital. Em segundo lugar, os Estados Unidos geraram a liquidez necessária ao sistema de pagamentos internacionais, engordando a balança de pagamentos, reduzindo as restrições externas ao crescimento dos países capitalistas avançados e criando condições para que realizassem políticas econômicas expansionistas (BLOCK, 1980; HUDSON, 2003; PEREIRA, 2018). A autonomia relativa dos Estados Nacionais se subordinou, desde o pós-guerra, às estratégias de construção do poder global estadunidense.

No plano geopolítico e militar, a consolidação do Complexo Científico-Industrial-Militar, o apoio militar e financeiro aos países capitalistas aliados, a expansão das bases militares ao redor do perímetro geográfico soviético, as dezenas de acordos militares, a diplomacia comercial e financeira do dólar, o financiamento de golpes e regimes autoritários e os tratados de assistência recíproca foram fundamentais para atrair o Terceiro Mundo à área de influência econômica e cultural estadunidense. Tais ações alargaram o horizonte geográfico de circulação do capital e asseguraram a disponibilidade de alimentos e matérias primas essenciais à sua reprodução



ampliada (HOLSTI, 1991, p. 271-93; LENS, 2006, p. 496-8,523; SCHILLER & PHILLIPS, 1972, p. 02-09; PERLO, 1969, 28-9).

Ao mesmo tempo, os acordos geopolíticos e econômicos e a distribuição planetária da rede de segurança e bases militares estadunidenses aliviaram as incertezas do capital privado, uma vez que asseguraram internacionalmente os direitos de propriedade e potencializaram as medidas diretas e indiretas de retaliação diplomática e militar. A internacionalização das corporações multinacionais crescia – desde segunda metade da década de 1950 – *pari passu* às realizações das estratégias de política externa e de segurança nacional estadunidenses (KOLKO, 1972, p. 116-144; MAGDOFF, 1969, p. 117-8; BLOCK, 1980, p. 234; HUDSON, 2003, p. 122-263).

Tabela 1. Taxa Média de Crescimento Anual das Exportações Mundiais e do Investimento Direto Externo Estadunidense (%)

Rótulo	Período	Europa Ocidental	Mundo
Exportações	1950-73	8,38	7,88
Investimento Externo Direto Estadunidense	1960-72	10,10	6,12

Fonte: MADDISON, 2001, 126; FATEMI & WILLIAMS, 1975, p. 61.

A construção do poder global estadunidense e suas consequências repousaram no movimento interdependente observado entre sua política externa de segurança nacional¹⁰ e sua política externa econômica¹¹. Se observou, desde então, a universalização de um modo de vida gerido e transformado a partir dos parâmetros monopolizados pelos Estados Unidos.

¹⁰ Complexo Científico-Industrial-Militar, gastos bélicos, acordos militares e diplomáticos, construção de bases militares ao redor do mundo e política externa de acesso a recursos naturais e matérias primas.

¹¹ Ativação, mediante déficit externo, do sistema de Bretton Woods, as políticas de fortalecimento das antigas potências, os a criação do GATT, a intensificação do investimento externo direto desde a década de 1950, o fortalecimento das corporações multinacionais, a internacionalização do sistema bancário na década de 1960 e os mecanismos diplomáticos, econômicos e militares de integração da periferia no sistema comercial, monetário e financeiro internacional.



A difusão do sistema americano – *american way of life*¹² – pelo mundo capitalista se deu tanto em função da maior integração comercial, quanto da forte expansão do Investimento Direto Externo estadunidense e dos países capitalistas avançados (LENS, 2006; FURTADO, 1987).

Por um lado, a forte taxa de crescimento das exportações mundiais – acima da taxa média de crescimento do PIB das nações – e as sucessivas rodadas de redução tarifária patrocinadas pelo GATT acentuaram a interdependência entre os países no que se refere à reprodução ampliada do capital e, concomitantemente, reforçaram a dependência econômica entre nações desenvolvidas e subdesenvolvidas. Por outro, a internacionalização do capital estadunidense e europeu provocou a homogeneização dos padrões de consumo segundo o modelo de eficiência da corporação multinacional e difundiu suas técnicas produtivas e modelos de gestão (PEREIRA, 2018).

O Excesso de gasto externo, o déficit em sua balança de pagamentos, o superávit comercial das economias europeias e japonesa, o desenrolar da política externa estadunidense, as ajudas externas e a internacionalização do seu capital foram essenciais para tornar o dólar a moeda reserva de valor global, difundindo-o nas transações comerciais e financeiras. Como contrapartida, o acúmulo de capital monetário daí decorrente reativou os circuitos financeiros e especulativos internacionais – amortecidos desde a crise do padrão-ouro. O excesso de dólares amplificou o espiral especulativo desencadeado pela ascensão do Euromercado – mercados financeiros e multimonetários desprovidos de regulação – e alimentou as instabilidades cambiais observadas desde o final da década de 1960. A farta disponibilidade de capitais e a liberdade e diversidade das operações impulsionaram a internacionalização do sistema bancário estadunidense –

¹² Tendo como referência Lens (2006), entendemos *american way of life* – também compreendido como o sistema ou o modo de vida americano – como o padrão cultural, tecnológico e de acumulação de origem estadunidense – desde a Segunda Revolução Industrial –, difundido e universalizado pelos mesmos a partir pós-guerra. Apoiada na lógica de acumulação e marketing do capital monopolista/financeiro, ele se manifestou, no século XX, pela urbanização acelerada, pela constituição da sociedade de consumo de massas, pelo modelo fordista de produção e pelo desenvolvimento do sistema de crédito e das Sociedades Anônimas. Nos termos de Furtado (1987), o sistema americano se caracterizou pela modernização constante dos padrões de consumo, pelo uso indiscriminado de matérias-primas e fontes não renováveis e pela racionalidade individual e privada de alocação dos recursos econômicos.



reforçando o seu domínio financeiro e intensificando a integração financeira (MOFFIT, 1984; HELLEINER, 1994; PANITCH & GINDIN, 2012; PEREIRA, 2018).

As transformações quantitativas decorrentes deste movimento engendraram mutações qualitativas no volume, potencial e dimensão do capital, solapando os parâmetros pretéritos que asseguravam, em termos de superestrutura, suas condições de sua reprodução ampliada. A Era Dourada criou as condições para a formação do capital global/transnacional, que reverteu os parâmetros formatadores da autonomia relativa das economias nacionais.

As instabilidades macroeconômicas, monetárias, financeiras e geopolíticas da década de 1970 representaram o clímax desta contradição. A desaceleração do crescimento econômico no período se relacionou, não apenas à saturação da difusão do padrão tecnológico e cultural estadunidense nos países capitalistas avançados, mas ao encurtamento do horizonte de cálculo capitalista decorrente das incertezas oriundas do avanço do patamar inflacionário e da volatilidade cambial (Tavares & Belluzzo, 1984). O volume acentuado das especulações cambiais e a incapacidade de defesa do valor das moedas nacionais foram consequências do excesso de liquidez em dólar durante as décadas de 1950 e 1960, do seu deslocamento para praças financeiras *offshore*, da internacionalização do sistema bancário estadunidense e das desregulamentações financeiras iniciadas já na primeira metade da década de 1970 (MOFFIT, 1984; HELLEINER, 1994; PANITCH & GINDIN, 2012, MAGDOFF, 1969). A aceleração do patamar inflacionário correspondeu ao aprofundamento do conflito distributivo decorrente da promoção, pelo Estado, da oligopolização do capital multinacional e do movimento de sindicalização da classe trabalhadora (BRENNER, 2003, KALDOR, 1987, PEREIRA, 2018).

A mundialização financeira em curso desde meados da década de 1960 – e seus impactos – foi consequência do aprofundamento das relações comerciais e produtivas promovidas pelos Estados Unidos – e sustentadas pelos países capitalistas avançados – desde o pós-guerra. O controle de capitais, o regime de câmbio fixo e a estabilidade da relação ouro-dólar – característicos do sistema de Bretton Woods – se tornaram incompatíveis com volume e a mobilidade espacial e temporal do capital monetário. Por conseguinte, não foi crise de Bretton Woods que desestabilizou a ordem econômica internacional. Foi o aprofundamento da ordem econômica internacional sob a liderança militar, produtiva, tecnológica e financeira estadunidense que esfacelou os parâmetros deste sistema de Bretton Woods (PEREIRA, 2018).



A ordem econômica mundial na década de 1970 continha, assim, os pilares de sustentação da transnacionalização econômica. A relevância do comércio internacional nas economias nacionais se consolidou devido às políticas seletivas de abertura comercial e à redução das barreiras tarifárias. As instituições, regras e acordos multilaterais criaram parâmetros comuns de interação entre Estados e capitais privados de diferentes nacionalidades. A acentuada internacionalização do capital monopolista/financeiro homogeneizou padrões de consumo ao redor do mundo e criou parâmetros globais de gestão e alocação da riqueza – condições elementares para a adoção de escalas transnacionais de produção. A internacionalização e integração financeira aceleraram a mobilidade espacial e temporal do capital e diversificaram suas formas de acumulação e valorização.

O enfraquecimento dos Estados Nacionais foi uma das principais consequências das transformações supracitadas. Os instrumentos de controle, distribuição e estímulos à acumulação disponíveis às economias nacionais foram neutralizados pelo peso crescente dos fluxos comerciais e financeiros internacionais e pela nova lógica de valorização do capital, alocação dos recursos e gestão da riqueza pelas corporações – cada vez mais transnacional (FURTADO, 1987). A relevância crescente das expectativas do capital monopolista/financeiro sobre as variáveis monetárias e cambiais reduziu a eficácia das políticas monetárias e fiscais sobre o produto. O pacto social entre capital e trabalho foi desmantelado pela desaceleração da produtividade, aceleração inflacionária e concentração de mercado. A mundialização financeira, as inovações financeiras e a intensificação da especulação reduziram a capacidade de estabilização cambial e regulação da liquidez pelos bancos centrais.

O aumento acentuado das taxas dos juros realizado pelos Estados Unidos em 1979 tanto configurou o encaminhamento da crise sistêmica, quanto representou uma explícita demonstração de força de seu poder estrutural. De uma vez, o enxugamento da liquidez global colocou – pelos canais monetários, financeiros e comerciais – os países capitalistas avançados de joelhos e disciplinou os capitais globais quanto aos limites dos questionamentos ao dólar e à direção da geopolítica mundial. A economia mundial entrou em recessão, a inflação foi estancada, os capitais privados se redirecionaram à Wall Street e o ritmo da economia mundial se ressinchronizou à dinâmica macroeconômica estadunidense. Tal ação exprimiu, portanto, as faces de um poder global consolidado¹³.

¹³ Pereira (2018) apresenta um conjunto de evidências que reforçam, não o enfraquecimento, mas a difusão e consolidação do dólar durante a década de 1970.



Da crise sistêmica à crise estrutural: transnacionalização e consolidação do poder global estadunidense

O realinhamento econômico e geopolítico do mundo após o choque de juros inaugurou uma nova era da economia mundial, caracterizado pela emergência do processo de transnacionalização – já em curso desde o pós-guerra – e pela consolidação do poder global estadunidense. Se por um lado, as forças centrífugas da transnacionalização econômica engendraram políticas neoliberais e maiores instabilidades macroeconômicas, por outro, a força centrípeta do poder global estadunidense foi incapaz de conter o movimento autexpansivo, totalizador e irresistível do capital global. Por conseguinte, solução da crise sistêmica conduziu o mundo à crise estrutural do capital – não manifestada de forma catastrófica entre 1979 e 2009.

A transnacionalização econômica solapou a autonomia relativa dos Estados Nacionais do ponto de vista econômico. A gradual importância do comércio internacional estimulou reduções tarifárias e exacerbou o papel da balança comercial sobre a demanda agregada nacional. A crescente mobilidade espacial, temporal e morfológica do capital acentuou a abertura financeira e intensificou o papel da conta financeira sobre a estabilidade monetária dos países, limitando a autonomia das políticas fiscais e monetárias. A internacionalização produtiva e a formação das cadeias globais de valor fortaleceram o papel das corporações globais enquanto criadoras, gestoras e alocadoras dos recursos e da riqueza mundial segundo seus desígnios, despidas de mecanismos exógenos de regulação. Nos

139

O Eurodólar cresceu significativamente durante o período, assim como o financiamento extraterritorial do capital privado estadunidense; a posse, por não residentes, de ações corporativas e títulos públicos estadunidenses denominados em dólar também aumentou – tanto em termos absolutos quanto em termos relativos –; os haveres estrangeiros depositados em bancos estadunidenses cresceram entre 1970 e 1979 – apesar da ligeira queda entre 1976 e 1979 –; a proporção de ativos e passivos dos bancos europeus denominados em dólar manteve-se alta, com crescimento real positivo; os empréstimos em dólares para países subdesenvolvidos e socialistas cresceram substancialmente, reforçando os vínculos de subordinação monetários financeiros. Ressaltou, no plano estrutural, que os mercados financeiros estadunidenses – empréstimos e aplicações dos bancos comerciais e volume de títulos e notas negociáveis do governo – eram maiores que o Eurodólar no período, assim como o estoque do seu investimento externo em relação ao seu passivo externo.



termos de Barnet & Muller (1974), o mercado mundial se apresentou sob a forma de um grande "Shopping Center Global": supermercados de recursos e bens, abertos 24 horas, intermediados por empresas transnacionais, formadoras da comunidade de consumo global (p. 33).

A consequência foi a ascensão do capital global desprovido de uma superestrutura supranacional adequada à mediação entre o processo de acumulação e suas condições de reprodução sociometabólicas. A ruptura das unidades sincrônicas existentes entre a produção do capital e seu controle, entre a produção da riqueza e o consumo e entre a produção e a circulação de valor amplificou a instabilidade deste modo de produção, tornando-o irresistível e incontrollável (MÉSZÁROS, 2002, p. 108-124). Os Estados nacionais se viram despidos dos centros internos de decisão e mais subordinados à lógica global de valorização e acumulação do capital global, nos marcos da transnacionalização econômica.

Em que pese o enfraquecimento dos Estados Nacionais daí decorrente, a transnacionalização econômica projetou os Estados Unidos como nação inquestionavelmente soberana nos marcos das relações interestatais. A consolidação do seu poder global repousa sobre o fortalecimento estrutural, ou seja, o fortalecimento dos parâmetros definidores do poder interestatal no capitalismo moderno: segurança/violência, moeda/finanças, produção/tecnologia/cultura (STRANGE, 1986; PANITCH & GINDIN, 2012).

Os Estados Unidos superaram o desafio soviético ao investir maciçamente no setor bélico e de tecnologia aeroespacial, ampliar o orçamento em defesa, desenvolver diversas armas letais, elevar desproporcionalmente a produção de armas de destruição em massa, expandir e modernizar as bases militares ao redor do mundo e garantir, via intervenção militar, diplomacia ou atuação de suas corporações, as matérias primas e recursos naturais estratégicos ao "mundo livre" (WOOD, 2005; MONTHLY REVIEW/EDITORIAL, 2002; LENS, 2006; KIERNAN, 2009; HOLSTI, 1991; STRANGE, 1986; SCHILLER & PHILLIPS, 1972; KOLKO, 1972; HITCH, 1972; MAGDOFF, 1969).

Os Estados Unidos consolidaram a sua capacidade de gerar liquidez e direcionar o volume do crédito global por meio do padrão monetário *US Treasure Bill*. O dólar se tornou a moeda reserva de valor universal, lastreando os empréstimos, aplicações financeiras e contratos comerciais ao redor do mundo. Seus déficits externos, a dimensão do seu mercado financeiro, sua política monetária e o tamanho de sua economia contribuíram para a atração de capitais internacionais a Wall Street, consolidando-o como o centro financeiro do mundo. As reformas



liberalizantes projetaram o modelo institucional, legal e de gestão de suas corporações financeiras para o mundo, intensificando as aberturas e desregulamentações financeiras (HUDSON, 2003; PANITCH & GINDIN, 2012; MOFFIT, 1984; SERRANO, 2002; HELLEINER, 1994).

Em consonância com suas corporações, os Estados Unidos se mantiveram como o centro criador e irradiador do padrão cultural-tecnológico. Os elevados gastos em P&D e defesa, os investimentos realizados pelo Pentágono, pela NASA, pelo Departamento de Saúde e pelo Complexo Científico-Industrial-Militar e o financiamento às inovações realizadas pelas universidades e corporações permitiram que os Estados Unidos permanecessem como o epicentro da inovação tecnológica do mundo. O surgimento e desenvolvimento de setores novos e estratégicos como os de tecnologia espacial, energia nuclear, biotecnologia, indústria farmacêutica, mineração oceânica, microcomputadores, telecomunicações, automação fabril, semicondutores e processamento de dados foram reflexos da institucionalização de seu sistema nacional de inovações. Por meio da internacionalização de suas corporações, os Estados Unidos conseguiram impor seu estilo de vida e seu modelo tecnológico ao resto do mundo, uniformizando padrões de consumo e modos de vida em escala planetária¹⁴ (FURTADO, 1986; STRANGE, 1986; PANITCH & GINDIN, 2012; PEREIRA, 2018).

Não se pode correlacionar, portanto, a crise sistêmica da década de 1970, a uma suposta crise de hegemonia estadunidense. Pelo contrário, ela reflete a consolidação de seu poder global, cujo encaminhamento contribuiu sobremaneira para a projeção de sua superestrutura institucional para além de seus limites geográficos – seja pela imposição do seu sistema mundial de segurança, seja pela institucionalização internacional de padrões legais, contábeis e regulatórios. Pavimentou o caminho para a unificação da trajetória de desenvolvimento civilizacional apoiado no sistema americano – consumo de massa de bens obsoletos, uso indiscriminado energia não renovável e racionalidade privada, empresarial e supranacional no uso dos recursos escassos (RIBAS, 2001; FERNANDES, 1973; FURTADO, 1986).

¹⁴ “(...) Apesar do acirramento da concorrência global, as corporações transnacionais com sede nos Estados Unidos estiveram, majoritariamente, entre as grandes corporações globais, com importância significativa na produção de bens e serviços formadores do PIB – além de serem os líderes em diversos setores estratégicos. O volume de seus investimentos externos diretos continuou expressivo frente aos investimentos externos de outras nações” (PEREIRA, 2018, p. 246).



O Estado norteamericano avalizou, em termos geopolíticos e institucional, o império do capital global. Neste novo contexto, as reformas neoliberais tiveram o papel de reverter a relação de subordinação entre Estado e capital e, desta forma, reforçar a dominação direta e indireta dos países economicamente avançados, em especial dos Estados Unidos, sobre os países pobres, dependentes e subdesenvolvidos. A transnacionalização, mediada pelo poder estrutural estadunidense – e apoiada pelos subsistemas imperialistas dos países economicamente avançados –, criou mecanismos indiretos e impessoais de coerção – tais como integração econômica desigual e instrumentos jurídicos, comerciais e financeiros – que disciplinaram a ação dos Estados Nacionais e sufocaram economicamente aqueles que interferiram no sistema de propriedade e nos padrões operacionais do capital. O poder do capital global, por conseguinte, não se baseia na inexistência de Estados críticos ao seu *modus operandi*, mas à extrema dificuldades de sobreviverem à sua revelia (WOOD, 2005, p. 01-14).

A característica mais marcante do período compreendido entre 1979 e 2009 repousa, não obstante, no fato do poder estrutural estadunidense ser incapaz de tomar as rédeas da lógica expansiva, totalizadora e irresistível do capital global, por não poder superar nem a concorrência interestatal e nem a concorrência intercapitalista. Tal fato impede a constituição de uma superestrutura supranacional forte o suficiente para sincronizar as unidades sociometabólicas de produção, realização e reprodução do capital e direcioná-los à fins socioambientais.

Mas pela própria existência deste poder estrutural, a incontrolabilidade do capital global não se manifestou, entre o período supracitado, de forma cataclísmica. A crise ambiental, as instabilidades e assimetrias macroeconômicas e a crescente degeneração do mundo do trabalho se apresentaram de forma explícita, porém gradual, não comprometendo a transnacionalização, o surgimento de novos eixos tecnológicos e geográficos de acumulação e a capacidade de realização do mais-valor pelo capital global.

Em outros termos, a força centrípeta do poder estrutural estadunidense nos marcos da globalização impediu que a força centrífuga do capital global se manifestasse sob a forma de uma crise imediatamente catastrófica. A realidade distópica se apresentou como um devir distante para a qual a sociedade marcha lenta e gradualmente.



Considerações finais

Diferentemente das interpretações convencionais sobre a crise da década de 1970, não consideramos que ela tenha sido causada pela crise de hegemonia dos Estados Unidos e nem que o seu encaminhamento fosse subproduto da ascensão súbita da transnacionalização – decorrente do “sucesso” da Era Dourada. A análise da relação entre a economia mundial e a política externa estadunidense desde o pós-guerra nos permite afirmar que a crise da década de 1970 foi sistêmica, uma vez que o antagonismo latente entre autonomia relativa dos Estados Nacionais e a emersão do processo de transnacionalização econômica atingira o seu clímax. É-nos permitido, assim, defender a tese de que esta crise é originária do padrão de organização do mundo capitalista pelos Estados Unidos desde o pós-guerra: ordem multilateral, integrada e paulatinamente liberal ao redor de sua moeda e de sua estrutura militar, tecnológica, produtiva e financeira.

A solução da crise sistêmica jogou luz ao fortalecimento do poder estrutural estadunidense nos marcos da transnacionalização e inaugurou o período de crise estrutural do capital. Por um lado, o poder global estadunidense atuou como força centrípeta, articulando o mercado mundial e as relações interestatais segundo seus desígnios. Por outro, por não superarem a concorrência interestatal e intercapitalista, a superestrutura institucional estadunidense foi incapaz de conter a pulsão totalizadora e irresistível do capital global, tornando-o incontrolável. A crise estrutural se apresentou, conseqüentemente, de forma crítica, mas não pela catástrofe, entre 1979 e 2009.

Resta-nos considerar, daqui por diante, as novas características da crise estrutural do capital desde 2009. A dimensão e o poder dissuasivo dos mercados financeiros globais, a frequência das crises financeiras, epidemiológicas e socioambientais, a crise das democracias ocidentais e a ascensão de governos neofascistas e a retomada das rivalidades interestatais e intercapitalista decorrentes da ascensão da economia chinesa podem estar acelerando a marcha distópica da humanidade em direção à barbárie absoluta.



Referências

- ARMSTRONG, P.; GLYN, A.; HARRISON, J. **Capitalism Since 1945**. Oxford: Basil Blackwell, 1991.
- ARRIGHI, G. **O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto / Editora UNESP, 1995.
- BARNET, R. & MULLER, R. **Global Reach: The Power of the Multinational Corporation**. New York: Simon and Schuster, 1974.
- BLOCK, F. **Los Orígenes del Desorden Económico Internacional: La Política Monetaria de los Estados Unidos desde la Segunda Guerra Mundial hasta Nuestros Días**. Mexico: Foundo de Cultura Economica, 1980.
- BOLTHO, A. (org). **The European Economy: Growth and Crisis**. New York: Oxford University Press, 1982.
- CAIRNCROSS, F & CAIRNCROSS, A. (org). **The Legacy of The Golden Age**. London: Routledge, 1992.
- EPSTEIN, A. & SCHOR, J. B. Macropolicy in the Rise and Fall of The Golden Age. In: Marglin S. A. & Schor J. B. **The Golden Age of Capitalism: Reinterpreting the Postwar Experience**. Oxford: Claredon Press, 1990.
- FATEMI, N. S. & WILLIAMS, G. W. **Multinational Corporation: The Problems and Prospects**. South Brunswick : A. S. Barnes, 1975.
- FERNANDES, F. **Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina**. Biblioteca de Ciências Sociais. São Paulo: Ed. Zahar, 1973.
- _____. Introdução. In: Fernandes, F. (Org): **"Marx & Engels: História"**; São Paulo: Ed. Ática, 1987.
- FURTADO, C. **Transformação e Crise na Economia Mundial**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987.
- GILPIN, R. U.S. **Power and the Multinational Corporation: The Political Economy of Foreign Direct Investment**. Basic Books, 1975.
- _____. **The Political Economy of International Relations**. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1987.
- HOBSBAWM, E. **Era dos Extremos: o Breve Século XX (1914 – 1989)**. Tradução Marcos Santarrita; revisão técnica Marica Cecília Paoli: - São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOLSTI, K. J. **Peace and War: Armed Conflicts and International Order 1648-1989**. Cambridge and New York: Cambridge University Press, 1991.
- HUDSON, M. **Super-Imperialism: the Origin and Fundamentals of U.S. World Dominance**. London-Sterling-Virginia: Pluto Press, 2003.
- KIDRON, M. **El Capitalismo Occidental de la Posguerra**. Madrid: Ediciones Guadarrama, 1971.



- KIERNAN, V. G. **Estados Unidos: O Novo Imperialismo**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2009.
- KINDLEBERGER, C. **The World in Depression: 1919-1939**. Berkeley: University of California Press, 1973.
- KOLKO, G. **Raíces de la Política Exterior Norteamericana**. Colômbia: Ed. La Oveja Negra, 1972.
- LENS, S. **A Fabricação do Império Americano**. Da Revolução ao Vietnã: Uma História do Imperialismo dos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- MADDISON, A. World Economy – A Millennial Perspective. **Development Centre Seminars – OECD**, 2001.
- MAGDOFF, H. (1969). **The Age of Imperialism: The Economics of U.S. Foreign Policy**. New York and London: Modern Reader Paperbacks, 2001.
- MAZZUCCHIELLI, F. **Os Dias de Sol: a Formação da Idade de Ouro do Capitalismo**. Mimeo, 2011.
- MATTICK, P. **Marx y Keynes: Los Limites de la Economía Mixta**. Versão Digital: Círculo Internacional de Comunistas Antibolcheviques; cica_web@yahoo.com.br; <http://cai.xtreemhost.com>.
- MANDEL, E. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MESZÁROS, I. **Para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MOFFITT, M. **O Dinheiro no Mundo – De Bretton Woods à Beira da Insolvência**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- PANITCH, L. & GINDIN, S. **The Making Of Global Capitalism**. London and New York: Verso, 2012.
- PEREIRA, L.R. **Supremacia Norteamericana e a Gênese do Poder Global: O Mito dos Anos Dourados à Luz dos Imperativos Imperialistas Estadunidenses**. Tese de Doutorado. Campinas-Instituto de Economia/UNICAMP, 2018.
- PERLO, V. **Militarismo e Indústria: Armamentos e Lucros na Era dos Projéteis**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.
- RIBAS, V. T. **Hegemonia e Império: Trajetória dos Estados Unidos na Segunda Metade do Século XX**. Tese de Doutorado. Instituto de Economia da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (IE/UFRJ), 2001.
- SCHILLER, I. H. & PHILLIPS, J. D. **Super State: Readings in the Military-Industrial Complex**. University of Illinois Press, 1972.
- STRANGE, S. (1987). The persistent myth of lost hegemony. **International Organization**, vol. 41, n. 4, 1987.
- SERRANO, F. Do Ouro Imóvel ao Dólar Flexível. **Economia e Sociedade**, vol. 11, n. 2. Campinas-SP, 2002.



- TAVARES, M. C. A Retomada da Hegemonia Americana. **Brazilian Journal of Political Economy**, Vol. 5 No. 2, Apr-Jun, 1985.
- TAVARES, M. C. e BELLUZZO, L. G. Uma reflexão sobre a natureza da inflação contemporânea. **Revista do Instituto de Economia Industrial**, UFRJ, dezembro de 1984. Republicado em: REGO, J. M., org. *Inflação Inercial, Teorias sobre Inflação e o Plano Cruzado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- VAN DER WEE, H. **Prosperity and Upheaval: The World Economy: 1945-1980**. New York : Penguin Books, 1986.
- US NATIONAL SECURITY COUNCIL. **NSC 68: United States Objectives and Programs for National Security**. A Report to the President Pursuant to the to the President's Directive of January 31, 1950 – TOP SECRET – Washington, april 7. Disponível online: <http://www.citizensource.com/History/20thCen/NSC68.PDF>.
- WOOD, E. M. **Empire of Capital**. New York: Ed. Verso, 2005.

Recebido em 13 out. 2021 | aceite em 23 nov. 2021



A morte lhe cai bem: capitalismo em crises e imperialismo

Hugo Corrêa¹
Eduardo Sá Barreto²
Leonardo Leite³

147

Resumo

No artigo apresentamos uma interpretação sobre a relação entre crises, imperialismo e crítica social conectando dois períodos históricos distintos: o da formulação da teoria clássica do imperialismo e o período atual. Nosso objetivo foi entender como o marxismo respondeu à crise que levou à Primeira Guerra e como essa resposta poderia servir para enfrentarmos os impasses atuais. Destacamos que a pandemia de Covid-19, a emergência climática e as tensões imperialistas são dimensões entrelaçadas da crise contemporânea do capital, cujo paralelo com o processo histórico vivenciado pelo marxismo do começo do século passado deve ser encontrado na iminência da barbárie e na necessidade da crítica radical.

Palavras-chave: Imperialismo; Guerra; Crise; Crise ecológica; Covid-19.

¹ Professor da UFF e pesquisador do NIEP-Marx. | hcorrea@id.uff.br

² Professor da UFF e pesquisador do NIEP-Marx. | eduardobarreto@id.uff.br

³ Professor da UFF e pesquisador do NIEP-Marx. | leonardoleite@id.uff.br



Resumen

En el artículo presentamos una interpretación de la relación entre crisis, imperialismo y crítica social conectando dos períodos históricos distintos: el periodo de la formulación de la teoría clásica del imperialismo y el período actual. Nuestro objetivo era comprender cómo respondió el marxismo a la crisis que desembocó en la Primera Guerra Mundial y cómo esta respuesta podría servir para afrontar los impasses actuales. Destacamos que la pandemia de la Covid-19, la emergencia climática y las tensiones imperialistas son dimensiones entrelazadas de la crisis contemporánea del capital, cuyo paralelo con el proceso histórico vivido por el marxismo a principios del siglo pasado debe encontrarse en la inminencia de la barbarie y la necesidad de una crítica radical.

Palabras clave: Imperialismo; Guerra; Crisis; Crisis Ecológica; Covid-19.

Abstract

In the article we present an interpretation of the relationship between crises, imperialism, and social critique connecting two distinct historical periods: the period of formulation of the classical theory of imperialism and the current period. Our objective was to understand how Marxism responded to the crisis that led to World War I and how this response could serve to face our current impasses. We emphasize that the Covid-19 pandemic, the climate emergency, and imperialist tensions are intertwined dimensions of the contemporary crisis of capital, whose parallel with the historical process experienced by Marxism at the beginning of the last century must be found in the imminence of barbarism and the need for radical criticism.

Keywords: Imperialism; War; Crisis; Ecological Crisis; Covid-19.

Introdução

Crises são momentos históricos ímpares. São momentos em que as contradições se aguçam e se tornam mais visíveis, em que o campo para o desenvolvimento de uma consciência crítica e de uma ação transformadora se alargam. São, por isso, momentos que devem ser examinados (e aproveitados) muito cuidadosamente. Sobretudo, porque sua “resolução” nunca é óbvia: até hoje, o capitalismo, a despeito de suas inúmeras crises, pôde se reformar e se manter.

Marx, durante seu tempo de vida, teve a oportunidade de ver (e acreditar) em possibilidades abertas por diferentes crises. De fato, segundo Musto (2011, p. 43), “Marx estava convencido, no outono de 1850, de que [uma revolução] não aconteceria sem uma nova crise mundial”. Não casualmente, após seu exílio em Londres, Marx se dedicou com afinco ao estudo da influência da crise comercial sobre as Revoluções de 1848, ao mesmo tempo em que nutria fortes expectativas de que uma nova crise criasse condições para outra ascensão dos movimentos revolucionários. É nesse sentido que se pode compreender por que, novamente de acordo



com Musto (2011, p. 42), a “crise econômica adquiriu uma importância fundamental em seu pensamento, não apenas economicamente, mas também sociológica e politicamente”.

A despeito das esperanças marxianas, em todos os casos vivenciados pelo autor a conservação venceu a revolução. Mas a conservação do modo de produção capitalista nunca significou sua imutabilidade, ao contrário, deu vazão a transformações estruturais em sua própria dinâmica. Assim, na esteira de uma longa e peculiar crise, iniciada ainda durante o tempo de vida de Marx e normalmente referida como a Grande Depressão do século XIX, tendências historicamente novas puseram a humanidade na rota da “Marcha da insensatez” da Grande Guerra – para usar a expressão que Mazzucchelli (2009) tomou de Barbara Tuchman –, uma guerra que transformaria as guerras e a paz.

Depois de termos experimentado toda a violência do último século, falar hoje na Primeira Guerra Mundial pode parecer uma trivialidade histórica. Na realidade, como atesta Hobsbawm (2004), tratou-se de um momento decisivo em que a humanidade foi posta defronte às condições da guerra⁴. Ela pôs o conjunto das sociedades envolvidas no conflito diante de um medo real sobre as possibilidades de manutenção das condições de sua vida (ao menos como conhecida até então). E também foi durante os anos em que o mundo, silenciosamente, se preparava para essa guerra que a crítica radical pariu a teoria do imperialismo, ainda sem saber da lamentável perenidade daquilo que observavam.

A teoria clássica do imperialismo viu nas transformações do modo de produção capitalista o prenúncio da Revolução. Não sem razão. A Primeira Guerra Mundial só eclodiu de fato no ano de 1914, mas em seu período de incubação, permitiu o despertar de uma consciência crítica e de uma ação revolucionária que encontram eco na Revolução Russa de 1917 e nas esperanças que ela, em seus primeiros atos, trouxe consigo.

A história do século XX mostraria, entretanto, que a capacidade de “se adaptar para continuar o mesmo” do modo de produção capitalista estava

⁴ “[...] antes do século XX, guerras envolvendo toda a sociedade eram excepcionais. Jane Austen escreveu seus romances durante as Guerras Napoleônicas, mas nenhum leitor que não saiba disso o imaginaria, pois as guerras não aparecem em suas páginas, embora um certo número de cavalheiros que passam por essas páginas indubitavelmente tenham tomado parte nelas. É inconcebível que qualquer romancista pudesse escrever assim sobre a Grã-Bretanha nas guerras do século XX” (HOBBSAWM, 2004, p. 51).



longe de se extinguir com a Grande Guerra. Nenhuma revolução mundial se tornou vitoriosa. A dinâmica autoexpansiva do capital continuou a reger a humanidade enquanto o capital ampliava (extensiva e intensivamente) seus domínios por todo globo. O pós (segunda) guerra pôs novamente em pauta o medo existencial para a espécie humana, com a ameaça da guerra nuclear, mas, ao contrário do que imaginavam as previsões mais catastrofistas, foi a “simples expansão” das atividades econômicas que transformaram esse medo numa possibilidade bem mais concreta com a crise ecológica hoje vista a olhos nus. Se é verdade que o capital sempre se orientou pelo mercado mundial, como percebido por Marx e ostensivamente mostrado por Pradella (2013; 2015), é verdade também que o período que separa a crise que nos conduziu à Grande Guerra e a contemporaneidade assistiu um vertiginoso aumento de seu controle em todo o mundo, testemunhando sua penetração em cada canto, sempre acompanhada da degradação ambiental e da naturalização do produção e do consumo perdulários – enfim, produzindo os efeitos que nos levam à crise contemporânea.

Com relação à crise atual, os paralelos com o momento histórico que antecede a Primeira Guerra não são descabidos: a começar pelo fato de que ela não era imprevisível. Pelo menos desde a década de 1970, e notadamente desde os trabalhos de Georgescu-Roegen, sua chegada era anunciada, embora não tenham sido, nesse caso, os marxistas os mais bem dispostos a enxergar sua profundidade imediata – talvez em virtude da trincheira, por assim dizer, em que foram postos pelo stalinismo, de um lado, e pelo macarthismo, de outro.

O presente artigo busca examinar a relação entre a crise mundial, o desenvolvimento do imperialismo e as possibilidades abertas à transformação social em dois momentos críticos. No primeiro deles, o da crise que culminou com a Primeira Guerra Mundial, o capitalismo em uma convulsão juvenil, como hoje talvez se possa chamá-la, supressumiu sua crise, sem eliminar as contradições em sua base, dando força à força, criando o sistema imperialista por nós hoje conhecido e coroando, às custas da humanidade, o domínio do grande capital e a hegemonia estadunidense. O imperialismo, encabeçado pela ação dos Estados Unidos, de seu séquito dos demais países desenvolvidos e das ávidas classes dominantes dos países dependentes, gestou a crise atual – cujas proporções colocam em xeque mesmo as dúvidas pessimistas que ainda restavam sobre a *barbárie* que nos aguardaria caso a Revolução não sobreviesse. No segundo momento crítico, aquele em que vivemos, a crise mantém suas “dimensões econômicas e



(geo)políticas”, a tensão bélica, o desrespeito à vida daqueles mais diretamente afetados pela ação do grande capital e dos interesses geopolíticos e a desconsideração com as condições de vida da massa do povo (sobretudo dos que vivem em países dependentes), mas acrescenta, com tons de dramaticidade, uma “dimensão ecológica” que evidencia novamente a necessidade de superação do capitalismo sob pena de inviabilizar nossa própria existência.

Nas próximas páginas, tentaremos abordar este conjunto complexo de questões. Na seção 1, que se segue, tentamos delinear argumentos da teoria clássica do imperialismo que nos permitem enxergar paralelos históricos entre a crise que marcou o momento de sua produção e a crise contemporânea. Na seção seguinte, mostramos, contudo, que a crise que vivemos hoje nos põe diante de dilemas inteiramente novos, sem paralelos. O artigo se conclui com uma breve discussão sobre a necessidade contundente de agir não apenas contra os sintomas, mas contra a causa última desta e daquela crise: a própria dinâmica societária em que estamos enredados.

1. Paralelos históricos: a teoria clássica do imperialismo diante de sua crise e a crise atual

A crise diante da qual se viram os teóricos marxistas na virada do século XIX para o século XX não podia ser capturada em termos exclusivamente econômicos. Nos termos em que o debate foi formulado, havia, sem dúvida, uma influência das teorias das crises elaboradas sobre bases marxistas – da queda tendencial da taxa de lucro, a desproporção entre a produção nos departamentos I e II e entre a produção e a demanda tendencial da sociedade como um todo, especialmente à luz das múltiplas funções e determinações adquiridas pelo dinheiro no curso do desenvolvimento capitalista.

Não obstante, sua influência foi percebida, em seus melhores teóricos, como elemento de uma crise que se apresentava mais ampla. Como observado por Sampaio Jr., a propósito da obra de Lênin:

Ao contrário dos teóricos marxistas que identificavam o fim do capitalismo com o seu desmoronamento econômico, provocado pela tendência decrescente da taxa de lucro, na teoria do imperialismo de Lênin a agonia do capitalismo não decorre de sua inviabilidade econômica, mas, paradoxalmente,



exatamente de seu oposto: a impossibilidade de impor limites à reprodução ampliada do capital e atenuar seus efeitos perversos sobre a sociedade (SAMPAIO JÚNIOR, 2011, p. 47).

Como percebido por Lênin, a crise da acumulação capitalista engendrara transformações inevitáveis no modo de produção capitalista e tinham sido essas transformações que tinham posto em pauta a própria Guerra que se avizinhava em 1914. O conjunto de contribuições delineado para capturar essas tendências e explicar o por que da guerra pode ser chamado de teoria clássica do imperialismo e contou com muitas e diversas contribuições. Evidentemente todos partiam da tendência expansiva do capital, já capturada por Marx, mas ao mesmo tempo reconheciam nos dilemas de seu tempo características novas, cuja observação matizava a tendência geral e explicava como a crise adquiria contornos, não apenas econômicos, mas políticos, geopolíticos e bélicos e, sobretudo, humanos e civilizatórios.

1.1. Tendência expansiva da dinâmica capitalista e o debate clássico sobre o imperialismo: regiões agrícolas, destruição das “economias naturais” e partilha do mundo

Não há dúvidas de que Marx identificou na dinâmica capitalista uma tendência necessariamente expansiva. Os exemplos a esse respeito são por demais abundantes para inventariá-los aqui. Por exemplo, ainda no *Manifesto*, Marx e Engels (2010, p. 44) sugeriram que as relações de produção capitalistas possibilitavam à burguesia criar “um mundo à sua imagem e semelhança”. Já em *O capital*, Marx (2013, p. 230; p. 228) identifica, desde o primeiro momento, o capital como um “sujeito automático” e seu movimento como “desmedido”, para ficar apenas em alguns exemplos bastante conhecidos.

Um ponto um pouco mais complexo diz respeito ao modo como parte da teoria marxista viria a se servir dessa percepção marxiana, entendendo-a como um movimento de irradiação do(s) capitalismo(s) nacionalmente sediado(s) ao mundo não capitalista – aquilo que Pradella (2013) classifica como um exercício de *nacionalismo metodológico*. Pradella argumenta, coerentemente, que tal perspectiva comum à teoria clássica do imperialismo contradiz a percepção totalizante do pensamento marxiano, radicada desde o princípio no mercado mundial como instância em que se desenvolve o capitalismo.



Entretanto, ao menos em parte, é possível compreender por que procederam desta forma os teóricos do imperialismo, conforme ganhava importância naquela quadra histórica a formação de novos impérios – e de novo tipo – pela anexação territorial forçada, hoje conhecida como neocolonialismo. Saltou, assim, ao primeiro plano das necessidades explicar a lógica deste movimento, conectando-a com a dinâmica das transformações do modo produção capitalista.

Compreende-se desse modo por que Kautsky (2002) tratou do imperialismo como uma política que girava em torno da apropriação de territórios agrícolas. Como bem apontado por Lênin, essa definição do problema era imprecisa porque impedia ver com clareza as disputas por territórios não coloniais como uma disputa imperialista – ao mesmo tempo em que colocava quaisquer disputas por territórios agrícolas como potencialmente imperialistas. Mas mesmo a imprecisão do diagnóstico de Kautsky nos permite entrever/enfatizar um aspecto que de outro modo poderia ficar obscurecido: o de que os valores de uso envolvidos na conformação do império do capital importam. Lênin (2008) tem razão ao lembrar que a disputa pela partilha territorial não gira em torno tão somente disso, mas, ainda assim, essa dimensão captura algo do movimento real particularmente importante para compreender o modo como as possessões coloniais serão incorporadas à lógica da produção capitalista neste momento.

Por motivos diversos, a subordinação de todo o mundo ao capital também pauta a contribuição teórica de Rosa Luxemburgo (1976), mas ganha ali contornos ainda mais especiais. Sua descrição acerca da destruição das “economias naturais” é mais colorida e localiza teoricamente tanto a necessidade do capital desses territórios não capitalistas quanto o modo como estes serão transformados de acordo com a lógica própria à produção capitalista. Um elemento importante desta percepção de Luxemburgo é que, ao contrário do que algumas descrições fazem crer, não se trata aqui meramente de “sociedades pré-capitalistas”, mas da destruição de todos os pontos não capitalistas residuais no mundo. Trata-se da destruição de toda razão não orientada pelo valor em favor desta. É verdade que em sua dialética entre o “externo” e o “interno” ao capitalismo também havia problemas. O “externo” ao capitalismo tinha, já naquele momento, algo de fictício. Sua necessidade, ao mesmo tempo, estava impregnada de certo fatalismo, uma vez que o próprio movimento do capital tendia a extinguir essas esferas externas, tornando impossível a reprodução do capital.



Partindo das considerações de Hilferding sobre o aumento de importância dos territórios econômicos, Lênin chega à noção de que o imperialismo envolvia a partilha do mundo pelo grande capital e pelas potências imperialistas, que agiam em defesa de seus capitalistas nacionais. Conforme erguiam-se barreiras ao comércio, na conformação do grande capital, dos trustes e cartéis monopolistas, a exportação de capital e o uso da violência tornavam-se mais prementes. A maior precisão de Lênin nessa matéria se torna particularmente relevante para enxergar as disputas interimperialistas, que envolviam não só a partilha, mas a possibilidade de repartilhas do mundo.

1.2. Tensões geopolíticas

Uma contribuição das teorias clássicas do imperialismo é apresentar as tensões geopolíticas, o caminho para a guerra e a própria guerra como expressões de uma certa articulação entre capitais e Estados nacionais. Rosa Luxemburgo, com a vinculação entre militarismo, protecionismo e acumulação de capital, Bukharin, com a explicação sobre os trustes capitalistas nacionais, e Lênin, com a vinculação entre exportações de capitais e partilha territorial do mundo, nos parecem fornecer chaves explicativas interessantes para refletirmos sobre a atual crise no imperialismo.

Lênin foi o último desses autores a teorizar sobre o imperialismo, no auge da Primeira Guerra, tendo conseguido evidenciar as contradições da fase em que o capitalismo ingressara algumas décadas antes (FONTES, 2007, p. 55). É bem conhecida a passagem na qual Lênin (2008, p. 23) mostra que os monopólios e cartéis “passam a ser uma das bases de toda a vida econômica”, tanto na esfera financeira quanto na esfera industrial. Para ilustrar a tese de que nos setores mais intensivos em tecnologia a partilha do mundo entre os capitalistas começava a ser vista no período que antecede à guerra, Lênin põe alguns exemplos e mostra como se desenvolveu a partilha do mundo, desde extração de matéria prima até busca de mercado consumidor. No caso da indústria de energia elétrica, um dos exemplos listados e que convém ser reproduzido aqui porque se tratava de uma das indústrias mais avançadas do ponto de vista da sua base técnica, essa



partilha ocorria entre dois grandes trustes transnacionais⁵, que, na prática, enfatiza Lênin (2008, p. 69), agiam como se fossem um único truste, colocando uma barreira enorme à concorrência.

Esse ponto de Lênin é muito semelhante ao de Bukharin (1988, p. 111-112) que, ao discutir o processo de concentração e centralização em escala mundial, definiu truste capitalista nacional como as formações econômicas que ocorrem quando “a economia do país transforma-se em gigantesco truste combinado, cujos acionistas são os grupos financeiros e o Estado”. Quando se atinge esse ponto, “nos limites das economias nacionais, a concorrência reduz-se ao mínimo, para avultar, fora desses limites, em proporções fantásticas, desconhecidas em épocas anteriores”, impulsionando tensões geopolíticas entre “corpos econômicos gigantescos, coerentes e organizados, armados de enorme faculdade de combate”. Bukharin está descrevendo traços do modo pelo qual o capitalismo da época supressumiu sua crise, os quais seriam incorporados na obra de Lênin (2008) como o processo de partilha entre as associações de capitalistas e, daí, partilha entre os Estados. Diz o autor que, “em ligação” com as relações entre os grupos capitalistas, “se estão estabelecendo entre os grupos políticos, entre os Estados, determinadas relações com base na partilha territorial do mundo, na luta pelas colônias, na luta pelo território econômico” (LÊNIN, 2008, p. 75).

A vinculação estabelecida anteriormente entre os trustes capitalistas nacionais e o acirramento explosivo da concorrência entre eles, mediado pela exportação de capitais, produzindo a partilha econômica do mundo e, então, exasperando as tensões geopolíticas, tem uma intrigante relação com a crise atual. As tentativas empíricas de atualizar, digamos assim, a caracterização do imperialismo oferecida por Lênin, ressaltam que o poder e a influência das corporações transnacionais sobre a produção global é um traço típico do imperialismo atual (ENFU; BAOLIN, 2021; FUCHS, 2010). Além disso, a pandemia de Covid-19 exasperou a articulação produtiva entre

⁵ Ao analisar a indústria de energia elétrica, “a mais típica, do ponto de vista dos últimos progressos da técnica”, Lênin (2008, p. 67) mostra como o processo de desenvolvimento desse setor convergiu até criar dois grandes trustes transnacionais: a alemã AEG (*Allgemeine Elektrizitäts-Gesellschaft*) e a estadunidense GEC (*General Electric Company*). Em 1907 esses dois trustes acordaram a partilha do mundo, que envolve desde a extração de insumos até o mercado consumidor: GEC responsável por EUA e Canadá; AEG responsável por Alemanha, Áustria, Rússia, Holanda, Dinamarca, Suíça, Turquia e os Bálcãs.



Estados nacionais e seus grandes capitais, com o discurso da “segurança nacional”, amplificando um processo que vem sendo reconhecido pelas organizações multilaterais como realocização industrial e regionalização (ENDERWICK; BUCKLEY, 2020). Por mais que, por estarmos no calor do momento, seja difícil assegurar que essas tendências sejam permanentes, nos parece prudente, pelos paralelos entre as dinâmicas econômicas e geopolíticas do passado e do presente, nos armarmos com certas categorias da crítica do imperialismo clássico.

Mesmo que brevemente, é imprescindível observarmos que Rosa Luxemburgo (1976, p. 392), ainda que em outra chave de leitura, também descortinou a relação que destacamos anteriormente. Nas palavras dela: “o imperialismo é a expressão política do processo de acumulação do capital, em sua luta para conquistar a regiões não capitalistas que não se encontrem ainda dominadas”, de modo que essa luta é enfrentada para “encontrar mercados para seu excesso de produção, e possibilidades de capitalização para seu mais-valor”⁶. A contradição do imperialismo, para ela, é o fato de que quanto mais rapidamente ele anexe territórios não capitalistas, mais rapidamente caminha para sua destruição. Isto é, “o imperialismo é tanto um método histórico para prolongar a existência do capital, como *um meio seguro para objetivamente pôr um fim a sua existência*” (idem, p. 392, grifos nossos). Luxemburgo (1976, p. 398) avança com esse argumento indicando que a acumulação capitalista tem dois aspectos distintos, “ligados organicamente pelas condições de reprodução do capital”. Por um lado, a acumulação ocorre onde se produz mais-valor, como “um processo puramente econômico”. A autora afirma que, nesse âmbito da acumulação, que se realiza na fábrica e no mercado, a troca de mercadorias corresponderia à troca de equivalentes. O segundo lado da acumulação do capital se realiza entre o capital e as formas de produção não capitalista, desenrolando-se na base da troca de não equivalentes⁷. “Esse processo desenvolve-se no cenário mundial. Aqui, os métodos são a política colonial, o sistema de empréstimos internacionais, a política de interesses privados, a guerra”. A autora evoca a importância do poder político, que é tratado como o “veículo do processo econômico”. Esse movimento histórico, seguindo

⁶ Alteramos deliberadamente a tradução dessa passagem de Rosa Luxemburgo, substituindo “mais-valia” por “mais-valor”.

⁷ Não nos cabe aqui desenvolver esses pontos, mas o argumento de Luxemburgo a respeito da troca de equivalentes e de não equivalentes merece um exame mais aprofundado em outra oportunidade.



com a autora num prognóstico compartilhado por Bukharin (1988) e Lênin (2008), “prepara, em meio a convulsões cada vez mais violentas, sua própria ruína” (LUXEMBURGO, 1976, p. 398).

Poderíamos indicar inúmeros outros argumentos presentes na teoria clássica do imperialismo, de Hilferding a Lênin, que vinculam a superação da crise com o acirramento das tensões geopolíticas e a possibilidade da guerra. Como não é o objetivo deste artigo fazer o levantamento exaustivo desse argumento, nos parece suficiente apontar que a conformação de um mundo “sob permanente tensão”, usando uma expressão de Sampaio Jr. (2011, p. 44), era resultado de dinâmicas objetivas postas pela reprodução do capital em escala mundial. Ou, como diz Bukharin (1988, p. 120), referindo-se à época do imperialismo, “o militarismo é um fenômeno histórico tão típico quanto o capital financeiro”.

Essas constatações foram tão certeiras a ponto de assistirmos, no imperialismo contemporâneo, ao seguinte paradoxo, bem capturado por Ellen Wood (2014, p. 109): “à medida que a competição econômica foi superando o conflito militar nas relações entre os principais governos, mais os Estados Unidos lutaram para se tornar o poder militar mais esmagadoramente dominante que o mundo já viu”. Por mais que o capitalismo tenha desenvolvido novas mediações entre a reprodução do capital e o militarismo, a necessidade da força militar se multiplicou entre o imperialismo clássico e o imperialismo contemporâneo, cujo motivo, segundo a historiadora canadense, é para que os Estados Unidos assegurassem a “dominação ilimitada de uma economia global e dos múltiplos Estados que a administram” (idem, p. 109).

É por isso que no mundo organizado pela lógica imperialista as tensões se reproduzem crescentemente. Como diz Sampaio Jr., numa formulação a respeito da teoria do imperialismo de Lênin, mas sugestiva para o mundo atual:

qualquer que seja a estratégia que orienta a política do imperialismo – o controle dos mercados, o acesso privilegiado à força de trabalho, o monopólio sobre as fontes de matérias-primas, o açambarcamento das oportunidades de negócios, o domínio das vias de transporte e comunicação, o controle do território – e qualquer que seja a forma assumida da disputa pelo controle da economia mundial – econômica ou política, lícita ou ilícita, pacífica ou violenta –, a luta entre os grandes trustes internacionais impõe uma lógica de dominação que



coloca o mundo sob permanente tensão (SAMPAIO JÚNIOR., 2011, p. 44).

Partindo das transformações da base econômica do capitalismo para chegar ao imperialismo enquanto desdobramento necessário desse modo de produção, uma necessidade violenta e autodestrutiva, a reflexão sobre o *fim do mundo*, pelas lentes das teorias do imperialismo, exige uma crítica radical.

1.3. Vivendo em meio a crises históricas

Não são poucas as tentativas de afirmar a atualidade da teoria clássica do imperialismo ora por sua reafirmação, pura e simples, ora por sua atualização diante dos dilemas contemporâneos. Nesse sentido, talvez seja importante dizer que, em termos abstratos, as preocupações capturadas na teoria do imperialismo – o modo como a expansão das relações de produção capitalistas impôs a generalização da exploração da força de trabalho e da natureza com *animus lucrandi*, a subordinação (direta ou indireta) de nações e a existência de permanentes tensões interimperialistas – continuam atuais e nos ajudam a compreender como chegamos à crise atual. A continuidade do processo de apropriação capitalista, por vias econômicas ou extraeconômicas, de novos territórios, foi documentada por Magdoff (2013). A estruturação da produção capitalista no plano mundial – o que compreende um amplo conjunto de reestruturações ocorrido durante esse século que separa os dois momentos históricos discutidos – também manteve atuantes os diversos mecanismos por meio dos quais parcelas do mais-valor refluem continuamente em direção aos centros imperialistas, como têm demonstrado, por exemplo, os trabalhos de Leite (2017), Suwandi (2019) e Smith (2016). Mesmo as tensões geopolíticas, escamoteadas pela coalizão de interesses das potências imperialistas durante o período do pós-guerra e pelo desnível de poder no período posterior, nunca perderam sua importância dão sinais de que a qualquer momento podem voltar ao primeiro plano (WOOD, 2014; CORRÊA, 2020).

É preciso reconhecer, entretanto, que pintar um retrato do imperialismo contemporâneo, mesmo que apenas estilizado, exigiria mais do que se pode oferecer neste momento. Nesse sentido, pretendemos ressaltar aqui um aspecto bem menos lembrado sobre o paralelo histórico que se pode estabelecer entre o momento de produção da teoria clássica do imperialismo e a contemporaneidade: o de que sua atualidade talvez não



esteja na mera vigência de suas teses, mas em sua urgência para articular uma resposta à crise que o capitalismo representava para toda a humanidade.

Praticamente todo o debate clássico do imperialismo pode ser lido nesse diapasão. Nos parece particularmente profícuo nesse momento, contudo, discutir uma obra em particular à qual já fizemos referência antes: o texto *A crise da social-democracia*, mais conhecido pelo nome de *Brochura de Junius* (LUXEMBURGO, 2011). Sob o pseudônimo “Junius”, Luxemburgo redigiu esse material na prisão ainda em 1915 (apesar de sua publicação só ter sido possível no ano posterior), buscando analisar criticamente a ação do Partido Social-Democrata alemão e as circunstâncias que nos haviam conduzido a uma “guerra fratricida” do proletariado. Ali, desde o início, Luxemburgo reconhece a guerra como um divisor de águas:

Uma coisa é certa: a guerra mundial representa uma guinada para o mundo. É uma ilusão insensata imaginar que precisamos apenas sobreviver à guerra, como um coelho esperando o fim da tempestade debaixo de um arbusto, para em seguida recair alegremente na velha rotina. A guerra mundial mudou as condições da nossa luta e mudou sobretudo a nós mesmos. Não é que tenham mudado ou se amenizado as leis fundamentais do desenvolvimento capitalista, da guerra de vida e morte entre capital e trabalho. Mas agora, no meio da guerra, caem as máscaras e os velhos rostos conhecidos troçam de nós. Mas a erupção do vulcão imperialista deu um poderoso empurrão ao ritmo do desenvolvimento; a violência dos conflitos no interior da sociedade, a enormidade das tarefas que se apresentam de imediato ao proletariado socialista fazem com que tudo que ocorreu até hoje na história do movimento operário apareça como um delicioso idílio (LUXEMBURGO, 2011, p. 21).

O fundamental a extrair dessa passagem é que Luxemburgo percebe acuradamente que, qualquer que fosse o desfecho daquela crise, o mundo não voltaria a ser o mesmo. E é precisamente essa percepção que a habilita a resgatar de Engels a famosa disjuntiva entre socialismo e barbárie (idem, p. 29). Daqui podemos também extrair inspiração para pensar a crise presente e os dilemas que põem a nossa frente. Porque, como tentaremos mostrar à frente, não é possível pensar que a vida *será como antes*. Mas tampouco é suficiente raciocinar em termos de “socialismo ou barbárie”: como já



tentamos indicar, um século depois não é exagero pensar que, frente à barbárie consumada, os dilemas são outros.

Ao mesmo tempo, Luxemburgo demonstra ainda grande lucidez ao perceber que aquela crise representava, desde o ponto de vista do capital e de suas classes dominantes, uma *necessidade*. Nesse sentido, ela afirmara que “O imperialismo, com toda a sua brutal violência política, com a cadeia ininterrupta de catástrofes sociais que provoca, é certamente uma necessidade histórica para as classes dominantes do mundo capitalista contemporâneo”, completando o raciocínio com a ideia de que “Nada seria mais desastroso, a partir da atual guerra mundial, do que o proletariado alimentar qualquer ilusão, qualquer esperança na possibilidade de um desenvolvimento idílico e pacífico do capitalismo” (LUXEMBURGO, 2011, p. 139-40). É disso que se trata quando o mundo do capital é posto em questão: tanto a guerra mundial representava para si uma necessidade histórica, quanto a perda de vidas humanas durante a presente crise sanitária e a potencial destruição das condições de vida para grande parte da humanidade continuam a apresentar-se como necessárias diante dos imperativos de valorização.

Em suma, observando as crises política e econômica, Luxemburgo concluiu que a classe trabalhadora tinha a História a seu favor para atacar não os sintomas, mas as causas daquela crise e é essa a noção que hoje é preciso resgatar:

A sangria da matança de junho [de 1848] paralisou por uma década e meia o movimento operário francês. A sangria da carnificina da Comuna [de Paris] fez com que ele recuasse novamente por mais de uma década. O que está acontecendo agora é um massacre de massas como nunca existiu [...] É muito mais que a infame destruição de Liège ou da catedral de Reims. É um atentado, não à cultura burguesa do passado, mas à cultura socialista do futuro, um golpe mortal contra aquela força que traz em seu âmago o futuro da humanidade, a única que pode salvar os preciosos tesouros do passado e transmiti-los a uma sociedade melhor. Aqui o capitalismo mostra sua caveira, aqui ele revela que seu direito histórico à existência acabou, que a continuidade da sua dominação não é mais reconciliável com o progresso da humanidade (LUXEMBURGO, 2011, p. 143-4).



O problema lançado pela teoria clássica do imperialismo reitera sua contemporaneidade ao dar contornos concretos à contradição entre a preservação do capitalismo e a preservação da humanidade. Agora se trata de reconhecer que, se as circunstâncias históricas que projetaram a teoria do imperialismo encontram paralelos históricos com o momento atual, estes não são suficientes para lidar com a agudização das contradições do desenvolvimento capitalista no último século. Se a Guerra Mundial nos deixou frente à bifurcação entre socialismo ou barbárie, hoje devemos compreender que sem a superação do capitalismo já não restarão quaisquer alternativas à humanidade. Mas para entender por quê, vejamos melhor as características da crise que hoje se nos apresenta.

2. Crise sem paralelos: crise estrutural, sanitária e ecológica

Conforme vimos na seção anterior, o aporte das teorias clássicas do imperialismo nos permite rastrear uma série de paralelos importantes entre as convulsões do sistema capitalista do início do século XX e as de agora, do início do século XXI. Já destacamos que momentos convulsivos como esses têm a peculiaridade de fazer aspectos essenciais do funcionamento do todo saltarem com toda evidência à superfície dos fenômenos.

Considerando que, quanto a isso, as semelhanças entre lá e cá já foram razoavelmente mapeadas na seção anterior, nos interessa agora nos voltarmos a um duplo exercício complementar. Primeiro, apontar que, por debaixo da sucessão mais ou menos frequente de episódios convulsivos de um ponto de vista socioeconômico, há uma tendência muito mais persistente e menos oscilante de aprofundamento da demanda material sobre o planeta e, portanto, de destruição ecológica. Segundo, apontar que, além dos paralelos possíveis entre o capitalismo do século XX e o capitalismo contemporâneo, e além das características do sistema que vieram sendo reproduzidas e preservadas ao longo de todo esse tempo, também é possível destacar a emergência de uma série de elementos fundamentalmente novos (seja em escala ou em qualidade), que podem ser mapeados ao investigarmos os encadeamentos entre a crise estrutural do capitalismo, a crise ecológica em curso e a crise sanitária disparada pela pandemia de Covid-19.

De um ponto de vista geral/global, o caráter destrutivo da dinâmica do capital já foi apontado e demonstrado exaustivamente na literatura marxista. Até mesmo a dimensão ecológica dessa destrutibilidade já vem



recebendo atenção razoável há pelo menos um par de décadas. A pandemia de Covid-19, declarada pela OMS no início de 2020, acrescentou mais um foco de atenção à essa crítica ecológica da sociedade capitalista.

Autores como Malm (2020), Wallace (2016; 2020) e Foster & Suwandi (2020) já apresentaram, cada um a seu modo, argumentos sólidos relacionando os vetores mais imediatos da crise sanitária à dinâmica expansionista irrefreável do capital. Antes de recuperar os pontos mais decisivos dessa relação, convém buscar uma maior precisão a respeito dessa dinâmica expansiva.

Não é exagero afirmar que o principal conceito contábil que informa o senso comum a respeito da trajetória de crescimento (ou não) da atividade econômica é o PIB e sua variação periódica (anual, trimestral, 12 meses etc.). Também parece seguro admitir que mesmo no senso comum encontramos concepções a respeito do caráter cíclico da economia, que atravessaria sucessivamente fases que produção e consumo aquecidos, de desaceleração e eventual retração. Paralelamente, o precário histórico recente de crescimento econômico em diversos países centrais (e mesmo em países periféricos) já tem suscitado reflexões a respeito de uma suposta estagnação secular (PRADO, 2015; FOSTER & SUWANDI, 2020).

Levando apenas esses elementos em consideração, temos um quadro em que o caráter destrutivo da dinâmica expansiva do capital encontra-se ainda escondido. No caso do PIB, temos uma métrica que se dirige à forma social da riqueza, ao valor. A dimensão material da riqueza (e portanto das atividades produtivas que a geram) encontra-se aí abstraída. No caso das concepções a respeito do movimento ondulatório da atividade econômica, facilmente se perde de vista que a sucessão de ciclos pode ter direcionalidade. E ainda que não se perca isso de vista, o desempenho concreto das economias poderia levar a crer que essa direcionalidade é, na mais provável das hipóteses, apenas timidamente crescente. Tudo isso posto, será que ainda faz mesmo sentido falar em uma dinâmica expansiva destrutiva persistente?

O próprio Marx (2013; 2017) demonstrou cuidadosamente, especialmente no capítulo 23 do Livro I de *O Capital*, que a acumulação atravessa momentos de aceleração e desaceleração. Se acrescentarmos a isso sua discussão a respeito da superprodução de capital, vemos que a acumulação atravessa inclusive momentos de retração. No entanto, é crucial apontar que todo esse movimento descreve a trajetória da riqueza *enquanto valor*. E conforme sabemos, na sociedade capitalista, a riqueza é valor e valor



de uso. Por isso, importa saber que tipo de movimento a riqueza material descreve em meio às oscilações da riqueza na forma valor.

A maneira mais breve que podemos fazer isso é propondo um curto exercício a respeito do impacto da elevação das forças produtivas sobre a riqueza material e a riqueza na forma valor. Primeiro, lembremos que a elevação das forças produtivas implica uma diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário à produção. Com isso, cai o valor de cada unidade do que é produzido. Pensando apenas nessa unidade, temos que, do ponto de vista do valor, houve uma contração. Do ponto de vista material, nada mudou. A unidade continua sendo produzida, o processo produtivo continua processando os mesmos volumes de matérias primas e materiais auxiliares e gerando os mesmos volumes de resíduos. Apenas tempo de produção é poupado. Já é evidente que o padrão de movimento da riqueza material não acompanha o padrão de movimento da riqueza enquanto valor. Do ponto de vista material, o mesmo objeto útil continua sendo produzido, a demanda material sobre recursos produtivos permanece a mesma e o impacto potencialmente poluente da atividade produtiva permanece o mesmo. Do ponto de vista do valor, tomada apenas a unidade produzida como objeto de análise, houve um recuo.

Desloquemos então nossa atenção da unidade produzida para o *total* de unidades produzidas. Poderia esse total permanecer o mesmo, caso em que o impacto material da produção permaneceria ao menos estacionário? Não. Como o valor da unidade produzida contraiu-se, a produção do mesmo número de unidades de antes implicaria uma soma total de valor menor do que antes. Assim, o capital garante as condições de sua reprodução expandida apenas se aumentar o número de unidades produzidas em proporção tal que compense a queda do valor de cada unidade e permita um aumento da soma total de valor produzida.

Suponhamos, para deixar o exercício mais detalhado, três cenários possíveis: (i) o nível de produção aumenta em proporção tal que garante um crescimento da soma de valor produzida; (ii) o nível de produção aumenta em proporção tal que apenas a mesma soma de antes é garantida; (iii) o nível de produção aumenta, mas em proporção que se revela insuficiente para compensar a queda do valor unitário, de tal modo que a soma total de valor diminui. Note que cada um desses cenários representa, respectivamente, expansão, estacionariedade e contração da riqueza enquanto valor. O que sucede do ponto de vista material? Ora, em todos os casos a produção aumenta. Em todos os casos, portanto, o volume de



objetos úteis produzidos aumenta. A magnitude da demanda material sobre recursos produtivos aumenta. O volume de resíduos da produção aumenta. Ou seja, do ponto de vista material, *o movimento descrito pela produção presidida pelo capital é persistentemente crescente*, ao contrário do padrão de movimento que vemos na dimensão de valor.

A demanda material crescente sobre recursos, biomas e ecossistemas apontada por Malm, Wallace, Foster e Suwandi (e tantos outros) é, assim, muito mais do que mera constatação empírica ou apenas uma compreensão a respeito da *história* do capitalismo. Quando mobilizamos as categorias da crítica da economia política, podemos concluir que a sociedade do capital não pode apresentar outro padrão de pressão/demanda sobre o planeta que não seja esse crescimento intensivo e extensivo.

A dinâmica que acabamos de apresentar sumariamente estrutura a relação entre humanidade e natureza de tal forma que o sociometabolismo correspondente ao capital exaure, desestabiliza, sobrecarrega e destrói a natureza. A crise ecológica é, assim, uma expressão material indissociável do desenvolvimento desta sociedade. Mas de que formas essa relação predatória e essa crise multifacetada se conectam à crise sanitária?

Em uma primeira aproximação, ao menos três tendências aparecem como catalizadoras de episódios epidêmicos: o avanço da fronteira agrícola, a concentração de populações de animais de abate e as grandes concentrações urbanas.

Conforme Wallace (2016; 2020) e Malm (2020) nos mostram, ambientes selvagens são verdadeiros reservatórios de vírus em equilíbrio orgânico com seus hospedeiros. À medida que a devastação do solo provocada pela agropecuária capitalista vai exigindo a abertura de novas áreas de cultivo ou de pasto, a área de contato entre populações humanas e populações de animais silvestres se amplia e se torna mais porosa. Com isso, o risco de zoonoses aumenta na proporção direta em que esse contato se torna mais frequente. E uma vez ocorridas as zoonoses, é possível que o vírus provoque a doença no novo hospedeiro, seja ele um ser humano, um animal doméstico ou um animal criado para abate.

Isso nos leva ao segundo ponto, pois mesmo nos (cada vez mais raros) casos em que a atividade tem caráter extensivo, a homogeneização genética que interessa à exploração econômica desses animais deixa essas populações mais vulneráveis à rápida disseminação de doenças quando um vírus eventualmente realiza o salto de um hospedeiro silvestre. Ocorrido isso, o risco de que seres humanos venham a ser infectados aumenta ainda mais,



já que não estamos mais falando aqui de uma fronteira entre ambientes selvagens e assentamentos humanos. Estamos falando de espaços de produção em que, por mais elevado que seja o nível de produtividade, circulam trabalhadores. Dependendo das circunstâncias específicas, esses trabalhadores podem ter que se deslocar diariamente por pequenas distâncias entre o local de trabalho e um pequeno centro urbano. Mas igualmente podem ter que se deslocar por grandes distâncias, em grandes centros urbanos e em transportes públicos lotados. De qualquer forma, quando o surto de alguma doença se espalha de maneira fulminante por algum rebanho, os trabalhadores em contato com a população doente tornam-se vetores potenciais de transmissão para populações humanas aglomeradas em cidades.

Chegamos enfim ao terceiro ponto. Dependendo do mecanismo de contágio, a proximidade física entre indivíduos infectados e não infectados é variável-chave. Ao menos três características de grandes centros urbanos os tornam “roteadores” poderosos para disseminação de epidemias: aglomerações, grandes distâncias que precisam ser percorridas rotineiramente e velocidade de deslocamento.

O que temos aqui são traços do capitalismo contemporâneo que operam no sentido de elevar o risco de surtos de viroses e da transição de surtos a epidemias. Na medida em que a expansão da fronteira agrícola não é um mero desvio do curso normal – ou simples efeito colateral de políticas públicas mal concebidas, ou de leis frouxas –, a maneira como ela integra tais processos geradores de zoonoses, surtos e epidemias pode (e deve) ser rastreada à lógica mais essencial de funcionamento do sistema. Na medida em que a homogeneização genética de rebanhos é fruto direto de práticas de controle dos custos e impulsionamento de receitas, o papel que desempenha na eclosão de eventos epidêmicos deve ser rastreado à lógica mais essencial de funcionamento do sistema. E na medida em que a separação entre cidade e campo é a paisagem “natural” do mundo moldado à imagem e semelhança do capital, o manancial de condições propícias para epidemias que existe nos grandes centros urbanos deve ter sua existência rastreada à lógica mais essencial de funcionamento do sistema.

2.1. Tendências impulsionadoras

Os três pontos que acabamos de percorrer conformam um conjunto de condições propícias para o surgimento e disseminação local de doenças



em humanos. Todavia, a articulação entre as crises estrutural, ecológica e sanitária não se limita a eles. Fazemos novamente esse percurso do econômico ao sanitário, passando pelo ecológico, de modo a mapear, mais do que condições propícias, impulsionadores importantes dessas crises.

A reflexão marxista a respeito das crises econômicas comporta algumas perspectivas diversas, nem sempre facilmente conciliáveis entre si. Em meio a essa variedade, no entanto, duas concepções parecem estar sempre presentes. Por um lado, o reconhecimento de que as condições para a crise são gestadas no período de vigorosa acumulação e de que as condições para a retomada são gestadas na crise. Ou seja, o reconhecimento de um movimento cíclico. Por outro lado, a ideia de que o modo de produção capitalista é tremendamente plástico e tem-se demonstrado capaz contornar barreiras, absorver resistências e abafar contradições para preservar-se como essencialmente o mesmo.

Sem discordar dessas concepções, precisamos acrescentar dois detalhamentos. Primeiro, que o movimento cíclico não é senoidal. A sucessão de ondas pode, por exemplo, descrever uma direção crescente ou decrescente. A amplitude das ondas pode aumentar ou diminuir de maneira mais ou menos imprevisível. Ou pode aumentar ou diminuir progressivamente. Enfim, do correto reconhecimento do caráter cíclico – e de que uma fase cria as condições para a fase seguinte – não podemos concluir que há necessariamente algum tipo de eterno retorno à fase de bonança. Não podemos nem mesmo concluir que a *possibilidade* de retorno à fase de bonança é preservada indefinidamente.

Segundo, que a plasticidade da sociedade presidida pelo capital não é ilimitada. Não podemos concluir que qualquer barreira é ultrapassável dentro dos parâmetros reprodutivos do capital. Ademais, à medida que se modifica para permanecer o mesmo, o capitalismo deixa para trás as configurações que se tornaram inviáveis; i.e. configurações para as quais ele não pode retornar. Impossível não lembrar aqui das personagens de Meryl Streep e Goldie Hawn no filme *A morte lhe cai bem* (1992). Embora imortais, elas se deterioram à medida que precisam fazer intervenções para se preservarem. O exercício da plasticidade explora novas configurações possíveis, mas esgota as anteriores. Em outros termos, à medida que se modifica para permanecer o mesmo, as alternativas reprodutivas do capital tornam-se cada vez mais estreitas. O exercício da plasticidade o enrijece.

Feitos esses dois acréscimos, percebemos que o caráter cíclico da sociedade capitalista é perfeitamente compatível com um movimento



ondulatório de frequência crescente e/ou que tenha picos cada vez menores e vales cada vez mais profundos. E percebemos que seu caráter plástico é perfeitamente compatível com um estágio de desenvolvimento em que as contradições fundamentais do sistema atinjam um ponto de clímax. Esse é precisamente o quadro daquilo que viemos chamando de crise estrutural.

O tema da crise estrutural é muito cercado de controvérsia e frequentemente confundido com o tema de um suposto colapso iminente da sociedade capitalista ou de uma suposta obsolescência da lei do valor, ou de uma suposta obsolescência do legado teórico marxista para compreender esta realidade. Não nos remetemos a nada dessa natureza. Aludimos aqui à contradição fundamental do sistema, que impele o desenvolvimento absoluto das forças produtivas (tornando o trabalho vivo crescentemente supérfluo) ao mesmo tempo em que mantém o trabalho como fundamento da forma social da riqueza, o valor.

No desenvolvimento histórico da sociedade capitalista, essa contradição é "resolvida" num sentido adequado à acumulação do capital. Conforme sabemos, contudo, essa "resolução" não extingue a contradição, mas a desloca para um nível de tensão ainda mais elevado. Concretamente, nos defrontamos com o fato de que o desenvolvimento absoluto das forças produtivas, impelido pela lógica do mais-valor relativo, torna o trabalho humano relativamente supérfluo. Isso, a princípio, poderia significar um entrave à acumulação, dado que o trabalho é a substância do valor. Esse percalço, Marx nos mostra, é espontaneamente contornado porque o crescimento da escala e escopo de operações do capital garante uma expansão de sua capacidade de absorver mais-trabalho, mesmo em meio ao recuo proporcional da presença do trabalho vivo no processo produtivo.

Podemos também recuperar uma intuição importante das teorias clássicas do imperialismo e sublinhar que esse mecanismo de resolução da contradição se manifesta concretamente como um espraiamento do capital pelo mundo – tanto em um sentido espacial/geográfico quanto em um sentido puramente social, com a penetração da lógica do capital em todas as frestas da vida cotidiana.

Todavia, o próprio Marx já nos antecipa duas questões sensíveis: por um lado, essa dinâmica cega de elevação das forças produtivas garante, por si só, que os novos ramos de produção que surgem no curso de alastramento do capital já entrem em cena, tendencialmente, com uma capacidade diminuída de absorver trabalho vivo. Esse capital novo emprega proporcionalmente menos. Além disso, por outro lado, mesmo o aparato



produtivo já em operação chega ao fim de sua vida útil, quando é substituído por um novo, de maior produtividade, desempregando trabalhadores antes empregados.

Marx nos apresenta esse raciocínio dando uma ênfase muito maior aos impactos desses movimentos sobre a classe trabalhadora. Mas não é difícil perceber que esses mesmos movimentos descrevem uma espécie de mecanismo de compensação que tende ao esgotamento. Quanto mais o capital prescinde do trabalho vivo no processo produtivo, maior deve ser a escala e o escopo da acumulação para garantir as condições de extração crescente de mais-trabalho.

Mais uma vez nos voltando ao tema do imperialismo, também localizamos tendências a esgotamento. Do ponto de vista espacial/geográfico, quanto mais o capital lança seus tentáculos sobre o planeta, menos rincões inexplorados restam para serem colonizados. Do ponto de vista social, quanto mais a lógica da produção mercantil se instala em (e se apodera de) todos os momentos da vida em sociedade, menos momentos permanecem ainda intocados.

Neste ponto, é decisivo perceber que o paulatino esgotamento desse mecanismo de compensação não põe um freio ao movimento como um todo. Antes, o contrário: a busca pela compensação da ausência *relativamente* crescente do trabalho vivo por meio da aceleração da sucção de trabalho vivo ocorre (e precisa ocorrer) de maneira ainda mais intensa, abrangente e ensandecida.

Há um paralelo interessante que pode ser traçado aqui com uma estrela moribunda. De maneira muito esquemática, se tomarmos uma estrela como o nosso sol de exemplo, sabemos que eventualmente a fusão termonuclear que ocorre no interior do astro irá exaurir completamente seu combustível principal, o hidrogênio. Com o esgotamento da pressão para fora gerada pela fusão de hidrogênio em hélio, a pressão para dentro eventualmente eleva a temperatura ao nível em que passa a ocorrer a fusão de hélio em carbono. Como resultado, a pressão para fora gerada por esse novo estágio faz com que a estrela alcance um tamanho centenas de vezes maior que seu tamanho original. Temos aqui o ponto adequado para a analogia. De modo semelhante à estrela moribunda, a sociedade capitalista atinge seu alcance mais abrangente e profundo (tanto espacial quanto socialmente) quanto mais cronicamente incapaz se torna de "queimar" seu combustível principal, o trabalho humano. Colocando em outros termos, o



metabolismo social correspondente ao capital parece mais totalizante e incontornável precisamente em seu estágio mais senil.

Concretamente, isso se manifesta de diversas formas. Duas delas são emblemáticas para compreendermos a articulação entre crise estrutural, propensão a crises sanitárias e crise ecológica: a densa rede de longuíssimas cadeias de suprimento que se espalha por todo o globo e a hipertrofia dos circuitos de valorização do capital fictício.

Conforme nos dizem Foster e Suwandi (2020, p. 545):

Essas cadeias de mercadorias conformam os principais circuitos materiais do capital globalmente, que constituem o fenômeno do imperialismo tardio identificado com a ascensão generalizada do capital monopolista-financeiro. Nesse sistema, rendas imperiais exorbitantes advindas do controle da produção global são obtidas não apenas pela *arbitragem global de trabalho* – pela qual corporações multinacionais com matrizes no centro do sistema sobreexploram o trabalho industrial na periferia – mas, crescentemente, também pela *arbitragem global de terra* – na qual multinacionais do agronegócio expropriam terra barata (e trabalho) no Sul Global para produzir culturas exportáveis principalmente para o Norte Global.

O operador-chave, aqui, é a palavra *material*. Frequentemente, na pesquisa e no debate a respeito da globalização, a dimensão abstrata da riqueza e do movimento do capital é enfatizada. Raramente damos a devida atenção à contrapartida desse movimento em termos de recursos florestais, hídricos, minerais, químicos etc.

Neste ponto, usamos o termo "recursos" para nos referirmos a elementos da natureza não apenas porque esse é o uso corrente no senso comum, mas porque ele indica claramente a maneira como o capital organiza uma relação específica entre humanidade e natureza: uma relação de apropriação instrumental. Dessa forma, além de deixarmos evidentes as pressões de exaustão de recursos importantes por todo o planeta que são geradas pelo processo de globalização em sua dimensão material, também reunimos elementos para uma aproximação mais sistêmica à mesma questão. Para tal, nos aproveitamos das contribuições do próprio Foster (2005).

A recuperação que o autor faz da discussão marxiana a respeito da ruptura do metabolismo entre humanidade e natureza que marca a



sociedade capitalista tem um sentido muito preciso. Trata-se da disrupção do ciclo nutriente do solo provocada pela separação espacial entre cidade e campo e que provoca a destruição das condições de fertilidade do solo, por um lado, e a produção de um fluxo constante e crescente de poluição nas cidades (a princípio), por outro. No caso em pauta, por outro lado, estamos falando de um processo que eleva essa separação a escalas globais e a ruptura à máxima potência. Não é só a fertilidade da terra que é exaurida. São biomas, espécies e ecossistemas inteiros. Não são só os grandes centros urbanos que são soterrados por poluição. São rios, mares e oceanos, é o próprio campo, são reservas hídricas subterrâneas, é a própria atmosfera.

O imperialismo que nos defronta hoje, portanto, não apenas é acelerado pelos requisitos cada vez mais exigentes para a reprodução de um capitalismo moribundo. Ele aprofunda e acelera também as tendências destrutivas que geram e aceleram a crise ecológica.

Além disso, fica evidente que a hiperconexão material das atividades produtivas – fazendo com que a produção de uma mercadoria simples percorra inúmeros cantos do globo – opera como uma poderosíssima correia de transmissão de micro-organismos causadores de patologias ou dos próprios portadores dessas patologias. Dito de outro modo, opera como uma força que aumenta a probabilidade de conversão de surtos ou epidemias em pandemias.

Dissemos há pouco que duas manifestações importantes podem ser enfatizadas neste momento do texto. A primeira, relativa à globalização, nos indica que, a aparência natural, incontornável e incontestável da sociedade capitalista é, na verdade, sintoma de sua senilidade. E que essa senilidade, ao contrário de moderar o apetite destrutivo do capital, o acelera. Passemos agora à segunda, relativa à hipertrofia da lógica de valorização do capital fictício.

A rigor, o argumento até aqui apresentado a respeito da crise estrutural acrescenta pouco ao que o próprio Marx já havia demonstrado em *O Capital*. No Livro III, na exposição da tendência à queda da taxa de lucro e da superacumulação de capital, vemos que, no curso de seu desenvolvimento, o capital se depara com requisitos cada vez mais exigentes para garantir as condições de sua própria valorização. O que acrescentamos aqui foi o aprofundamento dessas dificuldades ao nível em que a crise se torna (sem excluir a possibilidade de oscilações) crônica.

Diante de uma capacidade permanentemente deprimida de garantir as condições da acumulação na base de mais-valor produzido, o capital



desloca o eixo dinâmico de sua acumulação para o futuro. Ou seja, passa a ser cada vez mais fundamental a lógica de reprodução (expandida) do capital fictício. Vale alertar que isso não significa que não tenha havido antes outros momentos de hipertrofia da esfera financeira, até hoje sempre sucedidos por períodos de retorno a uma dinâmica protagonizada pelo capital realmente atuante. O que é realmente específico desse momento não é seu ineditismo, mas sua natureza irreversível. Dito de outra forma, o atual protagonismo da lógica financeira tende apenas a aprofundar-se.

Assim, entre as várias peculiaridades da categoria *capital fictício*, nos interessa sublinhar uma em particular. O capital fictício consiste em um título de apropriação sobre a riqueza social que depende fundamentalmente do fluxo esperado de mais-valor *futuro*, não do valor e mais-valor *já produzidos*. Do ponto de vista ecológico, duas consequências sobressaem. Primeiro, essa riqueza fictícia será tão mais segura quanto mais a expectativa em relação a tal fluxo futuro estiver próxima de ser satisfeita ao longo do tempo. Isso, claro, inscreve no movimento geral do sistema um imperativo adicional a determinar a compulsão pelo crescimento. Não é só o objetivo da acumulação que é frustrado se o crescimento não for suficiente para realimentar a lógica do capital fictício. É também toda uma fração da "riqueza" presente lastreada nesse tipo de capital que evapora quando sua base real não se confirma concretamente.

Isso nos leva à segunda consequência. Embora o capital fictício remeta a mais-valor futuro (que pode ser produzido *ou não*, dependendo das circunstâncias), ele comanda poder de compra no presente. Sendo assim, a expansão, a qualquer momento, da capacidade de consumo da sociedade é, ao menos em parte, garantida pela expansão do capital fictício⁸. Num sentido muito literal, isso permite à humanidade antecipar consumo, tanto produtivo quanto improdutivo. Colocando esse raciocínio numa chave material, é como se estivéssemos consumindo nosso futuro.

2.2. Erosão das já precárias possibilidades de resposta

Aproveitando a discussão sobre o protagonismo irreversível da lógica do capital fictício, podemos dirigir nossa atenção para uma terceira dimensão da articulação entre as crises estrutural, sanitária e ecológica. Já

⁸ Para uma discussão de maior fôlego sobre capital fictício e a questão ecológica, cf. SOARES, 2021.



tratamos de alguns determinantes originadores e acabamos de abordar determinantes aceleradores. Passemos à análise de como as tendências por trás da crise estrutural fazem com que a humanidade esteja cada vez mais mal equipada para lidar com eventos de crise sanitária e com a crise ecológica.

À medida em que as condições de extração de mais-trabalho se tornam cada vez mais rarefeitas em proporção à magnitude do capital que precisa ser valorizado, o metabolismo geral do sistema precisa encontrar meios de garantir que essas condições estejam atendidas. Isso, por um lado, impele à fuga para o capital fictício, como vimos. Tal fuga cria, além do que já vimos, restrições monumentais para que a humanidade realize as transformações que seriam necessárias para suspender nossa influência ecológica disruptiva.

Entre as transições necessárias (energética, agrícola, urbana, industrial etc.), a que parece ser mais urgente e estar mais ao alcance é a energética. A transição energética seria uma contribuição substantiva para a descarbonização das atividades humanas e envolveria, necessariamente, a eliminação virtualmente completa (e de maneira relativamente abrupta) do nosso consumo de combustíveis fósseis. Pensando numa linha política extremamente moderada, isso implicaria, *no mínimo* (e mesmo assim insuficiente), a não exploração de reservas já conhecidas de petróleo, gás e carvão. Todavia, cumpre lembrar que, embora ainda não exploradas materialmente, essas reservas *já circulam no presente como capital fictício*. Mais uma vez, um veto global à sua exploração implicaria o desaparecimento súbito de trilhões de dólares em ativos financeiros. Algo dessa natureza, evidentemente, não é tolerável por um sistema cujas engrenagens giram apenas se estiverem azeitadas por volumes cada vez mais colossais de capital fictício (SÁ BARRETO, 2020).

Mas a própria fuga para o capital fictício reforça, por outro lado, a necessidade de uma "saída" paralela: garantir a qualquer custo que *todas* as oportunidades de extração de mais-trabalho ainda fora do alcance do capital *sejam colocadas ao alcance do capital*.

A obsessão por privatizar patrimônio público pode ser compreendida nesse registro. A obsessão por desregulamentar os movimentos do capital fictício na economia global pode ser lida nesse registro. Da mesma forma, a camisa de força apertada que o *Mercado* coloca no Estado e nas políticas públicas. Por fim, também a voracidade com que o capital avança sobre o fundo público, direitos trabalhistas e rendimentos da classe trabalhadora (SÁ



BARRETO, 2019). Ainda poderíamos incluir nessa mesma chave de interpretação a obsessão pela produção *just in time*, mencionada por Foster e Suwandi.

Partindo dessas intuições, conseguimos avaliar a crise sanitária de 2020 e 2021 sob um prisma menos conjuntural ou politicista. A irrupção da epidemia de Covid-19 na China (que se converteu em pandemia em poucos meses) demonstrou contundentemente a necessidade de termos capacidade ociosa em hospitais e algumas indústrias. Mas esse tipo de ociosidade é inimigo do capital; especialmente o capital senil e obcecado pela produção *just in time*. Demonstrou também a necessidade de ter capacidade de produzir localmente uma série de equipamentos. Mas a compulsão pela eficiência de custo exige que o grosso da produção industrial do mundo se concentre na China. Demonstrou também a necessidade de suspender, ainda que temporariamente, a circulação de pessoas, animais e coisas (nas cidades e pelo mundo). Mas esse tipo de paralisação é inimigo do capital materialmente dependente da densa rede de longuíssimas cadeias de suprimento. Aliás, todo o debate que transcorreu a respeito da paralisação ou não de atividades essenciais se revelou bastante sintomático.

Pessoas comuns tenderam a modular seus posicionamentos em termos do que é ou não necessário para o atendimento das necessidades humanas cotidianas. Perderam de vista que, nesta sociedade, a necessidade que realmente importa, que subordina todas as demais, é a de valorização do capital. E tendo em vista a rede de dependência material absoluta e global que estrutura hoje a reprodução do capital, *tudo é essencial e, portanto, nada pode parar*.

Para as pessoas que perderam suas rendas no pandemônio econômico que se seguiu à crise sanitária, algum tipo de socorro financeiro teria sido fundamental. Mas a tara fiscalista e anti-inflacionária do Estado burguês, objetivamente determinada pelos requisitos reprodutivos desse capitalismo moribundo, garantiu que o socorro – mesmo nos casos em que ele existiu – tenha ficado aquém do necessário.

O que pretendemos sublinhar ao enumerar esses exemplos pontuais é que, embora a capacidade técnica estivesse ao nosso alcance e embora os riscos de um evento pandêmico como esse fossem razoavelmente conhecidos há anos, fomos impactados pela Covid-19 em uma situação geral de profundo despreparo. Não porque não soubéssemos o que podia e precisava ser feito, mas porque aquilo que podia e precisava ser feito era, em grande medida, incompatível com os requisitos reprodutivos do capital.



É precisamente esse tipo de nó górdio que encontramos no âmbito da crise ecológica. Tudo aquilo que precisamos fazer para evitar os piores impactos dessa crise (e que estão ao nosso alcance de um ponto de vista técnico) é inconciliável com a lógica do capital. Mais que isso, tudo aquilo que precisamos fazer para nos adaptarmos aos impactos já inevitáveis e razoavelmente previsíveis também exhibe essa mesma característica: os meios já escassos e insuficientes para dar respostas às crises sanitária e ecológica vão sendo rapidamente erodidos à medida em que os caminhos disponíveis para o capital reproduzir sua lógica vão se tornando cada vez mais estreitos.

Entre esses impactos previsíveis, alguns têm contato direto com os temas relacionados ao imperialismo. Nesse mundo novo em formação, as tensões geopolíticas oriundas das pressões para controlar as cadeias de suprimento serão reforçadas exponencialmente. Podemos pensar que a almejada dependência crescente de fontes de energia ditas renováveis traz em seu rastro uma necessidade crescente de produção de baterias. Baterias que têm, entre seus componentes, minerais específicos, que existem em jazidas específicas em países específicos. O lítio, por exemplo, mineral essencial à produção de baterias hoje, tem suas maiores reservas localizadas na Bolívia, no Chile e na Argentina.

Aliás, a pressão diplomática que se avoluma para a elaboração de acordos globais que apontem para uma transição energética capaz de conter as emissões globais de gases de efeito estufa também tem impellido os países do centro a buscarem controle sobre oportunidades de mitigação. A título de exemplo, lembremos que os mercados de carbono estruturam institucionalmente a exploração de oportunidades de mitigação em países periféricos (seja na "periferia do centro", seja na periferia mesmo) (SÁ BARRETO, 2015).

Paralelamente, os fluxos migratórios (correntes e previsíveis) já vêm elevando a temperatura do ambiente político há alguns anos. Ao analisarmos o livre trânsito para a ascensão da extrema direita na Europa, não podemos deixar de levar em conta as tensões provocadas por fluxos migratórios recentes, oriundos especialmente da Síria. E discutindo o caso específico da Síria, Malm (2017) nos mostra que a guerra civil, determinante mais aparente desse fluxo migratório, foi catalisada por uma seca histórica que assolou o país anos antes, e que dificilmente poderia ser explicada sem referência às mudanças climáticas.

As disputas (econômicas, políticas ou militares) por terra agricultável, normalmente impulsionada pela voracidade com a qual a lógica extrativa do



capital cobre o planeta, tendem a ganhar contornos muito mais agudos à medida que as primeiras ondas de impacto da crise climática lancem as nações mais poderosas do globo em uma busca por controle efetivo sobre regiões menos vulneráveis a esses impactos.

Não temos aqui uma mera enumeração desconexa de impactos com alguma relação lateral com o tema do imperialismo. Por esses exemplos pontuais, pretendemos sublinhar que alguns impactos bastante dramáticos das mudanças climáticas já em curso vão começar a atingir as sociedades humanas com ferocidade e frequência para as quais não temos ainda qualquer resposta satisfatória.

Essa perturbação incontrolável da “normalidade”, tal como estamos vendo acontecer em dose homeopática durante a pandemia da Covid-19, aumentará tremendamente a volatilidade política (por vezes, de maneira episódica e, possivelmente, até mesmo em mudanças permanentes de nível). Não é uma extravagância infundada concluir que os pilares do capitalismo – e também os da sociedade, em um sentido geral – serão balançados violentamente.

Em seu livro de 2018, *The progress of this storm*, Andreas Malm nos mostra que, ao contrário do campo crítico (admitindo sua imensa heterogeneidade), o campo da ordem já vem se preparando diligentemente. E sequer são as iniciativas individuais de multimilionários tentando criar suas próprias arcas de Noé que são os fenômenos mais relevantes.

Malm nos apresenta, por exemplo, um relatório da Inteligência estadunidense sobre ameaças globais em que se lê: “Eventos climáticos extremos (enchentes, secas, ondas de calor) irão, crescentemente, perturbar mercados de alimentos e energia, exacerbando a fraqueza do Estado, forçando migrações humanas e disparando revoltas, desobediência civil e vandalismo”. (US Intelligence Community, 2013, p. 9) No relatório mais recente disponível, de 2019, a lista de riscos iminentes aumenta consideravelmente: além de enchentes, secas e ondas de calor, são mencionados incêndios, elevação do nível do mar, degradação do solo, pandemias, acidificação dos oceanos, migrações *em massa*, tensões geopolíticas. (US Intelligence Community, 2019, p. 21)

Nada disso é colocado como um conjunto de previsões para um futuro distante. São processos em curso que já ameaçam (ainda segundo o mesmo relatório) infraestrutura, saúde e as seguranças hídrica e alimentar. Aqui temos apenas um exemplo emblemático, mas é evidente que nós, a



humanidade em sentido bem amplo – i.e. abstraindo dos donos do mundo – está desproporcionalmente mal preparada.

Considerações finais

Nos primeiros meses de 2020, surgiram por toda parte comparações entre a situação vivenciada durante a pandemia causada pela Covid-19 e uma situação de guerra. Justificava-se assim medidas excepcionais de restrição ao movimento de pessoas e mercadorias, além de gastos públicos extraordinários. Muito se lembrou também da pandemia causada pela Gripe Espanhola, disseminada precisamente na esteira da mesma guerra sobre a qual os teóricos do imperialismo haviam se debruçado. O que estas comparações não queriam – ou podiam – admitir, no entanto, é que esse paralelo se estendesse também à noção de que tanto a Guerra e a pandemia do início do século XX quanto as crises estrutural, sanitária e ecológica hodiernas tivessem como *causa causans* a própria dinâmica capitalista.

Não obstante, é precisamente isso que se torna cada vez mais evidente. Talvez por isso tenha se tornado tão característico da ideologia conservadora contemporânea servir-se do *negacionismo*. Diante da impossibilidade de eximir a ação destrutiva do capital de sua flagrante responsabilidade pela crise, busca-se fechar os olhos para a crise em si.

Como já destacado anteriormente, em seu tempo, Marx depositou grandes expectativas de que uma crise mundial pudesse desencadear novos eventos revolucionários. Isso não significa que ele considerasse uma crise *condição suficiente* para a ação revolucionária, como nos lembra Musto (2011, p. 53): “Marx não via o processo revolucionário de modo determinista, mas estava seguro de que a crise era um pré-requisito indispensável para sua eclosão”. Marx acreditou firmemente na capacidade de organização da classe trabalhadora, especialmente diante das crises (econômicas), e, portanto manteve-se sempre otimista com relação ao potencial revolucionário. Hoje, entretanto, quando a crise é muito mais profunda – porque, sem perder sua dimensão estritamente econômica, empilhou sobre si a crise ecológica –, ainda não é claro que movimentos (organizados ou espontâneos) terão capacidade real para alimentar uma transformação social.

Em nosso mundo contemporâneo, de um individualismo extremado por séculos de domínio e expansão da lógica capitalista, talvez esteja a nosso favor a dificuldade crescente em esconder que a crise ecológica global



não poupará as populações de nenhuma parte da Terra, mesmo que umas venham a sofrer antes e mais do que outras. Mais uma vez aqui cabe recorrer ao que dissera Luxemburgo a propósito da Guerra:

A atual guerra mundial representa uma guinada nesse percurso. Pela primeira vez, as bestas ferozes que a Europa capitalista soltava em todo o resto do mundo irromperam agora de uma só vez no coração da Europa. Um grito de horror percorreu o mundo quando a Bélgica, essa pequena joia preciosa da cultura europeia, quando os mais veneráveis monumentos culturais do Norte da França caíram em cacos sob o impacto ensurdecedor de uma cega força destrutiva. O “mundo civilizado” havia assistido indiferente a esse mesmo imperialismo consagrar-se à mais cruel aniquilação de dez mil Herreros, quando os gritos enlouquecidos dos que morriam de sede e os estertores dos moribundos encheram o deserto do Kalahari; quando em Putumayo, no espaço de dez anos, 40 mil homens foram torturados até a morte por um bando de capitães de indústria europeus, e o resto do povo transformado em estropiados; quando na China, a fogo e sangue, uma civilização antiquíssima foi abandonada a todos os horrores da destruição e da anarquia pela soldadesca europeia; quando a Pérsia, impotente, foi estrangulada no nó corredio, cada vez mais apertado, da tirania estrangeira; quando em Trípoli, os árabes foram submetidos a ferro e fogo ao jugo do capital e de sua civilização, e suas casas foram arrasadas. Esse “mundo civilizado” só hoje descobriu que a mordida das feras imperialistas é mortal, que suas exalações são perversas. Ele só o percebeu quando as feras enterraram as garras afiadas no seio da própria mãe, a civilização burguesa europeia (LUXEMBURGO, 2011, p. 141-2).

Contudo, para que realmente floresçam alternativas para lidar com a crise em que nos encontramos será preciso que saibamos ultrapassar o pragmatismo individualista e afastar as falsas alternativas em que as “mudanças” acontecem apenas para conservar tudo como está. Esta crise, como aquela que antecedeu à Guerra, foi produzida pelo desenvolvimento capitalista e, também como aquela, não pode ser superada sem a crítica radical e a ação conjunta dos trabalhadores do mundo.



Referências

- A MORTE lhe cai bem. Direção: Robert Zemeckis. Estados Unidos: Universal Pictures, 1992. 1 DVD (104 min.).
- CORREA, H. F. Neo-imperialismo: fase superior do neoliberalismo? (Sobre a necessidade do imperialismo no século XXI). **Revista Outubro**, n. 34, 2020.
- ENDERWICK, P.; BUCKLEY, P. Rising regionalization: will the post-COVID-19 world see a retreat from globalization? **Transnational Corporations Journal**, v. 72, n. 2, 2020.
- ENFU, C.; BAOLIN, L. Five Characteristics of Neoimperialism: Building on Lenin's Theory of Imperialism in the Twenty-First Century. **Monthly Review**, v. 73, n. 1, Maio 2021. Disponível em: <<https://monthlyreview.org/2021/05/01/five-characteristics-of-neoimperialism/>>.
- FONTES, Virgínia. Notas para o estudo do imperialismo contemporâneo-Marx, capital monetário e capital funcionante. **Marxists Internet Archive**, 2007. Disponível em: <<https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2012/07/A-V-Fontes.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2021.
- FOSTER, J. B. **A ecologia de Marx**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- FOSTER, J. B.; SUWANDI, I. "COVID-19 and Catastrophe Capitalism". In: CALLINICOS, A. et al. **Routledge Handbook Of Marxism And Post-Marxism**. Londres: Routledge, 2021.
- FUCHS, C. Critical Globalization Studies: An Empirical and Theoretical Analysis of the New Imperialism. **Science & Society**, vol. 74, n. 2, 2010, p. 215-247.
- HILFERDING, R. **O Capital Financeiro**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- HOBBSAWM, E. **A era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- KAUTSKY, K. O imperialismo; Dois artigos para uma revisão. In: TEIXEIRA, A. (Org.) **Utópicos, heréticos e malditos: os percursos do pensamento social de nossa época**. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- LEITE, L. **O capital no mundo e o mundo do capital: uma reinterpretação do imperialismo a partir da teoria do valor de Marx**. Tese (Doutorado em Economia)– Universidade Federal Fluminense. Niterói. 2017.



- LENIN, V. **O imperialismo**: fase superior do capitalismo. São Paulo: Centauro, 2008.
- LUXEMBURGO, R. **A acumulação do capital**: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- LUXEMBURGO, R. A crise da social-democracia. In: LOUREIRO, I. (Org.) **Rosa Luxemburgo**: textos escolhidos, volume II (1914-1919). São Paulo: Unesp, 2011.
- MAGDOFF, F. Twenty-First-Century Land Grabs: Accumulation by Agricultural Dispossession. **Monthly Review**, v. 65, n. 6, Nov. 2013. Disponível em: <<https://monthlyreview.org/2013/11/01/twenty-first-century-land-grabs/>>.
- MALM, A. "Revolution in a Warming World: Lessons from the Russian to the Syrian Revolutions". **Socialist register 2017**, 2017.
- MALM, A. **Corona, climate, chronic emergency**: war communism in the twenty-first century. Londres: Verso, 2020.
- MALM, A. **The Progress of This Storm**. Londres: Verso, 2018.
- MARX, K. **O Capital**. Livro I: o processo de produção do capital (Vol. I). São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, K. **O Capital**. Livro III: o processo global de produção capitalista (Vol. III) São Paulo: Boitempo, 2017.
- MARX, K.; ENGELS, F. **O manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MAZZUCHELLI, F. **Os anos de chumbo**: economia e política internacional no entreguerras. São Paulo: Unesp, 2009.
- MUSTO, M. A formação da crítica de Marx à economia política: dos estudos de 1843 aos Grundrisse. **Crítica Marxista**, n.33, 2011.
- PRADELLA, L. **Globalisation and the critique of political economy**: new insights from Marx's writings. London: Routledge, 2015
- PRADELLA, L. Marx's Capital and Imperialism. **Historical Materialism**, v. 2, n. 21, 2013.
- PRADO, E. "Questionando a macroeconomia da 'grande recessão'". **Marx e o marxismo**, 3(5), 2015.
- SÁ BARRETO, E. "Crise climática e o Green New Deal : uma primeira aproximação crítica". **Revista Fim do Mundo**, n. 2, 2020.



- SÁ BARRETO, E. "Marx contra a fantasia 'coaseana': uma crítica ontológica ao fundamento teórico dos mercados de carbono". **Marx e o marxismo**, 3(5), 2015.
- SÁ BARRETO, E. "Restauração neoliberal e o esgotamento histórico de formas consagradas de resistência". **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, 53, 2019.
- SAMPAIO JÚNIOR, P. D. A. Por que voltar a Lênin? Imperialismo, barbárie e revolução. In: LÊNIN, V. **O Imperialismo**: etapa superior do capitalismo. Campinas: FE/Unicamp, 2011.
- SMITH, J. **Imperialism in the Twenty-First Century**: Globalization, Super-Exploitation, and Capitalism's Final Crisis. Nova York: Monthly Review Press, 2016.
- SOARES, Layza da R. A lógica do capital fictício e a crise ecológica. Anais do **Colóquio Internacional Marx e o Marxismo 2021**: O futuro exterminado? Crise ecológica e reação anticapitalista. 2021. Disponível em: <https://www.niepmarx.blog.br/MManteriores/MM2021/Anais-MM2021/MC7_4.pdf>. Acesso em: 10 out. 2021.
- SUWANDI, I. **Value Chains**: The New Economic Imperialism. Nova York: Monthly Review Press, 2019.
- US Intelligence Community. **Worldwide Threat Assessment of the US Intelligence Community**, 2013. Fonte: encurtador.com.br/ackK5
- US Intelligence Community. **Worldwide Threat Assessment of the US Intelligence Community**, 2019. Fonte: encurtador.com.br/oxSXY
- WALLACE, R. **Big farms make big flu**. Nova Iorque: Monthly Review Press, 2016.
- WALLACE, R. **Dead epidemiologists**: on the origins of COVID-19. Nova Iorque: Monthly Review Press, 2020.
- WOOD, E. **O império do capital**. São Paulo: Boitempo, 2014.

Recebido em 16 nov. 2021 | aceite em 11 dez. 2021



Imperialismo na América Latina: o papel das burguesias e as consequências para o Brasil

Bernardo Schirmer Murratt¹

181

Resumo

O presente trabalho busca analisar historicamente o capitalismo e sua inserção no subcontinente latino-americano e no Brasil, principalmente dos anos 1970 até a atualidade. A partir disso, buscamos mostrar como funcionam as relações das classes burguesas locais com o Centro capitalista em cada padrão de acumulação no subcontinente. Defende-se aqui uma visão do sistema capitalista como totalidade única em que a reprodução do sistema no Norte Global tem influência significativa nos Estados do Sul. Desse modo podemos mostrar que as burguesias da América Latina e, mais particularmente, a do Brasil possuem fortes vínculos com o Centro. Não podendo serem compreendidas adequadamente se consideradas apenas o cenário político e social circunscrito aos Estados que fazem parte.

Palavras-chave: Burguesia; Sul Global; Imperialismo.

¹ Doutorando em Economia Política Mundial pela Universidade Federal do ABC - UFABC. | bernardo.murratt@ufabc.edu.br



Resumen

Este artículo busca analizar históricamente el capitalismo y su inserción en el subcontinente latinoamericano y en Brasil, especialmente desde la década de 1970 hasta nuestros días. A partir de esto, buscamos mostrar cómo funcionan las relaciones de las clases burguesas locales con el Centro Capitalista en cada modelo de acumulación en el subcontinente. Aquí defendemos una visión del sistema capitalista como una totalidad única en la que la reproducción del sistema en el Norte Global tiene una influencia significativa en los Estados del Sur. Así, podemos demostrar que la burguesía de América Latina y, más particularmente, la de Brasil tienen fuertes vínculos con el Centro. No se puede entenderlas adecuadamente si sólo se considera el escenario político y social limitado a los Estados que en que forman parte.

Palabras Clave: Burguesía; Sur Global; Imperialismo.

Abstract

This paper seeks to historically analyze capitalism and its insertion in the Latin American subcontinent and in Brazil, mainly from the 1970s to the present. From this, we seek to show how the relations of the local bourgeois classes with the capitalist Center work in each pattern of accumulation in the subcontinent. A vision of the capitalist system as a single totality is defended here, in which the Global North's reproduction of the system has a significant influence on the States of the South. In this way, we can show that the Latin American bourgeoisie and, more particularly, the Brazilian bourgeoisie has strong ties with the Center. They cannot be properly understood if only considered the political and social scenario circumscribed to the States that they belong to.

Keywords: Bourgeoisie; Global South; Imperialism

Introdução

O capitalismo contemporâneo, no contexto mundial, aparece como uma busca incessante por crescimento econômico por todos os países. O crescimento do PIB, ao custo que seja, é o mantra entoado pela mídia, pelos funcionários de Estado e pelos políticos. O esforço por novas e maiores porcentagens de produto interno bruto (PIB) promete trazer qualidades inerentes que solucionariam automaticamente os mais diversos problemas característicos do sistema capitalista. A desigualdade social, o desemprego em massa e o desenvolvimento econômico, situações comuns aos países mais pobres seriam solucionadas a partir da obtenção de metas de crescimento consistentes e do alcance de índices de investimento proporcionados por empresas e grupos dos países mais ricos².

Neste cenário, o crescimento e o desenvolvimento são tidos como possíveis por todos aqueles que buscarem se organizar internamente. Essa

² Sobre a abrangência e construção dessa lógica no mundo capitalista ver Amin (2021) capítulos II e IV.



premissa é partilhada tanto por grupos conservadores como por grupos progressistas. Os primeiros pregam uma cópia de receituários importados do ocidente³. Já os segundos acreditam que uma série de reformas internas, arranjos de classe e até mesmo uma conscientização da sua respectiva burguesia podem sanar os problemas que entravam o crescimento e, conseqüentemente, tornam perenes as adversidades em que se encontram a maior parte da população⁴. Ambos apresentam abordagens distintas e buscam objetivos dispares, todavia incorrem no mesmo erro, a premissa de que dentro do sistema capitalista um crescimento virtuoso é possível sem que haja prejuízo para nenhuma das partes que compõe o sistema em âmbito Global.

Aproximando o foco ao Brasil, e à América Latina, vemos que as respostas às problemáticas brasileiras, no que diz respeito ao desenvolvimento e superação de dificuldades sistêmicas, também padecem das mesmas deficiências elencadas ao início do texto. Os estudiosos do desenvolvimentismo⁵ trazem que o principal entrave do desenvolvimento capitalista no Brasil, e mesmo em outros países que buscam realizar o *catchin-up* industrial, reside na falta de capacidades do Estado e uma baixa sinergia do último com o setor privado. No entanto, algumas abordagens marxistas também incorrem objetivamente no mesmo erro⁶. Por mais que sua perspectiva seja distinta e crítica do sistema capitalista, os entraves e problemas sistêmicos não consideram o Brasil como mais uma peça no sistema capitalista mundial. Ambas abordagens têm a presença de um elemento em comum, uma burguesia de caráter nacionalista, quer dizer uma

³ O programa do PMDB “Ponte para o futuro”, uma das ferramentas de legitimação do golpe em 2016 no Brasil, é um bom exemplo desse tipo de ideologia em ação. Suposta saúde fiscal do Estado, privatizações, reforma trabalhista e previdenciária. Ver: <https://www.fundacaoullysses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf>

⁴ Abordagens como as de Boito (2018), Alfredo Saad Filho & Lécio Morais (2019), compreendem os limites sistêmicos internos do desenvolvimento, mas dão pouca relevância ao caráter mundializado do sistema capitalista e as contradições intraclases que impedem um crescimento ou mesmo uma virada interna da burguesia nacional para uma orientação que busque o desenvolvimento interno para benefício da maioria da população.

⁵ Schneider (2015), Evans (2004) e Bresser-Pereira (2003) são bons exemplos de uma perspectiva institucionalista para o desenvolvimento para o Brasil e países periféricos em geral.

⁶ Ver nota 3.



burguesia que se oporia aos movimentos do capitalismo central com qualidades nacionalistas e anti-imperialistas.

Do ponto de vista desenvolvimentista ela deve ser pastoreada pelo Estado e, com uma maior sinergia com a burocracia estatal, colaborar com o crescimento e o desenvolvimento capitalista. Já, para vertentes progressistas, existem elementos burgueses que são partidários de um desenvolvimento doméstico e opostos a um alinhamento automático ao capital internacional e suas necessidades de expansão. Em suma, as abordagens têm a mesma falha, a desconsideração do que julgamos ser a principal contradição do sistema capitalista, o imperialismo.

Partimos da hipótese de que não se pode desconsiderar desse elemento quando se investiga a política interna dos Estados periféricos. Acreditamos que as burguesias periféricas possuem fortes laços com as burguesias centrais e não é possível compreender o seu papel e suas ações de modo adequado sem a contextualização de seu posicionamento no capitalismo mundial. Por tanto faremos uma abordagem histórica do capitalismo, através do método histórico e dialético, tanto do desenvolvimento das forças produtivas do Norte quanto do Sul globais.

Ao apoiarmo-nos sob a perspectiva do capitalismo mundializado, vislumbramos uma série de conexões entre diversas regiões do globo e uma notável interdependência entre Estados. Poucos países dominam o sistema capitalista (Norte Global ou Centro capitalista) e com isso têm forte influência sobre a sua reprodução em escala planetária subjugando a maior parte da população mundial que reside nos demais Estados (Sul Global ou Periferia capitalista). Estes aspectos tornam as premissas de desenvolvimento elencadas anteriormente questionáveis.

Samir Amin (2003) retira a opacidade desta divisão do mundo entre países do centro e da periferia. O imperialismo é comandado pelo o que o autor denomina de tríade (EUA, Europa ocidental e Japão). A tríade detém uma série de monopólios que garantem seu domínio político e econômico sobre outras nações do globo, são eles: o monopólio tecnológico; o controle mundial dos mercados financeiros; o acesso monopolístico aos recursos terrestres; o controle da mídia e comunicação; e o controle sobre armas de destruição em massa. Esses monopólios cunham parte significativa das relações Norte e Sul no capitalismo atual. Esse sistema é chamado de "capitalismo dos monopólios generalizados" (AMIN, 2018a, p. 27)

O capital financeiro não é mais restrito aos limites dos respectivos territórios nacionais e nem regido exclusivamente por normativas estatais,



mas é sujeito a uma série de regras estipuladas pelos países mais poderosos e por uma gama de instituições internacionais como veremos adiante. Essa volatilidade implica na livre circulação de capitais, que não pode ser acompanhada pela livre circulação do trabalho e da classe trabalhadora. Por consequência, países mais frágeis ficam sujeitos as movimentações financeiras comandadas pela tríade imperialista. A manutenção da vitalidade do sistema através de endividamento e bolhas especulativas, como no caso de 2008, é aceita pelos países do Sul – que virtualmente não têm escolha melhor – ao passo que o dólar se consolida cada vez mais como moeda universal (FOSTER, 2010).

Para uma questão de método, devemos estabelecer qual é o peso do Norte Global na reprodução do sistema capitalista nos países do Sul. Podemos fazer o seguinte paralelo no método histórico e dialético, na própria formação do capitalismo: para parafrasear Marx (1982) se "o concreto é uma síntese de múltiplas determinações" e em última instância, no capitalismo, o concreto trata-se da compreensão da hierarquia das relações econômicas no interior da moderna sociedade burguesa. Se a propriedade privada é o ponto de partida para alienação e o estranhamento do homem com relação ao trabalho, a dinâmica centro periferia do sistema capitalista dos "monopólios generalizados", é a lógica concreta para o cerceamento do processo produtivo da periferia em benefício do Centro.

Portanto, defendemos aqui que há uma força muito maior do Norte global como agente dinâmico⁷. O domínio do Centro sobre os processos mais avançados tecnologicamente permite a imposição do capital estrangeiro sobre os países periféricos, isso faz com que haja uma maior capacidade de reação destes últimos frente aos primeiros. Todavia isso não exclui a possibilidade de manobras por parte das burguesias locais, mas a primazia da imposição de como deve ser o modo de produção capitalista provém do Norte (BAMBIRRA, 2015).

Para um maior aprofundamento da análise em torno do capitalismo perante a realidade latino-americana utilizaremos a obra de Jaime Osorio (2012a; 2012b; 2019). Sua perspectiva da correlação dos movimentos do capitalismo central e suas consequências para a América Latina, bem como a

⁷ Como o próprio Marx (2013) menciona ao descrever o processo de troca, a partir de direitos iguais quem decide é a força. A relação é volitiva, mas do mesmo modo que o trabalhador não é livre, também não são os países do sul. A narrativa de que cada país depende apenas de seus próprios esforços para superar problemas sistêmicos é mais uma perspectiva que serve à manutenção do *status quo* capitalista.



internalização dos padrões do Norte Global no subcontinente, são adequadas para enquadrar e configurar as opções das burguesias do subcontinente e brasileiras. No que diz respeito ao Brasil, sua economia e sua burguesia, utilizaremos Bianchi (2010), Almeida (2009), Fernandes (2006), Prado Jr. (2014) e Santos (2021). Cada um desses autores nos fornece uma análise precisa das mudanças econômicas ocorridas no país de modo a traçarmos um retrato da burguesia.

Buscaremos mostrar que, durante o processo histórico aqui descrito, a diferença entre Norte e Sul toma contornos mais notáveis. É importante ressaltar que mesmo que estas regiões globais contenham características contrastantes, elas possuem diferentes graus de autonomia entre si. O mesmo vale para os níveis de presença e dominação de capital estrangeiro sob suas sociedades. Mas o ponto principal é o fato de essa divisão antagonica fazer parte de uma mesma totalidade. A totalidade do sistema capitalista monopolista, financeirizado e, sobretudo, mundializado (Amin, 2018b).

Em um momento de crise política dos Estados democráticos latino-americanos construídos ao final do século XX, julgamos que nossa investigação é pertinente e lança luz a elementos importantes para compreendermos as contradições e problemáticas sociais e econômicas da periferia e do subcontinente. Procuraremos demonstrar que as relações intraburguesas do Norte e do Sul Globais, mais particularmente da América Latina, fazem parte de uma totalidade sistêmica e não podem ser compreendidas de forma concreta se analisadas de forma isolada.

Formação do capitalismo como sistema mundial e suas consequências na periferia

Se antes mencionávamos contradições atuais do modo de produção capitalista, podemos ver que elas estão presentes desde períodos nos quais o capitalismo industrial era restrito à Europa. Marx (2013) menciona a divisão internacional do trabalho (DIT) ao falar que a indústria na Europa depende de insumos da força de trabalho colonial⁸. Lenin (2012) vai mostrar o estágio

⁸ "Cria-se, assim, uma nova divisão internacional do trabalho, adequada às principais sedes da indústria mecanizada, divisão que transforma uma parte do globo terrestre em campo de produção preferencialmente agrícola voltado a suprir as necessidades de outro campo, preferencialmente industrial" (MARX, 2013, p. 348)



superior desse processo, que tem como característica predominante a exportação de capitais graças ao crescimento do capital financeiro, o que faz com que poucos Estados financeiramente poderosos dominem todos os restantes dentro deste sistema. O imperialismo seria o capitalismo no seu grau superior, em que essa separação adquire proporções imensas. O predomínio do capital financeiro sobre todas as demais formas do capital implica uma situação privilegiada de uns poucos Estados financeiramente poderosos em relação a todos os restantes.

O capitalismo e o conseqüente imperialismo vão estar alicerçados em dois aspectos. Primeiro, o caráter monopolista, quer dizer que há uma crescente concentração de capital na mão de poucos burgueses que passam a controlar a produção e a concorrência. O mesmo vale para os bancos, há de fato uma aproximação do capital produtivo e bancário, uma aliança entre grandes banqueiros e grandes capitalistas possibilitando uma maior concentração de capital através do capital financeiro.⁹ Em outras palavras, a livre concorrência, base ideológica da expansão capitalista, deixa de existir. “O capital financeiro criou a época dos monopólios. E os monopólios trazem sempre consigo os princípios monopolistas: a utilização das ‘relações’ para transações proveitosas substitui a concorrência no mercado aberto.” (LÊNIN, 2012, p. 96). Segundo, a exportação de capital aparece como fator fundamental para a manutenção da taxa de lucro frente às tendências declinantes dos mercados do Centro industrializado; de modo mais importante, a exportação de capital representa, de acordo com Higginbottom (2011, apud SMITH 2016), que deve haver uma nova relação capital-trabalho entre o capital do Norte e o trabalho do Sul.

É pertinente, aqui, contextualizarmos o que entendemos por burguesia. No que diz respeito à América Latina, compreendemos que a burguesia tem sua gênese intrínseca ao Centro capitalista, pois ela só passa a existir como tal a partir da expansão do capitalismo do Norte Global para os países do Sul. Caio Prado Júnior ilustra bem esta situação original de nosso subcontinente:

Os países da América Latina sempre participaram, desde sua origem na descoberta e colonização por povos europeus, do mesmo sistema em que se constituíram as relações

⁹ Essa união possibilita a exclusão de capitalistas menores do jogo monopolista. A manipulação do mercado monetário também auxilia na concentração e força do capital financeiro.



econômicas que, em última instância, foram dar origem ao imperialismo, a saber, o sistema do capitalismo (PRADO JUNIOR, 2014, p. 68).

As classes dominantes agrárias e exploradoras de minérios, que retiravam seu quinhão de trabalho escravo ou semiescravo, dão origem a burguesia. Com a crescente urbanização interna, os negócios do campo expandem-se à cidade e, principalmente no caso brasileiro, este senhor de terras passa a incorporar um personagem político e social análogo ao burguês do Centro capitalista. Florestan Fernandes (2006), por exemplo, demonstra a transformação do cafeicultor do oeste paulista em “homem de negócios” (p. 144). Este é o período em que a DIT para o subcontinente consistia na exportação de produtos primários em troca de bens industrializados como retratado por Osório (2012b). Essa relação com o centro duraria até a crise de 1929 quando a burguesia busca um caminho de maior autonomia com o início da industrialização por substituição de importação. Os principais países a seguir esse caminho são Argentina, Brasil e México. Todavia, a partir do fim da Segunda Guerra Mundial que traz ao globo os Estados Unidos (EUA) como *hegemon* principal, as necessidades de expansão do capitalismo dominado por grandes monopólios nos EUA se tornam patentes, como trataremos a seguir.

188

O avanço do sistema capitalista pela América Latina e Brasil no pós-Segunda Guerra

Com a progressão do modo de produção capitalista em sua forma monopolista as análises de Baran e Sweezy (1966) e Harry Magdoff (1972) trazem aspectos importantes que perduram no capitalismo até a atualidade, isto é: a sua capacidade de manutenção perante crises e a hegemonia ímpar alcançada pelos EUA ao fim da Segunda Guerra Mundial perante os outros países do Norte Global. A lógica trazida por Lenin, da disputa inter-imperialista por mercados e, fundamentalmente, recursos naturais está presente em Magdoff. A expansão do capital estadunidense, consiste no investimento de capital excedente em países periféricos. Veremos adiante que à medida que o capitalismo monopolista avança no Norte Global, passa a exportar a indústria obsoleta aos países do Sul, isso não apenas serve para domínio da produção local, mas para assegurar os recursos naturais desses países.



Consoante, André Grunder Frank (1971) afirma que os auxílios que a periferia, mais especificamente, a América Latina, recebe do Centro capitalista são um elemento fundamental para a acumulação capitalista do Norte Global. Quer dizer, além de ser uma medida para assegurar relações comerciais, o auxílio faz com que o país que recebe os investimentos acabe por pagar por bens de capital obsoletos e de baixa produtividade. Nesse sentido, os bancos dos países do Norte Global servem como agências das promoções comerciais entre si mesmos e os Estados latino-americanos. Isso se apresenta desde o início do século XX, todavia, os EUA tomaram o lugar dos países europeus após a Segunda Guerra Mundial e asseguraram para si os recursos naturais e a força de trabalho local a ser explorada.

Se no início dos anos 1950 os EUA tinham 49 filiais bancárias na América Latina e 15 na Europa, em 1967 este número saltou para 134 para os latino-americanos e para 59 filiais para os europeus. Apesar de aumento significativo nas duas regiões, a proporção absoluta é maior na América Latina. Não se trata apenas de uma maior ocupação do espaço financeiro, mas sim da força de instituições financeiras como o FMI, Banco Mundial e o GATT, do padrão dólar ouro criados a partir do acordo de Bretton Woods em 1944. Esse arranjo cristaliza o poder financeiro dos EUA e sua hegemonia sobre os demais países ao transformar o dólar em moeda de reserva internacional a partir da sua paridade com o ouro. (MAGDOFF, 1972)

Com seu poder edificado nos seus próprios bancos e nas instituições financeiras internacionais, as nações do Norte podem superar ou arrefecer suas dificuldades na balança de pagamentos. "E isto não se passa assim por conluio ou conspiração; é o resultado do comportamento normal de defesa do capital" (Magdoff, 1972, p 116). Isto é, mesmo que o Banco Central do Brasil (BACEN), por exemplo, emita sua própria moeda para rolar sua dívida ficará ele limitado, uma vez que sua moeda não tem valor significativo além de suas próprias fronteiras. O mesmo não pode ser dito com relação ao dólar, euro ou a libra esterlina. As moedas dos países do Norte Global têm muito de seu valor internacional baseado na possibilidade de bens e lucros futuros que podem proporcionar, sendo o principal meio de reserva para países periféricos que passam a expor seu sistema financeiro à mercê dos países centrais. (MAGDOFF, 1972)

Gunder Frank entende que a estruturação de classes em países latino-americanos, como Brasil, Argentina, Chile, etc., ocorreu inserida dentro de um contexto interno e externo de relações coloniais feitas a partir da metrópole. Neste sentido, as alterações dentro do contexto capitalista



contemporâneo são alterações que ocorrem de dentro de uma lógica derivada do domínio colonial metropolitano. Dessa maneira, podemos compreender historicamente a consolidação da burguesia nacional e seu caráter – bem descrito como lumpén – que se dá principalmente a partir da Segunda Guerra Mundial. O processo de substituições de importação (PSI), iniciado a partir da crise de 1929, teria o potencial de superar a situação dependente. Todavia ocorre o contrário: a modernização industrial não significou maior independência à periferia. (GUNDER FRANK, 1971)

Uma vez que as tentativas de superação da dependência estão atreladas ao capitalismo mundializado, e que o próprio Estado burguês nacional é consequência desse sistema, é pouco provável que um estado originário desse arranjo — seja mantendo seu *modus operandi*, seja fazendo uma série de arremedos para diferentes “gargalos” — supere as contradições que o originam. Para o autor, em última instância, o PSI resulta em uma maior dependência por insumos sofisticados enquanto o que era produzido era exportado e vendido para as elites locais. Ademais a tecnologia advinda do Norte Global, apesar de modernizar as forças produtivas do Sul, já era obsoleta no seu local de origem.

Neste contexto há um pacto entre as duas frações burguesas nacionais, especialmente no Brasil, a exportadora e a industrial. Este pacto se manteve até o fim da segunda guerra, quando as condições do plano internacional como a guerra fria e a crescente influência estadunidense fizeram com que este arranjo intraburguês entrasse em ocaso. Assim, entra em cena mais uma vez, uma maior cooperação com o Centro capitalista. Junto a isso, passa a ocorrer um processo de envididamento e financeirização do continente latino-americano que passa a se aprofundar na segunda metade do século XX. O reinvestimento de lucros no subcontinente foi da ordem de 10% entre 1955 e 1959, já em 1966 encontrava-se em 4,3%. Ao mesmo tempo a saída de capital financeiro do continente aumentou de 18,4% de 1955-59 para chegar a 36,1% em 1965-1966. No caso do Brasil, o pagamento de serviços financeiros é ainda maior. Em 1966 enquanto a média da América Latina é de 42% para o Brasil é cerca de 50%. (GUNDER FRANK, 1971)

A partir deste momento histórico é possível ver com mais clareza que a formação da burguesia industrial latino-americana e brasileira não é um processo que trata apenas de variáveis políticas internas. Ainda que dependa de arranjos políticos nacionais, a industrialização dependente tem forte influência do Norte Global. Não à toa, uma das consequências é um grande



endividamento atrelado ao capital financeiro internacional. Os países do Sul Global tornam-se prisioneiros da própria dívida. Essa industrialização não é danosa ao centro, afinal ela não é muito distante da mesma lógica de dominação que reina desde o tempo colonial. Frank deixa isso claro no caso brasileiro, as empresas estrangeiras dependeram das disponibilidades locais e de bancos. Nestes casos, as empresas construíram sua estrutura com recursos da economia doméstica do país. Os equipamentos eram adquiridos pelas fábricas “a um preço de conveniência um pouco maior do que seu valor como ferro velho (*scrap*)” (LEFF, apud GUNDER FRANK 1971, p. 90).

Os “investimentos” na verdade são um adiantamento de Capital gerado na própria periferia. Estas inversões nada mais são que o cumprimento de uma demanda intrínseca ao capital monopolista. A fim de manter seu nível de lucros, as empresas transnacionais têm de empregar seu maquinário obsoleto para suas filias em países subdesenvolvidos. Nestes países o emprego desta tecnologia é visto como progresso tecnológico, nesse sentido, esse maquinário obsoleto no Centro é uma melhora qualitativa ao processo produtivo dos países do Sul, aumentando a, já elevada, taxa de exploração da região. A importação de bens de capital troca a dependência de aspecto colonial, em que o país exportava produtos primários para importar industrializados, para uma dependência de insumos industriais e maquinário. Consequentemente, os países passam também a se endividar para obter esta tecnologia obsoleta, o que em última instância faz com que os Estados percam parte de sua autonomia no controle financeiro da economia nacional e também o controle de seus objetivos industriais e de desenvolvimento próprio.

De acordo com Frank existe um acordo tácito entre as classes dirigentes do Norte e do Sul Global favorecendo o financiamento e o comércio de bens e serviços consequentes da “interação neodependente no desenvolvimento neoimperialista” (GUNDER FRANK, 1971, p. 95). A indústria de bens duráveis não tem forte base de consumo, apenas nas camadas mais ricas, consequentemente a industrialização direciona-se a esse mister e não para uma melhora qualitativa das forças produtivas. O comércio e produção de produtos caros fica cada vez mais dependente de financiamento, incluindo crédito no exterior. A indústria e o consumo ficam cada vez mais dependentes de endividamento e do capital financeiro. Esses investimentos estrangeiros na verdade servem para atender os anseios da classe burguesa local que não tem interesse de entrar numa espiral descendente com problemas de consumo e produção num mercado muito restrito. Ou seja,



não se investe de modo a permitir a reprodução do capital por meios nacionais e autossuficientes, apenas para manter um processo de acumulação no curto prazo.

As reais motivações da burguesia nacional em cooperação com investimentos estrangeiros parecem estar vinculadas à reprodução capitalista de curto prazo visando a manutenção do *status quo*. Essa simbiose entre capital estrangeiro e burguesia no Brasil se cristalizam a partir do golpe militar que, como veremos adiante, adota uma divisão entre burguesia internacional, burguesia nacional e Estado. Todavia, de acordo com Gunder Frank (1971) 96% dos investimentos estadunidenses no continente são realizados sob poupanças da própria América Latina. Neste sentido, a aliança entre Estado e burguesia apenas teve um caráter de aprofundamento da dependência, trazendo maior submissão tecnológica e uma divisão social do trabalho marcada por uma profunda desigualdade de renda.

À primeira vista a transferência industrial dos países do Norte pode parecer uma benesse, mas a realidade é que à medida que o Centro passa a deter o controle de novas tecnologias, ele pode decidir em que condições a periferia vem a utilizá-las. Além disso, existem outras vantagens materiais desta transferência, a partir da Segunda Guerra Mundial até o fim dos anos 1970. A tecnologia advinda destas empresas transacionais (ETNs) são de alto custo, estando fora do alcance da burguesia nacional; a utilização em países como o Brasil, por exemplo, permite uma baixa dos preços locais devido a uma maior produtividade e das economias de escala; por fim, assim que instaladas em territórios nacionais, os produtos dessas novas indústrias eram protegidos da concorrência pelas legislações protecionistas do período em questão, quer dizer, a legislação que visava proteger a indústria nacional, consolida a ETN como centro tecnológico na periferia. (BAMBIRRA, 2015).

O caso brasileiro é paradigmático, de acordo com Santos (2021), no final da década de 1950 ao compreender que não atingiria seus objetivos de desenvolvimento sem o capital estrangeiro, a burguesia adota uma posição conciliatória para com os investimentos internacionais, a ideologia que expressa melhor esses interesses é o desenvolvimentismo¹⁰. A burguesia nacional – que naquele período já consistia majoritariamente de uma fração

¹⁰ É nesse período que entra em esgotamento a política nacionalista que gerou uma batalha entre frações contra e a favor do capital internacional a partir dos anos 1930 que Osorio (2012b) caracteriza como “etapa internalizada autônoma” (p. 74) da industrialização da América Latina.



industrial oriunda do PSI e do desenvolvimentismo – passa a ser sócia menor dos investimentos estrangeiros no Brasil. Como consequência há a exclusão de setores operários e populares, que não somente apoia golpe de 1964, como também o articula. Depois de um ajuste econômico de caráter contracionista de 1964 a 1967, a burguesia passa a cristalizar uma posição de produtora intermediária na industrialização brasileira, sem ultrapassar os limites do capital internacional. (SANTOS, 2021)

A descrição de Peter Evans (1982) retrata o arranjo político oriundo da industrialização dependente no Brasil durante a ditadura militar (1964-1985), dando à burguesia papel considerável. Ainda que discordemos de suas conclusões sobre os reais problemas do desenvolvimento brasileiro, sua descrição da correlação de forças internas é muito proveitosa. A ditadura procurou realizar um arranjo tecnocrático para a industrialização e acumulação capitalista nacional. Isso foi bem recebido pela burguesia que entraria no arranjo produtivo realizado entre as ETNs, empresas estatais e a empresa privada nacional. Às transnacionais caberia a responsabilidade sobre setores de maior tecnologia, as estatais eram responsáveis pela indústria de base e a infraestrutura produtiva, ao passo que à empresa nacional ficava concentrada principalmente com a indústria intermediária. Este sistema perdura numa articulação entre a tecnocracia estatal, as frações da burguesia industrial brasileira e as transnacionais até o final dos anos 1970 em que se apresenta um cenário recessivo no capitalismo mundial.

A grande crise no Norte Global e a pauperização obrigatória do Sul

A partir da metade dos anos 1960, o sistema capitalista nos moldes dos acordos de Bretton Woods passou a apresentar sinais de crise. O país fiador dos acordos, os Estados Unidos, vinha apresentando déficits em sua economia. Some-se a isso uma Europa repleta de dólares após décadas de auxílios de reconstrução estadunidenses, aumentando a especulação cambial e colocando em risco a garantia do padrão dólar-ouro. Após apresentar grandes taxas de crescimento, o sistema capitalista sofreu uma diminuição das taxas de lucro. Baran e Sweezy (1966) apontaram para uma tendência para as economias centrais do capitalismo de não mais obter os mesmos índices de expansão. Aspectos materiais, que deram vigor à economia, como a reconstrução da Europa e mesmo a hegemonia incontestada dos EUA entre os países capitalistas, apresentavam sinais de esgotamento.



A paridade cambial estava dando lugar à especulação sobre o dólar, sintoma da baixa de lucros e início do processo de financeirização. Os Estados Unidos, então, decidiram terminar com a convertibilidade ouro-dólar em 1971. Houve posterior tentativa de desvalorizar o dólar e manter a paridade até 1973, sem sucesso. Ademais, com a crescente desvalorização da moeda norte-americana e as crises geopolíticas no Oriente Médio, os países da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) aumentaram subitamente o preço do barril desta *commoditie* em 1973 dando origem à chamada primeira crise do petróleo. No centro capitalista, Europa e EUA, estabeleceu-se que era mais custoso manter a paridade, e, portanto, o valor das moedas seria decidido pelo mercado financeiro. O fim das taxas de câmbio fixas marca o fim de Bretton Woods, dando lugar a um período de incerteza sobre o controle econômico e político dos Estados Unidos no mundo capitalista (SARGENT, 2013).

Com a crise de lucratividade do sistema capitalista, a inflação crescente e a crise hegemônica dos EUA fazem com que seja questionada a capacidade do dólar de funcionar como moeda de reserva no sistema internacional. De 1973 até 1978, com o fim do padrão dólar-ouro, a moeda norte-americana passou a ter sua aceitação questionada - principalmente na Europa ocidental, que nesse período optou por reservas monetárias em marcos da Alemanha Ocidental e em francos suíços (STRANGE, 2015) - devido sua grande abundância no mercado e a especulação desenfreada no pós-Bretton Woods. No último ano do governo Jimmy Carter (1977-1981), Paul Volcker passa a adotar medidas restritivas e retira dólares do mercado. A manobra de Volcker¹¹, faz com que haja uma “seca” de capitais sistêmica, causando uma recessão internacional (ARRIGHI, 2010). Entretanto, os EUA aumentam os juros a seus devedores, na buscando manter a sua competitividade. Os países devedores se veem obrigados a adotar as medidas de ajuste estrutural, impostas pelos próprios norte-americanos para poder participar do comércio internacional.

Descrita por Tavares (1997), essa é a grande manobra que faz com que os EUA retomem sua hegemonia. Há um *reflow* de dólares para o mercado norte-americano que passa a controlar sua emissão. Através disso, virtualmente o Federal Reserve (FED) passa a fazer com que as suas medidas sejam a regra da economia global. Além disso, a manobra abrupta realizada

¹¹ Paul Volcker foi o presidente do *Federal Reserve* de 1979 até 1987 durante os governos de Jimmy Carter (1977-1981) e Ronald Reagan (1981-1989).



por Volcker fomenta o que conhecemos por neoliberalismo e por “There is no alternative” (TINA)¹². O FED tomou as rédeas dos bancos americanos e dos principais bancos globais ao manter uma política monetária rigorosa, forçando um dólar sobrevalorizado. Devido à recessão feita pelas próprias medidas de Volcker, os bancos privados buscaram apoio nos grandes centros financeiros, como Wall Street. Assim, a economia financeira privada se volta para os Estados Unidos, ficando à mercê de sua política monetária. Maria Conceição Tavares deixa claro o que ocorreu: “A partir do início dos anos 80, todos os grandes bancos internacionais estão em Nova Iorque, não apenas sob a *umbrella* do FED, mas também financiando obrigatoriamente — porque não há outra alternativa — o déficit fiscal americano” (TAVARES, 1997, p. 34).

Em síntese, a economia dos EUA, nos anos 1980, passa a conviver com um déficit gigantesco que funciona como instrumento de captação da liquidez internacional. Com a grande superioridade dos Estados Unidos em termos econômicos, geopolíticos e pela consolidação do dólar, esse mecanismo continua sendo bastante rentável para os investimentos privados provenientes de outras economias centrais, não mais restritas pelo acordo de Bretton Woods (TAVARES, 1997). Esse padrão se fortalecerá ainda mais ao longo dos anos 1990 com fortes consequências na periferia do sistema.

Consequências da crise para a periferia latino-americana e a opção burguesa pela financeirização

Os países periféricos passaram a adotar os receituários neoliberais a partir dos anos 1970, mas principalmente nos anos 1980 e 1990. As burguesias do Norte e suas sócias minoritárias do Sul, buscando manter a lucratividade, acabam com os entraves dos Estados para fazer uma nova rodada de acumulação através do endividamento e da financeirização. Não mais através de uma importação de industrialização, mas da retirada de direitos das classes trabalhadoras e da venda de ativos estatais.

Como consequência há uma reforma no Estado dos países periféricos, particularmente nos latino-americanos. O início da ofensiva neoliberal coincide com o período de redemocratização na América Latina, em que

¹² Frase de Margareth Thatcher ao justificar as medidas neoliberais que o seu governo, do Partido Conservador, realizava no Reino Unido. Apesar de remeter ao pensamento liberal do séc. XIX o TINA tornou-se o slogan neoliberal nos anos 1980 e 1990.



houve a possibilidade de uma implantação do neoliberalismo na constituição desses países através de consultas eleitorais e constituintes. Sob influência do capital internacional, os mesmos setores que burgueses que apoiaram a democratização da região aproveitam o momento política para a fabricação do consenso neoliberal¹³. (OSORIO, 2019)

Osorio (2012b) nos ajuda para compreender os pormenores dessa transição econômica que o capitalismo sofre na América Latina a partir dos anos 1970. Os países do subcontinente abandonam gradativamente o padrão de produção que o autor caracteriza de “integração ao capital estrangeiro” (p. 74) para a o “padrão exportador de especialização produtiva” (p. 74). Essa modificação consiste na desindustrialização de parte da capacidade instalada, em que predominam as burguesias que controlam indústrias como agrícola, alimentícia e energética. A maioria dos países latino-americanos, a partir da década de 1990, passam a aumentar de forma significativa a o valor das exportações sobre o PIB e, ao mesmo tempo tem um aumento muito grande em Investimentos Externos Diretos (IEDs) e venda de suas empresas estatais (OSORIO, 2012a).

Isso quer dizer que os Estados e suas classes dominantes têm sua produção capitalista modificada. A industrialização endógena, dependente de tecnologia do Centro, dá lugar a uma economia baseada em exportação de indústrias, geralmente de menor complexidade. As frações burguesas que passam a predominar são as responsáveis pelas manufaturas baseadas em recursos naturais¹⁴. Estas empresas são integradas ao capital estrangeiro senão por submissão direta, ao menos subsumidas em cadeias produtivas, que com uma presença menor do Estado na economia passam a dominar o mercado sem maiores percalços (OSORIO, 2012a).

A hierarquia monetária do pós-Bretton Woods faz com que a autonomia estatal, principalmente no quesito econômico e monetário, fique limitada a uma série de medidas para obter *hard currency* (dólares) necessária para a importação. Não há grandes oportunidades além de um *bandwagon* das burguesias do sul atrelando seus ganhos ao dólar, para

¹³ Um exemplo marcante é o editorial do Estado de São Paulo do dia 26/04/88 intitulado “A decisão Moçambique ou Japão” em que o jornal critica uma visão de “nacionalismo exaltado” ao estabelecer o funcionamento de empresas estatais sem abertura ao capital estrangeiro. Ver: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19880426-34712-nac-0003-999-3-not>

¹⁴ Agronegócio, mineração, alimentos são as indústrias que detém esta caracterização.



garantir a reprodução do capitalismo periférico. No entanto, é necessário compreender a natureza do capitalismo neoliberal. De acordo com Foster (2006) a crise descrita por Baran e Sweezy piorou, ademais novos sintomas começaram a surgir. O sistema capitalista teria encontrado novas maneiras de se reproduzir. A reestruturação neoliberal, aprofundada nos anos 2000, apenas piora a situação dos países periféricos acabando com os parques diretos e garantias asseguradas às suas massas trabalhadoras e população no geral. Entre os principais responsáveis por essa reestruturação estão o FMI, Banco Mundial, a OMC e as ETNs e governos dos países do Norte Global, em especial os EUA¹⁵.

O ganho material da reestruturação do sistema capitalista no sentido do neoliberalismo, recai ainda mais sobre a superexploração do trabalho. Marini (2005) remonta a superexploração como marca da troca desigual já no século XIX com a escravidão e mais tarde na industrialização periférica. Como na periferia os valores de troca produzidos são direcionados ao mercado internacional, os trabalhadores do Sul trabalham por muito menos que seus análogos do norte para produzir bens do mesmo valor, gerando já neste período grandes ganhos ao Norte Global. John Smith (2020) situa este conceito para a atualidade. Para o autor o sistema neoliberal se utiliza de cadeias de valor controladas por ETNs para transferir setores mais demandantes de trabalho vivo à países em que os trabalhadores tem piores condições de vida e de consumo. Consequentemente há um salário muito menor, e uma extração de mais-valor muito maior quando comparado com a indústria do Centro capitalista, sendo esse aspecto fundamental para compreensão do imperialismo contemporâneo. Para Smith "isso adquiriu uma enorme importância durante a era neoliberal, tornando-se a força motriz de uma maior transformação, o meio mais importante de aumentar a taxa de mais-valor e contrapor a tendência de queda da taxa de lucro" (2020, p. 68)

Segundo Amin, o capitalismo contemporâneo não mais tem como sua personificação o burguês propriamente dito, mas a sua manifestação concentra-se naqueles que tem o controle do dinheiro. "Ao disseminar a ilusão de que 'dinheiro dá cria', sem passar pela produção, a financeirização exprime, em último grau o caráter abstrato do capitalismo contemporâneo."

¹⁵ As instituições nascidas do acordo de Bretton Woods legitimam o poder hegemônico dos EUA e, consequentemente, dão as condições para o avanço dos interesses das suas empresas a nível internacional.



(AMIN, 2018a, p. 36). No “capitalismo abstrato”, seja no centro seja na periferia, a dominação política é manifestada por uma classe política a serviço do capitalismo dos monopólios generalizados, junto com ela há uma dominação ideológica a partir dos grandes grupos midiáticos. A imposição de uma perspectiva social individualista de que simples ações bastam para mudar o mundo e a própria qualidade de vida, em momento algum questionando o *status quo* da classe trabalhadora ou vislumbrando a tomada de poder pela mesma, é uma característica marcante deste modelo. Tem-se, assim, uma conformidade frente o poder do capital contemporâneo.

No que diz respeito ao Brasil o processo de financeirização econômica, que ocorre no centro capitalista, se desenrola de modo paulatino. À medida que a dependência tecnológica se aprofunda junto com a necessidade de sofisticação industrial do processo de substituição de importações há um aumento do endividamento externo nacional, financiando a importação de tecnologia. O pagamento de serviços da dívida passa a ser maior do que os “auxílios” econômicos oriundos do Norte Global. Neste cenário a especulação financeira torna-se predominante a partir da crise dos anos 1970.

O crescente endividamento nacional, modelo pelo qual o país passou a se industrializar desde os anos 1950 e, principalmente, através do regime militar pagou seu preço com as crises no centro capitalista. O II Plano Nacional de Desenvolvimento foi a tentativa da ditadura brasileira de manter o crescimento e diminuir, em certa medida, a vulnerabilidade nacional frente o capital estrangeiro. O Plano utilizou de medidas tais quais investimentos visando produção de bens de capital, autossuficiência energética e até mesmo distribuição de renda, todavia, não foi o suficiente para conter a crise¹⁶. A manutenção da recessão econômica foi suficiente para continuar fortalecendo a retórica neoliberal. Há uma aglutinação social em prol da abertura, que para burguesia significava também a possibilidade de políticas de ajuste e saída do Estado da economia (POCHMANN, 2016). Ou seja, essa

¹⁶ Carneiro (2002), esmiúça o II PND definindo três interpretações dominantes no que concerne a sua eficácia: uma visão ortodoxa que afirma que o Plano constituiu numa espécie de fuga a um ajuste ortodoxo necessário; outra visão que afirma que o Plano teve méritos e fez um ajuste estrutural na economia nacional; a última visão de que o ajuste estrutural falhou. Destacamos aqui o ponto de vista Castro e Souza (2004) que afirmam que o II PND foi responsável por uma formação bruta de capital fixo que teve como consequência uma retomada do crescimento econômico no início da segunda metade dos anos 1980.



conjuntura de desregulamentação do sistema modifica a maneira com que o capitalismo aparece nas sociedades sejam do Norte ou do Sul globais. Os setores da produção mais dependentes de trabalho vivo são enviados para países com salário mais baixo, principalmente na China e no leste asiático. As ETNs que capitaneiam este processo passam a adiantar este lucro no mercado financeiro, que contribui para a crescente hipertrofia das finanças que se apresenta do fim dos anos 1970 em diante. (SMITH, 2016)

A medida em que o setor estatal brasileiro cresceu, ele passou a ser visto pela burguesia industrial como concorrente. Não se trata de um movimento pelo fortalecimento da indústria nacional, mas sim “uma campanha em prol da ideia de empresa privada no geral” (EVANS, 1982, p. 230). Nas palavras de Evans (op.cit) “a hegemonia ideológica da empresa privada” movia os interesses da burguesia brasileira e nesse sentido o Estado aparece como mais um concorrente que atrapalhava o crescimento de suas empresas. A campanha por desestatização da economia coincide com a luta pela democratização e, nesse sentido, podemos inferir consequências claras. Com o vácuo político e econômico deixado pelo Estado floresce uma maior articulação dos bancos e empresas estrangeiras com a burguesia. Com o enfraquecimento da indústria de base nacional há uma maior dependência do capital estrangeiro para insumos e uma maior dependência do dólar. Há uma maior associação entre as burguesias do Norte e do Sul e por conseguinte, uma menor autonomia desta última.

De acordo com Álvaro Bianchi, durante a crise dos anos 1980 há uma disputa entre as frações da burguesia industrial brasileira. Parte dos industriais temiam perder mercado e não poder competir em pé de igualdade perante a entrada de empresas estrangeiras. Além disso, a indústria já vinha em crise desde o choque do petróleo. A arena de disputa consistia entre os industriais que buscavam um crescimento de seus negócios e uma abertura gradual do mercado nacional contra aqueles que eram partidários de uma abertura abrupta e da diminuição da presença do Estado na economia. Em meio a alta inflacionária e em um cenário de recessão, a ideologia do livre mercado, materializada pelo neoliberalismo, passa virar projeto político de alguns setores industriais, em maior medida daqueles controlados por ETNs. As tentativas de estabilização econômica no período da democratização, como o Plano Cruzado, falharam em conter a inflação e gerar crescimento. Isso fez com que os setores mais simpáticos a certo nível de desenvolvimentismo perdessem força na disputa. Devemos



ressaltar que ambas frações foram defensoras de um ajuste fiscal e privatizações das empresas estatais (Bianchi, 2010).

A adesão ao ideário neoliberal por parte da burguesia brasileira se afirma nos anos 1990, começando no governo de Fernando Collor (1990-1992) e se tornando perene a partir do plano Real. A estabilização monetária realizada através de ancora cambial com o dólar, depois de décadas de inflação, ajuda a construir o consenso na sociedade brasileira das “benesses” da responsabilidade fiscal. Do mesmo modo durante a década de 1990 são realizadas emendas constitucionais como a Lei de Responsabilidade Fiscal que cristalizam a lógica neoliberal no Estado brasileiro (MURATT, 2015).

Parripassu a implantação do neoliberalismo no país, o já mencionado processo de desindustrialização que houve na América Latina perdura no Brasil. Para Wilson Cano (2012) O Plano Real que traz consigo câmbio sobrevalorizado e alta taxa de juros por meio do tripé macro econômico, faz com que a indústria perca competitividade internacional e a capacidade de adquirir insumos do exterior. Além disso o crescimento da indústria chinesa com seus produtos invadindo tanto o mercado interno e mercados de exportações brasileiras desde os anos 1990 dificultou ainda mais o cenário da indústria.

Mesmo os governos do PT nos anos 2000 não deixaram de limitar-se aos ditames do neoliberalismo¹⁷. Aproveitando a alta internacional de commodities graças a maior demanda do mercado chinês foi possível realizar uma flexibilização das políticas neoliberais, principalmente a partir da segunda metade da mesma década. A partir disso houve ganhos reais ao Estado brasileiro, abrindo a possibilidade do governo fazer uma série de políticas sociais às classes mais baixas da população, como aumento do salário mínimo e algumas políticas anticíclicas a partir da crise de 2008, com o que ficou conhecido como neodesenvolvimentismo¹⁸.

O crescimento do PIB nacional, no neodesenvolvimentismo, teve uma maior presença do Estado na economia do que fora nos anos 1990. O governo, através do BNDES, passou a financiar fusões e aquisições de indústrias brasileiras buscando criar o que Almeida (2009) descreve como

¹⁷ Não está no escopo deste artigo avaliar o grau de sujeição ao neoliberalismo dos governos petistas. No entanto, devemos considerar que o tripé macroeconômico, existente desde o início do Plano Real, foi mantido com diferentes graus de flexibilização e arrocho.

¹⁸ Entenda-se por neodesenvolvimentismo a definição de Boito (2012, p. 6) “desenvolvimentismo na época do capitalismo neoliberal”.



“campeãs nacionais” com a finalidade de competir internacionalmente. No entanto, a mudança do padrão de acumulação descrita anteriormente, fez com que a especialização das campeãs nacionais fosse realizada em setores em que já havia uma facilidade de exportação. No caso Brasileiro, a partir do processo de desindustrialização, esses setores eram de agropecuária, alimentos, mineração e construção. A diminuição da participação da indústria no PIB e a reprimarização da pauta exportadora foram responsáveis por uma reorganização das frações burguesas em que hoje dominam o agronegócio e o rentismo. Todavia, essa política apresentou seus frágeis limites em 2013 (OSÓRIO, 2019). O resultado desta grande crise política e econômica, no Brasil, foi conhecido em 2016 com um golpe civil-parlamentar com beneplácito da mídia e dos mesmos setores industriais e setores exportadores, como agronegócio e mineração que foram beneficiados pelos governos petistas.

A partir de então os governos seguintes não tardaram em implantar as ideias de livre-mercado de forma severa, uma política externa de sujeição às demandas da tríade imperialista, sufocamento dos movimentos populares e políticas de assistência para as classes mais baixas. No entanto, as lideranças políticas, que hoje estão na oposição, parecem ter uma visão idealizada das classes dominantes. Pois buscam apoio nas mesmas para fazer uma política progressista na periferia global como demonstram as falas do ex-presidente Lula.¹⁹

Conclusão

Ao longo da história do capitalismo periférico, dentro do contexto capitalista mundializado comandado pela tríade imperialista, foi possível observar ensaios de desenvolvimento que não diminuiram a diferença entre o Norte e Sul Globais. Na verdade, houve um paulatino aumento nas discrepâncias entre centro e periferia, maior endividamento e dominação tecnológica, bem como aumento da superexploração do trabalho em anos recentes (SMITH, 2016). As últimas tentativas de questionamento da ordem

¹⁹ UOL. Lula diz que empresários deveriam rezar para que ele volte a ser presidente. Ver: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/04/17/lula-al-jazeera-empresarios-reza-rezando-bolsonaro-genocida-promessa.htm>



neoliberal dentro do capitalismo periférico latino-americano foram frustradas, com honrosas exceções²⁰.

A onda de governos de esquerda e centro esquerda na América Latina trouxe importantes vitórias as classes trabalhadoras do continente e inspirou mudanças sistêmicas no globo. Todavia, ao percebermos este processo em perspectiva histórica, tratou-se de um fenômeno efêmero e prontamente destruído com auxílio das classes dominantes locais para a preservação do sistema capitalista, repetindo como farsa o que ocorreu entre anos 1960 e 1970 na região. Nesse sentido esperamos que este trabalho possa ter contribuído para a necessidade de uma análise da burguesia periférica e latino-americana dentro da totalidade do sistema capitalista. Buscamos atentar ao fato de que as relações com o Norte e o imperialismo são elementos fundamentais para uma análise concreta da realidade política e social da periferia e da América Latina.

Percebe-se que muitas das classes políticas latino-americanas e periféricas incorrem no pensamento ingênuo que desconsidera a dinâmica sistema do capitalismo mundializado. As burguesias periféricas se formam ao longo da maior parte de sua história em conjunto com os seus análogos Centro. Esperar que uma concertação política local que conte com a cooperação das classes dominantes periféricas e destrua o próprio arranjo que lhe dá poder nos parece um forte equívoco, no entanto setores progressistas parecem ignorar este fato.

Procuramos aqui, traçar um histórico do capitalismo da América Latina e sua relação com o Centro para compreendermos a integração do Brasil e da sua burguesia neste sistema. Ressaltamos que esta burguesia que nasceu com a expansão do capitalista advinda da Europa obteve diferentes graus de autonomia até hoje. Buscamos trazer o debate para o âmbito histórico e concreto, para não incorreremos em erros na análise da burguesia. Aqueles que acreditam que o empresariado brasileiro foi socializado nas “práticas e nos valores democráticos” (PEREIRA E DINIZ, 2009, p. 84) ou que a burguesia está restrita a um espaço de disputa circunscrito no Estado (Boito, 2018; Saad, 2019) desconsideram o processo histórico de formação do capitalismo no país e no subcontinente latino-americano em sua totalidade.

²⁰ De acordo com Jaime Osorio essas exceções seriam Venezuela e Bolívia, apesar de estarem em crise. (OSORIO, 2019).



O que tentamos demonstrar dentro dos limites deste trabalho é que a burguesia periférica e suas frações disputam os projetos políticos do Estado, levando em consideração uma maior ou menor integração com o Centro capitalista, mas nunca uma dissociação. Pois uma vez dissociadas não poderiam reproduzir as relações sociais e de produção que mantém o *status quo*, seja interno e internacional, sendo necessários a manutenção de baixos salários, desigualdade de renda e repressão social. Por isso devemos levar em conta que a configuração do capitalismo contemporâneo faz com que as burguesias do Sul Global não tenham escolha além de optar pela exploração de seus trabalhadores para além dos limites, quer dizer, retirar além do que é apropriado pelo Centro. Já no Norte, os frutos da exploração do Sul Global são utilizados pela burguesia para a reprodução do sistema capitalista de modo a satisfazer suas burguesias. Ademais, os recursos extraídos do Sul são necessários para manter o *hard* e o *soft power* reforçando a dominação sobre os países periféricos. Por isso Smith (202) afirma que, os sonhos das burguesias periféricas são “apenas sonhos” (p. 58), sendo sempre sujeitas à primazia do imperialismo.

Referências

- ALMEIDA, Mansueto. Desafios da real política industrial brasileira do século XXI. **Texto para discussão**, 2009. Disponível em: <https://www.econstor.eu/handle/10419/90932>
- AMIN, S. The New Triad Imperialism. In **Obsolescent Capitalism**. Zed, 2003.
- _____. **A implosão do capitalismo contemporâneo**: outono do capitalismo, primavera dos povos. Trad. de Wanda Brant. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2018a.
- _____. **Modern imperialism, monopoly finance capital, and Marx's law of value**: monopoly capital and Marx's law of value. NYU Press, 2018b.
- _____. **Eurocentrismo**: crítica de uma ideologia. Lavrapalavra, São Paulo, 2021.
- ARRIGHI, Giovanni. The world economy and the Cold War, 1970–1990. In: LEFFLER, Melvyn P.; WESTAD, Odd Arne (org). **The Cambridge History of the Cold War**. Cambridge University Press, 2010.
- BIANCHI, Álvaro. **O ministério dos industriais**: a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo na crise das décadas de 1980 e 1990. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2010.



- BOITO, Armando. **Reforma e crise política no Brasil**: os conflitos de classe nos governos do PT. Campinas, São Paulo: Editora Unicamp, 2018.
- _____. **As bases políticas do neodesenvolvimentismo**. 2012. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/16866/Painel%203%20-%20Novo%20Desenv%20BR%20-%20Boito%20-%20Bases%20Pol%20Neodesenv%20-%20PAPER.pdf>
- CANO, Wilson. A desindustrialização no Brasil. **Economia e sociedade**, v. 21, n. spe, p. 831-851, 2012.
- CARNEIRO, Ricardo. **Desenvolvimento em crise**: a economia brasileira no último quarto do século XX. São Paulo: Unesp, 2002.
- CASTRO, Antônio Barros de; SOUZA, Francisco E. P. **Economia brasileira em marcha forçada**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004
- EVANS, Peter B. **A tríplice aliança**: as multinacionais, as estatais e o capital nacional no desenvolvimento dependente brasileiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- _____. **Autonomia e parceria**: estados e transformação industrial. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2004
- FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. Globo Livros, 2006.
- FOSTER, John Bellamy. Monopoly-finance capital. **Monthly Review**, v. 58, n. 7, p. 1, 2006.
- _____. The age of monopoly-finance capital. **Monthly Review**, v. 61, n. 9, p. 1, 2010.
- GUNDER FRANK, André. **Lumpen-burguesia. Lumpen-desenvolvimento**. Porto: Portucarlense Editora, 1971.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **A revolução brasileira**: a questão agrária no Brasil. Companhia das Letras, 2014.
- LENIN, V. I. **Imperialismo**: estágio superior do capitalismo. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- MAGDOFF, Harry. **A era do imperialismo**: a economia da política externa norte-americana. Portucarlense Editora, S/d, 1972.
- MARINI, Rui Mauro. Dialética da dependência. In: Traspadini, R. Stédile, J. P. (Org.) **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005. P. 131-172.
- MARX, Karl. **Para a Crítica da Economia Política**. Os economistas. São Paulo: Abril Cultural 1982
- _____. **O capital**: livro 1, o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, v. 894, 2013.
- MURATT, B.S. **Infraestrutura social no Brasil**: o papel do BNDES nas políticas de saneamento básico dos governos Lula (2003-2010).



- (Dissertação de mestrado). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2015.
- OSORIO, J. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região. In: OSORIO, J. et. al. (Org.). **Padrão de reprodução do capital**. SP: Boitempo, 2012a, p. 103-133.
- _____. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: OSORIO, J. et. al. (Orgs.). **Padrão de reprodução do capital**. SP: Boitempo, 2012b, p. 37-86.
- _____. **O Estado no centro da mundialização**: a sociedade civil e o tema do poder. São Paulo: Expressão Popular, 2019.
- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Desenvolvimento e crise no Brasil**: história, economia e política de Getúlio Vargas a Lula. Editora 34, 2003.
- _____; DINIZ, Eli. Empresariado industrial, democracia e poder político. **Novos estudos CEBRAP**, n. 84, p. 83-99, 2009.
- POCHMANN, Marcio. **Brasil sem industrialização**: a herança renunciada. Editora UEPG, 2016.
- SAAD FILHO, Alfredo; MORAIS, Lecio. **Brasil**: neoliberalismo versus democracia. Boitempo Editorial, 2019.
- SARGENT, Daniel. The Cold War and the international political economy in the 1970s. **Cold War History**, v. 13, n. 3, 2013, p. 393-425.
- SCHNEIDER, Ben Ross. The developmental state in Brazil: comparative and historical perspectives. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 35, n. 1, p. 114-132, 2015.
- SMITH, John. **Imperialism in the twenty-first century**: Globalization, super-exploitation, and capitalism's final crisis. NYU Press, 2016.
- _____. Exploração e superexploração na teoria do imperialismo. In: LÓPEZ, Emiliano (Org.). **As veias do sul continuam abertas**. Expressão Popular, São Paulo, 2020.
- SWEEZY, Paul; BARAN, Paul. **Capitalismo monopolista**. Tradução de Waltensir Dutra, 1966,
- STRANGE, Susan. **Casino capitalism**. Manchester University Press, 2015.
- TAVARES, Maria da Conceição. A retomada da hegemonia norte-americana. In: TAVARES, Maria da Conceição & FIORI, José Luiz. **Poder e dinheiro**: uma economia política da globalização, 1997, p. 27-53.

Recebido em 14 out. 2021 | aceite em 14 dez. 2021.



Texto para Discussão



Por que a onda progressista não abriu caminho para um mundo melhor?

Fabio Luis Barbosa dos Santos¹

Daniel Augusto Feldmann²

Resumo

Diante do agravamento de problemas econômicos e sociais no contexto da pandemia, em que há um «revival» keynesiano nos países industrializados, este artigo questiona se faz sentido reviver o progressismo como uma alternativa civilizatória na América Latina. O texto faz o seguinte movimento. Inicialmente, problematiza-se a ideologia do progresso. Em seguida, sobrevoa-se a situação de diferentes países latino-americanos no contexto que antecedeu a pandemia do coronavírus, para explorar a hipótese de esgotamento do progressismo. Ao contrário de explicar o momento político atual como uma reação a avanços precedentes, sugere-se que a tentativa de conter o processo histórico de dessocialização nos marcos da crise estrutural do capitalismo implicou no recurso a práticas, dispositivos e políticas que terminaram acelerando este mesmo processo, que é detalhado no caso brasileiro. As noções de «contenção aceleracionista», «progressivismo regressivo» e «neoliberalismo inclusivo» são as chaves propostas para examinar as contradições do progressivismo e entender porque a onda progressista não abriu caminho para um mundo melhor. O texto se encerra com um paralelo entre as expectativas de um retorno keynesiano no contexto da pandemia e os limites do horizonte civilizatório progressista para enfrentar os problemas estruturais agravados por esta situação inédita.

Palavras-chave: Onda progressista; Progresso; Pandemia; Keynesianismo.

¹ Professor da Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP e do Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina (PROLAM) da Universidade de São Paulo - USP. | fabio.luis@unifesp.br

² Professor da Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP. Doutor em Desenvolvimento econômico pela UNICAMP com Pós Doutorado no Laboratório de Sociedade, Filosofia e Antropologia Política (SOPHIAPOL) da Universidade parís Nanterre. | dafeldbr@yahoo.com.br



Resumo

Ante el agravamiento de los problemas económicos y sociales en el contexto de la pandemia, en la que se vive un resurgimiento "keynesiano" en los países industrializados, este artículo cuestiona si tiene sentido revivir el progresismo como alternativa civilizadora en América Latina. El texto hace el siguiente movimiento. Inicialmente, se discute la ideología del progreso. Luego, se releva la situación de diferentes países latinoamericanos en el contexto que precedió a la pandemia de coronavirus, con el fin de explorar la hipótesis del agotamiento del progresismo. Más que explicar el momento político actual como reacción a avances previos, se sugiere que el intento de contener el proceso histórico de desocialización en el marco de la crisis estructural del capitalismo implica el uso de prácticas, dispositivos y políticas que terminaron acelerando este mismo proceso, que se detalla en el caso brasileño. Las nociones de "contención aceleracionista", "progresismo regresivo" y "neoliberalismo inclusivo" son las claves propuestas para examinar las contradicciones del progresismo y entender por qué la ola progresista no abrió el camino a un mundo mejor. El texto finaliza con un paralelismo entre las expectativas de un retorno keynesiano en el contexto de la pandemia y los límites del horizonte de la civilización progresista para enfrentar los problemas estructurales agravados por esta situación sin precedentes.

Palabras clave: Ola progresista; progreso; pandemia; Keynes.

Abstract

In a context of worsening economic and social problems in the face of the pandemic, where a Keynesian revival is being observed in industrialized countries, this article questions whether it makes sense to revive progressivism as a civilizing alternative for Latin America. The text addresses this issue through the following steps. Initially, the ideology of progress is problematized. Then an overview of the situation of different Latin American countries in the context that preceded the outbreak of the Conavirus pandemic is undertaken, to explore the hypothesis of the exhaustion of progressivism. Contrary to explaining the current political moment as a reaction to past governments, it is suggested that the Pink Tide attempt to contain a historical process of de-socialization within the framework of the structural crisis of capitalism, implied the use of practices, devices and policies that ended up accelerating this same process, which is further detailed in the Brazilian case. The notions of "accelerationist containment," "regressive progressivism," and "inclusive neoliberalism" are the proposed keys to examining the contradictions of progressivism and understanding why the Pink Tide has not paved the way for a better world. The text is closed by a parallel between the expectations of a Keynesian return in the context of the pandemic, and the limits of the progressive landscape to face the structural problems that this unforeseen situation aggravates.

Keywords: Pink Tide; Progress; Pandemic; Keynes.



Introdução³

Agora “somos todos keynesianos”, diz o adágio que por ora volta em tempos pandêmicos. De fato, na América Latina e no mundo, emergiu no contexto crítico do covid-19 um inusitado “Novíssimo Consenso Macroeconômico” que aparentemente, diverge bastante e em certos termos se opõe ao “Novo Consenso Macroeconômico” que prevaleceu nas últimas décadas entre o que se chama de *mainstream* entre os economistas. Sintomático nesse sentido é o relatório do FMI lançado em abril de 2020, em que notam-se proposições que destoam das orientações que historicamente norteiam o Fundo e que não deixam de ecoar agora um sabor, por assim dizer, keynesiano. Este *revival* não é fortuito. Afinal, o pano de fundo da proposta keynesiana de um capitalismo regulado, foi a maior depressão econômica do século XX, entremeada por duas guerras mundiais. Embora o economista britânico vislumbrasse um futuro de paz e prosperidade (que encontraram lastro histórico nos trinta anos gloriosos), chegando até a profetizar o fim do rentismo, sua máxima de que era preciso « salvar o capitalismo dos capitalistas » revela o que pode ser considerado como a sua preocupação fundamental: administrar as contradições do capitalismo, de modo a viabilizar a vitalidade do sistema.

Em termos comparáveis, mas diferentes, que correspondem à peculiaridade da situação periférica, a utopia de civilizar o capitalismo na América Latina foi encarnada pelo ideário nacional-desenvolvimentista que prosperou no pós Segunda Guerra, tendo como referência fundamental o pensamento cepalino. À sua época, este ideário inspirou uma pluralidade de experiências políticas balizadas pelo ensejo comum de conciliar desenvolvimento econômico e integração social, na expectativa de consolidar nações. Animados por um desígnio comparável, não por acaso diversos governos identificados com a *South American Pink Tide* no século XXI recuperaram o referencial desenvolvimentista, exemplificado de forma lapidar pelo neodesenvolvimentismo reivindicado pelas gestões petistas no Brasil. Eleitos em um contexto de reação ao neoliberalismo, as diversas expressões do reformismo progressista buscaram um mínimo denominador comum entre globalização e soberania na esfera internacional, e entre neoliberalismo e integração da população no plano doméstico. À sua

³ Os argumentos deste texto foram expandidos e elaborados no livro "O médico e o monstro. Uma leitura do progressismo e seus opositos" (São Paulo: Elefante, 2021).



maneira, perseguiram a pedra filosofal de um « neoliberalismo inclusivo », como outrora se perseguiu o « desenvolvimento dependente », na expectativa de que deste amálgama, emergiriam nações mais democráticas e soberanas.

Entretanto, quando eclodiu o coronavírus, o progressismo latino-americano vivia um refluxo. A maioria dos países da região era comandada por governos abertamente alinhados com a agenda da austeridade fiscal e em princípio, hostis a um maior intervencionismo estatal, à políticas fiscais expansionistas e a controles de capitais, entre outras medidas mais próximas do ideário desenvolvimentista repaginado pelo progressismo. Em um contexto de agravamento dos problemas econômicos e sociais da região em função da pandemia, em que se observa um revival keynesiano nos países centrais, questionamos neste artigo se faz sentido reivindicar uma volta ao progressismo como alternativa civilizatória para a América Latina. Endereçar este tema exige uma interpretação da dinâmica que levou ao malogro do progressismo latino-americano, cujas linhas gerais delinearemos.

O artigo apresenta a seguinte estrutura. Inicialmente, problematizamos a ideologia do progresso e sua ressonância na América Latina, para em seguida, sobrevoar a situação de diferentes países no contexto que antecedeu a pandemia. Ao contrário de entender o momento político atual como uma reação ao progressismo, sugerimos que a tentativa progressista de conter um processo histórico de dessocialização nos marcos da crise estrutural do capitalismo, implicou no recurso a práticas, dispositivos e políticas que terminaram acelerando este mesmo processo, o que é explorado com mais detalhes no caso brasileiro. As noções de “contenção aceleracionista”, “progressismo regressivo” e “neoliberalismo inclusivo” são as chaves propostas para examinar as contradições do progressismo e compreender por que a onda não abriu caminho para um mundo melhor. Encerramos o texto estabelecendo um diálogo entre as expectativas de um retorno keynesiano motivado pelo contexto da pandemia, e os limites do horizonte progressista para enfrentar os problemas estruturais que esta situação imprevista, agudiza.

1. O progresso como ideologia

A catástrofe social e econômica decorrente da pandemia oferece mais um motivo para colocar em questão o paradigma do progresso, que balizou ideologias políticas à direita e à esquerda do espectro político desde o



século XIX. Já o filósofo Theodor Adorno aventava a hipótese de que, na modernidade, a noção de progresso havia se tornado um mito em contínua repetição. Neste processo, engendrava o oposto das aspirações declaradas em seu nome, que só poderiam ser seriamente contempladas caso fosse posto em xeque o próprio conceito de progresso.

A atualidade desta reflexão, não reside apenas no fato de que a origem do covid-19 e de outras patogenias que tem se multiplicado pelo mundo, remete à forma cega e deletéria pela qual os homens produzem mercadorias em nome da ideia de progresso. Uma outra dimensão aqui também é essencial. Os que falam hoje que, para preservar a economia é necessário ("infelizmente") deixar a pandemia ceifar vidas, estão apenas externando uma brutalidade que em tempos "normais", se busca recalcar. Afinal, a própria lógica econômica da nossa sociedade é assassina e suicida, na medida em que rejeita qualquer consideração social alheia ao processo de valorização sem fim do capital, cada vez mais precário e inviável, contra tudo e contra todos. Destarte, apesar da sensação generalizada de fim do mundo, ou talvez mesmo alimentado por esta sensação, o progresso continua sendo erigido como força onipresente, ao qual todos devem se curvar.

O problema se agrava quando observamos que a justificada indignação contra semelhante crueldade pragmática, talvez não seja um bom guia para o enfrentamento da questão. Pois o problema do "progressismo" é que ele carrega a ilusão de que se poderia separar seus bons e maus efeitos, em relação aos termos em que se dá a reprodução social na atualidade: o joio do trigo. O esteio desta quimera é a ideia de que uma condução bem-intencionada e racional da vida social e econômica basta para que predominem os resultados desejáveis, frente aos indesejáveis. Com isso, oblitera-se a questão de fundo, que reside no próprio movimento do progresso, que a tudo arrasta e destrói.

Historicamente nascido da dominação consciente dos homens sobre a natureza e seus semelhantes, o progresso se inverte num enorme poder inconsciente que se impõe de forma heterônoma aos indivíduos, sociedades e Estados. Isso significa que, ao aderirmos às premissas aparentemente científicas e racionais de tal poder, subordinamos a sociedade ao caráter incontrolável de exigências irracionais contrárias não apenas a uma vida saudável para as pessoas, mas também contra a sua própria sobrevivência. Tal veredito, se ainda resta alguma dúvida, fica nítido ao confrontarmos a sofisticação tecnológica das formas atuais de se produzir, com as



dificuldades para garantir uma estrutura mínima de saúde aos indivíduos frente à pandemia global, assim como com os obstáculos para se assegurar a subsistência material daqueles que ficaram sem renda face ao desabamento econômico.

O trilho do progresso, independentemente da coloração ideológica com que seja pintado, é a via tautológica da acumulação pela acumulação, da produção pela produção, do crescimento pelo crescimento. Uma via civilizatória que subordina toda vida ao movimento do valor e a seus objetivos abstratos de expansão sem fim, obliterando qualquer possibilidade de subordinar a vida material aos desígnios conscientes da sociedade. Em outras palavras, o substrato inerente ao conceito de progresso, seu caráter expansivo e infundável, é o caráter expansivo e infundável do próprio capital. Por isso, é indiferente se o polo dominante em cada sociedade é o mercado ou o Estado, como nos ensinam as experiências soviética e chinesa: regimes igualmente pautados pelo progresso, neste caso travestido de desenvolvimento das forças produtivas, as sociedades produzidas pelas revoluções russa e chinesa foram incapazes de superar a mercantilização do trabalho e da vida – em suma, de ir além do capital (Mészáros: 1999). O trilho progressista, apesar das reivindicações de autonomia humana em seu nome, reafirma a crescente impotência da atividade de homens e mulheres, frente à dominação de estruturas impessoais. E não poderia ser diferente, uma vez que o afã moderno pelo progresso sempre implica uma adaptação da sociedade produção de mercadorias e dinheiro, bem como às relações técnicas, sociais e ambientais que convergem no objetivo de alargar indefinidamente, a escala dessa mesma produção.

2. O progressismo antes da pandemia

Uma apreciação crítica da onda progressista na América Latina deve estar referida a este sentido universal do conceito de progresso, mas também deve considerar suas implicações específicas para o subcontinente. Na história da região, constata-se uma diversidade de avatares que ressoam a retórica do progresso, como desenvolvimentismo, projeto nacional, busca pela soberania nacional, choques liberais, modernização institucional, perspectiva de convergência econômica e social com os países ricos, entre outros. Entretanto, o fluxo dinâmico do movimento histórico se subverteu nos decênios recentes. Se outrora o progresso aparecia como um caminho para a formação de economias nacionais integradas e sociedades salariais



inclusivas modeladas no Estado de Bem-Estar social, no presente o sinal se inverteu, e são os fantasmas tipicamente latino-americanos da superfluidade e da exclusão, que se universalizam. A raiz deste processo remete à crise do capital que se coloca a partir dos anos 1970, cuja natureza não é cíclica, mas estrutural: um *continuum* depressivo incapaz de engendrar uma nova rodada de acumulação produtiva global e sustentável (Mészáros: 1999). Neste quadro, a aposta tácita de que a história latino-americana ainda estaria no lado do progresso no século XXI, só poderia se colocar como um norte simbólico ou como fonte de legitimação - isto é, como ideologia.

Para discutir esta hipótese, examinaremos a seguir, aspectos da conjuntura latino-americana nos meses que antecederam a eclosão do coronavírus. Nossa hipótese é que estava em curso um agravamento da crise social na região, que se expressa politicamente no esgotamento do progressismo como via de gestão das tensões sociais no continente. Trata-se de um duplo esgotamento, na medida em que o progressismo foi percebido distintamente pelos de cima e pelos de baixo: visto do topo, o progressismo se inviabilizou como via de gestão da ordem, enquanto entre os de baixo, perde a legitimidade que um dia teve, como hipótese civilizatória alternativa. Neste quadro, novas formas gestão da panela de pressão social que é a América Latina, estão sendo gestadas, em sintonia com uma tendência mundial em que as convergências entre neoliberalismo e autoritarismo se intensificam. Embora a pandemia recoloque o intervencionismo estatal e políticas de assistência social no debate e na prática política mundial, entendemos que a tendência fundamental acima descrita não será revertida: assim como uma reedição do keynesianismo é impossível no século XXI, o desenvolvimentismo na qual se escorou o progressismo latino-americano, se tornou uma ideia fora do lugar.

Para discutir o esgotamento do progressismo, examinaremos a seguir a situação anterior à pandemia nos dois países em que fincou raízes mais profundas, Venezuela e Bolívia, nos quais constituições foram reescritas no início do século XXI com o objetivo de refundar nações. Ao analisar estes países, nos deparamos com diferentes vias que conduziram o progressismo a uma situação crítica no período recente. Na sequência, abordaremos situações que parecem desmentir o fim do progressismo: México, Argentina e mesmo o Brasil. Sugerimos que o progressismo não está necessariamente sepultado como alternativa da ordem, mas sim, como horizonte de mudança. Nestes dois últimos casos, assim como no Uruguai, constata-se que a política progressista se tornou restauracionista, porque busca a



impossível reedição de um passado recente idealizado: enquanto a direita troca a sua pele, o progressismo se revela, literalmente, sem futuro, o que é explicitado no contexto da pandemia.

a) Poder progressista: Bolívia e Venezuela

De maneira geral, argumentamos que na crise do progressismo convergem, de diferentes modos, aspectos políticos, econômicos e sociais. Na Bolívia, a crise explodiu pela política. A conjuntura que levou à renúncia de Evo Morales é um assunto complexo e motivo de controvérsia na esquerda. Sem entrar nos meandros do debate, é essencial ter clareza sobre alguns pontos. Em primeiro lugar, a situação que resultou na derrubada do presidente não deve ser enquadrada como uma disputa meramente de 'esquerda contra direita', uma vez que, ao menos desde 2011, a base popular do governo está rachada. Naquele ano, foi reprimida brutalmente uma marcha indígena contra a construção de uma rodovia atravessando o parque natural e reserva indígena do TIPNIS, cindindo o *Pacto de Unidad* que aglutinava as principais organizações sociais do país em torno do MAS desde 2004. Nesta mesma conjuntura, um significativo grupo de intelectuais, incluindo egressos de altos postos no governo, circulou um *Manifiesto por la recuperación del Proceso de Cambio para el pueblo y con el Pueblo*.

O governo reagiu a esta fratura em sua base de apoio de modo intolerante, perseguindo, difamando e dividindo organizações e lideranças críticas (Fides, 2013; 2015). Ao mesmo tempo, consolidou alianças com setores políticos conservadores, o agronegócio e as multinacionais que exploram hidrocarbonetos e minérios. Ninguém no andar de cima estava perdendo dinheiro na Bolívia de Morales. Neste processo, o MAS reforçou seu poder junto à mídia, o judiciário, a polícia e mesmo na relação com as Forças Armadas, lubrificada com orçamentos elevados e a manutenção de privilégios, como a aposentadoria integral. Este projeto de poder centrou-se cada vez mais na figura de Evo Morales, alimentada pelo ideólogo do regime, o vice-presidente García Linera, sob a consigna de um "evismo, o nacional-popular em ação" (García Linera, 2006).

Estas considerações colocam em contexto a derrota sofrida por Morales no referendo constitucional em fevereiro de 2016, propondo remover as restrições à reeleição presidencial. À essas alturas, numerosos movimentos populares, organizações sociais e intelectuais da esquerda eram críticos ao governo e contrários à proposta. Apesar do revés por estreita margem, o presidente insistiu em candidatar-se. Argumentou junto ao



Tribunal Constitucional do país que o veto à sua candidatura infringia um direito assegurado pelo artigo 23 da Convenção Americana de Direitos Humanos, da qual a Bolívia é signatária: a candidatura de Morales colocava-se como um direito humano, acima da norma constitucional. Cumpre lembrar que cinco anos antes, o tribunal já favorecera o presidente ao permitir sua terceira candidatura, uma vez que a constituição permite apenas uma reeleição. Na ocasião, considerou-se que sua primeira eleição em 2005 não seria contabilizada, porque a constituição entrara em vigor posteriormente. Na prática, em outubro de 2019 Morales candidatou-se ao seu quarto mandato consecutivo.

Neste contexto, difundiu-se um profundo mal-estar em relação à esta entre diversos segmentos da população, e não apenas da direita. Quando a apuração dos votos foi suspensa em um momento em que o presidente liderava, mas não evitava o segundo turno (a lei boliviana exige 10% de vantagem em relação ao segundo colocado), este mal-estar transbordou. O resultado final deu vitória ao presidente no primeiro turno por estreita margem, mas a suspeita de fraude provocou um levante no qual quem tomou as ruas não foi a direita (embora ela também estivesse presente), mas sobretudo, uma juventude para quem o MAS, no governo havia quinze anos, sempre foi poder. Confrontado com policiais rebelados, o governo apelou para o exército, que se recusou a reprimir os dissidentes e “sugeriu” a renúncia ao presidente. Em suma, os protestos desestabilizaram o governo e criaram uma situação que a direita se empenha, desde então, em se aproveitar.

Analisada a dinâmica que levou o MAS à sua derrocada no seu conjunto, assistimos na Bolívia a uma tentativa do progressismo, uma vez convertido em poder, se perpetuar no governo a despeito das regras que ele próprio estabeleceu: é uma modalidade de progressismo monocrático.

Na Venezuela, a origem da crise é econômica. Sua raiz remete às limitações do bolivarianismo para romper com a situação que Celso Furtado descreveu como “subdesenvolvimento com abundância de divisas” (Furtado, 2008), ou seja: diversificar uma economia dependente da exportação do petróleo, superando a chamada ‘doença holandesa’, em que a apreciação da moeda local diante do influxo de divisas oriundas do petróleo, torna relativamente fácil e barato importar, inibindo a produção nacional. O risco é o país se tornar uma espécie de “parasita da natureza”, segundo a expressão empregada por Uslar Petri nos anos 1930.



A crise econômica tem três expressões principais: inflação, desajuste cambial e escassez de bens. Em particular, a disparidade entre a taxa de câmbio oficial e o câmbio negro, em uma economia que importa tudo o que consome, teve um efeito social desagregador. Em uma situação de escassez relativa de divisa agravada pela queda no preço do petróleo, itens básicos eram vendidos segundo a cotação paralela (por vezes de modo ilegal, pois importados pelo dólar oficial), cuja cotação disparou: no momento das eleições em dezembro de 2015, a diferença entre o câmbio oficial e o paralelo superava cem vezes (aproximadamente 1 dólar para 7 bolívares no oficial e 1 para 800 no paralelo) e dali em diante, só aumentou. Neste contexto, transitou-se de uma situação episódica, em que muitos ganhavam algum dinheiro especulando no varejo (por exemplo, enchendo o tanque de gasolina na Venezuela para revendê-la na Colômbia), para uma realidade em que todos precisam de dólares para defender o seu padrão de vida. Em suma, uma realidade em que o trabalho (os ganhos do trabalho), não basta para assegurar a reprodução social.

Este é o pano de fundo da corrosão da popularidade do bolivarianismo, que se expressou nas urnas em dezembro de 2015, quando o governo sofreu uma derrota acachapante, elegendo menos de 1/3 dos parlamentares. Esta situação confrontou o bolivarianismo com um dilema. Aceitando o resultado, se colocava em uma condição vulnerável, pois a maioria parlamentar absoluta permitiria à oposição manobrar para revogar ou impedir o mandato de Maduro. Por outro lado, desconhecer o resultado implicaria em contornar a institucionalidade na qual o processo tinha se apoiado até então - lembremos que o bolivarianismo sob Chávez realizou em 13 anos, 17 eleições e plebiscitos, dos quais venceu 16. O governo optou pela segunda via e este curso dividiu até mesmo seus apoiadores. Há quem entenda que os fins justificam os meios, argumentando que é preciso evitar o destino dos sandinistas na Nicarágua, que entregaram o poder em 1990 para rivais que desmantelaram os avanços precedentes. Por outro lado, há aqueles que entendem que os meios contradizem os fins, e o bolivarianismo se afasta de qualquer aspiração de mudança, com a qual originalmente se identificou: na síntese de Edgardo Lander (SUBVERTA, 2019), quanto mais tempo Maduro ficar no poder, menos restará do chavismo.

Neste processo, o governo radicalizou a aliança com os militares, que comandam a vice-presidência, diversas administrações estaduais e ministérios, mas também a PDVSA, o comércio exterior, a importação e distribuição de alimentos, a compra de armas, projetos de mineração,



contrabandos diversos (Jácome, 2018). Enquanto isso, a crise se aprofunda: em maio de 2019, relatório do banco central estimou a inflação dos doze meses anteriores em 282.000%. Naquele mês, a cesta básica familiar era calculada em 1.218.147,82 bolívares, enquanto o salário mínimo vigente era de quarenta mil bolívares, o que significa que era preciso um salário mínimo por dia para alimentar adequadamente uma família. A queda do PIB nos últimos cinco anos foi superior a 50%, o que supera a retração sofrida pela Polônia entre 1939 e 1943 em meio à Segunda Guerra e a ocupação nazista, quando o PIB caiu 44%. Nesta conjuntura, calcula-se que mais de um milhão de venezuelanos deixaram o país nos anos recentes (Cenda, 2019; Prodavinci, 2019; Rivas Alvarado, 2019; Sutherland, 2019). Na Venezuela, único caso em que a reação conservadora reforçou o compromisso do governo com a mudança e não com a ordem, resultando na experiência em que o progressismo durou mais tempo e fincou raízes mais profundas, constata-se, na atualidade, o progressismo como desastre.

b) A esperança progressista: México, Argentina e Uruguai

Este quadro poderia ser ampliado para incluir o processo equatoriano. Neste país, a conversão de *Alianza País* em um partido da austeridade e as disputas intestinas de suas lideranças, resultaram em uma modalidade de transformismo progressista no sentido gramsciano do termo, ou seja: da transformação entendida como incorporação da oposição, à ordem. Em lugar disso, discutiremos a esperança que ainda se deposita no progressismo, que tem como expressão mais importante o episódio mexicano de progressismo tardio. De fato, trata-se de um caso importante e interessante, particularmente quando contrastado com o Brasil. A questão central que se coloca, do ponto de vista da nossa análise, é interrogar se a eleição de López Obrador em 2018 deve ser interpretada antes como uma vitória da mudança, ou como uma alternativa de gestão da crise.

A partir desta perspectiva, avançamos duas observações. Em primeiro lugar, é relevante constatar que, em todos os países em que o progressismo ainda não chegou à presidência, frentes de esquerda ficaram em segundo ou terceiro lugar nas últimas eleições (Peru, Colômbia, Chile), e na mais recente delas no México, venceu. Em segundo lugar, é pertinente examinar o contexto desta vitória, que tem como pano de fundo a monumental crise mexicana, expressa na precariedade do trabalho que impulsiona a imigração; na violência, entre o narcotráfico e os feminicídios; no drama agrário e na



questão indígena; na obesidade e na diabetes como questões de saúde pública; e assim por diante (Dessotti; Franzoni; Santos, 2019).

Sem detalhar esta lista, que poderia ser alongada, é possível sintetizar a singularidade dos desafios mexicanos em uma comparação com o contexto em que Lula foi eleito em 2002. Como no Brasil, constatam-se todos os problemas de um país latino-americano que se industrializou, associados à desigualdade e à dependência. Mas no caso mexicano, é preciso acrescentar uma sociedade e uma política com alto nível de penetração do crime organizado (como o Brasil não tinha naquele momento), e um casamento de papel passado com os Estados Unidos, na forma do Acordo de Livre Comércio da América do Norte em vigor desde 1994 (o Nafta, rebatizado como Acordo Estados Unidos-México-Canadá). Distante de um acordo restrito à esfera comercial, o Nafta tem efeitos em todas as esferas da vida mexicana, desde a política agrária até o padrão alimentar (grãos transgênicos estadunidenses subsidiados que invadiram mercados mexicanos), passando pela política de segurança (entre o *Plan Mérida* e a “Guerra às drogas” decretada em 2006), a política industrial e de salários em uma economia maquiladora, a questão migratória, que incide na relação com os vizinhos centro-americanos (pela qual AMLO tem sido particularmente criticado) e assim por diante.

Como López Obrador deixou claro que não mexerá nesta relação, mas ao contrário, sua equipe participou da renegociação do acordo antes mesmo de sua posse, infere-se que a margem de manobra para mudanças no país, é estreita. O fato de contar com uma maioria no congresso que o PT jamais teve, não modifica o quadro. O MAS boliviano, o kirchnerismo e o Frente Amplio uruguaio também tiveram maioria parlamentar em seu momento, o que não se traduziu em radicalização política.

O que se vislumbra no México neste momento, é uma espécie de contradança com o Brasil. Enquanto no país sul-americano a eleição de Bolsonaro sinaliza o fim da Nova República que sucedeu a ditadura, no México, o que se esgotou é o padrão de dominação de um partido de Estado que atravessou o século XX, e que desde 2000, incluiu um segundo partido conservador, configurando o que os mexicanos descrevem como “PRIAN” – um amálgama do PRI com o PAN. Em suma, a experiência mexicana indica que o progressismo tardio não é uma carta fora do baralho do ponto de vista da gestão da ordem, particularmente nos países onde ainda não chegou à presidência. Entretanto, sua margem de manobra como



alternativa de gestão da crise tende a ser cada vez mais reduzida, como certamente se verá no caso argentino.

Em contraste com o Brasil, onde Rousseff foi deposta em meio a um controverso impeachment em 2016 e Lula foi preso dois anos depois, a alternância macrismo-kirchnerismo na Argentina se deu nos marcos da normalidade burguesa. O kirchnerismo perdeu as eleições em 2015, fez oposição responsável durante quatro anos e agora, voltou à Casa Rosada, embora na vice-presidência. Evidentemente, o modo como perdeu (nas urnas) e aceitou a derrota em 2015, facilitou o seu retorno. É discutível até que ponto a vitória de Alberto Fernández à frente de uma coalizão, pode ser entendida como um retorno do progressismo, inclusive porque em todos os desentendimentos que teve quando Cristina Kirchner era presidenta, Fernández defendeu posições mais conservadoras. Porém, do ponto de vista do kirchnerismo, o recuo de Cristina aceitando a candidatura à vice-presidência foi uma jogada de mestre, culminando na maior vitória possível nas circunstâncias. A política do mal menor não tem um limite, porque o “pior” também não tem. Na prática, o kirchnerismo segue vivo e ativo, no Estado e fora dele. Na mesma linha, quando o *Frente Amplio* foi derrotado por estreita margem nas eleições em 2019 no Uruguai, o então presidente Tabaré Vázquez se apressou em esclarecer que seu partido “não trabalhará para que caia este governo (Lacalle Pou)” e que o Frente “tem que demonstrar que é uma força política séria e responsável” (El País, 2019). A esquerda da ordem aguarda respeitosamente, o momento de voltar.

Argentina e Uruguai encarnam de modo explícito um progressismo responsável que se apresenta como alternativa da ordem, posição que o PT ambiciona recuperar no Brasil. A expectativa do partido é que Bolsonaro se dissipe como um pesadelo e as eleições voltem a ser disputadas dentro da normalidade burguesa, nas quais tem um candidato sempre no páreo. No entanto, esta política tende a perder eficácia nos seus próprios termos, porque o jogo da classe dominante mudou, tornando o lulismo anacrônico. Ao perder lastro na realidade, o lulismo arrisca a se transmutar em uma aposta salvífica: a esperança de que o líder voltará triunfante antes do juízo final para evitar o apocalipse, *pathos* exalado na exortação do respeitado líder do MST, João Pedro Stédile: “Lula tem de ser nosso Moisés, convencer o povo a atravessar o Mar Vermelho. Não há outro personagem que possa cumprir esse papel” (Stédile, 2019). Em um tempo de expectativas decrescentes, diferentes nuances de progressismo messiânico canalizam a expectativa de mudança rumo ao passado, mobilizando uma população que



ora pelo mal menor tanto nas suas vidas como na política, abaixando a cabeça com resignação frente à versão latino-americana do fim da história.

3. As contradições do progressismo

220

Como entender o infortúnio dos progressistas que seguem no poder e o refluxo da onda? Distante de uma suposta reação às conquistas sociais avançadas, nossa análise enfoca a dinâmica subjacente ao progressismo e as contradições que lhe são inerentes. Em outras palavras, explicamos a derrocada do progressismo por ele mesmo: pelo mundo que a onda produziu, e pelo seu movimento. Nesta chave, compreende-se por que, ao invés de abrir passo para um mundo melhor, a onda é sucedida por algo pior. Nossa hipótese é que, a despeito das intenções e desejos subjetivos de seus líderes, as práticas de contenção da dessocialização neoliberal implementadas não suspendem o colapso e as contradições que daí emanam, mas também as aceleram. Este ângulo de análise permite entender por que a degradação do tecido social e a convergência entre neoliberalismo e autoritarismo atravessam a região, e não se limitam a governos como Bolsonaro, Duque ou Piñera. Embora por vias distintas, Venezuela, Bolívia, Equador e Nicarágua também evoluíram em uma direção antidemocrática, enquanto López Obrador hesita em desarmar os dispositivos repressivos da guerra às drogas que herdou. O movimento dessocializador é universal e o progressismo com ele corrobora *malgré soi*.

Ao mesmo tempo em que a onda progressista erigia uma perspectiva de futuro, pretendendo acertar contas com fracassos do passado (projetos nacionais, desenvolvimentismo, unidade latino-americana etc.), ela engendrou o que se pode chamar de uma contenção provisória da desagregação social no presente, em que o passado e não o futuro foi estruturalmente reforçado. Não se trata aqui de negar que, de diferentes formas e intensidades, a perspectiva de recuperação nacional estivesse em pauta. Mas concretamente, esta retomada foi antes uma aparência, que proveu uma retaguarda ideológica aos governos, enquanto a realidade avançava em direção diferente. Paradoxalmente, a popularidade e a legitimidade da onda progressista tiveram como lastro a sua capacidade de conduzir, de forma mais democrática e inclusiva, a razão neoliberal.

Julgada pelos fatos objetivos e não pelos objetivos almejados, a tentativa de se retomar a construção nacional redundou no seu contrário. Assim, em vez da reindustrialização e da recuperação do que Celso Furtado



chamara de mecanismos de controle do espaço econômico nacional, aprofundaram-se a especialização regressiva e a reprimarização da economia, a desnacionalização de setores-chave, bem como a acentuação da dependência diante dos fluxos internacionais de capital (Gonçalves, 2011). A subordinação da economia a este curto-prazismo é a antítese da necessidade de um mínimo de capacidade de articulação de longo prazo que caracteriza qualquer veleidade de planejamento econômico. Ao mesmo tempo, a ausência estrutural de bases para uma retomada minimamente estável da acumulação produtiva de capital só poderia fazer com que a pretensão de estimular o "espírito animal" dos empresários suscitasse apenas os dispositivos especulativos e de despossessão que na América Latina se mantém como as vias privilegiadas de acumulação: concessões e isenções fiscais ao setor privado, a expansão de formas de renda fundiária, imobiliária ou calcada em recursos naturais, fusões e aquisições lucrativas de empresas, os fluxos de renda oriundos do serviço da dívida pública mas agora também de forma crescente do endividamento das famílias, para não falarmos aqui da corrupção direta e sistêmica.

Ao mesmo tempo, e num outro sentido, podemos dizer que esta (re)construção nacional fora simulada também porque que esteve assentada na dinâmica cada vez mais simulada do próprio capitalismo contemporâneo. Desse ponto de vista, fomos "beneficiados" por aquilo que Lohoff e Trenkle (2014) tem chamado de um "capitalismo invertido" no qual, diferentemente do passado, não é o crédito que vai em socorro de processos de reprodução ampliada do capital postos em movimento, mas que, ao contrário, estes últimos apenas são limitadamente desencadeados quando há uma expansão anterior de bolhas creditícias. Foi este novo *modus operandi* global de multiplicação de crédito e capital fictício que não apenas amplificou a entrada de capitais na América Latina, como também impulsionou o crescimento chinês, que por sua vez, turbinou as exportações de commodities que deram lastro à prosperidade progressista.

c) O caso brasileiro

O raciocínio aqui avançado não se limita a delinear a arquitetura do progressismo, constatando que a sua fundação estava condenada de antemão, pois dependia de um fluxo de dinheiro que em algum momento, refluiria. Na realidade, o que potencializou o alcance do desmonte foi o significado concreto do que é "ganhar tempo" ou "comprar tempo" deste lado do mundo. A questão fundamental é que os meios com que ainda se



pode tentar a contenção do desabamento, são ao mesmo tempo, aceleradores deste desabamento. Dito de outra forma, a despeito de eventuais boas intenções dos governantes progressistas, a administração do desmonte da cidadania salarial na atualidade, implica em práticas que aceleram a dinâmica social disruptiva. Em suma, implicam em uma dinâmica de contenção aceleracionista.

Examinemos algumas facetas da questão a partir do exemplo concreto do Brasil. Enquanto presidente, Lula enviou o general Augusto Heleno para comandar a missão de paz da ONU no Haiti. Esta participação foi concebida nos marcos da ideia de fazer do Brasil um *global player*. No entanto, o general e sua tropa voltaram pensando em outra direção: como evitar que o Brasil se torne um Haiti. Não é segredo que os militares brasileiros enxergaram na ilha uma oportunidade de treino e experimentação. De volta para casa, muitos se convenceram de que o exército deveria se engajar em missões similares às da ONU, mas no plano doméstico. Por outro lado, cresce a demanda de missões de "Garantia da Lei e da Ordem" por políticos desejosos de mostrar uma mão dura em todo o país, o que por sua vez, fortaleceu o poder de barganha dos militares (Harig, 2018). Barrado como vice de Bolsonaro por seu partido, Heleno se serve deste repertório para comandar o Gabinete de Segurança da Presidência da República, órgão diretamente vinculado à presidência e responsável pelos serviços de inteligência. Outro veterano do Haiti, o general Fernando Azevedo e Silva, assumiu o ministério da Defesa, uma pasta criada em 1999 com a intenção de reforçar o controle civil sobre as Forças Armadas, e que até Temer, nunca tinha sido ocupada por um militar. Em 2013, Azevedo e Silva tinha sido nomeado por Dilma para comandar a Autoridade Pública Olímpica.

Entre a ambição *global player* e as olimpíadas no Rio de Janeiro, os nexos entre o ideal de um Brasil potência e a gestão armada da vida social, vão além da valorização civil dos militares. Seu pano de fundo é a diluição das fronteiras entre a militarização da vida e a assistência social, que se misturaram como areia e cimento nos anos petistas, na tentativa de manter em pé, uma sociedade que desmorona. Segundo a penetrante análise de Paulo Arantes, os militares brasileiros operam em um mundo onde a guerra se torna um "trabalho social armado", no qual não se trata de vencer batalhas, mas de pacificar populações (Bacevich, 2010). Neste quadro, intervenções militares no Haiti como no Rio de Janeiro, ganham a roupagem de um trabalho social, cujo sucesso depende da percepção dos moradores



em relação à legitimidade do Estado, de onde emana a assistência, mas também a punição. O outro lado destas “operações de contrainsurgência repaginadas como política pública de pacificação”, é a conversão dos direitos humanos em técnicas de governo e em última análise, em políticas públicas também (Arantes, 2014, p. 368).

Assim, a governabilidade afiançada pela polícia e o exército no Rio de Janeiro, laboratório da militarização da vida nos anos petistas, tem como braço complementar uma geração de militantes treinados durante décadas na discussão, formulação e implementação de políticas públicas, atuando como representantes do Estado, do partido, de ONGs ou da comunidade. Neste processo formativo, que acompanhou a sedimentação de um “modo petista de governar” após a ditadura, uma cidadania insurgente em potencial foi modelada segundo os requisitos de uma cidadania regulada. Modalidades de participação balizadas pela institucionalidade estatal, esvaziaram o viés popular e classista do ativismo social: a participação popular se transmutou em participação cidadã, configurando um conjunto de técnicas que desmobilizam, mobilizando. Neste quadro, dizer que nos anos petistas os brasileiros nunca foram tão participativos (71 conselhos e 74 conferências só no período lulista), significa reconhecer que nunca foram tão governados (Arantes, 2014, p. 431). Ao mesmo tempo, a engrenagem da “pacificação contrainsurgente” visa transformar os moradores (a “comunidade”) em empreendedores, forjando no processo um “simulacro de uma sociedade civil ativa e propositiva”, ambição compartilhada por Estado, Empresas, Terceiro Setor e comunidades: a construção nacional simulada, corresponde a uma sociedade civil de faz-de-conta. Segundo Arantes, este processo de autoempresariamento sem fim produz uma falsa mercadoria, que atende por diversos nomes: “cidadania, inclusão, participação etc.”. A novidade é que agora, quem segura aberta a porta de entrada para esse “mercado da cidadania”, é a polícia (Arantes, 2014, p. 374).

Em resumo, coerção e serviço social se deram as mãos no Brasil petista para produzir não a paz, mas uma pacificação, que em um mundo de expectativas decrescentes, projeta a lógica do mal menor para a favela: trata-se de convencer a população de que os benefícios de se submeter à autoridade estatal, superam os custos, ou seja, que a pressão policial é preferível à opressão do tráfico, ou àquela mais organizada, das milícias. Em todo caso, o que se evidencia é que a inclusividade petista nunca foi o contrário do punitivismo bolsonarista, mas o pressupôs, o complementou e o reforçou. E vice-versa: no contexto da pandemia, Bolsonaro ampliou o



alcance do Bolsa-Família, ao mesmo tempo em que, constrangido pelo Congresso, anunciou um auxílio emergencial de valor quatro vezes maior, para atingir quatro vezes mais pessoas (Castelani, 2020).

A contradição desta lógica, em que a tentativa de conter o movimento dessocializante não impede a sua aceleração, pois implica em fortalecer justamente o que se pretende conter, pode ser constatada em múltiplos planos. No caso brasileiro, ilustrações epidérmicas incluem: o ex-presidente mundial do Bank Boston, Henrique Meirelles, que renunciou como deputado tucano em 2003 para comandar o Banco Central por oito anos sob Lula e que depois, foi ministro da economia sob Temer; a tentativa do governo Lula de fazer ligação direta com o “baixo clero” no congresso, que desatou o escândalo do “mensalão” em 2005, respondido com mais espaço para o PMDB no governo, levando o partido a indicar o futuro golpista Michel Temer por duas vezes como vice-presidente na chapa de Rousseff; o apoio de lideranças neopentecostais às administrações petistas, que resultou em recuos na agenda comportamental e na nomeação de ministros evangélicos como Marcelo Crivella, que em 2016 derrotou no Rio de Janeiro um dos únicos candidatos da esquerda a chegar no segundo turno nas eleições para prefeito; as construtoras, que não hesitaram em mandar para a cadeia, em delações reais ou imaginárias, aqueles que lhes abriram caminho para ganhar dinheiro como nunca; isso para não falar nos jovens que encararam o precariado como fase transitória de uma ascensão social que passava pelo crédito e a universidade privada mas que, uma vez atingidos pela crise e o desemprego, transformaram a esperança em ódio; ou de movimentos sociais envolvidos por políticas visando neutralizar sua combatividade em lugar de implementar suas bandeiras (como a reforma agrária e urbana), resultando, treze anos depois, em um campo popular dividido, debilitado e desprestigiado.

Em resumo, os militares, os bancos, o PMDB, o vice-presidente Michel Temer, o neopentecostalismo, as empreiteiras, o empreendedorismo, a passividade, foram todos alimentados e cultivados, em seu momento, pelos governos petistas. Neste quadro, a figura de imagem mais adequada da relação entre a defenestração do PT e a ascensão de Bolsonaro não é uma guinada de 180 graus, mas uma metástase, na medida em que forças e interesses corrosivos, cujo poder nunca foi desafiado e que pareciam controladas sob o petismo, se espalharam incontestemente pelo tecido nacional (Oliveira ; Perruso ; Santos, 2020).



Analisada pelo prisma da contenção aceleracionista, evidencia-se que a mudança política levada a cabo pelo progressismo, também reforçou uma lógica política impermeável à mudança. Não se trata de negar a importância da superação do *Pacto de Punto Fijo* na Venezuela, do protagonismo político dos indígenas na Bolívia, ou de alçar um operário à frente de um partido de trabalhadores à presidência do Brasil. Mas de constatar que, ao concentrar o esforço de mudança pela via da política, o progressismo renunciou a contestar o capital em sua “esfera substantiva de operação reprodutiva socioeconômica” (Meszaros, 2003, p. 29).

Como decorrência, fortaleceram-se as determinações fundamentais do capital enquanto sistema metabólico. Neste quadro, a dinâmica da contenção aceleracionista resultou, em última análise, no aprofundamento da razão neoliberal (Dardot; Laval, 2010). Pois a contenção econômica e social ambicionada pelo progressismo, pretendendo aumentar o controle e generalização dos fluxos monetários na sociedade (via transferências condicionadas e crédito), gera inadvertidamente o seu contrário, a saber, o maior controle e a generalização dos imperativos do dinheiro para o conjunto do tecido social. Ao invés de descortinar uma esperada ascensão coletiva e nacional, o impulso original induzido pelo afluxo de dinheiro sob modalidades de neoliberalismo inclusivo, se desdobra na concorrência de todos contra todos, dissolvendo ainda mais qualquer solidariedade de classe, nos marcos de uma profunda dessocialização. Daí a inversão: os processos sociais desencadeados pela onda progressista, a despeito da sua retórica antineoliberal, resultaram no reforço da razão neoliberal, em que as relações entre indivíduos são reduzidas à mecanismos de premiação e punição monetária de pessoas cada vez mais atomizadas. A falsa solução dos antagonismos sociais durante a efêmera prosperidade, amplia a intensidade destes mesmos antagonismos no momento em que a simulação se dissolve. Então, o processo que aparecia como inclusivo e igualitário pela ampliação relativa do acesso ao dinheiro, em seguida se depara com a superfluidade dos indivíduos e com a concentração de riqueza. Como resultado do impasse insolúvel da reprodução econômica nas sociedades latino-americanas contemporâneas, a dinâmica autofágica é acelerada: a inclusão possível sob o neoliberalismo, agrava a dessocialização.



Reflexões finais

226

No século XX, o keynesianismo propôs uma solução para as crises capitalistas baseada no ativismo e na coordenação estatal, solução esta que se revelou factível e duradoura no pós-guerra nos países centrais, justamente porque ela andava de par com um amplo processo de reprodução ampliada e valorização dos capitais⁴. Já o que hoje está em curso, é muito mais uma tentativa desesperada de se “comprar tempo” (Streeck, 2013) que ganha semblante de legitimidade por se apresentar como única e inescapável saída para se preservar minimamente a renda e evitar ainda maior destruição. Mesmo uma eventual vacina para a pandemia não poderá curar a doença sistêmica que decorre do fato de que não há qualquer perspectiva de uma retomada minimamente sustentável da valorização e da reprodução ampliada do capital.

De modo análogo, a experiência progressista latino-americana está *embedded* nesta crise estrutural, que transfigurou as possibilidades de civilizar o capitalismo na periferia. Distante das expectativas de um projeto nacional apontando para o futuro, o progressismo no século XXI se tornou a mera administração de um presente que se agravava cumulativamente, radicalizando a característica de “mito do desenvolvimento” descrita na obra furtadiana: sociedades nacionais inviáveis, posto que cada vez mais expostas às técnicas e aos padrões de consumo globais em constante mutação, que só conseguiam se reproduzir engendrando um crescente processo de marginalização social e regional.

Mas é justamente aqui que reside o nó da experiência: o sucesso do progressismo em termos de administração e inclusão social só poderia ser posto em marcha tornando a dinâmica da vida nacional cada vez mais tributária de uma lógica individualizante e desse ponto de vista, de uma lógica cada vez menos... social. Daí o caráter vulnerável e efêmero do processo que hoje experimenta um refluxo, evidenciando que, independentemente das vontades subjetivas dos que governavam, operava-se uma inclusão para a reprodução da concorrência e luta de todos contra todos no mundo do trabalho, ou seja: para a verdadeira essência do neoliberalismo, isto é, uma inclusão que só poderia engendrar novas exclusões e todo o ressentimento social daí advindo.

Diante da pandemia, nos defrontamos novamente com políticas de contenção exortadas como imprescindíveis, mas que só podem recolocar e acelerar mais à frente a dinâmica cega e infundável da produção pela



produção, de acumulação pela acumulação. Uma dinâmica que, diga-se de passagem, não é jamais questionada nem por keynesianos e nem por progressistas, mas que se revela não apenas insustentável econômica e socialmente, como também agrava a destruição ambiental e o risco de novas pandemias. Por isso mesmo, aquilo que fora o cerne da ideologia do progresso como uma visão de mundo histórica, só pode hoje consistir em pura aparência, cujo conteúdo é o inverso do que se advoga. A aspiração de plasmar, moldar e conduzir as relações econômicas numa perspectiva ascensional, dá lugar hoje a um processo de descida ladeira abaixo, em que aquilo que aparenta ser a ação autônoma e discricionária do Estado, no fundo nada mais é que sua arraigada heteronomia e descontrole. No centro como na periferia, o Estado atua tão somente como um bombeiro diante de um incêndio em constante expansão.

Referencias

- ADORNO, Theodor. Progresso. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n.27 São Paulo Dec. 1992. Disponível em <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-6yo4451992000300011>. Acesso em 2/5/2020
- ARANTES, Paulo. **O novo tempo do mundo**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- BACEVICH, Andrew. **Washington rules**. New York: Metropolitan books, 2010.
- CASTELANI, Clayton. 'Bolsonaro anuncia sanção de R\$ 600 para informais'. **Agora**, 1/4/2020. Disponível em: <<https://agora.folha.uol.com.br/grana/2020/04/bolsonaro-diz-que-vai-sancionar-auxilio-emergencial-de-r-600-para-informais.shtml>>. Acesso em 27/4/2020
- CENDA**. "Canasta Alimentaria. Mayo 2019" Disponível em <<http://cenda.org.ve/noticia.asp?id=189>>. Acesso em 19 jun. 2019.
- DARDOT, Pierre; Laval, Christophe. **La nouvelle raison du monde**. Essai sur la société neoliberal. Paris: La Découverte, 2010.
- FELDMANN, Daniel. Construção Simulada: uma interpretação da ideologia do neo-desenvolvimentismo no Brasil. In: **O pânico como política**. O Brasil no imaginário do lulismo (no prelo).
- FURTADO, Celso. **Brasil: a construção interrompida**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- _____. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.



- _____. **Subdesenvolvimento com abundância de divisas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.
- GARCÍA LINERA, Alvaro. **Evismo**: lo nacional popular en acción. Buenos Aires: Clacso, 2006.
- GAUDICHAUD, Franck; MODONESI, Massimo; WEBBER, Jeffery. **Fin de partie?** Amérique Latine: les expériences progressistes dans l'impasse. Paris: Syllepse, 2020.
- HARIG, Christopher. "Re-Importing the 'Robust Turn' in UN Peacekeeping: Internal Public Security Missions of Brazil's Military International Peacekeeping", em **International Peacekeeping**, v. 26, n. 2, pp. 137-64, 3 dez. 2018. DOI: 10.1080/13533312.2018.1554442
- HARVEY, D. **O novo imperialismo**. Loyola: São Paulo, 2010.
- JÁCOME, Francine. "Crisis, seguridad y fuerza armada en Venezuela. Retos en la relación colombo-venezolana", em **Documentos de Política Venezolana**, n. 11. Universidad del Rosario, Bogotá, 13 nov. 2017.
- JAPPE, Anselm. **'La violence, mais pour quoi faire?'** 2009. Disponível em: < <http://www.palim-psao.fr/article-34399246.html>>. Acesso em 27/4/2020.
- KURZ, Robert. **O colapso da modernização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- _____. **Dinheiro sem valor**. Linhas gerais para a transformação da crítica da economia política. Antígona, 2014.
- MAYOL, Alberto. **El derrumbe del modelo**. La crisis de la economía de mercado en el Chile contemporáneo. Santiago: LOM Editorial, 2012.
- MENEGAT, Marildo. **A crítica do capitalismo em tempos de catástrofe**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.
- MERCADANTE, Aloísio. **Brasil**: a construção retomada. Editora Terceiro Nome, 2010.
- MESZAROS, István. **Beyond Capital**. New York: Monthly Review Press, 1999.
- NEWSWEEK**. "Brazil's Lula: the most popular politician on Earth". 21/09/2009. <http://www.newsweek.com/brazils-lula-most-popular-politician-earth-79355>. Acesso em 05 jul. 2021.
- OLIVEIRA, Marinalva; PERRUSO, Marco Antonio; SANTOS, Fabio Luis Barbosa dos. **O pânico como política**. O Brasil no imaginário do lulismo (no prelo).
- PRISON INSIDER**. 'Informe anual Uruguay, 2018'. Disponível em: <<https://www.prison-insider.com/fichapais/prisionesuruguay>>. Acesso em 24/1/2020
- PRODAVINCI. "Deuda externa venezolana: un mapa de propuestas", em **Prodavinci**, 20 fev. 2019. Disponível em



- <<https://prodavinci.com/deuda-externa-venezolana-un-mapa-de-propuestas/>>. Acesso em 19 jun. 2019.
- RIVAS ALVARADO, José Felix. **Discussão por Skype com Grupo de Trabalho CLACSO de Integração Regional**, 29 mai. 2019.
- RUIZ, Carlos; Boccardo, Giorgio. **Los chilenos bajo el neoliberalismo**. Santiago: Fundación Nodo XXI, 2015.
- SANTOS, Fabio L. B. dos; FELDMANN, Daniel A. **O médico e o monstro**: Uma leitura do progressismo e seus opostos. São Paulo: Elefante, 2021.
- STÉDILE, João Pedro. 'Stédile: Lula foi escolhido pelo povo para explicar o que está acontecendo no país'. **Brasil 247**. 15/11/2019. Disponível em: <<https://www.brasil247.com/brasil/stedile-lula-foi-escolhido-pelo-povo-para-explicar-o-que-esta-acontecendo-no-pais>>. Acesso em 27/4/2020.
- STREECK, Wolfgang. **Tempo comprado**: a crise adiada do capitalismo democrático. Coimbra: Actual, 2013.
- SUBVERTA**. Entrevista com Edgardo Lander direto da Venezuela, 26 jan. 2019. Disponível em: <https://subverta.org/2019/01/26/entrevista-com-edgardo-lander-direto-da-venezuela/>.
- SUTHERLAND, Manuel. "Oú va le Venezuela? (a supposer qu'il aille a quelque part)", em **Contretemp**, 26 jan. 2019. Disponível em <<https://www.contretemps.eu/venezuela-entretien-sutherland/>>. Acesso em 18 jun. 2019.
- SVAMPA, Maristella. "Consenso de los commodities" y lenguajes de valorización en América Latina. **NUSO**, n. 244. Buenos Aires, 2013.

Recebido em 10 out. 2021 | aceite em 30 nov. 2021



230

Ensaaios Críticos



Lenin e a fase monopolista/imperialista do capitalismo

Paulo de Tarso Presgrave Leite Soares¹

231

Muitos louvam o Lenin.
Muitos o leram? Não!
Seria melhor se o louvassem menos,
mas o lessem mais².

1. Primeiras palavras

O presente texto não reivindica qualquer originalidade, ao contrário, a intenção é ser uma reprodução a mais perfeita possível da obra de um autor marcante na minha vida acadêmica e política. Que não se assuste o leitor, mas o recurso a inúmeras transcrições faz parte dessa tentativa de ortodoxia. Que não se confunda ortodoxia com dogmatismo.

Quando o tema é a que talvez seja a mais famosa obra do Lenin sobre Imperialismo, o 'clássico' "O imperialismo, fase superior do capitalismo (ensaio popular)"³, cabe desde logo chamar a atenção para o que Francisco Weffot⁴ apontou sobre o objetivo da obra. Num texto criticando o uso do livro do Lenin como base para uma teoria de desenvolvimento, Weffort ressaltou que a obra foi escrita com a intenção principal de explicar a guerra

¹ Professor da FEA/USP, Canal no Youtube: Marx – sem ilusões. | ptsoares@usp.br

² Adaptação livre da Epígrafe de Kautsky que foi reproduzida em: Lênin, W. I. **Quienes son los <amigos del pueblo> y como luchan contra los socialdemócratas?** Respuesta a los artículos de Russkoie Bogatsvo contra los marxistas, in Escritos Económicos (1892-1899), vol. II, 2a. ed. Madrid/México: Siglo Veintiuno, 1979.

³ LENIN, Wladimir I. (1979). **O imperialismo, fase superior do capitalismo (ensaio popular)**. in Obras Escolhidas, Tomo I. São Paulo: Alfa-Ômega.

⁴ Weffort, Francisco. – "Notas sobre a teoria da dependência: teoria de classe ou ideologia nacional?", in O populismo na política brasileira, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978, p.180.



e denunciar a formação de uma aristocracia operária⁵, denunciada como aliada ideológica da oligarquia financeira, da camada de parasitas típica da fase monopolista do capitalismo. Sim, a obra foi escrita em 1916, em meio a Guerra que devastava a Rússia. Era natural que essas fossem as preocupações maiores de Lenin. Uma preocupação tão grande que o levou a uma aliança operário-camponesa, a uma aliança com uma classe que ele tanto desprezava. Lenin saudava a desintegração do campesinato, comemorava sua transformação em burguesia ou em proletariado, esta sim a única classe verdadeiramente revolucionária⁶. Tentei deixar isso ficar nítido em um trabalho anterior⁷. Ao contrário do que o marxista vulgar pensa, a aliança operário-camponesa era tática e não estratégica⁸. Os posteriores confrontos do Stalin com os camponeses são facilmente compreensíveis, quase previsíveis.

Isso implica que o texto do Lenin perdeu utilidade? Decididamente, não! Desde logo porque Lenin enfatizava que o imperialismo é uma fase do desenvolvimento do capitalismo e ainda estamos nessa fase. Não é demais insistir. O imperialismo, para o Lenin, é uma fase do desenvolvimento do capitalismo. A guerra e a aristocracia operária são características dessa fase. O “Imperialismo”, do Lenin, tem muitas coisas mais para nos ensinar.

O ponto do imperialismo como fase do desenvolvimento do capitalismo foi deixado explícito no Prefácio que Lenin escreveu para o livro de Bukharin sobre o mesmo tema. Ali ele disse que o **valor científico** do “O

⁵ Ainda que a observação de Weffort sobre a intenção mais importante da obra do Lenin seja absolutamente pertinente, é difícil não ver uma “inspiração leniniana” na obra clássica de CARDOSO, Fernando Henrique & FALETTI, Enzo, **Dependência e desenvolvimento na América Latina: Ensaio de interpretação sociológica**, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1970. Voltaremos a esse ponto mais adiante.

⁶ Lenin ficava indignado quando, ao invés de se falar em desintegração do campesinato, se falava em diferenciação do campesinato, pois essa era uma maneira solerte de induzir ao erro de que essa era uma camada social que não desapareceria com o avanço do capitalismo no campo.

⁷ SOARES, Paulo de Tarso Presgrave Leite. **Um estudo sobre Lenin e as defesas da reforma agrária no Brasil**. Tese de Doutorado (Economia) São Paulo: FEA/USP, 1992, disponível em <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12138/tde-01062007-173056/pt-br.php>>.

⁸ Causa-me arrepios ver defensores da reforma agrária venerando Lenin. Ao que parece, a compreensão dessa gente se limita a ter ouvido falar na tal <aliança operário-camponesa>, à qual impensadamente foi acrescentada uma categoria, a estudantil.



imperialismo e a economia mundial - esboço econômico⁹ está principalmente em examinar os fatos essenciais da economia mundial no tocante ao **imperialismo como um estágio** determinado do capitalismo, em seu mais alto nível de desenvolvimento.

Um outro ponto relevante, nesta Introdução, é entender o sentido em que Lenin entende o termo <<superior>>, é entender o que o Lenin estava querendo dizer quando se referia à <<fase superior do capitalismo>>. O superior não significa melhor, como vulgarmente se entende o termo na obra do Lenin. Ele usou a expressão <fase superior> para fugir da censura do Tzar. A fase imperialista do capitalismo é uma fase em que a desagregação do capitalismo está mais acentuada, mas avançada. Note-se. A fase superior não é a do capitalismo e sim a da degradação do capitalismo. A fase monopolista/imperialista é a antessala de um regime superior, é uma fase de transição para o socialismo.

Assim, o foco da leitura, hoje, deve ser no conjunto de fatores que caracterizam a decomposição e o parasitismo do capitalismo. Monopolismo, fase de decomposição porque nela o capitalismo perde seu mais importante estímulo ao progresso técnico e, portanto, sua maior fonte de dinamismo. Traduzido para termos mais populares, que fazem sucesso entre a burguesia, é uma fase em que não faz mais sentido falar-se em “empresário schumpeteriano” como motor do capitalismo. Imperialismo, fase de parasitismo, não confundido com estagnação, mas como forma de ressaltar a separação entre a produção/gestão e a propriedade, de destacar o fato do capitalismo ser comandado por uma camada social sem ligação direta com a produção, por uma camada social parasitária. O parasita anterior era o rentista proprietário de terras, o parasita da fase monopólica é o rentista proprietário de ações de empresas. A guerra e a aristocracia operária são apenas um dos traços dessa decomposição e parasitismo do capitalismo.

2. A definição de imperialismo

A transcrição da definição completa de imperialismo ajuda a mostrar a sequência do raciocínio, a mostrar a lógica do Lenin. O imperialismo: a) é o capitalismo na fase de desenvolvimento; b) em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro; c) adquiriu marcada

⁹ BUKHARIN, Nikolai I. **O imperialismo e a economia mundial - esboço econômico**. 3a. ed. São Paulo: Nova Cultural (Os economistas), [1915-1988].



importância a exportação de capitais; d) começou a partilha do mundo pelos trusts internacionais e terminou a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes” (pp. 641/42).

3. Domínio dos monopólios: processo de monopolização do capitalismo

234 “A transformação da concorrência em monopólio, disse o Lenin, constitui um dos fenômenos mais importantes – para não dizer o mais importante – da economia do capitalismo dos últimos tempos” (p. 588). Esse processo de monopolização foi iniciado na década de 1860, teve seu primeiro grande surto nas décadas de 1870 e 1880 e se consolidou entre o final do século XIX e o início do século XX.

O motor desse processo de monopolização do capitalismo é a livre concorrência capitalista. O monopólio, disse o Lenin, nasce da livre concorrência e a ela se opõe, é o seu inverso (p. 641).

Note-se que Lenin não explica, apenas registra que a livre concorrência cria a grande produção. Cabe, então, expor o com base em que ele fez tal afirmativa. Em obras anteriores, no igualmente ‘clássico’ “O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: a formação do mercado interno para a grande indústria”¹⁰, no “Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos da América: novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura”¹¹ e no “O capitalismo na agricultura: O livro de Kautsky e o artigo do Senhor Bulgákov”¹², Lenin trata da superioridade da grande produção. Juntando-se isso com o que ele diz no “Imperialismo”, constrói-se a seguinte lógica: a livre concorrência capitalista leva ao uso da grande produção que, devido à sua superioridade técnica, comercial e financeira, elimina a pequena, substitui a grande produção por outra ainda maior, concentrando a produção e o capital a tal ponto que do seu seio surgiu e surge o monopólio. A monopolização da economia, o domínio da sociedade

¹⁰ Lênin, W. I. - **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: O processo de formação do mercado interno para a grande indústria**, São Paulo, Abril Cultural: Coleção “Os Economistas”, 1982.

¹¹ Lênin, W. I. - **Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos da América: novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura**, São Paulo, Brasil Debates: Coleção Alicerces, 1980.

¹² Lênin, W. I. - **O capitalismo na agricultura: O livro de Kautsky e o artigo do Senhor Bulgákov**, in A Questão Agrária, orgs. José Graziano da Silva e Verena Stolcke, São Paulo, Brasiliense, 1981.



pelos monopólios, resulta da livre concorrência e da superioridade da grande produção.

4. Capital financeiro: culminação do processo de monopolização

No bojo desse processo de triunfo da grande produção, de monopolização de toda a economia, surge o capital financeiro. A incompreensão generalizada do que é capital financeiro requer que se recorra literalmente ao que Lenin disse:

<<Uma parte cada vez maior do capital industrial – escreve Hilferding – não pertence aos industriais que o utilizam. Podem dispor do capital unicamente por intermédio do banco, que representa, para eles, os proprietários desse capital>>. << Por outro lado, o banco também se vê obrigado a fixar na indústria uma parte cada vez maior do seu capital. Graças a isto, converte-se, em proporções crescentes, em capitalista industrial>>. << Este capital bancário – por conseguinte capital sob a forma de dinheiro -, que por esse processo se transforma de facto em capital industrial, é aquilo a que chamo capital financeiro>>. << Capital financeiro é o capital que se encontra à disposição dos bancos e que os industriais utilizam>> (p. 610).

Uma leitura atenta, rigorosa, do que foi escrito por Lenin leva às seguintes considerações: se o capital financeiro é o capital que, na forma de dinheiro, está à disposição dos bancos e os industriais utilizam, se o capitalista se converte em proporções crescentes em capitalista industrial, não faz sentido enxergar um conflito entre o capital financeiro e o capital industrial, entre bancos e indústria, entre setor produtivo e setor não-produtivo. Extrai-se daí a perda de significado, de relevância, da distinção entre capital industrial e capital não industrial. Extrai-se que, em substituição a esses dois tipos surgiu um novo tipo de capital, o capital financeiro, que não é industrial e nem não-industrial, que é simultaneamente capital industrial e capital não-industrial. Extrai-se também que a fusão relevante entre o capital produtivo e o capital não-produtivo não se dá na propriedade do capital e sim no ritmo e na dinâmica da aplicação desse capital que se constitui como capital financeiro. O traço principal não é o dono do banco tornar-se também dono da indústria e sim que os movimentos do banco e da indústria têm os mesmos determinantes, estão atrelados, fundidos.



5. Principais traços do imperialismo: decomposição do capitalismo

Dois são os traços principais da fase monopólica do desenvolvimento do capitalismo: o traço da decomposição e o do parasitismo. Tratem-se primeiro do traço, o da decomposição do capitalismo.

O capitalismo, na sua fase monopólica, entra em decomposição porque, com o domínio monopólio sobre a sociedade, o dinamismo da economia perde seu principal estímulo, que é o estímulo do progresso técnico. Lenin disse que, <<**como todo monopólio, o monopólio capitalista gera inevitavelmente uma tendência para a estagnação e para a decomposição**>> (p. 649).

Antes de continuar, é preciso chamar a atenção para uma impropriedade na afirmativa acima, que junta estagnação com decomposição, dando a ideia de que são sinônimos.

Lenin, no decorrer da obra, disse que sob o capitalismo não se consegue eliminar totalmente a competição, a concorrência entre os capitalistas:

<<Naturalmente que, sob o capitalismo, **o monopólio não pode nunca eliminar do mercado mundial, completamente e por um período muito prolongado, a concorrência** [...] Naturalmente, a possibilidade de diminuir os gastos de produção e aumentar os lucros, implantando aperfeiçoamentos técnicos, actua a favor das modificações>> (p. 650);

Na fase monopolista/imperialista do capitalismo, o dinamismo da economia não é totalmente eliminado, mas acentuadamente reduzido.

<<Naturalmente, a possibilidade de diminuir os gastos de produção e aumentar os lucros, implantando aperfeiçoamentos técnicos, actua a favor das modificações. **Mas a tendência para a estagnação e para a decomposição, inerente ao monopólio, continua por sua vez a operar e em certos ramos da indústria e em certos países há períodos em que consegue impor-se**>> (p. 650, os grifos são meus).

Assim, ao invés de estagnação total, na fase monopolista/imperialista do desenvolvimento do capitalismo, o que há é uma acentuação da disparidade do crescimento entre os países e uma acentuação das oscilações da economia mundial.



<<**Seria um erro pensar que esta tendência para a decomposição exclui o rápido crescimento do capitalismo.**

Não; em certos ramos industriais, certos sectores da burguesia, certos países, manifestam, na época do imperialismo, com maior ou menor intensidade, quer uma quer outra dessas tendências (p. 668).

No seu conjunto, o capitalismo cresce com uma rapidez incomparavelmente maior que antes, mas este crescimento não é só cada vez mais desigual como a desigualdade se manifesta também, de modo particular, na decomposição dos países mais ricos em capital (Inglaterra)>>(p. 668).

A contradição entre <estagnação> e <decomposição> é evidente. Decomposição não deve ser entendida como estagnação e sim como uma mudança profunda e negativa no modo como o capitalismo passa a funcionar na sua fase monopolista.

Ainda no que se refere ao uso inadequado do termo <estagnação>, é preciso chamar a atenção para a imensa distância entre Lenin e Rosa de Luxemburgo, cuja análise (errada) embasa as teses do subconsumo como entrave ao crescimento do capitalismo. Um entrave que decorre da alegada dificuldade para realização da mais-valia, da chamada má distribuição de renda. Lenin, no “Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia”, disse que o tamanho do mercado era dado pela divisão social do trabalho, que dependia da divisão técnica do trabalho, que era infinita. Assim, no capitalismo, não há limites para a expansão do mercado. A ilimitada divisão do trabalho, que faz inexistente a limitação para o tamanho do mercado, é concernente à produção e não ao consumo. O mercado de bens de consumo é irrelevante para o tamanho do mercado. O principal mercado do capitalismo era o de bens de produção. Se o limite para o crescimento do capitalismo, para Lenin, não está no mercado, como dizem os luxemburguistas e os populistas, não haverá então limite para o desenvolvimento do capitalismo?

O que dificulta o crescimento do capitalismo não é a má distribuição de renda e sim a queda na taxa de lucro decorrente da livre concorrência capitalista e da superioridade da grande produção, que leva à enorme concentração e centralização do capital, que leva ao monopólio, ou seja, leva à acentuada elevação da composição orgânica do capital. O que dificulta o crescimento ilimitado do capitalismo, ao fim e ao cabo, é a queda na taxa de lucro. Não é demais insistir. Embora subjacente, a queda da taxa de lucro está presente por toda a obra do Lenin sobre o *Imperialismo*.



Mas historicamente a modernização não foi uma maneira de compensar essa queda na taxa de lucro? É aqui que entra um ponto fundamental na análise do Lenin. Estamos entrando na parte da decomposição do capitalismo. Uma fase em que as coisas já não funcionam como na fase concorrencial. Uma fase em que o estímulo ao progresso técnico se vê fortemente reduzido. Uma fase em que a modernização tecnológica deixa de ser um instrumento da competição para ser um instrumento da defesa do monopólio. O que propicia isso? Os preços de monopólio:

<<Na medida em que se fixam preços monopolistas, ainda que temporariamente, **desaparecem até certo ponto as causas estimulantes do progresso técnico** e, por conseguinte, de todo o progresso, de todo o avanço, **surgindo assim, além disso, a possibilidade económica de conter artificialmente o progresso técnico**>> (p. 649, os grifos são meus).

Ao invés de introduzir imediatamente a inovação técnica na produção, para derrotar a concorrência, ela serve como instrumento para impedir a entrada de novos concorrentes no mercado. A redução da velocidade com que a inovação é introduzida na produção faz com que o dinamismo do capitalismo seja reduzido.

A fase monopolística, portanto, é uma fase de desarranjo do capitalismo, de decomposição do capitalismo. Na fase imperialista, o capitalismo não funciona mais 'lubrificado'. Por decomposição deve-se entender um modo operante diferente daquele da fase anterior do desenvolvimento do capitalismo, da fase competitiva do capitalismo, da fase em que as regras do jogo geram um inegável dinamismo ao capitalismo.

Diferentemente da fase concorrencial, em que os lucros vêm da aplicação de capital dinheiro na compra de força-de-trabalho, de insumos e equipamentos de produção, na fase monopolista os lucros vêm majoritariamente da especulação, das maquinações financeiras. Disse o Lenin:

<<Não é o comerciante que, valendo-se da sua experiência técnica e comercial, sabe determinar melhor as necessidades do comprador, encontrar e, por assim dizer, 'descobrir' a procura que se encontra em estado latente, aquele que consegue os maiores êxitos, mas o gênio(?) especulativo que



antecipadamente sabe ter em conta ou, pelo menos, pressentir o desenvolvimento no terreno da organização, a possibilidade de se estabelecerem determinados laços entre as diferentes empresas e bancos>> (p. 594);

Maquinações financeiras são ganhos obtidos fora da produção, ganhos que não são obtidos com a exploração da força-de-trabalho, que não são gerados imediatamente, diretamente, na geração de mais-valor. Maquinações financeiras são ganhos obtidos especialmente com a redistribuição do mais-valor já gerado. Na maquinação financeira está rompida a relação exclusiva entre o seu ganho e a sua contribuição para o produto social.

Mas não são só os preços de monopólio e as fusões e aquisições que compensam a redução da taxa de lucro fruto da elevação da concentração e da centralização da produção e do capital do monopólio.

A exportação de capital também é um fenômeno importantíssimo na fase monopólica/imperialista do capitalismo. Disse o Lenin:

<<No limiar do século XX assistimos à formação de monopólios de outro género: primeiro, uniões monopolistas de capitalistas em todos os países de capitalismo desenvolvido; segundo, situação monopolista de uns poucos países riquíssimos, nos quais a acumulação do capital tinha alcançado proporções gigantescas. Constituiu-se um enorme <<excedente de capital>> nos países avançados>> (p. 621).

<<O que caracterizava o velho capitalismo, no qual dominava plenamente a livre concorrência, era a exportação de **mercadorias**. O que caracteriza o capitalismo moderno, no qual impera o monopólio, é a exportação de **capital**>> (p. 620).

As exportações de capital compensam a queda na taxa de lucro. Disse o Lenin:

<<Enquanto o capitalismo for capitalismo, o excedente de capital não é consagrado à elevação do nível de vida das massas do país, pois significaria a diminuição dos lucros dos capitalistas, mas ao **aumento desses lucros através da exportação de capitais** para o estrangeiro, para os países atrasados.>> (p. 621).



Note-se que, mais uma vez, há uma enorme diferença entre Lenin e Rosa de Luxemburgo/populistas. O que move a exportação de capitais, para Lenin, não é a dificuldade para a realização do mais-valor, como para Luxemburgo/populistas, não é a busca por novos mercados, não é a criação de novos mercados, de mercados ditos externos ao capitalismo, não é a incorporação ao capitalismo de zonas fora dele. Contrariamente ao que disse a Rosa de Luxemburgo, disse o Lenin, a exportação de capital se dá para países já incorporados ao capitalismo:

<<A possibilidade da exportação de capitais é determinada pelo facto de uma série de países atrasados terem sido **já incorporados na circulação do capitalismo mundial**, terem sido construídas as principais vias férreas ou iniciada sua construção, terem sido asseguradas as condições elementares para o desenvolvimento da indústria, etc>> (p. 622).

O que move a exportação de capitais para os países já incorporados à órbita do capital, disse o Lenin, são as maiores taxas de lucro nestes países:

<<Nestes países atrasados o lucro é em geral elevado, pois os capitais são escassos, o preço da terra e os salários relativamente baixos, e as matérias-primas baratas>> (p. 622).

Cabe aqui chamar a atenção para mais uma interpretação errada do Lenin, aquela que o vê como base para o tal <imperialismo sangue-suga>, bem ao gosto da Teoria da Dependência, que dispensa maiores comentários sobre autores e obras.

Note-se o que escreveu o Lenin:

A exportação de capitais repercute-se no desenvolvimento do capitalismo dentro dos países em que são investidos, acelerando-o extraordinariamente. Se, em consequência disso, a referida exportação pode, até certo ponto, ocasionar uma estagnação do desenvolvimento nos países exportadores, isso só pode ter lugar em troca de um alargamento e de um aprofundamento maiores do desenvolvimento do capitalismo em todo o mundo. (p. 623)¹³.

¹³ Assim, ainda que as referências do Lenin aos países ditos periféricos sejam absolutamente escassas e passageiras, pode-se cogitar que dali tenha vindo a inspiração para o clássico de Cardoso & Faletto, "Dependência e desenvolvimento na América Latina: Ensaio de interpretação sociológica", op. cit., ainda que



Não há, portanto, na obra clássica do Lenin sobre o *Imperialismo*, base para ligar subdesenvolvimento com exportação de capital. Mas que não se extaria daí que a exportação de capital é uma maravilha para os países que a recebem. A exportação de capital enreda, aprisiona o país receptor ao país exportador de capital. Mas trataremos disso mais à frente, no item política colonial. Por agora faremos apenas referência ao abaixo referido pelo Lenin:

<<É muito corrente que entre as cláusulas do empréstimo se imponha o gasto de uma parte do mesmo na compra de produtos ao país credor, em especial de armamentos, barcos, etc. ... A exportação de capitais passa a ser um meio de estimular a exportação de mercadorias. ... **O capital financeiro estende assim as suas redes, no sentido literal da palavra, em todos os países do mundo.** Neste aspecto desempenham um papel importante os bancos fundados nas colónias, bem como suas sucursais>> (p. 625).

A instalação de uma fábrica e/ou um empréstimo a um país vai enredando o país receptor do capital estrangeiro nas malhas do Imperialismo.

No entanto, antes de prosseguir no tema decomposição do capitalismo, cabe fazer referência aos vários tipos de imperialismo:

<<A gigantesca exportação de capitais encontra-se, no caso da **Inglaterra**, estreitamente relacionada com as colónias gigantescas, de cuja significação para o imperialismo voltaremos a falar mais adiante>> (p. 623).

<<Diferentemente é o caso da **França**, cujo capital colocado no estrangeiro se encontra investido principalmente na Europa, e em primeiro lugar na Rússia (10 mil milhões de francos pelo

estranhamente nela não haja qualquer referência, inclusive bibliográfica, ao Lenin. Tal observação não invalida a de Weffort citada no início deste texto sobre a impropriedade de se extrair uma teoria de desenvolvimento do texto do Lenin. Lenin é um texto destruidor do capitalismo. Cardoso & Faletto é um texto de certa forma otimista com o capitalismo, cabendo então a pergunta de Weffort: "teoria de classe ou ideologia nacional"?. Em um texto anterior argumentei que o governo FHC tinha sim inspiração na obra que ele escrevera com Enzo Faletto. Ver SOARES, Paulo de Tarso Presgrave Leite, **FHC esqueceu o que disse nos anos 1960/1970?**, IV Colóquio Latino Americano de Economia Política, São Paulo: FGVSP, 2004.



menos), com a particularidade de que se trata sobretudo de capital de empréstimos, de empréstimos públicos e não de capital investido em empresas industriais. Diferentemente do imperialismo inglês, que é colonial, o imperialismo francês pode ser qualificado de usuário>> (p.623).

<<A **Alemanha** oferece uma terceira variedade: as suas colônias não são grandes, e o capital colocado no estrangeiro está investido em proporções mais iguais entre a Europa e a América>> (p. 623).

No tema maquinações financeiras já tratamos dos pontos dos preços de monopólio, da exportação de capitais. Cabe agora tratar da política colonial.

A luta pelo controle das fontes de matérias-primas é central para o entendimento da política colonial. Disse o Lenin:

<<Quanto mais desenvolvido está o capitalismo, quanto mais sensível se torna a **insuficiência de matérias-primas**, quanto mais dura é a concorrência e a procura de fontes de matérias-primas em todo o mundo, tanto mais encarniçada é a luta pela aquisição de colônias. <<Pode-se arriscar a afirmação – escreve Schilder -, que a alguns parecerá paradoxal, de que **o crescimento da população urbana e industrial, num futuro mais ou menos próximo, pode encontrar mais obstáculos na insuficiência de matérias-primas para a indústria do que na de produtos alimentares**>> (p. 637).

<<Para o capital financeiro não são apenas as fontes de matérias-primas já descobertas que têm importância, mas também as possíveis, pois a técnica avança, nos nossos dias, com uma rapidez incrível, e as terras hoje não aproveitáveis podem tornar-se amanhã terras úteis, se forem descobertos novos métodos (para cujo efeito um banco importante pode enviar uma expedição especial de engenheiros, agrónomos, etc.), se forem investidos grandes capitais>> (p. 638).

<<O mesmo acontece com a exploração de riquezas minerais, com os novos métodos de elaboração e utilização de tais ou tais matérias-primas, etc. etc. Daí a tendência inevitável do capital financeiro para ampliar o seu território econômico e até o seu território em geral>> (p. 638).



Isso ressalta a estreita ligação entre a exportação de capital e a política colonial:

<<Os interesses da exportação de capitais levam do mesmo modo à conquista de colônias, pois no mercado colonial é mais fácil (e por vezes só nele é possível) utilizando meios monopolistas, suprimir o concorrente, garantir encomendas, consolidar as <<relações>> necessárias, etc.>> (p. 638).

<<Estes monopólios adquirem a máxima solidez quando reúnem nas suas mãos todas as fontes de matérias-primas, e já vimos com que ardor as associações internacionais de capitalistas se esforçam por retirar ao adversário toda a possibilidade de concorrência, por adquirir, por exemplo, as terras que contêm minério de ferro, os jazigos de petróleo, etc. A posse de colônias é a única coisa que garante de maneira completa o êxito do monopólio contra todas as contingências da luta com o adversário, mesmo quando este procura defender-se mediante uma lei que implante o monopólio do Estado>> (p. 637).

<<faz parte da própria essência do imperialismo a rivalidade de várias grandes potências nas suas aspirações à hegemonia, isto é, a apoderarem-se de territórios não tanto directamente para si, como para enfraquecer o adversário e minar a sua hegemonia (para a Alemanha, a Bélgica tem uma importância especial como ponto de apoio contra a Inglaterra; para a Inglaterra, tem-na Bagdade como ponto de apoio contra a Alemanha, etc.)>> (p. 643).

Há vários tipos de colônias:

<<O capital financeiro é uma força tão considerável, pode-se dizer-se tão decisiva, em todas as relações econômicas e internacionais que é capaz de subordinar, e **subordina realmente, mesmo os Estados que gozam da independência política mais completa**, como veremos seguidamente. Mas, compreende-se, a subordinação mais lucrativa e <<cómoda>> para o capital financeiro é uma subordinação tal que traz consigo a perda da independência política dos países e dos povos submetidos>> (p. 636).



<<Ao falar da política colonial da época do imperialismo capitalista, é necessário notar que o capital financeiro e a correspondente política internacional, que se traduz na luta das grandes potências pela partilha econômica e política do mundo, originam **abundantes formas transitórias de dependência estatal**>> (p. 639).

<<Para esta época são típicos não só os dois grupos fundamentais de países – os que possuem colônias e as colônias –, mas também as formas variadas de **países dependentes que, dum ponto de vista formal, político, gozam de independência, mas que na realidade se encontram envolvidos nas malhas da dependência financeira e diplomática**>> (p. 639).

<<Uma destas formas, a semicolônia, indicámo-la já anteriormente. Modelo de outra forma é, por exemplo, a Argentina. <<A América do Sul, e sobretudo a Argentina – diz Schulze-Gaevernitz no seu livro sobre o imperialismo britânico –, encontra-se em tal dependência financeira relativamente a Londres que quase a devemos qualificar de colônia comercial inglesa>>. ... Não é difícil imaginar as fortes relações que isto assegura ao capital financeiro – e à sua fiel <<amiga>>, a diplomacia – da Inglaterra com a burguesia da Argentina, com os círculos dirigentes de toda a sua vida econômica e política>> (p. 639).

Não é preciso nos estendermos sobre esse ponto, das colônias e das semi-colônias. Basta lembrar da vinda ao Brasil do então vice-presidente dos EUA, Joe Biden, pressionar pela entrega do Pré-Sal às empresas norte-americanas, da Lava Jato tentando destruir a Petrobrás como instrumento de política de desenvolvimento, da recusa a um projeto nacional-desenvolvimentista por uma elite colonial que prefere viver como o sapo no pântano, comendo moscas, do que como o leão, que leva a todos os candidatos de direita à presidência em 2022 a prometer privatizar a Petrobrás.

Chegamos então ao ponto que, como destacado por Weffort, foi um dos motivos fundamentais para Lenin tratar do imperialismo e escrever sua obra clássica. A exportação de capitais e a política colonial, uma vez que o mundo já estava totalmente partilhado, leva à guerra. As **guerras**



imperialistas são um traço característico da fase monopólica/imperialista do capitalismo:

<<O imperialismo é o capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância a exportação de capitais, **começou a partilha do mundo pelos trusts internacionais e terminou a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes**>> (p. 642).

<<O capital financeiro e os trusts não atenuam, antes acentuam, a diferença entre o ritmo de crescimento dos diferentes elementos da economia mundial. E **se a correlação de forças mudou, como podem resolver-se as contradições, sob o capitalismo, a não ser pela força?**>> (p. 647).

<<no terreno do capitalismo, **que outro meio poderia haver, a não ser a guerra**, para eliminar a desproporção existente entre o desenvolvimento das forças produtivas e a acumulação de capital, por um lado, e, por outro lado, a partilha das colónias e das <<esferas de influência>> do capital financeiro?>> (p. 649).

Note-se que Lenin não coloca as guerras como algo externo, como um desvio indesejado do capitalismo e sim como algo inerente à fase monopolista do capitalismo:

<<**Os capitalistas não partilham o mundo levados por uma particular perversidade**, mas porque o grau de concentração a que se chegou os obriga a seguir esse caminho para obterem lucros; e repartem-no <<segundo o capital>>, <<segundo a força>>; qualquer outro processo de partilha é impossível no sistema da produção mercantil e no capitalismo>> (p. 631/632).

<<A força varia, por sua vez, de acordo com o desenvolvimento econômico e político; para compreender o que está a acontecer é necessário saber que problemas são solucionados pelas mudanças da força, mas saber se essas mudanças são <<puramente>> econômicas ou extra-econômicas (por exemplo, militares), é secundário e em nada pode fazer para variar a concepção fundamental sobre a época actual do capitalismo>> (p. 631/632).



<<**Substituir o conteúdo da luta e das transações entre os grupos capitalistas pela forma desta luta e destas transações (hoje pacífica, amanhã não pacífica, depois de amanhã outra vez não pacífica) significa descer ao papel de sofista**>> (p. 631/632).

<<sob o capitalismo não se concebe outro fundamento para a partilha das esferas de influência, dos interesses, das colônias, etc., além da força de quem participa na divisão, a força econômica geral, financeira, militar, etc. E a força dos que participam na divisão não se modifica de forma idêntica, visto que sob o capitalismo é impossível o desenvolvimento igual das diferentes empresas, 'trusts', ramos industriais e países>> (p. 664).

6. Principais traços do imperialismo: parasitismo do capitalismo

Já dissemos que dois são os traços principais da fase monopólica do desenvolvimento do capitalismo, o da decomposição e o do parasitismo. Tratemos agora do traço do parasitismo do capitalismo.

O imperialismo e a política colonial já existiam antes do capitalismo, assim o fundamental é saber distingui-los dos anteriores. No caso atual, disse o Lenin, ele é exercido pela associação dos grandes patrões, das grandes empresas, das empresas monopolísticas, que têm como característica a separação entre a propriedade e a gestão dessas empresas. O comando da produção passou a ser exercido por profissionais contratados. Não é por acaso que se louva tanto a profissionalização da gestão. Criou-se, então, uma camada de proprietários sem vínculos com a produção, uma camada privilegiada, uma **oligarquia financeira** parasitária que não vive do seu trabalho e sim dos lucros do capital financeiro, dos lucros obtidos com as maquinações financeiras operadas por aqueles profissionais contratados.

Um ponto relevantíssimo que disso se extrai é o da <desnecessidade> da propriedade privada. A tal profissionalização da gestão é, na realidade, a comprovação da irrelevância da propriedade privada dos meios de produção para a produção da vida.

Lenin, por um caminho diferente, mostrou aquilo que Marx tanto disse, que é mentira que a produção da vida exige a propriedade privada dos meios de produção.



A fase monopólica/imperialista do capitalismo não cria apenas uma camada privilegiada na burguesia. Ela cria também uma camada privilegiada no proletariado. Ela cria a **aristocracia operária**, aliada ideológica da oligarquia financeira e que, na época em que Lenin escreveu o *Imperialismo*, foi apoiadora da guerra. Disse o Lenin:

<<O imperialismo tem tendência para formar **categorias privilegiadas** também entre os operários e para as divorciar das grandes massas do proletariado >> (pp. 645/655).

<<gera a possibilidade econômica de **subornar as camadas superiores do proletariado, e alimenta assim o oportunismo**, dá-lhe corpo e reforço>> (p. 653).

Os lucros de monopólio, das maquinações financeiras, permitem aos profissionais contratados para gerir a produção oferecer benefícios especiais a uma camada de operários e os tornar aliados da camada parasitária proprietária das empresas monopolistas¹⁴. Os lucros de monopólio propiciam aos operários a ilusão de que são sócios dos capitalistas. A aristocracia operária não tem a luta de classes como instrumento da luta política pela sua emancipação, o objetivo dela é amenizar os conflitos no capitalismo¹⁵.

¹⁴ Cabe aqui a referência ao ponto colocado pelo Paulo Moreira Leite, **A outra história da Lava Jato: uma investigação necessária que se transformou numa operação contra a democracia**, São Paulo: Geração Editorial, 2015. O histórico corporativista de Lula & PT fez com que, ao assumirem o poder, dessem força às corporações. Deram força a uma corporação que, como mostrado por um instituto de pesquisas mineiro, é super conservadora, elitista, a corporação do judiciário. Registre-se que o reconhecimento do acerto desse ponto não significa diminuir a importância da ação do Império norte-americano na derrubada do PT e sim o ressaltar a aliança ideológica referida pelo Lenin.

¹⁵ Note-se então a incompatibilidade entre o leninismo, de um lado e, de outro lado, o petismo e o pedetismo. O motivo? Recorro ao Marx, no já referido *Ideologia alemã*, satirizando a corrente auto denominada <<socialismo verdadeiro>>. O que se pratica é o que se é e aquela corrente havia abandonado o fervor revolucionário. Ser leninista de verdade exige que não se abandone o compromisso com a revolução. O verdadeiro leninista pode até votar no PT ou no PDT, mas não pode aderir a eles, pois essa adesão implica a idolatria de pelegos, de políticos que, em última instância, amenizam a luta de classes e postergam a revolução proletária. O Bolsa-Família é uma versão tupiniquim do imposto de renda negativo, da renda mínima, cujo criador é o ideólogo mor do liberalismo, Milton Friedman e não uma conquista dos



No capitalismo monopolista surgem dois personagens que caracterizam essa fase de decomposição do capitalismo: a oligarquia financeira e a aristocracia operária.

7. Imperialismo: fase de transição para o socialismo

Lenin, em razão da decomposição e do parasitismo, típicos da fase monopólica, imperialista, do desenvolvimento do capitalismo, chamou o capitalismo de <<capitalismo agonizante>>, de <<capitalismo de transição>> para um regime superior. Ele assim descreveu o movimento dessa agonia:

248

<<A concorrência transforma-se em monopólio. Daí resulta um gigantesco progresso na socialização da produção.

Socializa-se também, em particular, o processo dos inventos e aperfeiçoamentos técnicos. Isto nada tem já que ver com a antiga livre concorrência entre patrões dispersos, que não conheciam e que produziam para um mercado ignorado>> (p.593).

<<Quando uma grande empresa se transforma em empresa gigante e organiza sistematicamente, apoiando-se num cálculo exacto numa grande massa de dados, o abastecimento de 2/3 ou 3/4 das matérias-primas necessárias a uma população de várias centenas de milhões; quando se organiza sistematicamente o transporte dessas matérias-primas para os pontos de produção mais cómodos, que se encontram por vezes separados por centenas e milhares de quilómetros; quando, a partir de um centro, se dirige a transformação sucessiva do material, em todas as suas diversas fases, até obter numerosas espécies de produtos manufacturados; quando a distribuição desses produtos se efectua segundo um plano único a dezenas e centenas de milhões de consumidores (venda de petróleo na América e na Alemanha pelo 'trust' do petróleo americano)>> (p. 670).

Segue-se daí que:

trabalhadores. É uma tentativa de evitar a explosão social, de não precisar matar o excedente populacional que, na sua fase de decomposição, o capitalismo gera.



<<percebe-se com evidência que nos encontramos perante uma socialização de produção, e não perante um simples <<entrelaçamento>>, percebe-se que as relações de economia e de propriedade privadas constituem um invólucro que não correspondem já ao conteúdo. **As relações de economia e de propriedade privadas constituem um invólucro que não correspondem já ao conteúdo**>> (p. 670).

<<O capitalismo, na sua fase imperialista, conduz à socialização integral da produção nos seus mais variados aspectos; arrasta, por assim dizer, os capitalistas, contra sua vontade e sem que disso tenham consciência, para um novo regime social, de transição entre a absoluta liberdade de concorrência e a socialização completa. **A produção passa a ser social, mas a apropriação continua a ser privada**>> (p. 593).

Em suma:

<<De tudo o que dissemos sobre a essência econômica do imperialismo deduz-se que se deve qualificá-lo de **capitalismo de transição** ou, mais propriamente, de **capitalismo agonizante**>> (p. 669).

Um capitalismo agonizante acentua a opressão sobre a vida das pessoas:

<<Os meios sociais de produção continuam a ser propriedade privada de um reduzido número de indivíduos. Mantém-se o quadro geral da livre concorrência formalmente reconhecida, e **o jugo de uns quantos monopolistas sobre o resto da população torna-se cem vezes mais duro, mais sensível, mais insuportável**>> (p. 594).

Considerações finais

Encerramos este texto chamando à atenção para o tema transição do capitalismo para um regime superior, para o socialismo. Destacaremos dois pontos.

Um primeiro ponto é a diferença entre Lenin e Marx quanto à decomposição do capitalismo.



Em Lenin, a livre concorrência e a superioridade da grande produção geram uma elevação da concentração e da centralização do capital que atinge seu ápice no monopólio e, conseqüentemente, uma queda na taxa de lucro que é compensada pelas maquinações financeira (aqui incluídos os preços de monopólio, as exportações de capitais a política colonial), desestimulando o progresso técnico, reduzindo o dinamismo do capitalismo.

Em Marx, o caminho é completamente diferente. Disse ele¹⁶ que o capitalismo caminha para sua dissolução porque o processo de socialização do trabalho, fruto da luta de classes, corrói suas bases. A luta de classes gera a substituição do trabalho direto pelas máquinas, coloca o trabalho direto em suspenso, faz com que a principal força produtiva seja a aplicação da ciência à produção, criando, desse modo, a inteligência social, o trabalhador coletivo. A luta de classes faz com que o trabalho seja cada vez mais social. A obtenção dos produtos não depende mais do trabalho direto do homem, do trabalho aplicado na produção e sim do trabalho das máquinas. Com o desaparecimento do trabalho direto do homem, não há mais sentido em haver a exploração do trabalho do outro, uma vez que as máquinas fazem quase tudo. O trabalho predominante é o de supervisão das máquinas. O volume da produção não tem mais relação com o tempo de trabalho e sim com a eficiência das máquinas. Assim, como no trabalho científico não há como mensurar a contribuição de particulares trabalhos, não há como mensurar a contribuição do trabalho de supervisão para obtenção do produto. Não há mais utilidade para a teoria do valor. Viabiliza-se um sistema em que se obtém de cada um segundo sua capacidade e que se distribui-se a cada um segundo sua necessidade¹⁷. Não há mais necessidade da propriedade privada dos meios de produção.

Lenin é um <<economista>>. Marx é um <<revolucionário>>. Cabe, ao Lenin, no "Imperialismo", a crítica que Marx, no "Manuscritos", fez à economia política: "As únicas rodas que o economista nacional (político) põe em movimento são a ganância e guerra entre os gananciosos, a concorrência" (p. 79). Lenin e Marx, sobre a degradação do capitalismo, caminhos absolutamente distintos. Diferentemente do trabalho do Marx, em que a luta de classes tem um papel decisivo, é o motor do processo, no

¹⁶ MARX, Karl. **Grundrisse: foundations of the critique of political economy (rough draft)**. London/New York: New Left Review/Penguin Books, 1977.

¹⁷ Ver, especialmente, MARX, Karl. **Crítica do Programa de Ghota**. São Paulo: Boitempo, 2012.



trabalho em tela do Lenin, a luta de classes não tem um papel a ser desempenhado, só pode ser introduzida de fora, é exógena, é *ad hoc*¹⁸.

Não há incompatibilidade entre as análises de Lenin e de Marx. Elas convivem sem atritos. Mas frente a um ponto tão importante, como esse das indicações sobre o fim do capitalismo e sua substituição pelo socialismo ou pela barbárie, cabe fazer referência a uma terceira perspectiva igualmente não contraditória às duas anteriores.

Ainda que reconhecendo que há em Marx e em Engels citações suscetíveis de uma interpretação como a de Bukharin, que atribui uma posição determinante à tecnologia para a explicação do desenvolvimento social, Gyorg Lukács, no "Tecnologia e relações sociais"¹⁹, diz que tal interpretação se aproxima perigosamente do que Marx chamou de materialismo burguês. A identificação entre técnica e forças produtivas não é válida nem marxista e leva ao fetichismo, uma vez que transforma a técnica em um princípio transcendente²⁰. O fundamento para essa crítica de Lukács talvez esteja no Manifesto do Partido Comunista, onde Marx & Engels²¹ afirmam que a burguesia estava se revelando incapaz de continuar a exercer seu domínio por muito mais tempo, incapaz de impor à sociedade, como lei suprema, as condições de existência de sua classe, pela incapacidade para assegurar ao seu escravo (proletario) a própria existência no quadro da escravidão (assalariamento). Assim, a burguesia estava se afundando em uma situação em que tem de ser ela a alimentar seu escravo/proletário ao invés de ser alimentada por ele²².

Cabem aqui duas observações. Uma delas é que, nessa perspectiva ressaltada por Lukács, o Imposto de Renda Negativo, criado pelo ideólogo mor do liberalismo, Milton Friedman, cuja versão tupiniquim é o Bolsa-Família, talvez seja mais um prenúncio do fim do capitalismo, que será substituído pelo socialismo ou pela barbárie. A outra observação diz respeito

¹⁸ Cabe aqui chamar a atenção para o ponto tratado por Lucio Colletti, em **Marxism: science or revolution?**, in From Rousseau to Lenin: studies in ideology and society. New York/London: Monthly Review Press, 1974, o de que o marxismo quando é ciência, não pode ser revolucionário e vice-versa.

¹⁹ LUKÁCS, Gyorgy, **Tecnologia e relações sociais**, in Bukharina: teórico marxista, Belo Horizonte: Oficina de livros, 1989.

²⁰ Lukács, Tecnologia e relações sociais, pp. 44/46

²¹ MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Cortez, 1998

²² Marx & Engels, Manifesto do Partido Comunista, p. 19.



ao tipo de competição enfatizado nas interpretações acima referidas. Enquanto a interpretação de Lenin, no *Imperialismo*, foca na competição entre os capitalistas, as de Marx (*Grundrisse*) e de Lukács (*Tecnologia e relações de produção*)/Marx&Engels (*Manifesto do Partido Comunista*) focam na competição entre burguesia e proletariado, na luta de classes.

Ainda no tema transição do capitalismo para um regime superior, um segundo ponto, correlato ao anterior, é quanto ao destino do capitalismo, mais especificamente quanto ao tom otimista, determinista, religioso, místico, da obra do Lenin sobre o Imperialismo.

Ao que parece, nem sempre foi assim. Houve uma época em que o tom otimista, determinista, finalista, ao que parece, decorria fundamentalmente do trabalho de agitação e propaganda. Lenin não era um acadêmico. Ele estudava o real, elaborava análises teóricas, com a finalidade última a de encontrar a bandeira política correta para fomentar a revolução proletária. Como todo texto teórico era simultaneamente um texto de agitação e propaganda, é evidente que a tônica no clássico "Imperialismo: fase superior do capitalismo", um ensaio popular, fosse a de apresentar a fase monopólica como a última fase do desenvolvimento do capitalismo, como uma fase de transição, como a antesala do socialismo. O texto, não é demais repetir, servia para explicar a guerra, denunciar a aristocracia operária e emular o proletariado para a revolução que, defato aconteceu em 1918.

Para tratar desse ponto, vamos recorrer ao famosíssimo "Quem são os amigos do povo"²³. Nele há dois Lenin. Há um Lenin que diz que a transformação da economia capitalista em economia socialista nada tem a ver com a dialética hegeliana. A dialética era usada por Marx apenas como forma de expressar-se e não como método de análise²⁴. Respondendo à afirmativa de que Marx se apoiava na dialética, disse o Lenin que estávamos diante da vulgar acusação de que o marxismo aceita a dialética hegeliana, uma acusação dos críticos burgueses de Marx que parecia já bastante desgastada. Incapazes de opor algo substancial à doutrina do Marx, aqueles senhores críticos burgueses se agarravam à maneira de se expressar do Marx e atacavam a procedência de sua teoria, querendo assim solapar a sua essência. O que Marx e Engels chamavam de dialética nada tinha a ver com

²³ LENIN, V. I. **Quienes Son Los 'Amigos Del Pueblo' Y Co-mo Luchan Contra Los Socialdemócratas?: Respuesta A Los Artículos De Russkoie Bogatstvo Contra Los Marxistas**, Escritos Económicos (1892-1899), vol. II, 2a.ed., Madrid/Mexico, Siglo Veintiuno, 1979

²⁴ Lenin, Quienes Son Los 'Amigos Del Pueblo', p. 16.



as tríades de Hegel. O termo dialética era usado como forma de enfatizar a diferença com o método metafísico²⁵. A coincidência entre o desenvolvimento de algum fenômeno social e o esquema hegeliano de tese-negação-negação da negação era um fato corriqueiro que não tinha nenhuma relevância para o marxismo²⁶.

Nesse mesmo “Quem são os amigos do povo”, no entanto, há um segundo Lenin. Há o Lenin que disse que a sociologia só atendeu ao critério científico da necessidade de repetição dos fenômenos quando o materialismo deu um salto de qualidade, reduzindo as relações sociais às relações de produção e estas às forças produtivas que, em permanente desenvolvimento, desenvolvem a organização social mercantil até sua transformação em organização capitalista e a necessidade de sua transformação em outra em outra relação social de produção, criando as classes antagônicas²⁷. No segundo Lenin o movimento do conceito, forças produtivas, o permanente movimento do conceito, cria as classes antagônicas, cria a transformação do real, de organização social mercantil em organização social capitalista. O movimento do conceito cria o movimento do real, tal como na dialética²⁸.

Lenin, no “Quem são os amigos do povo”, revela um desconhecimento do que é a dialética. Não é de se espantar, portanto, que, posteriormente, em 1914/1915 quando estudou Hegel profundamente, ele tenha se encantado, pois viu aquilo que escrevera anteriormente. Lenin então, erradamente, enfatizo eu, disse²⁹ que não se podia compreender

²⁵ Note-se aqui o desconhecimento de Lenin sobre o que Marx dizia nos escritos dos anos 1840, de que dialética era metafísica. Ver, especialmente, MARX, Karl, **Miséria da filosofia: resposta à filosofia da miséria do sr. Proudhon**, Hemus, 2008, p. 92. Tal ponto também está presente no **Crítica da filosofia do direito de Hegel: crítica dos parágrafos 261 ao 313 da obra de Hegel**, São Paulo: Boitempo, 2005 e no **A sagrada família ou A crítica da Crítica crítica contra Bruno Bauer e consortes**, São Paulo: Boitempo, 2011.

²⁶ Lenin, *Quienes Son Los 'Amigos Del Pueblo'*, p.43

²⁷ Lenin, *Quienes Son Los 'Amigos Del Pueblo'*, pp.15

²⁸ Não cabe aqui entrar na discussão posta pelo Lucio Colletti, **Marxismo y dialéctica**, in *La cuestión de Stalin y otros escritos sobre política y filosofía*, Barcelona: Editorial Anagrama, 1977, de que a dialética só existe nos conceitos, de que a dialética da matéria já está toda contida em Hegel, não em oposição ao idealismo e sim como instrumento e meio do idealismo.

²⁹ LENIN, V. I. *Cadernos sobre a dialética de Hegel*, Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2011, na capa externa do fim.



plenamente o *Capital*³⁰, particularmente seu primeiro capítulo, sem se ter estudado e compreendido toda a lógica de Hegel³¹. Assim, o *Imperialismo* foi escrito (em 1916) quando Lenin já estava sob forte influência hegeliana. Daí que não é nítido se o otimismo, se o finalismo, a religiosidade nele contido é fruto dessa influência ou se ainda decorre da ligação umbilical entre análise teórica e agitação e propaganda, uma vez que não há incompatibilidade entre ambas.

O que muda é que a revolução se torna uma evolução da razão em busca da autossuficiência, o comunismo deixa de ser um processo e se torna o paraíso prometido aqui na terra, a revolução deixa de ser uma necessidade prática imediata a La Marx, adquirindo assim um caráter místico e daí o tom otimista, determinista, finalista, religioso. De qualquer forma, isso em nada diminui a relevância da obra do Lenin sobre a fase imperialista do capitalismo para a nossa compreensão da vida sobre o domínio do monopólio, da acentuação da opressão da sociedade burguesa.

Recebido em 08 dez. 2021 | aceite em 17 dez. 2021.

³⁰ MARX, Karl . **O Capital: crítica da economia política**, Livro I, vol. 1, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

³¹ O equívoco desse entendimento compartilhado pelo Lenin está sendo tratado por mim no Canal do Youtube denominado **MARX – SEM ILUSÕES** e na monografia de conclusão de curso de economia na FEA/USP, do Thiago Lastruci de Oliveira França, **Um estudo das raízes kantianas da crítica da economia política**, mimeo, FEA/USP, 2021.



As redes sociais a serviço do imperialismo do capital e dos Estados Unidos

Mauro Donato¹

255

Resumo

O capitalismo demanda um sistema mundial, pois precisa de larga escala para funcionar, e as redes sociais são importante instrumento para sua expansão. A questão poderia ser vista como meramente comercial não fosse o fato de todas as empresas dominadoras desse segmento serem americanas e os EUA serem o representante-mor do capitalismo e eterno candidato a império mundial. Nesse ponto as coisas se embaralham. Essas plataformas foram criadas para a interação social, contudo propiciam também o compartilhamento de informação. Mais ainda: possibilitam a criação e publicação de conteúdos por qualquer pessoa. Publicar conteúdo não implica afirmar que se publique verdades. “Quem detém informação detém poder”, é ditado antigo. No mundo moderno, o poder se encontra na desinformação. E a desinformação tem corroído democracias. Fake news são o recurso mais eficaz para polarizar uma sociedade de modo a perturbá-la em variados níveis, em diversas esferas, predispondo-a a conflitos. A ascensão da extrema direita mundo afora, por exemplo, é fruto do adensamento desses grupos nas redes sociais. E “as direitas”, extrema ou moderada, são francamente capitalistas, defensoras da concentração de renda, da exploração da força de trabalho e do extrativismo irresponsável de recursos naturais.

Palavras-chave: redes sociais; imperialismo; Estados Unidos.

¹ escritor e jornalista. Autor de “Além do Pó” pela Editora Chiado (2016) sobre a resistência partigiana na Segunda Guerra Mundial, tem atuação em sites progressistas com matérias, artigos e entrevistas para as editorias de educação, política, movimentos sociais, cultura, comportamento, sustentabilidade. Foi âncora de programa diário (Live das 17) no canal do site DCM entrevistando senadores, deputados, vereadores, analistas políticos, artistas, líderes comunitários. | maurodonato@uol.com.br



Resumen

El capitalismo demanda un sistema mundial, ya que necesita una gran escala para funcionar, y las redes sociales son un instrumento importante para su expansión. El tema podría verse como meramente comercial si no fuera por el hecho de que todas las empresas dominantes en este segmento son estadounidenses y Estados Unidos es el principal representante del capitalismo y el eterno candidato al imperio mundial. En ese punto, las cosas se mezclan. Estas plataformas fueron creadas para la interacción social, sin embargo, también brindan intercambio de información. Es más: hacen posible que cualquiera pueda crear y publicar contenido. Publicar contenido no implica afirmar que se publican verdades. “Quien tiene información tiene poder”, es el viejo refrán. En el mundo moderno, el poder reside en la desinformación. Y la desinformación ha erosionado las democracias. Las fake news son el recurso más eficaz para polarizar una sociedad con el fin de perturbarla a distintos niveles, en distintos ámbitos, predisponiéndola a conflictos. El auge de la extrema derecha en todo el mundo, por ejemplo, es el resultado de la densificación de estos grupos en las redes sociales. Y “las derechas”, extrema o moderada, son francamente capitalistas, defensoras de la concentración del ingreso, la explotación de la mano de obra y la extracción irresponsable de los recursos naturales.

Palabras clave: redes sociales; imperialismo; Estados Unidos

Abstract

Capitalism demands a world system, as it needs a large scale to function, and social networks are an important instrument for its expansion. The issue could be seen as merely commercial were it not for the fact that all dominant companies in this segment are American and the US is the main representative of capitalism and eternal candidate for world empire. At that point, things get mixed up. These platforms were created for social interaction, however, they also provide information sharing. What's more: they make it possible for anyone to create and publish content. Publishing content does not imply stating that truths are published. “Whoever has information has power”, is the old saying. In the modern world, power lies in disinformation. And disinformation has eroded democracies. Fake news is the most effective resource to polarize society in order to disturb it at different levels, in different spheres, predisposing it to conflicts. The rise of the far-right around the world, for example, is the result of the densification of these groups on social networks. And “the right wings”, extreme or moderate, are frankly capitalist, defenders of income concentration, exploitation of the labor force, and irresponsible extraction of natural resources.

Keywords: social networks; imperialism; United States.



Introdução

Livro um: Em meados deste ano, o fotógrafo Jonas Bendiksen lançou um livro chamado "O Livro de Veles", sobre a pequena cidade homônima localizada no interior da Macedônia e que foi uma usina de sites pró Donald Trump nas eleições de 2016. Jovens e adolescentes em sua maioria - os chamados *Veles boys* - montaram sites com aparência jornalística, abriram espaço para publicidade com auxílio do Google AdS, gastaram os dedos executando copy/paste com informações mentirosas favoráveis a Trump e desfavoráveis aos democratas e depois jogavam essas "notícias" nas redes sociais pagando ao Facebook para impulsioná-las. Com milhões de pessoas clicando, curtindo e compartilhando, começaram a fazer dinheiro. Na diminuta Veles, onde o salário médio é de míseros 350 euros mensais, jovens que antes sofriam com desemprego estavam ganhando mais do que isso por dia com suas redes sociais. Sim, por dia. Uma "corrida do ouro digital" sem precedentes na pacata e pobre Veles.

Foram muitas as matérias jornalísticas publicadas na época a respeito do fenômeno e Jonas Bendiksen foi até a cidade apurar a história e captar imagens para seu livro. Pronto e publicado este ano, a obra é uma provocação e tanto ao debate acerca da falsidade, das fake news, das redes.

O fotógrafo foi, sim, até Veles e lá fez suas fotos. Essa é a única parte verdadeira do livro. Bendiksen fotografou os locais sem a presença de humanos propositalmente. Todas as pessoas que aparecem no livro interagindo nas cenas são falsas, trata-se de avatares 3D realistas criados com os mesmos softwares usados no cinema ou em desenvolvimento de games. Pessoas tão reais como os dinossauros de Jurassic Park. Nem mesmo o texto do livro tem mãos e mente humana na elaboração. Foi todo escrito por Inteligência Artificial. Bendiksen utilizou uma ferramenta para criação de texto chamada GPT-2 (um sistema "treinável" muito usado por empresas para seus robôs de atendimento ao cliente), alimentou esse sistema com artigos referentes ao tema e "pediu" um ensaio com 5.000 palavras. Ele não escreveu uma única vírgula. Assombroso, não?

Em resumo: o fotógrafo fez um livro inteiro sobre a existência de um polo de informações falsas (o que é verdadeiro), sendo que seu livro traz essa realidade de maneira falsa.

A provocação de Jonas Bendiksen é muito válida e necessária e abro este artigo com ela pois temos, nós progressistas, a crença arraigada de que apenas a direita é burra o suficiente para cair em lorotas. Com a sofisticação



dos programas de computação gráfica, a substituição de rostos e alteração de sincronismo labial nos vídeos deepfake - e sabe-se lá o que ainda está por vir - todos podemos ser vítimas de fake news mais cedo ou mais tarde. E o meio mais eficaz para disseminar inverdades são as redes e mídias sociais.

Livro dois: “Na estrada da informação, a tecnologia e os serviços editoriais vão se aliar para oferecer uma variedade de maneiras de encontrar informação”, escreveu Bill Gates em 1995 no seu “A Estrada do Futuro”, no qual fez dezenas ou centenas de projeções certas para um futuro feliz e prático em que o acesso a computadores tivesse se popularizado. Gates “previu” o *home office*, os serviços de streaming, os bancos digitais. Mas nada de redes sociais. No máximo da aproximação com o tema, afirmou que existiriam comunidades de aficionados por interesses em comum em sites da web e fóruns online ou grupos de email para discussões. Redes sociais como são hoje foi algo que ficou fora do radar dele (dez anos depois, em 2005, analisando o surgimento e explosão dos aplicativos, o antes otimista Bill Gates emitiu um memorando para administradores e alta cúpula de engenheiros da Microsoft em que escreveu: “Essa nova onda será muito destrutiva”).

Livro três: Em 1949, George Orwell escreveu a assustadora obra “1984”, uma distopia na qual os cidadãos são vigiados por telas que os veem. Cada passo, cada movimento é monitorado, onde quer que estejam, 24 horas por dia, 7 dias por semana. Controle total e absoluto. A representação icônica de um regime totalitário que comanda um dos três grandes blocos nos quais o mundo está dividido. Um terço do mundo está sob os escrutínios do “Grande Irmão”. Agora aqui em 2021, um terço da população mundial está no Facebook. George Orwell errou por alguns anos sua macabra previsão de um grande olho déspota, controlador e manipulador, mas ele está aí: redes sociais.

As redes sociais a serviço do imperialismo do capital e dos Estados Unidos

“O capitalismo é a primeira organização econômica e social com vocação mundial (...) Algo inerente ao capitalismo desde suas origens é operar como sistema mundial (...) Mundialização e imperialismo são duas categorias que se referem a processos estreitamente relacionados, porque se



potencializam e se condicionam mutuamente. A existência de uma economia mundial é uma condição para que emergja o imperialismo”, disserta Jaime Osorio, professor da Universidade Autônoma Metropolitana, do Chile.

Um império, é bom lembrar, não é uma democracia. O capitalismo também não. Ele se retroalimenta aprofundando a desigualdade e mantendo bolsões de pobreza e miséria. Pessoas pobres equivalem a força de trabalho barata e submissa aos processos produtivos executados em escala que o capitalismo e os investimentos imperialistas demandam.

Não é mais novidade para ninguém que as empresas de redes sociais criadas por netos de hippies da Califórnia para troca de fotos de gatinhos fofo, vídeos de gente dançando e listas de coisas que não devemos deixar de fazer antes de morreremos nada têm de inofensivas. Mas o leitor pode estar se perguntando o que a iniciativa privada tem a ver com o tema “Imperialismo diante dos impasses do fim do mundo” desta edição.

Voltemos brevemente a “1984” (o livro, não a data). A obra era mais uma paródia de Orwell que criticava o socialismo, chamado por ele de Socing (o escritor já havia feito algo semelhante em A Revolução dos Bichos com o comunismo). Para Orwell, o Grande Irmão, o grande olho a dominar o mundo era não uma pessoa e sim um sistema, o socialismo. Mas a vida não só imita como prega peças na arte. No mundo real de 2021 o vilão controlador onipresente, onisciente, deturpador de mentes e obliterador da memória evolutiva é o capitalismo.

Essas redes tornam tanto mais fácil sua expansão como revelam a qual hegemonia estamos vulneráveis. Todas as gigantes do ramo são americanas: *Facebook, Instagram, Twitter, Whatsapp, Google, Youtube, Pinterest, Snapchat*, para ficarmos nas mais conhecidas. E ainda que vez por outra executivos dessas empresas sejam pressionados por autoridades americanas, a diatribe litigiosa gira quase sempre acerca do abuso de coleta de dados pessoais.

Veja o recente “escândalo” *Facebook Papers*. O que Frances Haugen, ex-gerente de produtos da empresa de Zuckerberg, expôs ao Wall Street Journal através de documentos internos revela que a rede social “prioriza o crescimento em detrimento da segurança dos usuários”; que o Facebook “sabe que se mudar o algoritmo para ser mais seguro as pessoas vão passar menos tempo no site, vão clicar em menos anúncios, e ele vai ganhar menos dinheiro”; que “celebridades, políticos e usuários de grande visibilidade da rede social são tratados de forma diferente”; que “os produtos do Facebook prejudicam as crianças”.



Denúncias muito importantes, mas qual a novidade?

Haugen, que é Engenheira de Informação e especialista em algoritmos, afirmou ainda em entrevista que o Facebook instigou a violência em apoiadores do ex-presidente Donald Trump que invadiram o Capitólio em janeiro deste ano, resultando em cinco pessoas mortas. "Enquanto o Facebook estiver operando no escuro, não prestará contas a ninguém e continuará a fazer escolhas que vão contra o bem comum", disse ela.

Bem antes dos vazamentos de Haugen o Facebook já sabia, através de pesquisa interna, que um cartel de drogas - o mexicano Cartél Jalisco Nueva Generación - utilizava a rede social para postar conteúdo violento e recrutar novos membros. Fotos e vídeos de armas, pessoas baleadas e até decapitadas eram publicadas pelo grupo também no Instagram (rede associada ao Facebook). Nenhuma providência "interna" tinha sido tomada até que o episódio viesse a público.

Países onde o Facebook é sinônimo de internet, os usuários tornam-se reféns da desinformação e sujeitos à manipulação ideológica e psicológica, lançando a população no caos, como ocorrido nas Filipinas, ou em tragédias cuja consequência é um número muito mais elevado do que cinco mortes, como em Myanmar. Lá a minoria rohinga foi vítima de discurso de ódio que culminou em assassinatos em massa e mais de 700 mil rohingas tiveram que fugir do país.

Quando confrontado com sua responsabilidade nesses casos, a resposta padrão da rede social é alegar que está investindo em inteligência artificial para reforçar a segurança e assegurar que conteúdos de indivíduos e organizações perigosas sejam removidos. Quando colocados contra a parede, o que esses executivos fazem é acusar a máquina. Mas o que se quer aqui não é uma reportagem sobre os malefícios da administração de conteúdo do Facebook e sim alertar sobre como esses tribunais são para inglês ver.

Fora dos EUA essas redes podem tudo. São autocracias, sem regulamentação, exercem suas próprias regras, roubam patentes, destroem democracias. Por seu caráter disruptivo, desestabilizam países quando bem entendem, de acordo e em atendimento ao interesse do momento. Interesses do capital e, por conseguinte, dos Estados Unidos, o representante-mor do capitalismo. Se fossem mero entretenimento, recreativo e inofensivo, por que os EUA travam batalha contra o chinês TikTok?



Durante o governo Donald Trump, mandados judiciais tentaram impedir o funcionamento do aplicativo chinês por suspeita de se tratar de uma ferramenta de espionagem. O exército americano chegou a proibir que soldados tivessem conta no aplicativo, pois sua utilização poderia representar uma ameaça para a segurança nacional devido a obtenção dados privados dos cidadãos. O atual presidente, Joe Biden, revogou os decretos de Trump sem deixar de afirmar que manterá a investigação sobre as questões de segurança.

A questão poderia ser vista como meramente comercial e a criação de barreiras visaria proteger as companhias americanas uma vez as empresas do Vale Silício parecem ter poucas ideias novas ao passo que a China mostra um desenvolvimento tecnológico intenso. “Se você examinar quais são os 100 aplicativos mais baixados no Google Play da Índia, por exemplo, pelo menos 40 são chineses. O TikTok foi só o primeiro a ganhar a atenção do Ocidente”, diz Jeffrey Towson, professor do MBA da Universidade de Pequim, em entrevista ao El País.

Dono do TikTok, o chinês Zhang Yiming, fundou sua startup ByteDance em 2012 espelhado no sucesso dos californianos do Facebook, da Apple e do Google. Começou com uma plataforma chamada Jinri Toutiao, um compilador de notícias que usava inteligência artificial para adaptar seu conteúdo aos usuários. Polêmico? Responda, leitor, qual a diferença disso para o que fazem os americanos Facebook, Google e similares? O Google de hoje não apresenta mais os resultados da busca solicitada pelo usuário conforme relevância e veracidade das informações após análise simultânea em centenas de milhares de servidores, como no passado. Atualmente, quando uma pessoa digita algo no campo de busca, o resultado mostrado pelo Google leva em consideração onde ela mora, quais suas crenças, que livros lê, que clubes frequenta. Enfim, qual “sua turma”. E tudo isso sem precisar perguntar nada ao usuário já que todo esse espectro íntimo é de conhecimento do aplicativo. A resposta vem ao gosto do freguês.

A existência de centenas de milhares de pessoas, em pleno século XXI, defensoras da tese de que a Terra é plana se deve ao Youtube. Foi através de vídeos da plataforma que o engajamento na sandice terraplanista prosperou e se multiplicou. Ou a teoria de que o vírus Covid-19 tenha sido uma criação chinesa para disseminar o comunismo através da vacinação mundial em massa que implantaria chips subcutâneos com tecnologia 5G.

Esses exemplos de retorno aos tempos das cavernas, às trevas, já consistiriam em provas por observação empírica de que essas mídias sociais



podem conduzir a mente do usuário. Não satisfeito com opiniões intuitivas, o MIT (Massachusetts Institute of Technology) realizou um estudo com o Twitter no qual restou comprovado que fake news se espalham 6 vezes mais do que fatos verificados e notícias verídicas. Pode existir algo mais dominador, autoritário, imperialista do que deter a posse de todos os dados pessoais e ainda desvirtuar a verdade e as leis da física?

A essa fase atual em que vivemos, o professor da UFABC Sergio Amadeu da Silveira chama de “novo colonialismo”. “Voltamos a ser colônia, a colônia que entrega dados de nossos cidadãos de bandeja para os americanos.” Para ele, iniciativas de parcerias estatais com essas empresas, estimuladas e enaltecidas por governantes que se pretendem gestores modernos, colocam em risco setores estratégicos como o Tribunal de Justiça de São Paulo e o Ministério da Educação. O primeiro quase fechou um acordo com a Microsoft para implementar um sistema de hospedagem de processos e inteligência artificial no judiciário paulista; o segundo entregou dados do Sisu como histórico escolar, desempenho e escolhas de cursos em faculdades. “O Estado brasileiro tem menos informações sobre seus cidadãos do que possuem a Amazon, o Google ou o Facebook”, alerta.

Essa é uma forma inédita de poder e influência e, mais assombroso, ainda em desenvolvimento e aperfeiçoamento, crescendo exponencialmente a cada dia. O que essas redes praticam é chamado de “capitalismo de vigilância”, que lucra comercializando dados e padrões de comportamento através de um rastreamento ininterrupto de todos, 24 horas por dia, 7 dias por semana. “Assim como há mercados que negociam, por exemplo, valor futuro do petróleo, agora temos esse mercado que negocia comportamento humano no futuro, produzindo trilhões de dólares e tornando as companhias de internet nas empresas mais ricas da história da humanidade”, afirma Shoshana Zuboff que é professora de administração de negócios, filósofa e Ph.D. em psicologia social da Universidade de Harvard. Comércio, barganha, especulação.

Seria simples disputa de mercado não fosse o fato de todas as empresas dominadoras desse segmento serem, ainda, americanas e os EUA serem o representante-mor do capitalismo e eterno candidato a império mundial. Nesse ponto as coisas se embaralham. O governo americano atua na reserva de mercado em favor das empresas controladoras das redes sociais impedindo concorrentes internacionais e colocando uma venda nos olhos da Justiça; o capitalismo depende de mão-de-obra mal remunerada, algo mais facilmente encontrado em países pouco desenvolvidos ou em



situação instável; as redes sociais fazem o serviço sujo de não evitarem (para não dizer fomentarem) os discursos de ódio que jogam esses países em polarizações violentas; os Estados Unidos se fortalecem com os lucros das operações exploradoras da iniciativa privada sem fronteiras.

Em suma, fake news geram maior disseminação e engajamento, o que gera lucro. Portanto as redes e mídias sociais são sistemas inclinados a falsas informações por interesse financeiro. Capitalismo antiético no mais puro estágio, sem nenhum dilema moral acerca de qual caminho tomar, pouco se lixando com a epidemia de desinformação e retrocesso que causa.

Evidentemente que não precisava nem era para ser assim. Executivos, engenheiros, criadores desses aplicativos tinham boas intenções, almejavam um impacto positivo na sociedade através das redes sociais. Hoje grande parte deles está arrependida e considera essa indústria um perigo (e só o fato de a chamarem de *indústria* diz muito). Vários deles estão hoje não apenas arrependidos como admitem proibir seu filhos de terem acesso livre às redes. Pessoas que viram suas crias transmutarem-se num Frankenstein (Justin Rosenstein, criador do botão "curtir" no Facebook, diz no documentário O Dilema das Redes que sua intenção era a de espalhar positividade, e hoje está assustado com o nefasto efeito da falta de curtidas gerar depressão, ansiedade e demais transtornos mentais chegando a casos de suicídio). E ao menos um deles, o cientista de computação Jaron Lanier, defende com todas as letras que o correto a se fazer é deletarmos nossos perfis e sairmos das redes sociais.

A própria web não era para ser nada disso. Seu criador, Tim Berners-Lee, a projetou como algo livre - e gratuito - além de transformador. Esperançoso, Berners-Lee sonhava que, quando os computadores se tornassem acessíveis a todas as pessoas, a www propiciaria troca de conhecimento, com uma cooperação poderosa entre indivíduos que tornariam o mundo melhor e menos desigual. Em todas as suas últimas declarações e entrevistas, Tim Berners-Lee tem se mostrado preocupado com a perda de controle de nossos dados pessoais e desgostoso de ver sua criação ter se transformado num empreendimento comercial.

"O mundo atual é um lugar desolado (...) ainda mais se comparado ao futuro imaginário para o qual as pessoas daquela época pensavam estar caminhando (...) a visão de uma sociedade futura incrivelmente rica,



organizada e eficiente fazia parte da consciência de praticamente toda pessoa culta (...) isso não aconteceu em parte porque o avanço tecnológico dependia do hábito empírico do pensamento, que não pôde sobreviver numa sociedade regimentada de maneira estrita. O mundo hoje, como um todo, é mais primitivo do que há cinquenta anos”, é mais um trecho de 1984. Parece um dos lamentos de Tim Berners-Lee em entrevistas, mas era o visionário George Orwell ainda na primeira metade do século passado, 72 anos atrás.

Referências

- NYE JR, Joseph S. **Cyber Power**. PN Books Publisher, 2010.
- OSORIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização**. Ed. Expressão Popular, 2019.
- ORWELL, George. **1984**. Companhia das Letras, 2009.
- CARR, Nicholas. **A grande mudança**. Editora Landscape, 2008.
- ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância**. Editora Intrínseca, 2019.
- LANIER, Jaron. **Dez argumentos para você deletar agora suas redes sociais**. Editora Intrínseca, 2018.
- BENDIKSEN, Jonas. **The book of Veles**. Ed. Gost Books, 2021.
- GATES, Bill. **A estrada do futuro**. Cia das Letras, 1995.

Recebido em 04 nov. 2021 | aceite em 15 dez. 2021.



Resenha

265



O céu que cai sobre a Terra: flechas para adiar o fim do mundo

LUCIANA MIZUTANI¹

Episódio do Podcast “O Bardo” | 11 set. 2021 | 19min 51s

266



A obra se inspira no livro de Davi Kopenawa e Bruce Albert – “A queda do céu: palavras de um xamã yanomami” (2015) e no conto “O céu ameaça a terra, lenda do povo ikolen-gavião recontado por Betty Mindlin” (2007). *O céu que cai sobre a terra* tem revisão especializada de Akaruc Coupan (Thiago Cancelier Dias), e pode ser encontrada no canal “O Bardo PODCAST” no *Spotify* no link:

<https://open.spotify.com/episode/3l0grXtNFmGOqaFuXvY2Ma?si=l4inE2j8OggUzjkl-QjxYg&dl_branch=1>.

(Ao ouvir, aconselho a utilização de fones de ouvido para uma experiência mais imersiva.)

O céu pretejou, quase que parecia que a gente estava num rio barrento em que não dava pra ver muito além da distância de dois braços. A fumaça entrava no peito e parecia querer parar a respiração. Todos e todas estavam parados com os peitos imóveis e sem conseguir parar de olhar para o céu.

Assim começa a narrativa, em formato de áudio drama, que retrata um recorte na vida de uma aldeia que está na fricção entre dois mundos, um que é tradicional desse povo e um outro que é (in)civilizado - o mundo no qual atualmente vivemos. A tensão é agravada por queimadas que deixam o céu negro, problema que precisa ser endereçado ou as retaliações dos

¹ Atriz, diretora, professora e designer de ação. Mestra e doutoranda em Artes Cênicas pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). | lumizu@gmail.com



espíritos da floresta se abaterão sobre os *abá* – indígenas. Na história o ouvinte acompanha uma velha índia – Kamori - e um menino de 8 anos - Muni, que são deixados para trás por aqueles que buscam a resolução do problema incluindo os *mairas* - os brancos.

No meio da narrativa descobrimos que a anciã sonhou com o espírito dono das aves, e que este ordenou que ela encontrasse um nambu redondo – um tipo de pássaro - que os levaria até o espírito. Ela leva o menino Muni consigo na jornada, no entanto, essa empreitada se prova infrutífera, pois a massiva destruição causada pelo fogo, ou matou os animais ou deixou-os sem suas próprias essências. O menino alheio ao chamado do espírito guardião das aves, não compreende a frustração da velha nem o sentido da incursão na floresta queimada. Kamori então lhe conta sobre a lenda de uma criança, que tinha o mesmo nome de Muni, que há muitos anos, impediu a queda do céu sobre a Terra atirando três flechas com penas de nambu em direção ao céu.

A dupla, vencida, decide retornar até a aldeia. Contudo, no caminho de volta, imbuído pela história contada por Kamori, Muni decide trilhar o caminho da tradição, mesmo que não tenham conseguido encontrar o nambu redondo dos sonhos da anciã. Se espelhando na lenda, ele pede licença para um dos nambus que está morto, escolhe e coloca as penas menos queimadas em algumas de suas flechas. Muni e Kamori se dirigem até uma clareira:

Muni – Não vamos saber se não tentarmos...

Kamori – É, não saberemos se não tentarmos...

Os dois retesaram seus arcos com penas do nambu redondo e soltaram as suas primeiras flechas em direção ao céu.

E a obra termina nessa suspensão com o zumbido das flechas.

Durante a história, a cultura tradicional da aldeia que se revelou em constante atrito com o mundo dito “civilizado”, e essas ações finais que ficam suspensas junto com as flechas podem ser lidas como um último ato de desespero frente a algo que está além das capacidades da dupla de resolver. Contudo a escolha desse momento como final da narrativa é reveladora de uma afirmação de um outra maneira de operar no mundo.

Essa forma “outra” está em consonância com as motivações para a realização do projeto pelo grupo de artistas do interior de São Paulo – SP realizada pelo canal *O Bardo PODCAST*. As pautas dos povos originários são sempre urgentes mas de tempos em tempos uma nova ferida é aberta, como



nesse início do 2º semestre de 2021 onde a batalha é contra o marco temporal. Infelizmente esses estopins são constantes, e o que motivou a escrita do texto do áudio drama foi “o dia do fogo” que ocorreu em 10 de agosto em 2019, dia em que produtores rurais combinam de atear fogo em matas locais pra “limpar” o terreno. As queimadas iniciadas nessa data foram tantas que o dia virou noite em diversas partes do Brasil.

O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, é um dos órgãos que tenta fazer frente a pauta de destruição das gestões que se focam apenas no extrativismo, e o instituto relatou em 2019 que o desmatamento na Amazônia cresceu 88% em junho em comparação com o mesmo período no ano anterior. Contudo as retaliações do governo federal são duras, um dos exemplos é a exoneração do físico Ricardo Galvão da direção do INPE (QUIERATI, 2019). O aumento de queimadas de 2018 para 2019 é de 320%, em 2020 sobe mais 200% em relação ao ano anterior (CARDIM, 2020), a área queimada no Pantanal nos primeiros nove meses de 2020 é de 33 mil quilômetros quadrados, o que **equivale a soma dos territórios de Alagoas e do Distrito Federal**².

Estopins como o “dia do fogo” em 2019 trazem, mesmo que temporariamente, para o 1º plano aquilo que os povos originários vêm nos alertando desde sempre. Ailton Krenak em “Ideias para adiar o fim do mundo” (2020b) e “A vida não é útil” (2020a), nos diz que a Mãe Terra tem nos alertado sobre as consequências da destruição que estamos causando, e se assim continuarmos é como se estivéssemos apertando um botão de auto-extinção. Wakya Un Manee, um outro sábio dos povos originários escreve de maneira simples e impactante o nosso comportamento em relação a Terra: “Quando o último peixe estiver nas águas e a última árvore for removida da terra, só então o homem perceberá que ele não é capaz de comer seu dinheiro” (apud KRENAK, 2020 a, p.13).

A obra não é esperançosa, sequer nos diz sobre o que acontece depois, se os espíritos são apaziguados ou não, se a destruição é irreversível e o mundo é consumido, ou se as ações dos *abas* para lidar com o céu preto têm algum efeito. Todavia, mesmo situado em uma distopia, o áudio drama propõe imaginar mundos, criar subjetividades outras que não compactuem com mitos de eterno crescimento econômico, que enfim sejam flechas

²Matéria disponível em <<https://ultimosegundo.ig.com.br/ciencia/meioambiente-/2020-10-07/area-queimada-no-pantanal-equivale-a-dois-estados-brasileiros.html>>. Acesso em 30 dez. 2020.



contra um gigante céu negro que cai sobre nós.

Ficha técnica

Texto e Ilustração: AUTORA

Revisão Especializada: Thiago Cancelier Dias
(Akaruc Coupan)

Mixagem e Sonorização: AUTORA

Personagens

Narração - AUTORA

Muni - Carla Gmurczyk

Kamori - Cátia Massotti

Referências

CARDIM, Maria Eduarda. **Inpe confirma aumento de quase 200% em queimadas no Pantanal.** Jornal Correio Brasiliense, 2020. Disponível em <<https://www.correiobrasiliense.com.br/brasil/2020/09/4879073-inpe-confirma-aumento-de-quase-200-em-queimadas-no-pantanal.html>>. Acesso em 30 dez. 2020.

KOPENAWA, Davi, ALBERT, Bruce. **A queda do céu: Palavras de um xamã yanomami.** São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil.** 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020a.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo.** 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020b.

MINDLIN, Betty. **O céu ameaça a terra.** Nova Escola, 2007. Disponível em <<https://novaescola.org.br/conteudo/3165/o-ceu-ameaca-a-terra>>. Acesso em 14 set. 2021.

MIZUTANI, Luciana. **O céu que cai sobre a Terra.** Canal O Bardo PODCAST no Spotify, 2021. Disponível em <https://open.spotify.com/episode/3l0grXtNFmGOqaFuXvY2Ma?si=l4inE2j8QgqUzjkl-QjxYg&dl_branch=1>. Acesso em 14 set. 2021

QUIERATI, Luciana. **Demissão de diretor do Inpe é oficializada no Diário Oficial da União.** Portal Uol, 2019. Disponível em <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/08/07/demissao-de-diretor-do-inpe-e-publicada-no-diario-oficial-da-uniao.htm>>. Acesso em 30 dez. 2020.

Recebido em 21 set. 2021 | aceite em 26 nov. 2021



270

Entrevista

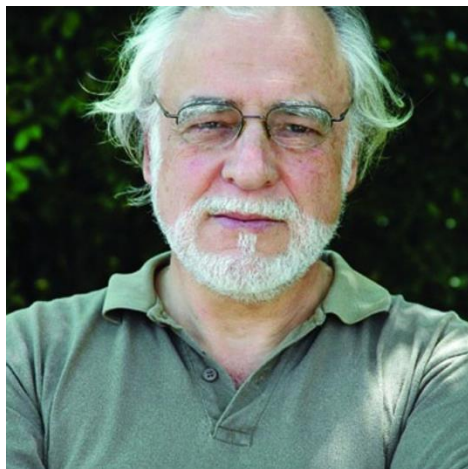


Entrevista com OSVALDO COGGIOLA

Entrevistadores IBEC¹
Apresentação | Ivan Lucon Jacob

271

A **Revista Fim do Mundo** traz, em sua edição *número 6*, uma entrevista com o historiador argentino Osvaldo Coggiola. Formado em História e em Economia pela Universidade de Córdoba (Argentina) em 1976, em pleno golpe militar naquele país, teve de exilar-se na França após constar nas listas de procurados pelo regime. No país europeu concluiu seus estudos de mestrado e doutorado, também em História e Economia, e desde 1984 é professor de História Econômica da Universidade de São Paulo.



Atua principalmente nos seguintes temas: marxismo, América Latina, imperialismo, movimento operário, capitalismo e socialismo. Dentre dezenas de livros publicados, os mais recentes são: "Teoria econômica marxista: uma introdução" (2021); "Do Moderno ao Contemporâneo: uma história do mundo na era do Capital" (2019); "Entre FHC, Lula e Bolsonaro: elementos para uma história econômico-política do Brasil (1979-2019)" (2019); "Breve História dos Países Árabes e Islâmicos" (2018); e, "*Storia del Trotskismo en America Latina*" (2017).

Numa descontraída conversa em uma manhã de sábado, Coggiola nos contou um pouco de sua trajetória e de suas perspectivas teóricas sobre

¹ A entrevista foi conduzida por *videochamada* pelos organizadores da **Revista Fim do Mundo nº 6** Aline Miglioli, Ivan Jacob, Carlos Cordovano e Fábio Campos, e contou com a participação do editor Fabio Castro e do pesquisador do IBEC Adilson Gennari, e foi transcrita por Fabio Castro, Aline Miglioli e Maria Pessoa.



o imperialismo. Sublinhou enfaticamente, de seu ponto de vista, duas urgências atuais: a necessidade de se fazer um balanço sobre o debate original do imperialismo, para a devida compreensão dos problemas práticos e teóricos que o cercam, assim como a necessidade da reposição da teoria como bússola a orientar aqueles que buscam criar alternativas ao capital. Abordou também alguns aspectos da conjuntura atual nas perspectivas da América Latina e do Brasil.

[Fábio Castro] Pensando um pouco de sua trajetória (como foi sua carreira acadêmica, como você reagiu à ditadura na Argentina, seu exílio e a formação no Brasil), o tema do imperialismo cruzou a sua vida como tema de pesquisa ou como uma questão pessoal? Você pode contar um pouco para nós como esta trajetória relaciona-se com o imperialismo?

Bom, é um pouco exagerado dizer que minha vida é marcada pelo imperialismo. São tantas mediações que fica difícil falar sobre o assunto. Primeiro, eu estudei História e Economia na Universidade de Córdoba na Argentina em 1976 sob um golpe militar. Este golpe militar foi sustentado pelo imperialismo norte-americano, todo mundo sabe. Eles anunciaram com semanas de antecedência o golpe e quem ia ser o ministro da economia no futuro governo militar, que chamava José Martínez de Hoz, que já morreu e foi o “grande ministro” de economia da ditadura militar. Sobre a ditadura eu tive que fugir de Córdoba para Buenos Aires onde fiquei um ano militando clandestinamente. Meu irmão foi sequestrado, ele foi um dos desaparecidos da ditadura. Eu fiquei sabendo anos depois que tinha sido expulso da Universidade de Córdoba e de todas as universidades do país por um decreto militar.

Na Argentina, minha situação se tornou insustentável porque eu estava em todas as listas dos procurados e então tive que fugir. Eu fui para a França, onde morei 4 anos e meio e completei meus estudos em História e em Economia. Fiz mestrado e doutorado em História. Em 1982 aproximadamente eu vim para o Brasil e em 1984 eu passei em um dos primeiros concursos públicos que foram feitos no país, porque até esse momento os cargos eram designados à dedo, por indicação. Como se extinguiu o sistema das velhas cátedras, eu entrei. Como tinha concurso de História contemporânea, foi a área em que eu entrei. Tinham dois candidatos, mas eu entrei como o primeiro classificado, porque só tinha uma



vaga em jogo. Desde 1984 eu estou na Universidade de São Paulo. Eu estou complementando 38 anos como docente da Universidade de São Paulo.

Isso é uma síntese muito rápida, porque no meio de tudo isso eu continuei minha militância no movimento social e movimento sindical. Eu fui vice-presidente do Andes, o sindicato nacional [dos professores] e da ADUSP, dei cursos para o MST, estive vinculado com os movimentos e tenho tentado me manter na ativa apesar de problemas de saúde e essas coisas. Agora eu continuo como docente na ativa, apesar de ter todas as condições para me aposentar. Eu estou um pouco mais cansado porque nas quintas e sextas-feiras eu dou aula de quatro horas de duração.

Mas como colocar o imperialismo nessa história? Bom, o imperialismo foi responsável pelo golpe militar na Argentina. Agora, dizer que os militares argentinos deram o golpe por ordem do imperialismo é um pouco exagerado porque não foi assim. Eles deram o golpe por conta própria, de acordo com seus próprios interesses e do interesse da classe empresarial que apoiou o golpe composto pelo imperialismo e pela burguesia nativa e pela casta militar argentina.

Quanto ao imperialismo, ele é uma coisa concreta. É uma noção teórica que nós usamos para analisar coisas concretas. Se a teoria não serve para analisar fenômenos concretos, então a teoria é um puro exercício intelectual sem nenhuma importância. Para falar do imperialismo temos que falar da história do imperialismo e da teoria do imperialismo, da qual eu não me ocupei especificamente. Eu sou historiador, de história econômica principalmente. Na verdade, 'história econômica' é uma forma de acomodar as coisas dentro da academia. História econômica é quase um exercício de história no qual se diz "olha, a economia está presente". Porque em história econômica você tem que analisar não só os fenômenos econômicos como também todas as suas consequências sociais, políticas, ideológicas, culturais etc.

Bom, é isso. Eu não poderia avançar muito mais sem começar a entrar em detalhes e aí na hora de escolher os detalhes seria difícil para mim selecionar quais são mais importantes ou menos importantes. Óbvio que me referi aqui há mais de 50 anos de vida, eu não posso resumi-los senão de maneira muito rápida. No meio de tudo isso eu fiz muitas coisas: tive quatro filhos, decidi ficar no Brasil, porque já estava aqui, e não voltar para a Argentina. Não que eu tivesse algum problema com a Argentina, foi por questão de trabalho mesmo. Eu poderia ter me desenvolvido na Universidade de Buenos Aires, mas quando esta possibilidade se abriu para



mim eu já estava aqui, já tinha feito meu doutorado na França em 1983. E entrei como docente na USP em 1984. Isso já era suficiente para mim. Outra mudança seria demais. As mudanças de Córdoba para Buenos Aires, de Buenos Aires para Paris e de Paris para São Paulo foram como começar do zero. Voltar de novo para Buenos Aires ou para Córdoba e começar do zero não dava. Eu reconheço que eu não tinha mais fôlego para isso. Por isso decidi ficar por aqui mesmo.

[Carlos Cordovano] Eu gostaria de propor que o senhor fizesse uma apreciação do debate clássico do imperialismo, um debate que tem uma primeira referência o Hobson, depois toda uma tradição marxista com diversas vertentes com textos até do Schumpeter, enfim vários matizes que deixam o debate muito rico, numa quadra histórica que vai desde o começo do século até a Segunda Guerra Mundial. Eu gostaria de propor que você fizesse uma apreciação deste o debate à luz desta quadra histórica e particularmente à dinâmica “revolução e contrarrevolução” neste período

Eu vou tentar apontar qual é o principal elemento que não se leva em conta e qual foi a contribuição específica dos marxistas em relação a este debate, que evidentemente é a preocupação que a sua pergunta traz. O imperialismo no sentido contemporâneo da palavra, começou a ser usado na década de 1840. Nesse período a palavra [imperialismo] aparece pela primeira vez em texto de pessoas que evidentemente não eram marxistas, porque em 1840 não existia nem o marxismo e nenhuma teoria que tivesse esse nome. A palavra foi sendo divulgada e difundida até que ela se tornou bastante comum no último quarto do século XIX. Até esse momento, “imperialismo” designava simplesmente o imperialismo concreto: o imperialismo grego, francês. Evidentemente ela se referia a impérios coloniais como o caso da França, Inglaterra, Espanha e Portugal, que eram as potências que haviam tido impérios coloniais de importância no passado. Uma consciência foi surgindo no último quarto do século XIX no sentido de que a palavra designasse um conceito e não apenas um fenômeno concreto. Um conceito quer dizer um sistema.

Quando Hobson escreveu “O Imperialismo” já existia a ideia de que há algo mais do que o império inglês, francês, espanhol, português, holandês, belga e ou o potencial império alemão que surgiu após a conferência de Berlim de 1875, que deu a Alemanha o direito de colonizar parte da África Ocidental ou da Índia - e assim por diante. Alguns teóricos



começaram a se preocupar com a existência de um sistema imperialista. Hobson é um nome importante, mas o primeiro nome importante do ponto de vista marxista e evidentemente mais conhecido é o de Kautsky, quem se debruçou sobre o fenômeno. Quando Kautsky, Hobson e Lucien Delabarre Sanial - um francês que vivia nos EUA e em 1913 escreveu um livro sobre o capital monopolista e o capital financeiro [*General Bankruptcy or Socialism*] - escreveram, a palavra imperialismo já era consensualmente uma palavra usada para designar mais do que um império concreto, mas o conjunto dos impérios articulados, ou seja, um sistema. Ou, como vai dizer Lenin em 1916 – apesar de que quando Lenin escreve este já era um debate tardio, porque o debate já estava amplamente em andamento – quando escreveu *Imperialismo, fase superior do capitalismo*, o termo designa um sistema com sua própria lógica, que vai além, ou como diz Lenin, uma fase superior e diferenciada do capitalismo. Agora, essa diferenciação do imperialismo como fase superior do capitalismo foi uma conclusão polêmica, que hoje nos parece natural. Para Hobson o imperialismo não era uma fase superior do capitalismo, o imperialismo era um fenômeno político e ponto final. Para Kautsky também era um fenômeno político. Deste ponto de vista, Lenin inovou teoricamente, porque ele vinculou o imperialismo com uma fase do capitalismo. Quem também fez isso um pouco antes do Lenin foi o Bukharin em um livro que se chama *Economia Mundial e Imperialismo*. Este é um livro bastante difundido em português porque integra a coleção “Os Economistas” da Editora Abril.

Na verdade, houve um grande debate. Um dos livros de autoria de um amigo meu e meu conterrâneo, que é professor na Universidade de Córdoba, é na verdade uma grande coletânea sobre todas essas diversas abordagens e mostra como essa questão do imperialismo amadureceu. É a primeira coletânea que faz isso. Ela está publicada em inglês por uma editora holandesa. Essa coletânea mostra como por diversos autores vai se definindo a noção de imperialismo. Não há uma definição que seja consensual. Se nós pegarmos somente os autores marxistas, por exemplo Lenin, Bukharin, Rosa, Kautsky, Hilferding não há uma noção única de imperialismo em todos eles. Para falar a verdade, eu vou dizer uma coisa um pouco mais ousada: não há um balanço sobre o debate clássico do imperialismo até hoje, ou seja, daquele debate que se processou nas últimas duas décadas do século XIX até as primeiras décadas do outro século. Um balanço desse debate, não como uma coletânea de textos, como nesse que eu acabei de mencionar, mas como um apanhado que tira uma conclusão ou um saldo deste grande



debate, ainda precisa ser feito, apesar de sua importância. Eu nunca vi nenhum livro que diga “o debate sobre o imperialismo de 1890 a 1930”.

Também temos que considerar o livro de [Eugene] Varga que se chama *Dados complementares da teoria do imperialismo de Lenin*. É um livro da década de 20. O Varga era o “economista oficial” da Internacional Comunista e ele tenta complementar a teoria do imperialismo de Lenin. Seria necessário fazer isso. Se os amigos da onça não roubaram esse meu texto de Varga, que é praticamente o último desse longo debate. Temos que considerar também as contribuições do Trotsky, embora ele nunca tenha escrito algum texto referido especificamente ao imperialismo, mas suas intervenções polêmicas no interior da Internacional Comunista, em particular diante da central do Stalin – e ao stalinismo – são muito importantes acerca do imperialismo. Elas estão em um livro do Trotsky chamado *Stalin, o Grande organizador de derrotas* ou *A Internacional Comunista depois de Lenin*.

Eu penso que esse seja um trabalho ainda por ser feito. Tem um aluno do Fernando Novais [Eduardo Mariutti] que fez um trabalho importante, articulando o colonialismo e imperialismo. Eu o conheço pouco, somente estive em uma banca com ele. Ele fez um trabalho bem erudito sobre a questão, mas não acho que tenha chegado ao ponto em que eu menciono, ou seja, de fazer um balanço de 50 anos de debate sobre o imperialismo, que se processa nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras décadas do século XX.

Eu poderia fazer esse trabalho. Se me der vontade pode ser que eu faça. Vamos ver se eu vou conseguir fazer né? Porque é um trabalho de história econômica propriamente dito. Eu não estou fazendo isso neste momento, mas eu gostaria de poder fazer um trabalho deste tipo, não para poder tirar uma conclusão definitiva, mas pelo menos mostrar que há um debate histórico e que diz respeito a formação do mundo em que vivemos. Contra isso conspira também um hábito acadêmico porque os grandes trabalhos de síntese em geral não são bem-vistos na academia. Por que não são bem-vistos? Porque na academia você tem que se concentrar num ponto específico e concreto e ter uma base de fontes que te permita tirar uma conclusão original. Ou seja, há uma série de normas específicas da academia que afugentam a ousadia teórica de poder dizer “eu vou me ocupar de 50 anos e de todos que escreveram sobre este fenômeno ou dos mais importantes, pelo menos para tirar algum tipo de conclusão ou para não tirar conclusão nenhuma, senão simplesmente mostrar que tipo de debate era esse”.



Ou seja, seria importante fazer este exercício não para ter uma conclusão, mas porque nós estamos relativamente às cegas sobre em qual mundo vivemos. Nós não sabemos direito em que mundo vivemos, por isso aparecem as teorias mais estapafúrdias, que se baseiam em um aspecto da questão e em grande parte pela situação em que estamos vivendo hoje.

Hoje em dia nós não temos um movimento operário, independente e organizado em uma Internacional ou qualquer coisa parecida. Não temos um foro, como foram em outros tempos a Internacional Socialista e a Internacional Comunista, onde estes debates pudessem ser processados. A história sem as Internacionais é dramática. O debate se processa basicamente em termos acadêmicos e em termos acadêmicos o problema está no que eu acabo de dizer: a academia domina a política atualmente, mas no passado era política que condicionava a academia. Agora é ao contrário e isso provoca um problema sério, porque na academia se você tem que fazer qualquer trabalho mais ousado, por exemplo, se você apresenta um projeto como o que eu acabei de dizer na FAPESP, eu aposto 99 contra 1 que você não vai conseguir bolsa. Vão dizer que você é megalomaniaco e que está... qualquer coisa, qualquer pretexto, por exemplo que você está utilizando teorias ultrapassadas como o marxismo... babaquices deste tipo. Isto tem uma variante na esquerda que consiste em isolar problemas e fazer deles objeto de estudo. Por exemplo, o proletariado não existe mais porque estamos vivendo a era da acumulação flexível ou o único problema que importa no mundo é o problema ecológico ou qualquer teoria ou alguma descoberta, qualquer coisa desse tipo a partir do qual uma pessoa constrói uma teoria do mundo atual isolando apenas um aspecto da sua situação. Por isso que eu ressalto que do ponto de vista da História – que é onde eu estou - o mais importante seria fazer o que é inexistente: um debate articulado sobre as teorias do imperialismo que apareceram junto com o imperialismo porque é nessas teorias que está a questão principal.

Marx escreveu *O Capital* quando o capital não estava completamente desenvolvido. Ele escreveu *O Capital*, quando o capital comparado ao capitalismo de hoje, era um capitalismo embrionário. Isso porque Marx viu o fenômeno em seu nascer, o que o permitiu captar sua especificidade mais facilmente do que a teóricos posteriores. Porque ele tinha diante dos olhos, o antigo regime e o regime do capital. Ambos estavam vivos na época do Marx. O capitalismo só existia na Inglaterra enquanto sistema quando Marx escreveu. Quando ele escreveu ainda se duvidava que o capitalismo seria



capaz de dominar o mundo. Marx via que ele ia dominar o mundo e esse foi um dos diversos acertos de Marx.

Eu diria que com o imperialismo é a mesma coisa. Nós não podemos saber o que ele é hoje, se é que ainda existe, já que existe um monte de autores, inclusive marxistas, que dizem que o imperialismo não existe mais. Bom, nós não podemos captar a veracidade desta afirmação e nem da afirmação contrária se nós não analisarmos (não o Marx do imperialismo, porque o Marx do imperialismo não existiu, houve um conjunto de autores que se ocuparam do tema) aqueles autores que viram o fenômeno no momento de seu nascimento, conseguiram comparar o capitalismo pré-imperialista com o capitalismo imperialista. Este apanhado geral sobre a questão do imperialismo, ou seja, esse balanço que leva em conta diversas posições nunca foi plenamente realizado. Foi realizado de maneira parcial através de autores que se ocuparam do assunto, seja do ponto de vista político ou seja do ponto de vista acadêmico, com observações de caráter incidental. A ideia básica é que o imperialismo não é apenas um fenômeno político, o imperialismo é um fenômeno econômico. Tem aqueles que dizem, "o imperialismo é a existência de colônias", hoje em dia há colônias, mas elas são marginais. Não podemos dizer que não há imperialismo porque não há mais colônias. Existem ainda algumas colônias por aí, mas a política oficial da ONU, que é aceita por todos os países do mundo, é que colônias não devem existir. Existe também uma política de descolonização para isso.

A primeira tarefa a ser feita com relação ao imperialismo no meu entendimento é pegar alguns autores, eu não diria 500 autores, mas pelo menos uns trinta ou quarenta autores principais que escreveram sobre o imperialismo entre 1880 e 1930 e fazer uma articulação por ordem desse debate e tirar uma conclusão. Isso nos permitiria avançar, e eu acredito que seria uma ótima contribuição, imprescindível para entender o mundo em que vivemos, porque do contrário somos obrigados a entender o mundo a partir de intervenções de caráter político-acadêmico, de caráter parcial, ou ficarmos a mercê de provocadores engenhosos que escrevem sobre coisas a partir de observações parciais; como Zizek, que é um autor que está na moda, como outros deste tipo; ou como esses grupos por aí que descobrem que tem a pedra filosofal, como aquele grupo do Robert Kurz que diz que está tudo errado e que só eles tem razão, porque Marx estava metade errado e que o único Marx que presta é aquele que critica o fetichismo da mercadoria e que todos os movimentos atuais, inclusive chegam a qualificar



todos os movimentos, como o de luta contra o imperialismo etc., como movimentos de caráter reacionário.

No caso do Zizek, eu estive em um debate com ele uma vez na USP e nós rimos bastantes porque eu não o levei a sério. Ele fez uma exposição para o público e eu me lembro que ali estava o Safatle comigo na mesa e o Paulo Arantes. Eu lembro que o Safatle fez uma pergunta para ele sobre Lacan, porque o Safatle levou a sério, ele é um cara inteligente, como todo mundo sabe, ele é um intelectual público e tudo mais. Mas eu percebi que o Zizek, que tinha falado por exemplo sobre chocolates que provocavam defecações e cinema pornô na sua intervenção, estava querendo vender o seu livro que tinha sido publicado pela Boitempo. Ele queria estabelecer com o público – que era enorme – um bate-papo informal, que não era para ser levado a sério. Eu não levei a sério e fui nas piadas dele e fiz outras piadas. Ao invés de discutir as ideias eu fiz piadas! E no fim o Zizek achou muito simpático isso, porque afinal ele estava aqui para se divertir. O que ele poderia dizer em meia hora que revolucionasse a mente de alguém? Ele foi lá, apresentou o livro e fez um monte de piada. Eu fiz piada, mas os outros levaram a sério e perguntaram sobre a Lacan e o Zizek não estava com nenhuma vontade de falar sobre Lacan e nem psicanálise.

Esse é um autor que vende muitos livros, e é notável que ele seja visto como um guru e ele provavelmente quer ser visto como qualquer coisa, menos como um guru! Ele é um provocador das ideias e nada mais. Ele é muito engenhoso e muito erudito, mas não tem teoria sobre nada praticamente e nem pretende ter.

Nós estamos em uma situação de sobreprodução de ideias, muitas das quais não valem nada, e de ausência de teoria. Dizer isso de maneira tão categórica pode ser visto também como uma provocação, mas para mim não é. Eu tento me pautar no meu trabalho acadêmico, que está muito atrasado, para fazer essas considerações.

Eu já fiz estes trabalhinhos. Minha tese de doutorado foi sobre o trotskismo na Argentina. Por quê? Porque eu tinha que fazer um trabalho concreto sobre um assunto concreto, delimitado. Eu estou buscando fazer este tipo de trabalho [revisão sobre o imperialismo] ou pelo menos dar uma contribuição sobre o tema, porque o tema do imperialismo está longe de ser um debate concluído, pelo contrário, é um debate que está apenas engatinhando. Não se tem uma ideia do debate histórico sobre imperialismo, ou seja, o debate sobre imperialismo do último quarto do século XIX e das primeiras décadas do século XX, ele tem que ser analisado



com o mesmo cuidado e a mesma atenção com que é analisado *O Capital* de Marx, sobre o qual já se escreveu tantas coisas. No entanto, ele é praticamente desprezado, apesar de ser um debate riquíssimo. Inclusive ele é mais complexo, ou de outro tipo de complexidade, do que o debate sobre *O Capital* de Marx. Para analisar o imperialismo tem que se partir de Marx e da teoria de Marx ou das observações de Marx acerca dos monopólios, tem que se partir de Engels, tem que se partir de todos os autores do século XIX que escreveram sobre o assunto: Kautsky, Hilferding etc., tem que passar pelos outros autores, alguns que são completamente desconhecidos. Tem poucas pessoas que estão dispostas a fazer esse trabalho seriamente. Um amigo meu da universidade de Córdoba, que acabei de mencionar, trabalha em conjunto com uma economista de uma universidade do Canadá, que se chama Richard Day, que tem trabalhos extremamente esclarecedores sobre essa e outras questões, mas que é complementarmente desconhecido, porque faz um trabalho muito sério e porque pega os grandes temas, mas isso não dá ibope. Nós vivemos hoje em um mundo diferente daquele de antes... nós temos um mundo onde as ideias estão monopolizadas pela academia e a academia tem normas que não tem a ver com o conhecimento da totalidade. A academia tem suas virtudes, mas tem também os seus defeitos. Isso gera uma batalha de caráter teórico e também político.

Para sermos capazes, diante da tendência pós-moderna que todo mundo critica, mas que todo mundo aceita, na qual não há movimentos gerais, e em que o sujeito fragmenta naturalmente o objeto do pensamento. Nós aceitamos essa fragmentação do objeto do conhecimento ao mesmo tempo que falamos mal do pós-moderno e criticando o pós-modernismo, que é o que se faz mais atualmente dentro da academia.

Eu vejo que muitos ex-orientandos meus, muito inteligentes e que se preocupavam quando eu os orientava com as questões mais gerais, mas que agora na academia se deixam levar pela lógica de ter que fazer algo que venda: temos que fazer um livro que possa vender e para isso pegam assuntos que possam dar algum tipo de ibope. É lógico que se você faz um livro sobre as teorias do imperialismo é muito difícil que você tenha muitas vendas. Se você faz um livro sobre os cangaceiros, você vai vender muito mais livro. Então, numa editora, se você quer vender e sobreviver na selva acadêmica, é melhor fazer livros sobre cangaceiros. Se você fizer um livro sobre imperialismo ninguém vai te dar bola. Você não vai vender e vai ser um livro difícil de ser lido. Nós temos que lutar contra isso e essa é a resposta que eu posso dar.



[Fábio Campos] Muito boa a discussão do senhor sobre imperialismo, tema que está fora da academia e está ausente da pauta dos movimentos de esquerda sociais que infelizmente não fazem esta discussão, o quanto deveriam, nos termos que o senhor acabou de apresentar. Eu acho que o senhor colocou na resposta uma questão fundamental de que o estudo da história do imperialismo e também sua teoria e sua interpretação totalizante, naquele contexto dramático de guerra, de revolução e de contrarrevolução, no início do século XX, tinha como questão central organizar a classe trabalhadora para superar aquela barbárie. Inclusive o Lukács chama atenção disso naquele livro sobre o Lenin: o grande mérito do Lenin e de outros autores daquela época é justamente este, criar uma teoria e uma reflexão para aqueles que estão interessados em superar essa barbárie chamada imperialismo. É isso que nos falta hoje, como o senhor colocou muito bem. Um outro problema que decorre da sua resposta é como atualizar este debate clássico para outros momentos do capitalismo, dentre os quais um importantíssimo que gestou boa parte das contradições que a gente vive hoje, dos dramas que passamos, é o do momento imediato da Segunda Guerra Mundial, em que autores como Sweezy, Baran, Magdoff e Mandel – para ficar só nos nomes mais conhecidos – tiveram que atualizar o debate clássico. Tiveram que fazer exatamente isto que o senhor está propondo. Então nesta primeira questão deste bloco eu gostaria de perguntar: quais os principais problemas, inclusive metodológicos, que o senhor vê nessa atualização que foi feita no pós-guerra? Neste momento se tem um fenômeno novo, que é o dos EUA, deste complexo industrial-militar, de uma doutrina de segurança nacional, que na verdade é uma doutrina de segurança imperial e também de algo que não estava exposto no debate clássico que é o fim absoluto da humanidade pela bomba atômica no pós-guerra. Para puxar um pouco a sardinha para o nosso lado e para o nome da revista, o fim do mundo no pós-guerra se reconfigura de outra forma. Como fica essa questão de atualização do debate clássico nesse período, professor?

O problema consiste no seguinte: quando você tenta atualizar uma teoria existe uma chance grande de você esquecer o passado. Isso quer dizer que estamos vivendo uma época inteiramente nova. Nós tivemos um debate de esquerda no capitalismo pós-guerra, no qual apareceram as intervenções



do Baran, do Sweezy, e de outros autores e livros bem importantes que pautaram esse debate. No entanto, ainda não havia se chegado a nenhum consenso acerca do regime de acumulação posterior à Segunda Guerra Mundial, e logo veio a crise. A crise nos obrigou a repensar todo esse debate que não tinha sido ainda processado em marcos políticos, tinha sido um debate processado em marcos acadêmicos, em que a política aparecia como uma projeção da atividade acadêmica. A revista de esquerda mais importante do pós-guerra, na qual aconteceu esse debate, é uma revista de língua inglesa chamada *Monthly Review*, que tinha muita importância nos ambientes políticos, mas para falar a verdade era uma revista estritamente acadêmica, embora ela aceitasse contribuições não vindas da academia etc.

Neste momento houve dois problemas, o primeiro é que, como disse Perry Anderson, o marxismo ocidental se confinou na academia à diferença do marxismo clássico que era um marxismo vinculado ao movimento operário. Isso é uma constatação. O Perry Anderson tentou tirar alguma conclusão sobre isto e fez alguns livros onde tem páginas bastante esclarecedoras, já que ele era um cara inteligente e observador. O debate clássico do imperialismo não era feito na universidade, mas sim na Internacional. São textos e posições defendidas no interior da Internacional Socialista e eventualmente na Internacional Comunista. Mas se nós falarmos dos debates mais recentes, por exemplo, de Baran, Sweezy, Aglietta... bom, são todos autores acadêmicos, ou ainda pior, funcionários de Estado. Eu também sou da academia, mas o que eu quero dizer é que o debate se deslocou da esfera do movimento operário para a esfera do Estado. Logicamente isso condiciona o debate, porque é um debate que não está vinculado a orientar uma política do movimento operário, mas orientar para que as pessoas entendam melhor o que está acontecendo. Não quero dizer que esse material seja rejeitado, muito pelo contrário, mas nenhum dos autores que eu mencionei estão pretendendo pautar a política do movimento operário. Isso nem sequer aparece como preocupação, inclusive em alguns casos aparece como oposição, como o caso de Samir Amin que diz o movimento operário é coisa do passado. Isso acontece porque ele é um autor vinculado com a luta anticolonial e não com a luta do movimento operário para derrubar o capitalismo.

Em segundo lugar, tivemos um fenômeno político para o qual chamou atenção Fukuyama no livro que todo mundo reclama, mas que todo mundo aceita, sobre o fim da história. Ele falou no fim da história como uma provocação, dizendo que o mundo do passado acabou, porque não existem



mais colônias. Agora é democracia e democracia é liberal. O único que faltava era que acabasse a União Soviética, e acabou, por isso acabou a história. E então alguém ponderou que ainda assim o imperialismo continuava existindo, bastava observar as guerras do Iraque, etc. O Fukuyama fez em reposta alguns ajustes na teoria dele, mas ainda assim ninguém conseguiu derrubar sua teoria, mesmo dentro do marxismo. O que o marxismo pensou é uma coisa a partir de um mundo que não tinha desenvolvido plenamente suas potencialidades. Ele criticou o imperialismo,

Schumpeter é outro autor que deve ser levado em conta, embora ela escreva no pós-guerra. Ele é um autor que criou suas bases teóricas na pré-guerra. Ele foi membro da comissão de socialização da República de Weimar, era um homem que tinha origem de esquerda. Para ele o imperialismo é um monstro que o capitalismo carrega consigo por causa de sobrevivências pré-capitalistas. Portanto, quando o capitalismo se desenvolver plenamente, não vai haver mais necessidade do imperialismo, pois o capitalismo prescindir do imperialismo e porque o imperialismo é uma sobrevivência do passado pré-capitalista. Então como se articula tudo isso: na teoria dele? É por causa disso que há, por exemplo, por dentro do capitalismo, fenômenos como o fato do Congo Belga, o Estado livre do Congo, pertencer pessoalmente ao rei da Bélgica, Leopoldo II. Isso é um fenômeno capitalista?

Não, isso é um típico fenômeno do Antigo Regime. Então esses autores foram os que pautaram o debate mais recentemente: Schumpeter, e Fukuyama. Ambos são criticados no varejo, mas aceitos no atacado, porque não há um balanço da teoria do imperialismo e da sua profundidade naquele momento. Consideram que o imperialismo não sobreviveu aos fatos, e atualmente o debate não é feito com base nisso. E em segundo lugar, na esquerda há um fenômeno, o Stalinismo, que foi decisivo ao colocar a questão da coexistência pacífica entre socialismo e capitalismo. Houve uma adaptação crescente da esquerda à esta tese que coroou Stalinismo e colocou a democracia como valor universal. Se o valor universal é a democracia, então o imperialismo não tem mais nada a ver?

A partir de então, o que vai pautar o debate da esquerda é democracia versus antidemocracia. Isso está na pauta, hoje, por exemplo, com Bolsonaro, aqui no Brasil. Mas na realidade já está em pauta há muito tempo. Quando ocorreu a Guerra das Malvinas, eu tinha acabado de chegar aqui em São Paulo. Tínhamos um grupo de exilados argentinos que começaram a agitar contra a intervenção inglesa nas Malvinas e contra a ditadura, logicamente. Mas o principal objetivo do grupo era combater a



intervenção inglesa, porque era uma intervenção imperialista contra a Argentina e contra toda a América Latina. Preparamos uma resolução e fomos em um encontro nacional do PT, que nesse momento estava surgindo. Era praticamente uma espécie de convenção de toda a esquerda brasileira, exceto o PCB. Nós nos apresentamos: "estamos vindo aqui, somos argentinos e queríamos ver se esse encontro poderia ter um pronunciamento sobre as Malvinas". Ainda não era a guerra, era o momento em que a frota inglesa estava a caminho. Nossa resolução era antiimperialista, porque criticava o imperialismo inglês, rejeitava a intervenção inglesa, e logicamente criticava a ditadura, uma vez que nós estávamos exilados pela própria ditadura. E aí eles disseram: "que legal que vocês vieram, porque nós temos uma comissão que está preparando uma resolução sobre o mesmo assunto".

Pensamos que seria ótimo, que tentaríamos convergir as duas propostas e fazer uma resolução comum para esse encontro nacional tão importante. E aí aparece a tal comissão - deixarei de lado o detalhe de quem estava na comissão - dizendo que a resolução do PT era de apoiar a Inglaterra. Nós ficamos horrorizados! Eles disseram que era guerra de um estado democrático contra um estado ditatorial. Ainda não sabíamos que a Thatcher estava inventando o neoliberalismo, mas mesmo assim nós quase caímos de costas! Não conseguimos chegar em uma resolução em comum. Parece que a oposição anti-imperialista tinha desaparecido para a esquerda. A oposição era apenas da democracia contra antidemocracia. Esse é o debate político ideológico atual. Estamos falando do corte da esquerda contemporânea em relação à tradição da esquerda e a tradição dos debates de esquerda em todo esse período que foi mencionado inicialmente. Eu acho que essas pessoas que prepararam essa resolução sobre imperialismo e suas teorias poderiam não estar cientes sobre o que estava acontecendo ou a categoria de imperialismo parecia ter desaparecido da cabeça dessas pessoas.

Eu me lembro que - agora que morreu Paul Singer- foi lembrada de uma intervenção importante dele quando ele se contrapõe aos argentinos, que no meio da Guerra das Malvinas, foram colocar a luta anti-imperialista. Ele defendeu que aí não havia nenhuma questão de imperialismo, era uma pura questão de democracia. Para a Argentina, o mais conveniente era que a ditadura perdesse a guerra. Ou seja, que a Argentina perdesse a guerra. Porque se a Argentina perdesse a guerra, provavelmente a ditadura cairia, e foi o que aconteceu. Então a Argentina poderia voltar à democracia, e foi



também o que aconteceu. E para todas essas pessoas, o que aconteceu na Guerra das Malvinas, a derrota de uma nação oprimida no sistema imperialista por uma nação imperialista, foi o melhor que poderia ter acontecido, porque no ano seguinte a ditadura convocou eleições. Então chegou Alfonsín que afundou o país, ou o afundou pela metade, e aí o sucedeu a Menem que terminou de afundar tudo. Entregou todo o país ao imperialismo. E tudo isso, como foi feito em nome da democracia, é celebrado e “tudo bem”. Mas esse é outro debate.

Eu estou propondo duas coisas: a primeira, do ponto de vista teórico histórico é resgatar o debate sobre imperialismo e trazê-lo de novo à tona. Não se trata só do restante dos textos, mas uma reflexão acerca deles. E depois fazer um balanço crítico do debate acerca do capitalismo e imperialismo no pós-guerra. Falta à esquerda uma reflexão crítica, que hoje é totalmente ausente, acerca das suas origens atuais e de como conseguiu se emancipar por completo de toda a tradição teórica e pragmática precedente e abraçar a causa da democracia como valor universal que é a versão à esquerda no fim da história de Fukuyama. Da mesma forma como a esquerda diz que com a democracia se desenvolve a história, e que a democracia é um valor universal, ele diz que o regime político democrático é o fim da história. Essas opiniões convergem, só que uma vem da direita – a de Fukuyama – e outra vem da esquerda. E cuidado que Fukuyama não é da direita, ele se tornou a “besta negra” da esquerda porque falou sobre o fim da história, mas era um cara que vinha da academia. Um conservador, não um fascista.

O que temos diante de nós é um debate enorme, mas não me assusto, porque as toneladas de notícias que circulam via internet não me assustam em absoluto. A esquerda perdeu a bússola teórica... perdeu por completo e a responsabilidade não é da academia, porque a academia sempre existiu. O que faz hoje a academia é o que sempre fez de uma maneira um pouco mais sofisticada. A responsabilidade é da própria esquerda, por ter se deixado ser colonizada pela academia e por ter perdido por completo a bússola da teoria. A esquerda renunciou à teoria e preferiu uma colcha de retalhos de afirmações soltas que não se provam em nada. Enquanto nós somos herdeiros de uma esquerda preocupada com a teoria.

Kautsky, por exemplo, pode ser criticado por sua teoria do imperialismo, mas ele respeitava a teoria. Os kautskistas de hoje não são kautskistas, porque Kautsky (que eu critico) poderia estar errado, mas partia de um ponto de vista teórico e considerava a teoria para inserir suas ideias.



Os kautskistas de hoje estão muito abaixo dele, porque não respeitam a teoria e não se importam.

Agora estamos no meio de uma esquerda que se colonizou pela academia e pelos movimentos identitários. Eu defendo a luta dos negros e defendo a luta das mulheres e pela diversidade. Mas para eles a luta de classes e a teoria não existem mais, porque a luta identitária substitui a luta de classes. E por aí nós temos um fenômeno quase cômico. Por exemplo, eu organizei como vice-presidente do Andes, um debate sobre diversidade de gênero, na qual aceitei que fossem convidados uma série de oradores que foram bancados pelo sindicato nacional. A maioria dos oradores deste encontro falaram que a luta de classes e o sindicalismo são coisas do passado, que a única coisa que servia era a luta de gênero! E eu disse: "então por que vocês aceitaram nossas passagens aéreas, nosso hotel e as estadias que um sindicato, que acredita na luta de classes, está lhe pagando, para vir aqui dizer que dizer que não servimos para nada?". É uma situação surrealista, mas eu não fiz questão de fazer muito escândalo, simplesmente dei uma risada. O sindicato nacional bancou um evento nacional em que o único que se fez foi falar contra o sindicalismo em nome da diversidade de gênero. Nós chegamos a esses absurdos nas situações nas quais nos encontramos atualmente. O problema é que o capitalismo não está bem das pernas e vai lembrar a todo mundo sobre as velhas questões: luta de classes, poder político, teoria. Essas são questões que permanecem presentes embora sejam ignoradas pela quase totalidade da esquerda.

[Fábio Campos] Bom professor, eu quero usar uma metáfora que o senhor colocou que é a "perda da bússola" pela esquerda. Justamente a teoria e a gramática que organizavam a luta foi construída a duras penas, desde Marx e Engels e infelizmente boa parte dela se jogou no lixo. Eu queria deslocar agora essa questão do imperialismo, que é o foco da edição da nossa Revista para a questão da América Latina. O senhor já tocou em vários pontos sobre sua trajetória, mas eu queria uma discussão mais ampla no sentido de que a América Latina sempre foi um terreno para o imperialismo, no entanto, a partir da Crise de 1929 principalmente, há uma tendência de buscar conhecer os problemas fundantes da América Latina, como os problemas econômicos, dependência externa, subdesenvolvimento, colonialismo cultural, e é nesse bojo que nascem reflexões importantes sobre a formação nacional e do papel do imperialismo, e junto delas, está de



certo modo a organização de luta e de revoluções nacionais na América Latina (o próprio caso cubano, tem esse traço nesse momento). Então é interessante observar um período que ao mesmo tempo é de conciliação com o imperialismo e de assimilação e tradução do debate clássico do imperialismo por alguns autores marxistas. Ao mesmo tempo, e o Adilson está aqui, a gente acabou de escrever um artigo no número anterior sobre revolução e contrarrevolução junto com o Paulo Lima. É um momento que está se andando na América Latina uma contrarrevolução defensiva. Uma contrarrevolução de caráter preventivo, como o próprio Florestan Fernandes trabalhou muito bem em *A Revolução Burguesa do Brasil*, livro de 1975. E um dos aspectos dessa contrarrevolução é justamente essa que o senhor acabou de falar. É tirar de nós essa reflexão radical a partir da teoria e dos clássicos, e como isso pode ser traduzido para a nossa realidade e principalmente para a luta, e não para fazer teses acadêmicas. E parece no caso brasileiro que o Golpe de 1964, dentre as várias funções, uma foi justamente essa. Fragmentar, especializar e tirar as grandes questões do escopo da luta que estava engendrado ainda de forma muito incipiente no Brasil, a revolução brasileira. Então eu gostaria que o senhor fizesse uma apreciação desse movimento da contrarrevolução na América Latina e a tradução do imperialismo e de suas discussões que foram sufocadas nesse processo.

Eu vou te fazer uma reflexão histórica. Em primeiro lugar, quando você diz "que a esquerda perdeu a bússola", eu diria que o panorama é muito mais dramático, a esquerda não sabe sequer que a bússola exista, a perdeu e esqueceu da sua existência. Ou seja, não é que hoje perdemos a bússola e vamos buscá-la. A esquerda nem sabe que a bússola existe, certo? E prefere navegar sem bússola, e obviamente vai parar em qualquer parte.

Segundo lugar, há uma questão sobre imperialismo e América Latina que não está devidamente esclarecida também, há algumas reflexões interessantes em Trotsky a respeito, porque dos marxistas clássicos é o único que viveu na América Latina, mas não estou querendo dizer com isso que Trotsky a resolveu, não resolveu nada. Lamentavelmente ele foi assassinado aos 61 anos de idade, e provavelmente se tivesse vivido um pouco mais, uma década a mais, se estivesse enfronhado mais nos problemas latino-americanos, coisa que teria acontecido pois ele morava no México, se permanecesse no México, teríamos tido contribuições interessantes. Porque



acontece que a América Latina, nessa corrente imperialista, ocupa um lugar específico, e o papel da América Latina na história nunca foi discutido a partir desse ponto de vista. Foi discutida a sua origem, há um livro muito interessante, mas também muito criticado, de José Aricó chamado *Marx y América Latina*. Há um debate que foi colocado pelo nacionalismo, inclusive pelo nacionalismo marxista latino-americano, do apoio dado por Engels da colonização e da anexação da Califórnia e do norte do México, que atualmente configuram o sul dos Estados Unidos (Texas, Califórnia, e metade do território do México que lhe foi amputado, o México que tinha superado o colonialismo) pelos Estados Unidos, e se isso configura ou não uma política imperialista, porque estamos falando do capitalismo pré-monopolista. Há a afirmação de Felipe Forner que esta foi a primeira guerra propriamente imperialista do Estados Unidos. Ontem eu dei aula e disse: "O mundo de hoje é produto do que aconteceu entre um quarto de século, entre 1898 – que é a Guerra Hispano-americana, e 1922/1923 que é a proclamação da União Soviética". No meio desse período acontece uma série de guerras, surge a Primeira Guerra Mundial, e nesse momento se define a situação da América Latina, porque temos a Revolução Mexicana em 1910, e temos uma situação na qual dentro do chamado sistema imperialista, a América Latina ocupa uma posição que nesse debate clássico sobre o imperialismo não foi objeto de debate, foi objeto de observação estimada de Lenin, que comparou a situação da Argentina com a de Portugal, no famoso texto *Imperialismo, etapa superior do capitalismo*, e chamou de país independente do ponto de vista formal, mas dependente do ponto de vista diplomático e financeiro, ou seja, países oprimidos pelo imperialismo, embora fossem países independentes.

O que fez o imperialismo? Colonizou três quartos do planeta que eram independentes: Ásia, África, Oceania - que era parte do império inglês, etc., os países pequenos da Europa - que dependiam dos grandes impérios europeus -, os Estados Unidos e a América Latina, que era independentes, mas eram parte da corrente dos países oprimidos pelo imperialismo. Essa foi a especificidade histórica da América Latina no século XX. Nós temos mais debates sobre a história da América Latina em todo esse período, logicamente, mas não temos um debate de conjuntura que fale precisamente o lugar da América Latina nos anos-chave entre 1875 e a Primeira Guerra Mundial, em que se forma e se define o sistema imperialista, que vai condicionar toda a história da América Latina até o presente. Essa também é uma tarefa pendente. Por quê? Porque nos preocupamos com



trabalhos e pesquisas sobre história do Brasil, da Argentina, Peru, Bolívia..., mas muito trabalhos parciais, alguns superinteressantes, e ultimamente já foram para o diabo, certo? Praticamente toda a história do Brasil se resume ao massacre dos povos indígenas e à escravidão. Tudo bem, houve o massacre dos povos indígenas e houve escravidão, mas o massacre dos povos indígenas e a escravidão que são pré-imperialistas se reformulam no sistema imperialista.

Agora, o problema consiste em estarmos no meio de uma situação em que há uma fragmentação do debate teórico, e um debate geral da América Latina nesses termos não é bem-visto na academia. E em segundo lugar, qualquer debate que relativiza as supressões de gênero, as supressões étnicas etc., e as insira em um contexto maior, é considerado um sacrilégio. E se você colocar alguma questão que tente expressar como essas opressões macros, que foram o extermínio indígena e a escravidão, foram reformuladas pelo sistema capitalista, e especificamente pelo sistema capitalista na sua fase imperialista, acontece como aconteceu recentemente ao Mario Maestri, que tentou de maneira trabalhosa fazer essa questão num artigo e imediatamente foi acusado literalmente de ser um racista por representantes dos movimentos negros, mesmo que ele não tenha lançado uma acusação de teor semelhante contra os seus adversários que defenderam o ponto de vista oposto. Então estamos em um momento difícil de desenvolver essa questão. Por outro lado, a esquerda concilia com tudo isso, e veja que não estou dizendo que a situação não seja dramática, do ponto de vista identitário.

Havia socialistas que falavam que o colonialismo em si não era ruim, e foram derrotados no interior da Internacional Socialista. Porém, foram derrotados por uma margem muito apertada, e quando Lenin teve que criticar tal posição que aceitava parte do argumento de que Holanda, França, Inglaterra e Alemanha estavam levando a civilização aos atrasados, Lenin qualificou esse ponto de vista 'monstruoso'. O problema consiste no seguinte, o debate emocional colocado à esquerda não tem que arredar o pé do seu ponto de vista histórico, mas se faz extremamente difícil colocar um debate totalmente claro sobre todas essas questões. Isso diz respeito, inclusive, sobre a história da América Latina.

Então nós temos tido nos últimos tempos, por exemplo, um debate sobre a resistência anti-imperialista na América Latina, e há episódios como a Revolução Cubana, a Venezuela de Chávez e depois de Maduro, a ascensão de Evo Morales na Bolívia etc. Eu trouxe Evo Morales para a USP,



quando ninguém sabia que ele era Evo Morales, porque ele estava na oposição. Ele deu uma palestra, havia 15 pessoas, me perguntaram: "Por que você trouxe esse índio?", eu respondi: "Esse índio vai ser o futuro presidente da Bolívia". E quando Evo Morales ganhou as eleições, os jornais do Brasil queriam um pequeno artigo meu sobre esse assunto porque não sabiam a importância que ele tinha, e eu fiz um artigo grande que ocupou uma página inteira, e o Jornal do Brasil o publicou, e eu disse o seguinte: "Agora Evo Morales vai ter que nacionalizar a Petrobrás porque senão não terá dinheiro para governar esse país, porque o orçamento da Bolívia é menor que o orçamento da USP. Então se você quer governar o país vai ter que nacionalizar." Pouco tempo depois, as tropas nacionais bolivianas ocupavam a Petrobras na Bolívia. Tudo isso foi excessivo, primeiro não deram a menor bola para Evo Morales, mesmo quando o trouxe para a USP, e não que eu estivesse de acordo com Evo Morales, mas queria trazer o debate de que está para acontecer algo grande, e ninguém me deu bola. Depois todos viraram o "Evo Morales, o primeiro indígena que governa na América Latina", o que demonstra que são todos burros e não sabem de história, quem foi Benito Soares, do México, na década de 1860? Era um índio puro, *nawata*, que governou o México fuzilando o imperador Maximiliano que era primo de Napoleão III, pelo amor de Deus! Na própria Bolívia, quem era o General Juan José Torres que governou a Bolívia na era da sangria popular, em 1971? Era um índio! Agora, me vem uma pessoa qualquer e fala: "primeiro índio a governar na América Latina, os índios estão surgindo. Despertaram de seu letargo depois de quatro séculos". Pelo amor de Deus! Eu nunca escutei tanta burrice junta. Os índios não ficaram calados em quatro séculos, pessoas de origem indígena governaram países, governaram a Bolívia, governaram o México, e o movimento de Evo Morales foi o resultado de uma série de coisas que eu tentei explicar, mas não se importaram. O que pensa a esquerda brasileira da história da Bolívia? Que chegaram os brancos em 1500, passaram a governar durante cinco séculos e vinte anos até que chegou Evo Morales e ganhou as eleições. É isso que pensa a esquerda brasileira sobre a história da Bolívia. É um insulto à inteligência humana, e uma ignorância sublime. E o pior é que esse tipo de besteira é propagado na forma de slogans que não tem pé nem cabeça, "primeiro índio na América Latina"... pelo amor de Deus!

Então estamos em um ponto muito baixo. Você está me colocando a América Latina e tudo mais, mas nós temos que repensar a América Latina, em função disso que acabei de dizer. A América Latina faz parte da corrente



mundial imperialista, com exceção de Guadalupe, Martinica e Cuba, que se tornaram independentes graças à uma intervenção imperialista dos Estados Unidos. Das sobrevivências coloniais, a América Latina era politicamente independente, então ela teve a peculiaridade de dentro da corrente imperialista mundial ser um continente que era politicamente independente, mas oprimido, que fazia parte dessa divisão do mundo entre países opressores e oprimidos. O que colocava Lenin como elemento teórico decisivo no imperialismo é fazer parte dos países oprimidos. Entretanto, dentro dos países oprimidos, a América Latina e China eram os únicos países politicamente independentes. China até certo ponto, porque tinha sua costa, em grande parte, colonizada pelos antigos enclaves extraterritoriais: a ilha de Hong Kong (que pertencia à Inglaterra), a de Macau (que pertencia à Portugal), e outros enclaves extraterritoriais de alemães e franceses, e etc. O que dá caldo para um debate teórico sobre o lugar da América Latina no imperialismo contemporâneo e o lugar que deveria ocupar a especificidade latino-americana sobre a teoria, a teoria do imperialismo. E com base nisso devemos repensar a América Latina, porque sem considerar seu lugar nesse sistema mundial, a história da América Latina não se entende. É uma coletânea de anedotas mal contadas e às vezes mentirosas, como essa idiotice de que Evo Morales é o primeiro indígena que ocupa um governo na América Latina. O que é um insulto à memória dos mexicanos que deram o seu sangue para expulsar o invasor francês, e colocaram Benito Soares, tão índio quanto Evo Morales, no governo. Além do mais, não sabiam que a ascensão de Evo Morales se pronunciou em combate a um líder absolutamente indigenista que era Felipe Quispe, que morreu há pouco tempo, que era *Quechua*, enquanto Evo Morales é *Aimará*. Porque por outro lado inventaram uma categoria imperialista, o índio. O índio é uma categoria imperialista, porque aqui não havia índios, índios são da Índia. Foi essa a maneira que os europeus designaram comumente todos os habitantes da América, por ignorância, por pensarem que estavam indo em direção às Índias. Aqui havia um conjunto de civilizações que eram absolutamente heterogêneas, cuja história não se concluiu com a colonização espanhola, portuguesa, inglesa e francesa. Logicamente que constituiu uma ruptura dessas civilizações, mas não as anula, essa história continuou, durante os 400 anos da colonização ibérica, francesa etc. Tudo isso está para ser feito, isso é a história da América.

Agora em geral, da história da América Latina, nos últimos anos, nós temos nos ocupado cada vez mais de temas intranscendentes, e que se pode



entender não apenas levando em conta todos esses elementos, mas articulando a história da América Latina com a história mundial a partir de investimentos externos dos ingleses, franceses, italianos e finalmente, por investimentos norte-americanos. Porque o imperialismo norte-americano foi um imperialismo tardio, seu quintal financeiro foi a América Latina, mas não foram eles que a colonizaram e nem poderiam terem o feito, porque eram uma potência anticolonial, não queriam colônias, e quando fizeram a Guerra Hispano-americana, meteram Filipinas, Porto Rico, Guadalupe e Cuba no bolso. Mas não ocuparam nenhum desses países. Ocuparam Nicarágua, ocuparam Honduras, ocuparam o Haiti, mas não colonizaram. Ocuparam as Filipinas militarmente, mas os mantiveram como países independentes, porque, em primeiro lugar, a constituição norte americana é anticolonialista, pois os Estados Unidos é uma ex-colônia, e segundo lugar, o imperialismo norte-americano era para Lenin um imperialismo que não precisa violar a independência política porque prefere colonizar economicamente, até porque isso é mais barato. Hobson dizia que a Índia era uma colônia que não servia para nada, que só servia para matar soldados ingleses e gastar dinheiro para manter uma administração colonial. E Hobson propunha que a Inglaterra fosse embora da Índia, mas não porque ele era anti-imperialista e anticapitalista, ele era um liberal. E o que ele estava propondo em 1901, pois o livro foi publicado em 1902, é o que Lenin teorizou, o imperialismo inglês pode dominar a Índia sem ocupá-la, mas a Índia está ocupada. Qual é esse debate? É o debate do Schumpeter: por que a Inglaterra ainda era parte feudal e porque essa sobrevivência colonial não foi estúpida, serviu para que na Grande Depressão iniciada aproximadamente em 1875, quando se evidenciou que sobravam capitais e sobrava gente nos países capitalistas, se produziu o maior movimento migratório da história mundial, que foi a migração europeia entre colônias, ou seja, a migração francesa em direção às colônias francesas, a migração inglesa em direção às colônias inglesas, e etc. Os ingleses iam para a Índia, os belgas para o Congo Belga, os franceses para o Congo Francês. Trabalhando em que? Como se dizia na época, você vai para o Congo trabalhar de homem branco, pois era um pé-rapado na metrópole (ainda por cima desempregado pela crise), e chegavam na colônia era Deus, porque era branco. Eu nunca vi um defensor mais violento e ávido da colonização francesa no Congo do que o pai de uma namorada minha (que era francesa – de quando eu morei na França), que era encanador na França, mas que tinha morado no Congo, e lá ele era um grande senhor. Só que o Congo se emancipou, então ele teve que fugir com a filha para a



França e voltar a ser encanador. Então essa sobrevivência pré-capitalista teve um papel capitalista muito importante, e Hobson pontuou no seu livro *O Imperialismo*. Graças às colônias, a Inglaterra evitou uma revolução social, pois quando foi afetada pela Grande Depressão das últimas décadas do século XIX, o movimento operário inglês era tão forte que provavelmente teria havido uma revolução da Inglaterra, mas a Inglaterra vomitou milhões de ingleses desempregados para o seu império colonial, assim, descomprimiu a bomba revolucionária que havia no país. E vieram para o Brasil, fizeram as estradas de ferro, inventaram o futebol, como o Charles Miller. Agora falam do Charles Miller como um cara que veio com uma bola. Que começou a jogar bola, os brasileiros gostaram e então chegamos no Pelé.

Agora veja o fenômeno de Charles Miller e seu pai, que veio construir a estrada de ferro, como importante do ponto de vista do futebol, tudo bem, mas expressam um fenômeno um pouquinho mais importante do que a invenção do futebol, pelo amor de Deus. Eu gosto de futebol, eu joguei futebol, não estou falando que sou inimigo do futebol. Mas o que temos é uma esquerda que diz "vamos para a história do cotidiano". O que importa Charles Miller? Charles Miller importa como o inventor do futebol que afeta o cotidiano dos brasileiros. Meu Deus. Tudo bem, vamos fazer o estudo do cotidiano, mas esse cotidiano numa coisa mais ampla. Charles Miller veio ao Brasil como parte de um fenômeno mundial que teve uma importância extraordinária que foi a grande imigração do final do século XIX e início do XX, que foi a maneira em que o mundo evitou uma revolução social nas condições da primeira grande crise capitalista mundial. Agora, para isso tem que ter uma bússola. E não estou dizendo que tenha que ser uma bússola marxista. Tem que ter uma bússola em que você diga "isso é parte de uma estrutura, portanto tem que existir uma teoria a respeito". Sem teoria eu não vou entender esse fenômeno sem ver a sua estrutura. Mas atualmente isso está desprezado. Nós temos tudo para fazer isso, mas temos uma história que se esgota em assuntos cada vez menores, e que não vê que a grande floresta da história do Brasil e da América Latina ainda permanece desconhecida. Só que de tempos em tempos ela aparece. Aparece quando o índio na Bolívia de repente ameaça vencer as eleições. Antes que ameaçasse vencer as eleições eu o trouxe na USP, mas ninguém deu bola. Por quê? Porque não veem a floresta, vem as árvores. O que vai fazer um índio aqui? No auditório Fernand Braudel?



Bom, ele tomou cafezinho no bar da História-USP. Ninguém se lembra. Depois foi presidente da Bolívia e todo mundo começou a falar: “Evo Morales, Evo Morales”. Mas quando estive por aqui, nem para cumprimentarem. Veio como acadêmico, eu conservei o cartaz e está como Evo Morales e outros nomes. Ele quis falar com o Lula, porque Lula era o candidato (ainda não tinha vencido as eleições). Eu transmiti ao PT e o Lula nem se deu por inteirado. Depois teve que se abraçar com Morales na fotografia. Lula nem ficou sabendo que Evo Morales queria falar com ele. Porque Lula nem sabia quem era Evo Morales. Então a floresta reaparece e nos obriga a repensar a história.

Nós estamos em um momento de crise, e o momento de crise eu espero que seja extremamente criativo. A criação vai vir, não de se ocupar da micro história (e eu não tenho nada contra a micro história), mas é repensar que: pensar história sem pensar em teoria e estrutura, torna o sujeito, o tema, o objeto, a história, sem sentido. Mesma coisa eu olho para a economia. E na verdade eu não estou desrespeitando as visões acadêmicas, porque história e economia são maneiras de se organizar institucionalmente o conhecimento. Porque história sem economia não existe e economia sem história não existe. Se fosse uma faculdade só, eu não veria nenhum problema nisso. Mas já está dividida no Brasil e no mundo e tudo bem, vamos continuar dessa maneira. Então é isso que eu penso. É quase um desabafo, mas é um desabafo em que estou colocando as coisas que valem a pena colocar.

Não devemos nos esquecer que, se você falar em imperialismo hoje na América Latina e no Brasil em particular você é visto como um dinossauro. Tudo bem, eu respeito muito os dinossauros. Eu sou Jurassic Park. Houve nesse mundo os dinossauros, o que demonstrou o sucesso do filme Jurassic Park. Então, portanto, o restante não podemos ignorá-los. Vamos abrir uma discussão profunda, para que os grandes temas que permitam pensar a estrutura e a teoria da América Latina voltem a estar presentes em primeiro plano na academia, mas para isso será necessário um esforço de caráter político. E esse esforço não é só acadêmico, também é extra-acadêmico, porque passa pela reconstrução de uma esquerda revolucionária. E cuidado que eu não estou dizendo marxista, uma esquerda revolucionária significa que se coloca o horizonte da revolução e que pensa em consequência, e se coloca dessa forma, essa esquerda vai terminar sendo marxista. Mas para que seja marxista primeiro é necessário que seja revolucionário. Porque se é marxista para pensar o significado subliminar



psicanalítico da teoria do fetiche da mercadoria a partir da relação do Marx com a senhora sua mãe, tudo bem, aí pode ser marxista o tempo que quiser, vocês não servem para nada. Eu tenho visto teóricos absolutamente atrozés sobre Marx, porque como querem investigar sobre Marx o que não dá para investigar mais, chegam a conclusões absolutamente atrozés. Sorte que estamos chegando ao fim. Algumas já estão superadas, como aquela que Marx no fundo sempre foi um judeu e que atribuiu ao proletariado o papel que os judeus atribuem ao Messias, coisas desse tipo e por aí vai. Como quem diz: o papel branco aceita qualquer coisa que você escreva nele. Claro que Marx era de origem judaica, mas nunca recebeu educação judaica, porque seu pai era convertido ao protestantismo e a maneira em que ele falava da questão judaica não era uma maneira habitual de falar dos judeus na época. Simplesmente não provocou nenhum escândalo porque muita gente, inclusive judeus, falavam nesses termos. Então falar que a questão judaica é uma evidência da rejeição inconsciente de Marx ao seu pai e sua mãe, por causa de seu abandono do judaísmo, pelo amor de Deus! Ficamos por aí. Eu tenho lido textos absurdos sobre Marx. Então não tenha tanta preocupação com ser marxista.

Em primeiro lugar, para ser marxista a primeira coisa que deve ser feito é reproduzir a trajetória de Marx. Como ele se tornou marxista? Tornou-se marxista pelo seguinte: era um revolucionário radical antes de se tornar marxista que disse: "sem teoria esta revolução radical não vai para lugar nenhum". E tentando pensar a teoria que desse fundamento a uma revolução radical que ele sentia pelos poros, ele inventou o marxismo e deu forma ao marxismo. Me lembro de uma carta de Marx, não a Engels, mas a outra pessoa, que ele cobrava: "por que você não vem aqui fazer isso e aquilo?", e Marx respondeu: "Eu estou tentando dar uma contribuição que permita que o nosso movimento não avance às cegas". E desse modo que ele justificou ficar um pouco afastado dos acontecimentos para escrever *O Capital*. Mas ele nunca se afastou por completo dos acontecimentos. Bom, mas agora tem um monte de gente que diz: "se você quer contribuir teoricamente, a única maneira é se manter completamente afastado dos acontecimentos". E não provoca nenhum tipo de escândalo. Sábia conclusão. Marx escreveu *O Capital* não se afastando dos acontecimentos. Agora para escrever uma merdinha, sobre uma nota de pé de página de *O Capital*, um sujeito tem que se manter completamente afastado dos acontecimentos?! Assim não, cara!



[Fábio Campos] Professor, gostaria de pegar um gancho de sua fala, que entendo ser importante, sobre a questão da teoria, “teorizar sobre o concreto”. Ao mesmo tempo cabe introduzir um tema que é caro também para o debate do imperialismo, e para nós como um todo, um debate que desafia a própria teorização, por ser uma manifestação histórica, presente em diversos momentos do capitalismo, que o senhor de certa forma já abordou em várias ocasiões, que é o tema da “crise” no capitalismo. É um tema que aparece, como sabemos, no Marx, buscando tratar tal questão como algo endógeno do modo de reprodução capitalista. Por meio da crise é que se criam contradições e “novas soluções” para a reprodução ampliada do capital. Lenin, e outros autores do debate clássico, num período depois, também interpretam a barbárie, as contradições imperialistas que culminam na Primeira Guerra Mundial, como uma crise do sistema. O próprio Lenin utiliza a expressão “putrefação” do sistema, e dá prova empírica do fim de qualquer traço progressista, civilizatório. Algo que de certa, os próprios Marx e Engels já viam no século XIX. Então, este seria o grande momento que antecede a grande crise do capitalismo, que é a “Crise de 29”. Um terceiro, e este faz eco agora, é a crise dos anos 1970, do século XX, que redefiniu o padrão mundial de acumulação. Alguns vão chamar de mundialização financeira (Chesnais), já autores importantes como o filósofo húngaro István Mészáros, que vai, até sua morte, denominar este período como “crise estrutural do capital”. O próprio Mandel tem um trabalho sobre crise discutindo este período. Em suma, essa manifestação histórica que se chama crise – há muita dificuldade de teorizar sobre crise – como o senhor analisa as mutações dessa crise? E em sua visão, ela mudou a natureza no momento mais recente que estamos vivendo, ou continua nos termos que Marx definiu?

Sobre isso que você acaba de dizer, eu vou dar um curso de pós-graduação, aceitei a proposta: vão ser 12 aulas. Mas não vou falar 12 aulas aqui, porque é um pouco grande para uma entrevista. Mas vou dizer o seguinte: é óbvio que cada crise tem suas especificidades, uma é diferente da outra. O ponto de vista marxista é que a crise tem a mesma raiz embora se manifeste de formas diferentes, isto porque para a teoria marxista acerca das crises, a crise é um fenômeno que acompanha o capitalismo devido à anarquia da produção. Portanto, há superprodução de mercadoria e de capitais, fazendo com que o capital se veja obrigado a queimar uma parte



das forças produtivas que ele próprio criou. Entretanto, a crise se produz cada vez em condições diferentes. Uma coisa é a crise de 1847; outra a de 1857; outra é a de 1873-75; outra a de 1890; outra a de 1907, o grande pânico nos EUA; outra a de 1929, e assim por diante. Se não tivermos uma caracterização comum destas crises pretéritas, não teremos nenhuma ideia da especificidade da crise dos anos de 1970 e das crises que a sucederam. Essa história do capitalismo é um ponto polêmico, não foi resolvida nem sequer pelos marxistas, nem sequer pelos marxistas mais inteligentes.

Mas aí que vale a pena a teoria dos Ciclos Longos de Kondratiev, porque prevê superciclos do capitalismo, que na verdade foi antecipada por dois autores, muito inteligentes: um holandês chamado Van Gelderen; e um russo, chamado Parvus, que foi um dos pais ideológicos de Trotsky, e que se chamava Gelfand. Eles anteciparam essa questão dos ciclos longos. Trotsky, por sua vez, era contrário à teoria dos ciclos longos, mas atenção, qualificava de apressado, dizia: Temos que abrir um debate a respeito. O problema é que esse debate foi abortado, porque Kondratiev foi assassinado por Stalin, assim como Trotsky. Portanto, trata-se de uma história política, o debate sobre o capitalismo e suas crises. O problema consiste no seguinte, e vou citar Marx textualmente: "Não existe crise permanente, o que existe são crises periódicas em permanência". Portanto, o capitalismo é um sistema que respira, ou seja, que tem fluxos e refluxos, por um lado. Por outro lado, o capitalismo tem uma História, ou seja, tem nascimento, infância, juventude, desenvolvimento, senilidade, ou velhice, e uma tendência, como Marx bem esclareceu no volume III de *O Capital*, em direção à sua autodissolução em virtude das leis que o governam. É a partir disso que temos que pensar a atual crise.

Há muito que discutir, mas vamos ao segundo elemento metodológico, que é o máximo que consigo chegar. Diante de suas crises, o capitalismo se reformula. Para quê? Para sobreviver. Não se reformula a partir de convenções capitalistas que chegam a um consenso sobre qual deve ser a reformulação. Reformula-se a partir de políticas que são impostas numa guerra entre os próprios capitalistas e seus Estados. Poderia se dizer que, hoje, o FMI, o Banco Mundial, OMC, e os outros 192 organismos de regulação do capitalismo que existem, são essa imagem caricatural a qual me referi quando disse que não há uma convenção de capitalista para debater. Eu diria que o que existe agora é algo parecido, mas não é uma verdade, porque esses organismos são teatros de disputas sangrentas entre os capitalistas. Sangrentas, porque o capitalismo continua sendo um sistema



cego: produz em função da necessidade orgânica de auto expansão do capital, e não porque tenta produzir de forma regulada fazendo pesquisas de mercado etc. Em última instância, sua tendência fundamental se impõe. Então, a atual financeirização do capital – eu editei o livro de Chesnais, eu o conheci em 1972, quando ele se chamava Mark e era o delegado de uma organização trotskista para a América Latina. Eu o conheci em um congresso sindical na Argentina, eu era um moleque de 20 anos e ele era Mark, dirigente trotskista. Por isso sempre mantive uma relação com ele, e quando ele publicou seu livro e teve sucesso, eu o trouxe para uma editora que praticamente não existia, que era a Editora Xamã, onde eu tinha publicado alguns livros meus. Eu o convenci por telefone que não publicasse numa grande editora, mas que publicasse nessa editora pequena, porque dessa maneira ele estava contribuindo com a esquerda brasileira. Ele assim aceitou. Mas estou de acordo com a crítica que se faz à mundialização do capital no sentido de que toda sua teoria se constrói com base na esfera da circulação de capital. Embora ele reverencie a teoria marxista dizendo que tudo que corre pela finança se origina na mais-valia produzida no chão da fábrica, isso depois não aparece na sua análise. É um chapéu tirado na sua origem marxista, mas termina nisso. Mészáros é outra história com a crise estrutural do capital. Porque a crise estrutural suporia que hoje temos, diferente do passado, uma crise estrutural do capital. Isso quer dizer que as crises anteriores não foram estruturais? Foram conjunturais? Porque o contrário a estrutura é conjuntura. Enfim, não vou dar a solução para esses problemas colocados por Chesnais e por Mészáros, e outros autores – não falemos de outros porque são muito menos interessantes que esses dois, que são realmente interessantes – porque eu mesmo não tenho a solução. Estou tentando escrever sobre esses assuntos em um trabalho geral sobre a história do capitalismo.

Mas, há um aspecto da crise, que é a tendência do capital a, de maneira relativamente cega e através de violentas lutas internas, que atualmente se expressa na concorrência entre EUA e China, ou de Rússia de um lado e União Europeia de outro, esses não são convidados de pedra, são participantes ativos e com fortes cartas na manga e na mão; por exemplo, a Rússia tem um arsenal atômico que pode destruir a Terra, se for necessário, possuir uma capacidade, que alguns demonstram, de o capital ser capaz de se adaptar a suas próprias dificuldades. Eu li um artigo recente sobre Marx, muito erudito, dizendo o seguinte: “Marx errou, ele estava certo em tudo, menos em uma coisa, a ideia de que o capitalismo vai desaparecer. Porque o



capitalismo tem demonstrado uma capacidade infinita de se adaptar a suas próprias dificuldades. 160 anos depois da publicação de *O Capital*, o capitalismo é mais adaptável do que Marx tinha previsto”. Primeiro comentário: Marx não tinha previsto absolutamente nada: não disse “vai acabar nos próximos 20 anos”, o que ele disse: “estas são as leis fundamentais que governam”, a partir de aqui se abre um período de transição, mas não disse nada a respeito de quanto vai durar. Portanto, tal texto não tem pé nem cabeça. Segundo lugar, essas ideias de que o capitalismo tem capacidade infinita de se adaptar, são teorias que têm uma origem política, econômica e de classe, porque significa mais ou menos o seguinte: “Cara, eu estou de acordo com Marx, mas o capitalismo é eterno, a única coisa que nos resta fazer é o estudar para ver as astúcias que ele usa para se adaptar, portanto, militar contra o capitalismo é inútil. A tarefa é: meter-se na academia, conseguir quantas bolsas Fapesp ou CNPq forem possíveis, viajar pelo mundo, passar bem e explicar ao mundo como o capitalismo é infinito e eterno”.

Os marxistas autênticos e revolucionários viam essa capacidade de adaptação do capitalismo, o primeiro a fazer isso foi Marx, quando começou a analisar o papel dos EUA e a repercussão de que os EUA eram uma tábua de salvação para o capitalismo europeu. Portanto, isso nunca foi alheio às preocupações dos marxistas, a começar pelo próprio Marx, sem falar de Engels e seus textos acerca do papel da bolsa de valores no colonialismo, embora Engels não tivesse uma teoria do imperialismo, em que indica como o novo colonialismo era diferente do precedente, porque o precedente era a serviço do Estado – uma fórmula que Engels não quis formular, fez de passagem, mas que é perfeita. O velho colonialismo estava a serviço dos Estados Absolutistas, o novo colonialismo está a serviço da bolsa de valores, nisso que consiste o imperialismo capitalista, Engels resolveu o “x” da questão em uma frase. E nós temos a sobrevivência do Imperialismo e tudo mais. Repito, os marxistas não se limitaram a constatar a capacidade ou a tentativa de adaptação do capitalismo às condições criadas por sua própria crise. Eles viam ao mesmo tempo as possibilidades revolucionárias que as crises abriam e como elas poderiam ser capitalizadas para superar o capitalismo. Na maioria das reflexões, super eruditas, sem pé nem cabeça, sobre a crise do capitalismo, há a ausência de uma segunda dimensão do problema, uma dimensão básica para os marxistas, a saber: um componente das crises é a rebelião das forças produtivas, ou seja, da classe trabalhadora contra as condições que criam a crise e que criam a própria opressão e



exploração dos trabalhadores. Isto é um elemento sem o qual a análise da crise fica incompleta e fica sendo uma análise unilateral, somente vendo como o capitalismo se adapta, se regula etc. e etc. É uma visão parcial, e seu exemplo máximo é *Regulação e crise do capitalismo* de Michel Aglietta, em que um funcionário do Estado francês com uma educação marxista se dedica durante todo o livro a explicar como o capitalismo não cai, e não há como o capitalismo cair. O livro é ruim? Não! O livro é bom, tem um monte de coisas interessantes. Está certo ou está errado? Está 100% errado, o que não significa que não deve ser levado em conta. Quem inaugurou esta safra foi Kautsky, com sua teoria do ultraimperialismo, ou seja, de que os monopólios poderiam chegar a tal domínio do sistema produtivo que poderiam governar o mundo sem crises e sem guerras, pondo-se em acordo entre eles. Lenin atacou violentamente a teoria do ultraimperialismo de Kautsky, por isso voltamos à primeira pergunta: não há balanço desses debates e, se houvesse um balanço desses debates e de o que eles deixaram, teríamos uma visão muito mais clara do mundo de hoje, e não teríamos que bancar tantos *papers* que falam exclusivamente da adaptação do capitalismo à sua própria crise sem pensar toda uma série de acontecimentos políticos – que obviamente têm repercussões econômicas.

Que diabos é a ascensão da China como tábua de salvação do capitalismo? Este sim é um fenômeno inteiramente novo. O capitalismo tem que apostar, para se salvar, em uma entidade estatal e um sistema econômico nacional, o chinês, que foi criado por uma revolução social. Porque se não houvesse a revolução de 1949, para começo de conversa, a China não existiria, existiriam provavelmente 25 países. 25 Casaquistões ou 25 Azerbaijões, que não serviriam como tábua de salvação do capitalismo, nem como principal teatro de acumulação de capital e de reprodução ampliada, como é atualmente na China. Mas tem seus limites. A principal imobiliária da China, que construiu um milhão de imóveis, Evergrande, acaba de ir à falência. Isto é um desmentido aos que falam que com a China o capitalismo se salvou para daqui uns três séculos, e que a China é um capitalismo com regulação estatal, que impede que haja crise de superprodução. Vai ver a China! Vai ver na China se não há crise.

Os temas se tornaram mais abrangentes, mais complexos também, mas não teoricamente mais complexos, teoricamente continua sendo semelhantes. O problema é que o que analisaram Marx, Engels e outros autores, fizeram com base no que acontecia, no que tinham diante dos olhos, na Europa e em parte do que acontecia nos EUA. Hoje o teatro é



mundial, e mundial direto. Em 1997 houve uma crise na Tailândia, poucos dias depois a Bovespa perdia não sei quantos pontos, porque tal crise era o início da crise asiática. Quem teria pensado em 1920 que uma crise na Tailândia poderia afetar o Brasil. Em primeiro lugar nem existia Tailândia, era uma colônia chamada Sião, e o que acontecia na região o Brasil nem tomava conhecimento, nem embaixador havia. Hoje, temos uma crise na Tailândia e repercute no mundo inteiro. A crise da Evergrande, vai ter repercussão no Planeta Terra. E essa repercussão vai abrir problemas novos, os quais o capitalismo tenta se adaptar, se adapta na prática, criando um desemprego estrutural enorme, fantástico. Inventam o Bolsa Família, ou Planes Sociales na Argentina, porque ou faz isso, ou vira o caos. As pessoas saem nas ruas e começam a saquear supermercados. A recomendação do Banco Mundial é que se tire uma parte dos lucros para gerir fundos públicos que lhes permitam bancar milhões que estão desempregados e não têm o que comer. Até quando vai durar isso? Ninguém sabe. Surgem novos movimentos sociais como se fala e dizem: “isto é inteiramente novo”. Não é inteiramente novo! Que sejam, Piqueteros na Argentina, o MTST no Brasil etc. Claro que são movimentos novos, em sua feição são novos, mas se inserem ou não se inserem na luta de classes objetivamente considerada? Essa é a questão. Que debate nós temos a respeito dessa questão? Na esquerda? Nada! Porque a esquerda vê atualmente os movimentos de oposição, o *status quo*, como uma soma de pequenos movimentos: identitários, ONGs (para gerir o Bolsa Família), MTST (para ocupar casas e prédios). Evidentemente que a questão política é dura, porque atualmente é isso que ocupa o primeiro plano na esquerda. A esquerda está pensando em uma candidatura. Quem pensa uma candidatura alternativa à política de conciliação do PT e de Lula? Boulos. Por que Boulos é um operário que está à esquerda de Lula – que é um operário domesticado, ou melhor, uma pessoa de origem operária politicamente domesticada? Não, pensa em Boulos porque é o representante de um novo movimento social, o MTST. Essas são as condições em que temos que trabalhar. Há pessoas que se colocam estes problemas, eu sei que há, a esquerda não é somente isso que eu acabo de mencionar, e estes debates são atualmente minoritários. Mas não tem importância que sejam minoritários, Marx era minoritário, Lenin era minoritário, Trotsky era minoritário. Trotsky se colocou este problema e um dia disse: “se um movimento não é minoritário, não é revolucionário – porque as grandes revoluções sempre surgiram de minorias – porque um pensamento que não é minoritário, não é revolucionário”. Disse isso em polêmica contra uma



revista norte-americana que lhe reprendia que a IV Internacional era minoritária. “Lógico que é minoritária, porque é revolucionária”. E deu um exemplo que foi fantástico, para que se veja que Trotsky não era sectário: “Quero lhe lembrar um minoritário, chama-se Jesus Cristo. Fez uma seita de 12, vejam o resultado”. Segundo dizem, o crucificaram, ninguém sabe. Pior que Trotsky, porque Trotsky pelo menos foi só uma marretada, nesse foi marretada para todo lado. Mas vejam, o mundo mudou para sempre.

Vejam que eu não quero pôr a coroa de espinho de Jesus Cristo na cabeça de ninguém. A primeira questão é a modéstia, não se pensar “eu vou salvar o mundo com a minha ideia”. Marx, em sua primeira versão, chamou de a “contribuição à crítica da economia política”, não estava dizendo sobre a “verdade” da crítica da economia política. Disse: “eu vou contribuir”. Neste debate que estamos tendo aqui, eu vou dar a minha contribuição. É o que os revolucionários têm que fazer hoje. Intervir no debate, não dizendo: “eu sou o dono da verdade”, senão dizendo “esta é a minha posição, a minha contribuição ao debate”. Como tenho fé no gênero humano, eu sei que o debate vai avançar até fazermos chegar a uma conclusão de natureza revolucionária. Porque os revolucionários sabem que não são os donos da verdade, sempre! Marx não inventou a fórmula da ditadura do proletariado, ela foi cunhada pelos revolucionários franceses de 1848, e Marx a tomou deles, porque era modesto, disse: “os caras me ensinaram”. Quando veio a Comuna de Paris, disse: “isto que os operários franceses fizeram é a fórmula enfim encontrada da ditadura do proletariado”. Ele poderia ter acrescentado: “fórmula que eu não tinha, e os comunistas me ensinaram como que é. Eu não sabia. Bravo, operários de Paris, que me ensinaram como é isso que eu tinha formulado teoricamente, mas na verdade não sabia como seria, e vocês me ensinaram como é”. Tem que suprimir o exército permanente, a polícia permanente, tem que fazer a maximização comunista dos salários, enfim, todas as medidas que tomou a Comuna, que Marx tirou o chapéu, e defendeu num famoso texto chamado “A Guerra Civil na França”. Essa é a atitude que devem ter os revolucionários: não ter medo de ser minoritários e ser humildes e modestos em primeiríssimo lugar. Porque quem não é humilde e modesto não conquista o mundo. Cuidado que não estou propondo que um revolucionário conquiste o mundo. Não tem sucesso à escala histórica.

E neste ponto de vista, Marx foi bem-sucedido, por isso é feliz. Um livro de Hobsbawm, um autor que eu critico por muitas coisas – primeiro lugar porque nunca abandonou o stalinismo – chamado *Como mudar o*



mundo? ele começa comparando Marx, Maomé e Cristo. E pergunta: quais dos três foi mais bem sucedido? E responde: Marx, porque as teorias de Marx se difundiram e obtiveram vitória antes do que as de Maomé e as de Cristo. Levou menos tempo para Marx fazer sucesso, do que Maomé e Cristo. Pareceu uma comparação bastante feliz, por ser feita em escala histórica.

|Adilson Gennari| Ao mesmo tempo em que há um processo de derrota do movimento operário internacional, crise da União Soviética, e a ascensão do neoliberalismo como ideologia da burguesia em decadência, há uma grande transformação nas forças produtivas, que chamei de “grundrissização da sociedade” no último artigo que publicamos na Revista Fim do Mundo 5. Ou seja, voltando na referida obra de Marx, em que o autor discute como é possível uma grande transformação do capital ao mesmo tempo que a classe trabalhadora vai se tornando cada vez mais supérflua, na forma de uma espécie de operário em geral, que vai sendo assimilado pela produção nas vias do desenvolvimento tecnológico. Algo que pode gerar um processo de revolução nas forças produtivas e alguns autores, especialistas no mundo do trabalho, vêm discutindo no sentido da uberização. Ou seja, a criação pelo capital de uma massa de desempregados que vai reforçar ainda mais a derrota da classe operária. Como o senhor vê a possibilidade de contribuição dos Grundrisse de Marx para compreender a crise atual?

A pergunta do Adilson tem muitos pressupostos, e não há tempo para discutir todos eles. O que eu diria é que temos que ler os *Grundrisse*. O que Marx apontou no *O Capital* e nos *Grundrisse* são tendências, porque Marx é o grande teórico das tendências, ele diz como funciona e que tendências tem. Entretanto, ele não tem um prognóstico exato de como essas tendências irão se realizar, porque ele não sabe, ninguém sabe. Retomo o exemplo da ditadura do proletariado: como vai ser? Não sei, vamos ver. Depois disse: avançamos com a Comuna de Paris, e já despejou parte da questão. Agora vamos à questão: crise no movimento operário internacional. Se fosse para falar mais estritamente, eu diria que não há essa crise: literalmente o movimento operário internacional desapareceu, não existe. Porque, para que houvesse um movimento, deveria haver uma organização, e essa organização não existe. Mas ela está colocada, por isso todas as tendências políticas se organizam em função de uma tendência objetiva que é inelutável, a saber: que se organize o movimento operário



internacional. Como ele vai se organizar? Dizem: “agora não podem, porque há a *uberização* do trabalho”. E se o trabalho se *uberiza* por completo? Aí os *uberizados* vão criar os seus sindicatos, vão criar seus movimentos e vão fazer a revolução. Acabou!

Não há nada em Marx que diga que a revolução proletária será feita por operários concentrados em fábricas de 50 mil trabalhadores, trabalhando todos juntinhos, nunca Marx disse semelhante coisa, ele não sabia nada disso. Então nós vamos ter *uberização*? Claro, vamos ter formas cada vez mais agudas de exploração do trabalho, porque só existe uma maneira do capital sair das suas crises: aumentando a conta de mais-valia, e, portanto, aumentando a exploração do trabalho. De todos, dos *uberizados* e dos professores universitários, que por exemplo têm que pagar para ter seus artigos publicados em inglês. Para quem paga? Para empresas que transformam a concorrência dentro das universidades em elemento criador de lucro para o capital. Então, para criticar o capital, para publicar um artigo que tenha repercussão, tem que ser em uma revista de língua inglesa, e para que saia em uma revista de língua inglesa, tenho que pagar! E às vezes pagar caro. Eis que se cria um mecanismo de acumulação de capital oriundo da crítica acadêmica ao capital. Então temos que organizar os *uberizados*, os professores universitários precarizados e os professores universitários que querem publicar artigos em inglês, numa força única. O principal problema é político, porque estamos num mundo que é assim: nesse momento $\frac{3}{4}$ dos operários, que nunca foram tão numerosos no Planeta Terra – Marx nem teria suspeitado que se chegaria a tão grande número, estando concentrado na Ásia, particularmente dentro da China – e o principal obstáculo para a criação de um movimento operário internacional é o político e a cortina de ferro que o Partido Comunista Chinês cria entre o operário chinês e o restante do mundo. E o principal obstáculo político dentro da esquerda mundial é o apoio que se dá a esta política do PCCh. Porque todo mundo fala que “a China com seu planejamento evita as crises” e o neoliberalismo – ninguém sabe o que é isso, três ideias soltas, vai para a crise porque não segue a receita do PCCh que planeja, então na China não há crise: não acredite nisso! Na China se está restaurando o capitalismo e junto com o capitalismo se reinstaura a crise. E a esquerda em nome de dizer que na China não há crise, o que não é verdade, apoia o PCCh. Lula apoia o PCCh? Não, não apoia. Mas os que fazem de Lula a alternativa política para o Brasil, de Bolsonaro, sim apoiam o PCCh, é aí que está o câncer. Lula é o personagem de circunstâncias, o câncer está mais embaixo.



[Ivan Jacob] Para terminar, gostaríamos de uma leitura de conjuntura sua com uma avaliação do Brasil contemporâneo, a relação com a volta ou manutenção dos militares no poder. Como nossa situação atual relaciona-se com o imperialismo na sua fase atual.

Sobre Bolsonaro, ele é a conta regressiva. O país está contra Bolsonaro e ele continua tranqüilão, fazendo o que sua ignorância lhe permite fazer, que é praticamente nada. E se abre um grande debate: é neofascismo, é bonapartismo, é lumpencracia... Daqui a pouco vamos ter uma tese universitária: as caracterizações do bolsonarismo, material tem de sobra, o problema é que não há um movimento para derrubar Bolsonaro. Porque para se lançar a uma greve geral "Fora Bolsonaro", em primeiro lugar deveria haver lideranças importantes dispostas a lançar esse movimento, e elas não existem. Em segundo lugar, as bases não estão convencidas de que há uma alternativa, e se não estão convencidos não passam por cima de ninguém. A Revolução Russa foi feita com as massas passando por cima das direções majoritárias dos *soviets*, que eram o Mencheviques e os Socialistas Revolucionários, porque havia uma alternativa que era o Bolchevismo, que eram uma minoria nos *soviets*, até o congresso dos *soviets* pré-revolução, quando se tornaram pela primeira vez maioria relativa. Isto porque, diferente da esquerda que nós temos agora, tinha uma teoria. Sem teoria não há alternativa política. Isto foi exposto por Lenin em "*O que fazer?*" e em "*Imperialismo – fase superior do capitalismo*", e também por Trotsky, que se juntou aos bolcheviques nestas circunstâncias, em livros como *1905*, ou seja, porque havia uma teoria sólida que apontava uma opção política sólida e aparecia como uma coisa pela qual vale a pena se jogar: a saúde, a vida e o emprego. Agora, os operários brasileiros, da Volkswagen, da Ford, ou da fábrica que for, não vão fazer uma greve selvagem contra a direção da CUT só porque não gostam da política de direção da CUT, tem que haver uma alternativa política. A tarefa é criar esta alternativa. Mas para criar essa alternativa política, essa alternativa tem que ser também teórica, tem que haver uma teoria, ou seja, um programa que lhe dê um alicerce sólido. Sem isso não haverá teoria.

Portanto, a luta contra o bolsonarismo vai nos empurrar até outubro de 2022 e lá vamos ver no que vai dar. E como os militares vão jogar nessa história? Porque o Estado brasileiro nunca deixou de ser militarizado, o problema é que não vão querer deixar suas posições. No cenário político atual é muito provável que haja um candidato de oposição com grandes



chances de vencer em 2022, mas para que lhe deem um sinal verde vai ter que ter um acordo da Bolsa de Nova York com os militares brasileiros. Se Lula chegar a um acordo com os militares brasileiros que estão atualmente no governo de Bolsonaro e com a Bolsa de Nova York, bom eu acho que ele pode vencer as eleições, mas tem que chegar a um acordo, muito *clarito*. E não vai ser a Carta aos Brasileiros de 2002, vai ter que ser um documento um pouco mais pesado. Porque não vai se referir só a contrato, vai se referir a um monte de coisas muito pesadas: a dívida pública; os militares no governo, quantos cargos etc., etc.; ou seja, vai ter que mexer com muita coisa complicada. Na Carta aos Brasileiros foi genérico e bastou para vencer, agora, mesmo que Lula ganhe, não será a mesma coisa de 2003, vai ser algo muito mais crítico, e a esquerda vai ter que fazer o que não gosta de fazer, que é usar a cabeça. Porque usar a cabeça custa. Diante disso, uma alternativa não pode passar por isso, não se pode aceitar. Mas qual a alternativa? Para ter uma alternativa não vai bastar gritar uma palavra de ordem, vai ser necessário dizer: Queremos isto, mas vamos com este, este e este motivo, mas com uma perspectiva histórica. E o primeiro passo da perspectiva histórica é superar a perspectiva da revolução brasileira. A revolução brasileira é parte da revolução latino-americana, e a revolução latino-americana é parte da revolução mundial. Pensada como revolução brasileira, é um bom tema para bolsa do CNPq, mais nada. E agora ainda pior porque o CNPq vai cortar todas as bolsas, e vai ter que ser pensada de outra maneira. A Revolução Russa não foi pensada por Lenin e pelos bolcheviques como revolução da Rússia, falavam claramente: é o início da revolução mundial, porque nós não podemos construir uma sociedade socialista sobre a base das forças produtivas atrasadas da Rússia. Eram ainda mais explícitos, disseram que eram o prólogo da revolução da Alemanha. Essa era a grande esperança. Quando a revolução na Alemanha fracassou, os bolcheviques mais conscientes falaram: agora temos um problema. E não conseguiram resolver, lamentavelmente. Ou seja, a História não é grátis. Por isso mesmo, não adianta citar como papagaios Marx, Lenin ou Trotsky, porque eles não resolveram todos os problemas. Encontraram-se com problemas que eles não conseguiram resolver, e que se recoloca perante nós e nós vamos ter que resolver. Repito, para resolver problemas, a primeira tarefa é pensar com a cabeça, com a ajuda dos gigantes que nos precederam, mas não repetindo como papagaios as coisas que esses gigantes falaram. Sigamos nos inspirando neles para pensar a nossa realidade. | FIM |

São Paulo, outubro de 2021.



FIM DO MUNDO

ciência
transformadora
discussões para
a emancipação



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília

Faculdade de Filosofia e Ciências

Av. Hygino Muzzi Filho, 737 - Mirante - Marília/SP

CEP 17.525-900

Telefone: (14) 3402-1300

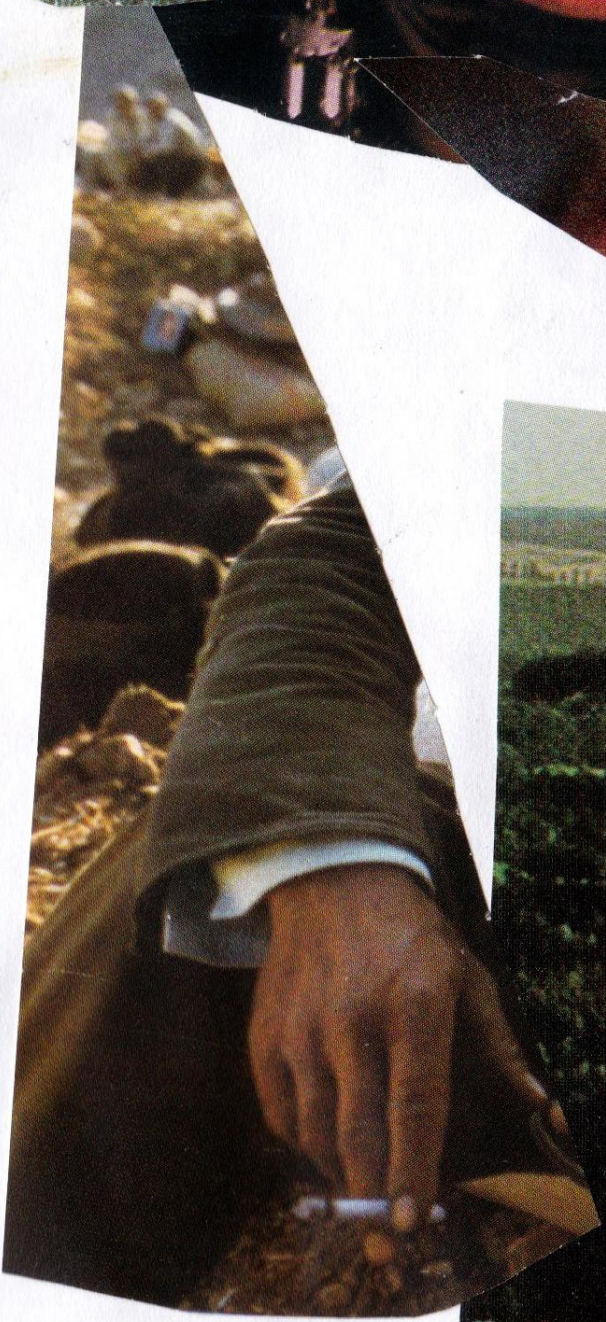
Revista Fim do Mundo

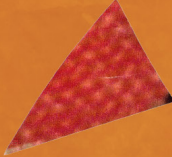
ISSN: 2675-3812 | e-ISSN: 2675-3871

e-mail: revista.fimdomundo.marilia@unesp.br

<http://revistas.marilia.unesp.br/index.php/RFM>







FIM DO MUNDO

ciência transformadora
discussões para a emancipação

